



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANGERLÂNIA REZENDE

COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DOS
POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS:
Das críticas literárias decoloniais aos mecanismos contracoloniais

JOÃO PESSOA

2026

ANGERLÂNIA REZENDE

**COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO
DOS POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS:
Das críticas literárias decoloniais aos mecanismos contracoloniais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza.

Coorientadora: Profa. Dra. Eliane Bezerra Paiva.

**JOÃO PESSOA
2026**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R467cc Rezende, Angerlânia.

Competência crítica em informação no contexto dos povos originários brasileiros: das críticas literárias decoloniais aos mecanismos contracoloniais / Angerlânia Rezende. - João Pessoa, 2026.
206 f.

Orientação: Edivanio Duarte de Souza.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Competência crítica em informação. 2. Povos originários. 3. Literatura indígena. 4. Decolonialidade. 5. Contracolonialidade. I. Souza, Edivanio Duarte de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 02-027.61(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 143

Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese do(a)
Doutorando(a) **ANGERLÂNIA REZENDE**
como requisito para obtenção do grau de
Doutor(a) em Ciência da Informação, Área de
Concentração em Informação, Conhecimento e
Sociedade e com Linha de pesquisa em
Organização, Acesso e Uso da Informação.

No vigésimo quinto dia do mês de março de dois mil e vinte e seis (25/03/2026), das quatorze às dezessete horas e trinta minutos, de forma remota, através do link (meet.google.com/vdt-uwcw-hvf), reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar o(a) candidato(a) ao Grau de Doutor(a) em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, o(a) doutorando(a) **ANGERLÂNIA REZENDE**. A defesa ocorreu de forma remota por meio do Google Meet, A banca examinadora foi composta pelos (as) professores(as): Dr. Edivanio Duarte de Souza - PPGCI/UFPB (Presidente/Orientador), Dr. Gustavo Henrique de Araújo freire – PPGCI/UFPB (Examinador interno), Dra. Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger – PPGCI/UFPB (Examinadora interna), Dr. Wellington Marçal de Carvalho –UFMG (Examinador externo), Dra. Dalgiza Andrade Oliveira - UFMG (Examinadora externa), Dr. Rayan Aramis de Brito Feitoza – PPGCI/UFPB (Suplente Interno) e Dr. Marcos Aurélio Gomes - UFAL (Suplente externo). Dando início aos trabalhos, o(a) Professor(a) Dr(a). Edivânio Duarte de Souza, Presidente(a) da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao(à) discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de tese intitulado: **“Competência crítica em informação no contexto dos povos originários brasileiros: das críticas literárias decoloniais aos mecanismos contracoloniais”**. Após a apresentação, o(a) doutorando(a) foi arguido(a) na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, o(a) Professor(a) Dr. (a) Edivanio Duarte de Souza, Presidente(a) da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(x) Aprovado () Insuficiente () Reprovado.

Observações da Banca:

A banca destacou a relevância, a pertinência e a necessidade do tema, especialmente no cenário atual, enfatizou o impacto social da pesquisa e sugeriu a indicação do trabalho para disputar prêmios nacionais. Além disso, recomendou a divulgação imediata do estudo por meio de diferentes formatos.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Professor Dr. Edivanio Duarte de Souza, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos(as) participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da tese e da defesa de tese do(a) doutorando(a), devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 25 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **EDIVANIO DUARTE DE SOUZA**
Data: 26/03/2026 08:19:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Edivanio Duarte de Souza
Presidente/Orientador (a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO HENRIQUE DE ARAUJO FREIRE**
Data: 26/03/2026 12:00:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Gustavo Henrique de Araújo freire
Examinador (a) Interno (a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA MARIA DE MEDEIROS TRAVASSOS SAE**
Data: 27/03/2026 15:32:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dra. Márcia Maria de Medeiros
Travassos Saeger**
Examinador(a) Interno(a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **WELLINGTON MARCAL DE CARVALHO**
Data: 27/03/2026 16:24:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Wellington Marçal de Carvalho
Examinador (a) Externo (a) – UFMG

Documento assinado digitalmente
 **DALGIZA ANDRADE OLIVEIRA**
Data: 30/03/2026 10:03:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Dalgiza Andrade Oliveira
Examinador (a) Externo(a) – UFMG

Dr. Rayan Aramis de Brito Feitoza
Suplente Interno(a) –PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ANGERLANIA REZENDE**
Data: 27/03/2026 17:37:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Marcos Aurélio Gomes
Suplente Externo (a) – UFAL

Angerlânia Rezende
Doutorando(a)

Não há melhor maneira de falar sobre o futuro do que reverenciar o nosso passado. Deixo aqui um salve aos meus ancestrais, que tornaram possível a minha caminhada até este momento.

Dedico este trabalho aos meus avós maternos, Zumira e Francisco (in memoriam); ao meu pai, Raimundo (in memoriam); e à minha mãe, Madalena, mulher guerreira que sempre foi força e sustento em minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos constituem o momento mais pessoal e, ao mesmo tempo, mais livre de um trabalho acadêmico. É a parte em que o pesquisador pode se colocar em primeira pessoa e registrar, com sensibilidade, as marcas de gratidão que acompanharam sua trajetória. Sendo assim, expresso aqui minha profunda gratidão, primeiramente, a Deus e ao Universo, por conduzirem meus passos e me colocarem, tantas vezes, nos lugares necessários no tempo certo. À força maior que rege a vida, agradeço por sustentar minha fé, renovar minhas esperanças e iluminar meus caminhos ao longo desta jornada.

Aos meus ancestrais, que abriram trilhas antes de mim, resistiram, lutaram e sonharam para que hoje eu, enquanto mulher parda/negra, pudesse ocupar este espaço. Carrego comigo a memória, a coragem e a sabedoria daqueles que vieram antes, consciente de que nenhuma conquista é individual, mas resultado de uma trajetória coletiva marcada por luta, resistência e esperança.

Agradeço ainda à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), espaço de formação acadêmica e humana, que me proporcionou oportunidades de aprendizado, reflexão e amadurecimento. Ao Departamento de Ciência da Informação, pela estrutura, pelo compromisso com o ensino público de qualidade e por fomentar um ambiente de diálogo e construção do conhecimento.

Aos professores do Departamento, que, especialmente no período da pandemia, demonstraram sensibilidade, humanidade e compreensão diante das adversidades. Mais do que conteúdos, ofereceram acolhimento, paciência e compromisso com a continuidade do ensino em um dos momentos mais desafiadores de nossa geração. Gratidão!

Agradeço também aos órgãos que fomentam a pesquisa no Brasil, cujo trabalho é essencial para a produção científica e para a formação de pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento social. Em especial, registro minha gratidão à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB), pelo suporte concedido ao longo do doutorado. O apoio institucional e financeiro foi fundamental para a continuidade das atividades acadêmicas, para a dedicação à pesquisa e para a consolidação deste trabalho. Fazer pesquisa no Brasil é, sem dúvida, um desafio constante.

Agradeço também a cada integrante da banca avaliadora, que dedicou seu tempo e sua atenção à leitura deste trabalho, oferecendo contribuições cuidadosas, necessárias e enriquecedoras para o aprimoramento desta tese. Recebo cada apontamento como gesto de compromisso com a qualidade científica. A presença e a escuta atenta de vocês qualificam este trabalho e reafirmam a importância do diálogo crítico na construção do conhecimento. Minha sincera gratidão pelo tempo, pela leitura minuciosa e pelas valiosas contribuições.

À minha primeira orientadora, professora Eliane Bezerra Paiva, que foi primordial nos meus primeiros anos de curso de Doutorado. Sua orientação, confiança e incentivo foram decisivos para meu amadurecimento acadêmico e aprendizado. Sou grata pela escuta atenta, pelo rigor formativo e pelo exemplo de compromisso, ética, empatia comigo e com a Ciência da Informação. Gratidão, professora. A senhora é maravilhosa!

Ao meu orientador, professor Edivanio Duarte de Souza, pesquisador de notável conhecimento, inteligência e experiência, e, sobretudo, de rara sensibilidade humana. Sua postura faz jus à dimensão ética e acolhedora que a academia precisa cultivar. Exigente quando necessário, sabe orientar com firmeza, mas também com generosidade, sempre disposto a ensinar, apoiar e contribuir para o meu crescimento intelectual e pessoal. Agradeço pela condução cuidadosa deste trabalho, pela disponibilidade, pelas contribuições sempre pertinentes e pelo olhar crítico. Sua postura ética, generosa e comprometida com a formação discente foi fundamental para a concretização desta tese. Muito, muito obrigada!

Aos funcionários administrativos do Departamento, minha profunda gratidão. Vocês são incríveis, sempre atentos, ágeis e solícitos, não medem esforços para atender e resolver nossos apereios diários com competência e sensibilidade. O trabalho que realizam, muitas vezes nos bastidores, faz uma diferença grande e torna nossos caminhos acadêmicos mais leves e possíveis. Recebam meu reconhecimento e respeito pelo profissionalismo e pela dedicação constante.

Aos funcionários e funcionárias da limpeza, que tantas vezes atuam de forma silenciosa e invisível aos olhos de muitos, mas são absolutamente fundamentais para que possamos estudar e trabalhar em ambientes organizados, limpos e dignos. O cuidado diário de vocês sustenta a rotina da universidade e torna possível o nosso fazer acadêmico. Vocês são essenciais para manter e ampliar o brilho da UFPB.

Este trabalho também é fruto da dedicação e do zelo de cada um e cada uma de vocês. Minha sincera gratidão.

Aos meus familiares, que foram base emocional e incentivo constante ao longo de toda essa trajetória. Mesmo sem a contagem formal de tempo de serviço durante os anos dedicados à pesquisa e à vida acadêmica, na graduação, no mestrado e no doutorado, compreenderam que essa formação é árdua e exige resiliência, determinação e, sobretudo, força psicológica. Também entenderam que se trata de um processo longo e, por vezes, lento, que demanda amadurecimento e a convicção de que a ciência, apesar dos desafios e da desvalorização promovida por determinados setores políticos, continua sendo um caminho que vale profundamente a pena. Expresso aqui, o meu muito obrigada!

Aos meus filhos pets, que foram e continuam sendo meus melhores calmantes nos dias de cansaço, ansiedade e alegria. A presença afetuosa deles, tornaram os momentos difíceis mais leves e os dias intensos mais suportáveis. Amo muito cada um dos meus meninos e meninas, companheiros fiéis que me ensinaram, à sua maneira, sobre cuidado, constância e amor incondicional. Gratidão!

Sou profundamente grata aos meus amigos que, em meio ao caos e à pressão dos momentos finais da tese, traziam conversas leves e aleatórias, proporcionando risadas sinceras e necessárias. Se eu fosse citar cada nome, estes agradecimentos se tornariam longos demais. No entanto, cada gesto de apoio, cada palavra de encorajamento e cada demonstração de compreensão diante das minhas aflições foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Recordo-me da ideia atribuída a Chico Xavier de que os bons amigos de hoje são reencontros da alma, e é com esse sentimento de reencontro, afeto e gratidão que reconheço a importância de cada um nessa caminhada. Vocês arrasam!

Por fim, agradeço a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para esta trajetória, deixo meu sincero agradecimento. Este trabalho é resultado de muitos encontros e aprendizados ao longo do caminho. Por isso, reafirmo: viva a ciência, viva a pesquisa pública e viva todos aqueles e aquelas que, apesar das dificuldades, seguem produzindo conhecimento com rigor, ética e compromisso coletivo no Brasil.

*A terra não é nossa, nós é que
pertencemos a ela. Tudo o que acontece
com a terra acontece com os filhos da
Terra (Krenak, 2019, p. 22).*

RESUMO

A luta e a resistência dos povos originários para garantir seus direitos constituem uma trajetória histórica longa no Brasil, marcada por enfrentamentos contínuos diante de séculos de colonização, expropriação territorial, silenciamento epistêmico e múltiplas formas de violência. Ao resistirem, esses povos asseguram sua sobrevivência física e cultural e tensionam as estruturas herdadas da modernidade colonial, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e epistemicamente diversa. Nesse cenário de disputas no campo social, político e simbólico, a competência crítica em informação apresenta-se como um horizonte teórico e prático capaz de problematizar as heranças coloniais inscritas nas estruturas de poder, de ser e de saber, promovendo a formação de sujeitos críticos diante das dinâmicas de dominação da informação. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo analisar componentes indígenas que evidenciam a conformação de elementos no macroprocesso da competência crítica em informação dos povos originários brasileiros, no horizonte da contracolonialidade. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa, voltada à identificação e à descrição de elementos mobilizados por meio dessa competência como forma de resistência decolonial e contracolonial, expressas nas práticas informacionais e nas narrativas literárias indígenas. Operacionalizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica, com levantamentos e análises de conteúdos de produções de autores indígenas, a pesquisa possibilitou a categorização e a interpretação de elementos recorrentes que evidenciam as dinâmicas decoloniais e contracoloniais e conformam a competência crítica em informação. Os resultados demonstram que os elementos dessa competência presentes nessa literatura operam como estratégias informacionais e instrumentos de emancipação social, ao reafirmarem memórias coletivas, territorialidades, ancestralidades e cosmologias historicamente silenciadas pelo projeto colonial. Os resultados evidenciam, em primeiro lugar, as práticas informacionais que mobilizam a competência crítica em informação e tensionam epistemologias hegemônicas via perspectivas críticas decoloniais e contracoloniais. Além disso, caracterizam elementos que conformam essa competência por meio de atores, artefatos, dispositivos e ações de informações indígenas, que sustentam essas práticas de resistência como estratégias de emancipação e reafirmação de epistemologias próprias. E, por fim, sistematizam esses achados na proposição de um modelo teórico-metodológico voltado aos contextos indígenas. A partir desses resultados, constatou-se que a competência crítica em informação ultrapassa a dimensão técnica e assume caráter político, ético e epistêmico, articulado à defesa da vida, do território e dos modos de existir desses povos, configurando-se como macroprocesso formativo que pode tensionar a colonialidade do poder, do saber e do ser, fortalecendo processos de autorrepresentação e consolidando a autonomia informacional como horizonte de transformação e de contracolonialidade. Considera-se que, ao ser articulada às perspectivas contracoloniais, essa competência alarga seu caráter político, epistêmico e transformador, possibilitando a ampliação do debate no campo da Ciência da Informação e de áreas afins, fomentando novas pesquisas voltadas ao contexto dos povos originários brasileiros.

Palavras-chave: competência crítica em informação; povos originários; literatura indígena; decolonialidade; contracolonialidade.

ABSTRACT

The struggle and resistance of indigenous peoples to guarantee their rights constitute a long historical trajectory in Brazil, marked by continuous confrontations in the face of centuries of colonization, territorial expropriation, epistemic silencing and multiple forms of violence. By resisting, these people ensure their physical and cultural survival and put tension on the structures inherited from colonial modernity, contributing to the construction of a more just, plural and epistemically diverse society. In this scenario of disputes in the social, political and symbolic field, information literacy presents itself as a theoretical and practical horizon capable of problematizing the colonial legacies inscribed in the structures of power, being and knowledge, promoting the formation of critical subjects in the face of the dynamics of information domination. In this context, this work aims to analyze indigenous components that highlight the conformation of elements in the macroprocess of critical information literacy of Brazilian original peoples, within the horizon of countercoloniality. The research is characterized as descriptive, with a qualitative approach, aimed at identifying and describing elements mobilized through this competence as a form of decolonial and countercolonial resistance, expressed in informational practices and indigenous literary narratives. Operationalized through documentary and bibliographical research, with surveys and content analyzes of productions by indigenous authors, the research enabled the categorization and interpretation of recurring elements that highlight decolonial and countercolonial dynamics and shape critical information literacy. The results demonstrate that the elements of this competence present in this literature operate as informational strategies and instruments of social emancipation, by reaffirming collective memories, territorialities, ancestries and cosmologies historically silenced by the colonial project. The results highlight, firstly, the informational practices that mobilize critical information literacy and tension hegemonic epistemologies via critical decolonial and countercolonial perspectives. Furthermore, they characterize elements that shape this competence through actors, artifacts, devices and actions of indigenous information, which support these resistance practices as strategies for emancipation and reaffirmation of their own epistemologies. And, finally, they systematize these findings in proposing a theoretical-methodological model aimed at indigenous contexts. From these results, it was found that critical competence in information goes beyond the technical dimension and assumes a political, ethical and epistemic character, linked to the defense of life, territory and ways of existing of these people, configuring itself as a formative macroprocess that can tension the coloniality of power, knowledge and being, strengthening processes of self-representation and consolidating informational autonomy as a horizon of transformation and countercoloniality. It is considered that, when articulated with countercolonial perspectives, this competence broadens its political, epistemic and transformative character, enabling the expansion of debate in the field of Information Science and related areas, encouraging new research focused on the context of Brazilian original peoples.

Keywords: critical information literacy; original peoples; indigenous literature; decoloniality; countercoloniality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Ações decoloniais e contracoloniais combativas da colonialidade	51
Figura 2 -	Mapa teórico-conceitual da colonialidade, decolonialidade e contracolonialidade	52
Figura 3 -	Competência crítica em informação nos eventos da Ciência da Informação	55
Figura 4 -	Mapa teórico-conceitual da CCI	79
Figura 5 -	Mapa teórico-conceitual sobre a informação indígena	105
Figura 6 -	Mapa teórico-conceitual do desenho da pesquisa	113
Figura 7 -	Extrato do ato 1 do Diretório do Índio 1755	141
Figura 8 -	Recorte do Boletim do CIMI em 1976	143
Figura 9 -	Recorte do panfleto da Regional Norte 1, em 25 de abril de 1979	147
Figura 10 -	Esquema de dispositivos de informação indígena	151
Figura 11 -	Dispositivo de entrada em terra indígena	152
Figura 12 -	Ações de informação indígena no Brasil	159
Figura 13 -	Trecho do Relatório de Figueiredo	160
Figura 14 -	Participação indígena na Assembleia Constituinte de 1988	162
Figura 15 -	Mapa analítico-discursivo da competência crítica em informação indígena	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Aspectos da descolonização e da decolonização	44
Quadro 2 -	Perspectivas que subvertem a rotina da dominação eurocêntrica no domínio da contracolonialidade	46
Quadro 3 -	Conceitos, finalidades e diferenças entre abordagens sobre competências	58
Quadro 4 -	Aspectos convergentes e divergentes de abordagens sobre competências	61
Quadro 5 -	Dimensões da CCI	74
Quadro 6 -	Ampliação de níveis ou dimensões da CCI	76
Quadro 7 -	Aspectos informacionais contra formas estereotipadas	90
Quadro 8 -	Componentes analíticos do modelo sintético do regime de informação	95
Quadro 9 -	Componentes analíticos do modelo ampliado do regime de informação	97
Quadro 10 -	Procedimentos metodológicos alinhados aos objetivos	111
Quadro 11 -	Produção indígena mais relevante e de maior alcance	122
Quadro 12 -	Elementos da CCI recorrentes nas obras de autores indígenas	129
Quadro 13 -	Atores informacionais não humanos	133
Quadro 14 -	Dispositivos de informação indígena	137
Quadro 15 -	Artefatos de informação indígena	156
Quadro 16 -	Ações de informação indígena	164
Quadro 17 -	Componentes de um regime de informação indígena	167
Quadro 18 -	Dimensões da CCI para contextos indígenas	170
Quadro 19 -	Elementos da CCI com efeitos decoloniais	173
Quadro 20 -	Elementos da CCI com efeitos contracoloniais	174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACRL	Association of College and Research Libraries
ALA	American Library Association
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CCI	Competência Crítica em Informação
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CRFB/88	Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988
EDICIC	Encuentro de la Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
EUROFOUND	European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions Public Welfare Services and Social Exclusion
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPS	Global Positioning System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	International Federation of Libraries Associations and Institutions
ISA	Instituto Socioambiental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SITI	Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNDRIP	United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples

UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	COLONIALIDADE, DECOLONIALIDADE E CONTRACOLONIALIDADE: DOS ASPECTOS CONCEITUAIS AOS DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO	31
2.1	Movimentos contra-hegemônicos e contextos de emergência da decolonialidade	41
2.2	Movimentos de rupturas contracoloniais e caminhos para autodeterminação	45
3	RAIZES DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: UM OLHAR ORIENTADO ÀS PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E CONTRACOLONIAIS	53
3.1	Elementos críticos orientados à emancipação social: a forte aderência à perspectiva intereuropeia	64
3.2	Dimensões da competência crítica em informação orientada à perspectiva extraeuropeia	72
4	INFORMAÇÃO INDÍGENA NA CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO: FONTES E PRODUTOS DE SABERES ANCESTRAIS	80
4.1	Regime de informação e de saberes originários	91
4.2	Atores indígenas: de vulneráveis a agentes de seus próprios saberes	98
5	DESENHO DA PESQUISA: DO LEVANTAMENTO DE FONTES INDÍGENAS À COMPENSAÇÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO INDÍGENA	106
5.1	Delimitação do domínio e caracterização da pesquisa	107
5.2	Levantamentos e análises de fontes indígenas	109
6	COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO DE POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS: DOS FUNDAMENTOS DECOLONIAIS ÀS ESTRATÉGIAS CONTRACOLONIAIS	114
6.1	Atores de informação indígena	117
6.2	Dispositivos de informação indígena	136
6.3	Artefatos de informação indígena	155
6.4	Ações de informação indígena	157
6.5	Modelo de estudos orientados à competência crítica em informação indígena	165
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
	REFERÊNCIAS	189

1 INTRODUÇÃO

Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos. A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade. Muitas dessas pessoas não são indivíduos, mas “pessoas coletivas”, células que conseguem transmitir através do tempo suas visões sobre o mundo (Krenak, 2019, p. 28).

A trajetória histórica dos povos originários¹ no Brasil está profundamente marcada por um processo colonial instaurado com a invasão portuguesa no século XVI. Tal processo, longe de ter sido somente um registro do passado, permanece reconfigurando-se nas práticas e nas dinâmicas socioculturais contemporâneas. Para os invasores, regidos pelo viés do racionalismo universal europeu, os indígenas dessas terras eram sujeitos que não possuíam faculdades cognitivas, por exemplo e que, por isso mesmo, seriam tão distantes do ideal de humanidade branca europeia. A informação e o conhecimento dos indígenas, dos quilombolas e dos afrodescendentes foram durante muito tempo menosprezados, desvalorizados, marginalizados e excluídos.

O colonialismo, nesse sentido, não se limitou somente à exploração econômica ou ao controle territorial, mas formulou um padrão de poder alicerçado na supremacia dos exploradores da Europa, sustentado pela negação sistemática de outras formas de ser, de saber e de existir. Os povos originários foram submetidos, ao longo da história, a esse processo de colonização, cujos impactos se desdobram em um projeto civilizatório hierarquizante e excludente até os dias correntes. Com efeito, ainda que o colonialismo seja compreendido como um fenômeno que faz parte da história do Brasil, suas consequências persistem de maneira ativa por meio da colonialidade, que se apresenta, muitas vezes, de maneira disfarçada em dispositivos simbólicos, epistêmicos e espaciais de dominação.

¹ Neste estudo, esclarece-se que as expressões “povos originários” e “povos indígenas” não são utilizadas como sinônimos absolutos, mas como categorias complementares que apresentam dimensões distintas da experiência histórica desses povos. A expressão “povos originários” enfatiza o recorte temporal, remetendo à anterioridade à colonização e à condição de sujeitos que já habitavam e organizavam seus mundos antes da invasão europeia. Já a expressão “povos indígenas” está associada a um recorte territorial e jurídico-político, referindo-se aos povos naturais de determinado território e reconhecidos como tais em marcos legais e institucionais. Ao longo do trabalho, ambas as denominações serão empregadas de forma articulada, considerando seu caráter complementar na relação entre tempo e espaço, de modo a evidenciar tanto a profundidade histórica quanto a dimensão territorial e política que constituem essas identidades coletivas.

A colonização, mesmo que tenha possibilitado o contato entre diversas culturas distintas, desenvolveu-se sob relações profundamente assimétricas e coercitivas. Tais interações não ocorreram em condições de igualdade, pois foram mediadas por dinâmicas de violência, de apagamento e de assimilação forçada. As línguas, as cosmovisões e os modos de vida desses grupos, assim como das populações afro-brasileiras, foram sistematicamente deslegitimados, classificados como inferiores e, muitas vezes, criminalizados.

O mais grave é que essa lógica de subordinação não se esgotou no período colonial, uma vez que se consolidou construindo formas excludentes que permanecem operantes na contemporaneidade. Seus traços e vestígios se materializam em desigualdades de acesso a direitos, na negação de identidades e na marginalização de saberes tradicionais de culturas plurais. Essa continuidade se expressa por meio de mecanismos sociais, políticos e informacionais que ainda produzem tais efeitos de desigualdade. Tudo isso limita a autonomia desses povos e coloca os saberes dominantes como os únicos considerados válidos.

Diante dessa perspectiva, Quijano (2014) alerta para a maneira como a colonialidade se traduz no poder, no ser e no saber, evidenciando um padrão que naturaliza hierarquias e exclusões, configurando-se no que Mignolo (2017) aponta como sendo a face mais perversa da modernidade, uma vez que sustenta a ordem social sobre a rejeição do outro. Os autores referem-se, portanto, a um sistema duradouro e profundamente enraizado na organização social de territórios/espacos que foram colonizados, mantido pela reprodução constante de relações de subalternização e de opressão, que seguem operando sobre a epistemologia e modos de vida diversificados.

Nesse campo, é necessário situar quem são esses povos originários no Brasil e como se estruturou o processo que buscou dizimá-los. No século XVI, o território que viria a se constituir como Brasil era habitado por uma vasta diversidade de povos originários, organizados em diferentes matrizes linguísticas, com formas próprias de organização política, sistemas agrícolas próprios, redes de troca de conhecimento e cosmologias que integravam natureza, espiritualidade e coletividade. A colonização portuguesa não encontrou “terra vazia”, por assim dizer, mas sociedades complexas e diversas, territorializadas e dotadas de sistemas próprios de produção de conhecimento. Contudo, o avanço dessa colonização produziu um processo sistemático de violência, por meio das guerras, da

escravização, da catequese forçada, da disseminação de epidemias e da expropriação territorial. Esse conjunto de agressões resultou em intensa redução populacional e em reconfigurações profundas das formas de vida desses povos.

No decorrer desse processo histórico, como se não bastasse toda a violência, crueldade e matança, consolidou-se, ao longo dos séculos, a construção de um regime tutelar que redefiniu os povos indígenas como sujeitos administrados pelo Estado. A invasão portuguesa do território, iniciada no século XVI, não pode ser suavizada por eufemismos como “descobrimento”, pois se tratou de um empreendimento violento de invasão, expropriação territorial, exploração econômica e controle dos corpos indígenas. Esse regime de tutela produziu alteridades políticas específicas, isto é, os indígenas passaram a ser enquadrados como grupos a serem integrados, civilizados ou protegidos, mas raramente reconhecidos como sujeitos autônomos e detentores de plena capacidade política. Essa lógica, conforme Oliveira (2020), revela que a tutela não foi somente um dispositivo jurídico, mas uma forma de poder que reorganizou identidades e classificações sociais. Ao mesmo tempo em que prometia “proteção”, o regime tutelar consolidava a autoridade do Estado sobre os territórios, os corpos e os modos de vida desses povos, reforçando uma hierarquia racial e civilizatória herdada da colonização.

A crítica contemporânea a essa herança colonial encontra ressonância nas reflexões de Krenak (2019) e em outros pensadores dessa corrente contracolonial. O autor comenta que em 2019, ao receber um convite para palestrar em Portugal, problematizou o simbolismo de retornar ao país colonizador como intelectual indígena, ressaltando as camadas históricas de violência que estruturam essa relação. Em suas intervenções públicas, ele enfatiza que não se trata de ressentimento individual, mas de memória histórica, pois é preciso lembrar que o projeto colonial implicou a tentativa sistemática de aniquilar povos, territórios e cosmologias. Ao afirmar que os povos indígenas continuam existindo apesar de séculos de violência, ele desloca a narrativa da vitimização para a resistência, mas sem apagar a brutalidade do processo histórico.

Essa engenharia institucional, que combinou violência direta, tutela jurídica e assimilação cultural, tanto controlou territórios, como também produziu efeitos profundos no plano simbólico. Ao classificar os povos indígenas como atrasados, incapazes ou transitórios, o Estado brasileiro e os tidos como as elites intelectuais tentaram anular suas epistemologias e naturalizaram políticas de integração

forçada. A colonialidade operou, assim, simultaneamente no plano material e no plano do saber, instaurando uma narrativa de inferiorização que sustentou práticas de apagamento cultural e epistemicídio. A crítica a esse regime exige reconhecer que a tutela não foi expressão de benevolência, mas parte constitutiva de um projeto de dominação que ainda reverbera nas estruturas contemporâneas.

Perante tais violências provocadas por essas raízes coloniais, surgem os movimentos decoloniais e contracoloniais, que têm como propósito o enfrentamento das diversas formas de opressão, de negligência e de exclusão impostas por esses paradigmas hegemônicos. O pensamento decolonial, desenvolvido, sobretudo, por intelectuais latino-americanos², busca quebrar a lógica eurocêntrica dominante através da valorização dos saberes diversos e plurais, que promovam a reconstrução de horizontes cognitivos e políticos (Maldonado-Torres, 2008; Quijano, 2014; Ballestrin, 2017; Mignolo, 2017). Já a contracolonialidade, arquitetada por intelectuais indígenas, quilombolas e pesquisadores dessa corrente, propõe uma ruptura mais crítica à colonialidade, considerando suas cosmovisões, suas produções e suas autonomias, e, por conseguinte, recusando qualquer forma de subordinação e de opressão (Krenak, 2019, 2022; Santos, 2023)³. Esses movimentos além de denunciarem a face persistente e perversa da colonialidade,

² O grupo Modernidade/Colonialidade constituiu-se no final da década de 1990, como uma rede de intelectuais latino-americanos que passaram a problematizar a modernidade não como um projeto exclusivamente emancipatório, mas como um processo inseparável da colonialidade. O grupo tem como principais referências autores como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, Santiago Castro-Gómez, Eduardo Restrepo, e Arturo Escobar, dentre outros. Seu objetivo central é evidenciar que a modernidade europeia se estruturou simultaneamente como colonialidade do poder, do saber e do ser, produzindo hierarquias raciais, epistêmicas e geopolíticas que permanecem ativas. Em termos teóricos, o grupo dialoga com a teoria crítica, o pensamento latino-americano, os estudos pós-coloniais e a filosofia da libertação, propondo uma perspectiva decolonial que busca desnaturalizar o eurocentrismo e afirmar a pluralidade epistemológica, abrindo espaço para outras racionalidades e outros projetos civilizatórios (Ballestrin, 2013).

³ O movimento contracolonial surge no contexto latino-americano contemporâneo, sobretudo a partir dos anos 2000, como um movimento intelectual e político protagonizado por pensadores indígenas e afrodescendentes que não apenas criticam a colonialidade, mas afirmam modos próprios de existência, conhecimento e organização da vida. A abordagem contracolonial nasce da experiência histórica direta da invasão, da expropriação territorial e da resistência contínua dos povos originários. Entre seus principais expoentes estão Ailton Krenak, Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), Gersem Baniwa, Davi Kopenawa, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Trudruá Dorrico, e Geni Núñez, entre muitos outros intelectuais que articulam pensamento, território e cosmologia como dimensões indissociáveis. Seu objetivo não se limita a desvelar as estruturas coloniais, mas a confrontá-las a partir de epistemologias enraizadas na ancestralidade, na oralidade, na relação espiritual com a terra e na defesa radical da vida. Por similitude de interesses, destaca-se Antonio Risério, que, a seu modo, antecipou debates contemporâneos ao formular, ainda no último quartil do século XX, análises críticas muitas vezes consideradas incômodas no campo intelectual.

também possibilitam práticas de libertação e de emancipação histórica dos saberes silenciados pela razão e pela lógica eurocêntrica.

Através desses movimentos de resistência e de luta, os povos originários vêm reconfigurando seu lugar na esfera pública, tensionando as estruturas coloniais ainda vigentes e afirmando seus projetos próprios de existência. Os dados mais recentes do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que aproximadamente 1,69 milhão de pessoas se autodeclararam indígenas no Brasil, pertencentes a 391 povos distintos e falantes de 295 línguas, o que representa uma expressiva diversidade sociocultural e contribui para desconstruir a narrativa do desaparecimento. A autodeclaração e a presença crescente em contextos urbanos demonstram que a identidade indígena é dinâmica e atravessada por disputas políticas e epistemológicas, contudo, uma leitura crítica desses dados é indispensável, pois o crescimento demográfico não implica, necessariamente, a superação das desigualdades estruturais, uma vez que conflitos territoriais, invasões, violência contra lideranças e a fragilização de políticas públicas continuam a impactar profundamente essas populações, revelando que a resistência contemporânea ainda se dá em meio a permanentes disputas.

É nesse horizonte histórico, marcado pela invasão colonial, pela violência física e simbólica dos povos originários e pela persistência de desigualdades estruturais que ainda os afetam, que esta tese insere a Competência Crítica em Informação (CCI). Antes de constituir-se como uma abordagem decolonial, essa competência surge no interior da própria crítica ao projeto moderno-colonial, ancorada, sobretudo, na Teoria Crítica e na Pedagogia Crítica, cujas bases foram formuladas em grande medida no contexto de uma crítica intraeuropeia à racionalidade instrumental, à neutralidade científica e às formas de dominação produzidas pela modernidade. Isso significa que ela tem seu surgimento como uma autocrítica da própria modernidade. Essa crítica, contudo, foi elaborada a partir das experiências históricas europeias, como o capitalismo industrial, o fascismo e as guerras mundiais, o que significa que, embora potente para denunciar formas de opressão modernas, não contemplava plenamente a dimensão colonial que estruturou a expansão europeia e a subalternização de povos e das epistemologias fora do continente.

Contudo, como indicam Oliveira e Gomes (2021), ao dialogarem com a epistemologia de fronteiras de Mignolo (2017), torna-se necessário tensionar os

limites dessa crítica quando ela permanece circunscrita ao horizonte europeu. É nesse avanço que esta pesquisa se posiciona, ao fundamentar a CCI também nas teorias decoloniais, propondo-se um deslocamento para uma abordagem contracolonial. Assim, essa competência passa a ser concebida como prática situada, coletiva e insurgente, orientada ao desmantelamento de relações de poder, à disputa pelos processos de legitimação de saberes e ao reconhecimento de epistemologias historicamente subalternizadas, movimento que converge com a defesa de Tewell (2025) de que a CCI deve desafiar estruturas opressoras, reconhecer desigualdades históricas e promover autonomia social.

Quando observada a partir das experiências dos povos originários brasileiros, em particular, essa compreensão ganha ainda mais densidade, na medida em que, entre essas comunidades, a informação não pode ser vista como um dado neutro no horizonte da perspectiva universalista moderno-colonial, mas como parte de um sistema de vida, de memória e de continuidade cultural, que envolve práticas, territorialidades, relações com o sagrado e cosmovisões. A informação, nesse contexto, é inseparável da terra, da ancestralidade e das formas de produzir, transmitir e preservar conhecimento ao longo das gerações. De fato, quando deslocada para esse campo, a CCI não pode ser reduzida a habilidades técnicas ou ao domínio de artefatos informacionais, pois os modos de saber originários se estruturam em lógicas comunitárias, intergeracionais e relacionais. Nesses povos, aprender e compartilhar informação é um processo coletivo, muitas vezes oral, marcado pela escuta, pela observação, pela convivência e pela espiritualidade, dimensões que rompem com a concepção hegemônica e escolarizada da competência em informação.

Pensar que esse padrão de modernidade colonial em torno das formas de produzir conhecimento é um modelo avançado e único conduz a um entendimento totalmente equivocado. Tal posicionamento põe em risco outras maneiras de conhecimento e gera uma neutralidade, que, nesse contexto, se refere à ideia de que o conhecimento pode ser produzido de forma imparcial, objetiva e desvinculada de valores, interesses ou posições históricas, como se o sujeito que conhece estivesse fora das relações de poder que atravessam a sociedade. Leva também a universalidade que, por sua vez, diz respeito à pretensão de que esse conhecimento, uma vez produzido sob tais critérios, seria válido para todos os tempos, lugares e culturas, independentemente de contextos específicos (Quijano,

2014; Mignolo, 2017; Ballestrin, 2017). Sob uma perspectiva crítica, ambas as noções são problematizadas por ocultarem as condições históricas e geopolíticas de sua própria produção, frequentemente situadas no horizonte eurocêntrico da modernidade, que transforma experiências particulares em parâmetros globais de verdade.

Então, para melhor entendimento desse debate, pode ser mencionado, por exemplo, o conhecimento sobre a aplicabilidade das ervas medicinais em comunidades originárias no Brasil. Esse conhecimento é transmitido por gerações e ancestralidades. No modelo moderno-científico, enraizado na prática eurocêntrica, o reconhecimento de uma planta como “medicinal” depende de testes laboratoriais, padronização de princípios ativos e de validação por protocolos farmacológicos, critérios que se apresentam como neutros e universais. Entretanto, em muitas comunidades indígenas, o uso das ervas está inserido em um sistema amplo de saber que envolve memória coletiva, orientação dos mais velhos, relações espirituais com o território e modos específicos de preparo e de aplicação, frequentemente associados a cantos, rituais e narrativas cosmológicas. Quando esse conhecimento é desconsiderado por não se enquadrar nos parâmetros científicos eurocentrados, isto é, quando é apropriado e validado apenas após sua tradução para a linguagem laboratorial, se observa que a neutralidade proclamada é, na verdade, situada culturalmente, e que a universalidade funciona como mecanismo de hierarquização, subordinando saberes ancestrais a um regime epistêmico que define unilateralmente o que conta como conhecimento legítimo.

O conhecimento ancestral dos povos originários transcende as suas comunidades. Como se observa, por exemplo, no uso recorrente de chás para aliviar mal-estar, prática amplamente difundida, ainda que nem sempre reconhecida como herança indígena⁴. Essas ervas medicinais, nas comunidades indígenas, constituem um sistema epistêmico diverso, construído ao longo de gerações por meio da observação da natureza. Esse conhecimento vai além da identificação de propriedades terapêuticas, pois envolve a compreensão dos ciclos da floresta, do tempo adequado de coleta, das formas corretas de preparo, das restrições alimentares e das dimensões espirituais que orientam seu uso. As plantas, os espíritos da floresta e os cantos xamânicos integram um universo de saber que não

⁴ Tal prática também se fez presente em terras brasileiras por meio do acervo de memória trazido pelos africanos escravizados, permanecendo, ainda hoje, viva e atuante no cotidiano.

separa o visível do invisível, o corpo da terra ou o tratamento físico da dimensão espiritual (Kopenawa; Albert, 2013). Essa cosmologia representa também uma ruptura com os modelos coloniais e reforça a existência de um sistema de conhecimento ancestral que sustenta a continuidade da vida desses povos.

A partir dessas ponderações, torna-se evidente que compreender a CCI no contexto dos povos originários exige reconhecer a informação como dimensão constitutiva de processos históricos de resistência, de continuidade cultural e de ancestralidade, e não como mero recurso técnico ou instrumental. Trata-se de entendê-la como prática situada, atravessada por disputas de poder, pela defesa do território e pela afirmação de epistemologias próprias que tensionam as bases da racionalidade moderno-colonial. Nesse sentido, essa competência, quando ancorada em uma perspectiva decolonial e contracolonial, ultrapassa a ênfase nas habilidades individuais e no desempenho escolarizado, configurando-se como movimento de enfrentamento às dinâmicas coloniais ainda operantes na contemporaneidade, especialmente aquelas que hierarquizam saberes e silenciam cosmologias não eurocêntricas. Essa competência, ao dialogar com epistemologias insurgentes, pode assumir um caráter ético-político, orientado à desnaturalização das estruturas de dominação informacional e à legitimação de regimes de saber diversos (Rezende; Souza, 2025).

Nesse sentido, esta tese se alinha à necessidade de tensionar epistemologias hegemônicas e de valorizar os modos próprios de existir, de conhecer e de comunicar das comunidades indígenas. Com base nessa perspectiva esta tese propôs a seguinte questão de pesquisa: Quais são os elementos que evidenciam a conformação de estratégias contracoloniais no macroprocesso da competência crítica em informação dos povos originários brasileiros? Diante dessa explanação e da problemática apresentada, torna-se necessário identificar de que maneira esses elementos da CCI evidenciam a conformação dessas estratégias contracoloniais de resistência no contexto dos povos originários. Trata-se de compreender como tais elementos se manifestam nas práticas e nas ações de informação, nos modos de produção e circulação de saberes e nas narrativas construídas por esses povos, revelando processos de enfrentamento às estruturas coloniais ainda vigentes e de afirmação de epistemologias próprias, considerado, pelo menos, três pressupostos:

- Pressuposto 1: Os povos originários brasileiros foram historicamente marginalizados social, política, econômica, educacional e culturalmente.
- Pressuposto 2: Parte considerável do povo indígena vive em ambientes diferenciados de educação e de informação, possuindo formas próprias de saberes e de conhecimentos múltiplos.
- Pressuposto 3: O desenvolvimento de elementos da CCI se dá externo ao ambiente formal, sobretudo, a partir de relações cotidianas e comunitárias.

Diante dessa indagação, esta pesquisa testa a hipótese central de que a CCI, no contexto dos povos originários, não se apresenta como uma imposição externa, mas como uma estratégia que potencializa o conhecer, o agir e o ressignificar valores orientados à contracolonialidade do poder, do saber e do ser. No âmbito do poder, a CCI contribui para o desmantelamento de estruturas coloniais e para o enfrentamento de dinâmicas de opressão historicamente naturalizadas; no plano do ser, fortalece a atuação concreta e coletiva voltada à transformação da realidade e à superação de práticas violentas e estereotipadas; e, no campo do saber, promove uma resposta ativa e insurgente às epistemologias coloniais, especialmente a partir do diálogo com pensadores contracoloniais indígenas, reafirmando a legitimidade dos saberes ancestrais. Nessa lógica de resistência, a perspectiva contracolonial enfatiza a reconexão com a ancestralidade, a centralidade do território e a harmonia com a natureza como fundamentos para a reimaginação de futuros plurais de conhecimento, sustentados por modos de vida alternativos e por projetos coletivos de autonomia e continuidade histórica.

Com base nessa questão de pesquisa, pretendeu-se alcançar o seguinte objetivo geral: Analisar elementos na literatura indígena que evidenciam a conformação de estratégias no macroprocesso da competência crítica em informação dos povos originários brasileiros, no horizonte da contracolonialidade. Para operacionalizar o alcance desse objetivo, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- identificar práticas e ações que mobilizam estratégias da CCI para tensionar epistemologias hegemônicas e afirmar perspectivas críticas decoloniais e contracoloniais;

- descrever elementos que sustentam práticas de resistência, como estratégias de emancipação e de reafirmação de epistemologias originárias;
- evidenciar as lógicas que sustentam os modelos coloniais, decolonias e contracolônias de práticas e ações de informação no contexto dos povos originários;
- verificar os efeitos das dimensões da CCI na autonomia informacional, na valorização de saberes silenciados e na autodeterminação dos povos originários;
- apresentar um modelo de estudos com elementos da CCI em contextos indígenas, considerando práticas e ações insurgentes como estratégias de resistência contracolonial.

O presente estudo resulta de um processo de amadurecimento intelectual ancorado tanto nas experiências formativas da autora quanto na relevância científica e social da temática investigada. A escolha por analisar os elementos da CCI no contexto dos povos originários decorre de um percurso acadêmico marcado pela atuação em projetos de extensão voltados a comunidades em situação de vulnerabilidade social, durante o período em que a autora integrou o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como professora substituta. Nesse contexto, a participação em iniciativas como o projeto *Amazon Saviours*,⁵ realizado junto a comunidades ribeirinhas⁶ do Rio Guaporé, e a implementação de uma biblioteca escolar na comunidade Vila Princesa possibilitaram vivências diretas com práticas e ações de informação comunitárias, seus desafios estruturais, formas de resistência e modos próprios de produção e de transmissão de conhecimentos. Tais experiências suscitaram reflexões acerca da

⁵ DE LUCCA, Djuli Machado; REZENDE, Angerlânia; ARAUJO JUNIOR, Edson Modesto; REZENDE, Ana Carolina. O projeto de extensão “Amazon Saviours” enquanto instrumento para o desenvolvimento da competência em informação de povos ribeirinhos do Vale do Rio Guaporé, no sul do estado de Rondônia. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28, 2019, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ABES, 2019.

⁶ As populações ribeirinhas da Amazônia são comunidades tradicionais que vivem às margens dos rios amazônicos, organizando sua vida social, econômica e cultural em profunda relação com as águas e a floresta. Formadas, em grande parte, por descendentes de povos indígenas, populações negras e migrantes nordestinos, desenvolvem modos de vida baseados na pesca artesanal, na agricultura de subsistência. São grupos em situação de vulnerabilidade social: a saúde, a educação e o saneamento básico são considerados precários (De Lucca *et al.*, 2019).

autonomia informacional e do papel social da CCI em contextos periféricos, especialmente no que se refere à circulação de saberes situados, à valorização das memórias coletivas e ao enfrentamento das assimetrias epistêmicas. As publicações⁷ decorrentes dessas vivências consolidaram o interesse em aprofundar a investigação sobre como grupos historicamente subalternizados constroem estratégias informacionais para enfrentar desigualdades e afirmar sua autonomia, direcionando a pesquisa com os povos originários, cujos modos de vida e epistemologias desafiam paradigmas hegemônicos e evidenciam a necessidade de abordagens críticas, decoloniais e contracoloniais no campo da Ciência da Informação.

No âmbito científico, parte-se do entendimento de que a Ciência da Informação se configura como campo de natureza social, conforme assinala Le Coadic, (2004), ao reconhecer que os fenômenos informacionais são indissociáveis de suas dimensões sociais, culturais, políticas e históricas. Nessa perspectiva, a informação não é entendida como elemento neutro ou meramente técnico, mas como construção situada, atravessada por relações de poder, disputas simbólicas e processos de colonialidade moderna. O estudo aqui proposto insere-se nesse horizonte teórico ao buscar ampliar o debate sobre a CCI, deslocando-a de abordagens tradicionalmente centradas na dimensão instrumental, voltadas ao uso eficiente de fontes e tecnologias, para concebê-la como prática formativa crítica, reflexiva e contextualizada. Ao situar a CCI no contexto dos povos originários, a pesquisa contribui para tensionar paradigmas hegemônicos no campo, evidenciando a necessidade de perspectivas que considerem epistemologias outras, territorialidades específicas e processos informacionais vinculados à autonomia, à resistência e à afirmação epistêmica.

Ao reconhecer o caráter emancipatório da consciência crítica, esta investigação ancora-se nos aportes dos estudos decoloniais e contracoloniais como fundamentos teórico-epistemológicos. Autores decoloniais, como Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Aníbal Quijano, Luciana Ballestrin e Walter Mignolo, dentre outros, demonstram que a colonialidade do poder, do saber e do ser permanece estruturando as formas de produção, validação e circulação do conhecimento,

⁷ DE LUCCA, Djuli Machado; REZENDE, Angerlânia. Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas escolares. In: PIMENTA, Jussara (Org.) **Biblioteca escolar: memória, práticas e desafios**. Curitiba: CRV, 2018.

afetando diretamente os modos pelos quais comunidades indígenas acessam e compartilham informações. Tais dinâmicas não apenas restringem a autonomia informacional, mas também deslegitimam epistemologias tradicionais, subordinando-as a regimes de verdade eurocentrados. No contexto brasileiro, reflexões como as de Luciana Ballestrin contribuem para compreender como essas estruturas operam no campo político e acadêmico, reforçando hierarquias epistêmicas.

Em diálogo com esse horizonte crítico, pensadores contracoloniais como Ailton Krenak, Trudruá Dorrico que depois se assume Trudruá Dorrico, Antônio Bispo dos Santos, Gersem dos Santos Luciano Baniwa, e David Kopenawa, dentre vários outros, deslocam o debate para além da denúncia da colonialidade, enfatizando a necessidade de afirmar projetos próprios de existência. A construção ativa de mundos próprios, nesse contexto, implica fortalecer cosmologias, práticas comunitárias, pedagogias ancestrais e formas autônomas de narrar a realidade, produzindo e circulando informações a partir de matrizes epistêmicas indígenas. Trata-se de um movimento que converge com a CCI, na medida em que esta, quando situada, não se limita à análise crítica de conteúdos e contextos, podendo promover a capacidade de produzir sentidos, disputar narrativas e sustentar autonomias coletivas.

Articular a CCI às perspectivas decoloniais e contracoloniais implica reconhecer que, no contexto dos povos originários, ela não pode ser reduzida a uma prática técnica de leitura ou de avaliação de fontes de informação. Sob a lente decolonial, essa competência pode contribuir para explicitar e problematizar as violências epistêmicas que historicamente hierarquizam saberes e deslegitimam modos indígenas de conhecer; contudo, essa contribuição não é automática nem garantida (Oliveira; Souza, 2021). Ela depende de condições concretas, isto é, de uma abordagem situada, do reconhecimento das epistemologias indígenas como matrizes legítimas de produção de conhecimento e da disposição ética de deslocar referenciais eurocentrados ainda predominantes no campo informacional.

Já a perspectiva contracolonial tensiona ainda mais essa articulação ao sugerir que a CCI, se apropriada a partir das próprias comunidades, pode colaborar com processos de afirmação epistêmica e de reexistência (Santos, 2023). Mas é fundamental problematizar em que medida isso é possível. E considerar também em quais condições a CCI deixa de ser um dispositivo normativo externo e passa a dialogar com práticas e ações de informação ancestrais, fortalecendo-as em vez de

enquadrá-las. Essas questões exigem cautela. A CCI não resolve, por si, as assimetrias estruturais da colonialidade, nem substitui lutas territoriais, políticas e cosmológicas. No entanto, ela pode integrar um conjunto mais amplo de estratégias, contribuindo para qualificar disputas narrativas, ampliar a autonomia informacional desses povos.

Em âmbito social, a justificativa desta pesquisa não se apoia somente em uma demanda abstrata por “inclusão”, mas na constatação de que as desigualdades informacionais estão imbricadas às estruturas históricas da colonialidade. Como argumenta Quijano (2014), a colonialidade do poder organiza hierarquias raciais, epistêmicas e econômicas que persistem para além do período colonial formal. Nesse cenário, o acesso, a produção e a validação do conhecimento continuam atravessados por assimetrias profundas. Entender e fortalecer práticas de emancipação social e informacional torna-se, portanto, relevante porque tais práticas incidem diretamente sobre a capacidade de grupos historicamente subalternizados de disputar narrativas, defender territórios e afirmar modos próprios de existência. A justiça cognitiva (Quijano, 2014; Mignolo, 2017), no sentido de reconhecer a legitimidade de diferentes sistemas de conhecimento, exige não apenas políticas públicas, mas também instrumentos analíticos capazes de evidenciar como as práticas e ações e informação podem tanto reproduzir quanto tensionar desigualdades.

Nesse âmbito social, esta investigação busca examinar se, e em que condições, a CCI pode contribuir para o enfrentamento dessas assimetrias. Não se trata de pressupor que esta seja, por si, emancipatória, mas de indagar como ela pode ser mobilizada em contextos específicos para qualificar processos de autorrepresentação, fortalecer mediações comunitárias e ampliar a autonomia informacional. Inspirada em reflexões de Mignolo (2017) sobre desobediência epistêmica e de Krenak (2019) sobre a necessidade de sustentar outros modos de existir, a pesquisa reconhece que a transformação social não decorre somente da crítica às estruturas coloniais. Ela depende também da criação de alternativas concretas.

Por outro lado, é preciso considerar em que medida os estudos críticos desenvolvidos na Ciência da Informação também são transformados ao dialogar com esses processos socioculturais. Ao incorporar epistemologias indígenas e práticas e ações de informação situadas, o próprio campo é tensionado a rever seus

pressupostos teóricos, metodológicos e políticos. Assim, a contribuição não é unidirecional. Se, por um lado, a pesquisa pretende oferecer subsídios para políticas, ações e mediações mais sensíveis às realidades indígenas, por outro, reconhece que é a escuta dessas realidades que pode ampliar e reorientar os horizontes críticos da Ciência da Informação. Trata-se, portanto, de uma justificativa social que envolve implicações mútuas, fortalecer processos de emancipação informacional e, simultaneamente, provocar deslocamentos epistemológicos no próprio campo científico.

Nesse entendimento, a pesquisa mostra-se aderente à área de concentração “Informação, Conhecimento e Sociedade” e, especificamente, à Linha de Pesquisa “Organização, Acesso e Uso da Informação” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), uma vez que dialoga diretamente com os processos de acesso, de uso e de impactos da informação em contextos socioculturais específicos. Ao se dedicar à CCI entre povos tradicionais indígenas, este estudo tanto responde às demandas teóricas da linha de pesquisa, como também pode introduzir uma perspectiva crítica, inovadora e epistemologicamente ampliada para o campo. Essa possível contribuição crítica e inovadora não reside só na escolha do objeto, mas no modo como ele é problematizado. Ao interrogar se, como e sob quais condições a CCI pode dialogar com epistemologias indígenas, a pesquisa desafia pressupostos universalizantes que tratam a competência em informação como um construto objetivo, neutro ou homogêneo. Isso amplia epistemologicamente o campo ao incorporar referenciais decoloniais e contracoloniais, questionando hierarquias de saber e reconhecendo práticas e ações de informação ancoradas em cosmologias, oralidades e territorialidades específicas, permitindo ampliar e acrescentar outra perspectiva à Ciência da Informação e seus referenciais predominantemente eurocêntricos, evidenciando como essas práticas originárias operam como formas de resistência, reexistência e produção de autonomia. Assim, a pesquisa se reveste de originalidade ao propor uma leitura que pode diminuir esses limites instrumentais da competência em informação, ao reafirmar a centralidade das epistemologias indígenas e fortalecer um movimento renovador na área, comprometido com justiça cognitiva, pluralidade epistêmica e enfrentamento ativo às estruturas coloniais que historicamente moldaram o campo.

Esta tese se encontra estruturada em sete seções textuais, incluindo esta **Introdução**, em que expõe a problemática, os objetivos, pressupostos, hipótese e justificativa do trabalho.

Na segunda seção, **Colonialidade, decolonialidade e contracolonialidade: dos aspectos conceituais aos domínios de atuação**, apresentam-se os conceitos e finalidades dessas correntes teóricas, com atenção especial aos contextos dos povos originários. Observa-se que decolonialidade e contracolonialidade atuam como abordagens complementares na resistência à colonialidade, incidindo em dimensões específicas para desconstruir estruturas de dominação herdadas do colonialismo histórico. Nesse cenário, a contracolonialidade assume um papel mais incisivo, problematizando os efeitos persistentes do colonialismo e questionando as relações de poder que continuam a reproduzir desigualdades históricas, reafirmando modos próprios de existir, produzir conhecimento e afirmar autonomia epistemológica nos contextos originários.

Na terceira seção, **Raízes da competência crítica em informação: um olhar orientado às perspectivas decoloniais e contracoloniais**, são apresentados os conceitos fundamentais da competência crítica em informação, suas convergências e divergências, bem como suas dimensões, elementos críticos e os efeitos de sua aplicação em contextos indígenas, destacando como essas práticas promovem resistência epistemológica e reafirmação de saberes próprios.

Na quarta seção, **Informação indígena na circulação do conhecimento: fontes e produtos de saberes ancestrais**, os regimes de informação e os saberes originários, enfatizando a transformação de atores indígenas de sujeitos considerados vulneráveis para agentes ativos de seus próprios saberes, capazes de controlar, produzir e circular conhecimento segundo lógicas comunitárias e epistemologias próprias.

Na quinta seção, **Desenho da pesquisa: do levantamento de fontes indígenas à compreensão da competência crítica em informação indígena**, são detalhados a caracterização da pesquisa e do campo de estudo, assim como os procedimentos adotados para a coleta de dados, garantindo rigor metodológico e sensibilidade cultural, isto é, a capacidade de reconhecer, respeitar e interagir de forma ética e consciente com diferentes culturas, considerando seus valores, crenças, práticas e modos de vida sem reduzi-los a estereótipos ou hierarquias, no tratamento das informações coletadas.

Na sexta seção, **Competência crítica em informação de povos originários brasileiros: dos fundamentos decoloniais às estratégias contracoloniais**, são apresentados os atores de informação indígenas, seus artefatos, seus suportes e suas ações de informação, além do modelo teórico-metodológico desenvolvido para identificar e sistematizar os elementos constitutivos da competência crítica em informação indígena, articulando princípios decoloniais e práticas contracoloniais que fortalecem a autonomia epistemológica e a resistência cultural.

Na sétima seção, **Considerações finais**, apresenta-se uma síntese analítica dos principais resultados e reflexões produzidos ao longo da pesquisa. Nessa parte, retoma-se o percurso teórico e metodológico desenvolvido, evidenciando as contribuições do estudo para o campo da Ciência da Informação, especialmente no que se refere à articulação entre Competência Crítica em Informação, perspectivas decoloniais e estratégias contracoloniais em contextos indígenas. Também são discutidas as limitações enfrentadas durante a investigação, apontando-se caminhos para o aprofundamento dessas discussões. Por fim, apresenta-se as **Referências** utilizadas nesta pesquisa.

2 COLONIALIDADE, DECOLONIALIDADE E CONTRACOLONIALIDADE: DOS ASPECTOS CONCEITUAIS AOS DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO

Cabe às pessoas decoloniais, em qualquer lugar do mundo, educar sua geração neta para que não ataque a minha geração neta. Elas só são necessárias se fizerem isso, porque é isso o que é necessário fazer. E a nós, contracoloniais, cabe inspirar a nossa geração neta para que ela se defenda [...] (Santos, 2023, p. 33).

De início, esta seção tem como ponto de partida a cosmovisão indígena, compreendida como um modo de existir que rompe com os paradigmas coloniais e capitalistas da contemporaneidade. Como expressa Santos (2023), é papel das gerações decoloniais e contracoloniais educar e inspirar suas descendências para que não reproduzam violências e saibam defender-se das opressões históricas. De fato, estudos nesse horizonte se configuram como vertentes teóricas que tensionam as narrativas hegemônicas e resgatam a centralidade de sujeitos e de saberes historicamente marginalizados. Ao invés de somente incluir vozes subalternizadas, essas abordagens buscam deslocar o eixo de produção do conhecimento, revelando epistemologias próprias e modos de vida que resistem à homogeneização imposta pela modernidade capitalista.

Na prática, são perspectivas que tornam visíveis autores plurais, filosofias críticas e tradições intelectuais múltiplas, quebrando com a dependência teórica eurocentrada e afirmando a legitimidade das produções locais e ancestrais de povos silenciados e tidos como mercadorias sem domínio dos seus próprios corpos. No âmbito dos povos originários, tais estudos valorizam a relação indissociável entre cultura e a natureza, reconhecendo a cosmovisão e a espiritualidade como dimensões centrais da existência e da produtividade. Essa visão reflete uma ética do cuidado, enraizada na compreensão de que a terra é mais do que um recurso, sendo ela a mãe e a fonte de vida.

A partir desse cenário, os povos indígenas revelam uma racionalidade que se contrapõe ao fundamento antropocêntrico e mercantil, que reduz a natureza a um bem explorável e comercial. A relação harmônica foi violentamente interrompida por traços herdados e o prolongamento estrutural do colonialismo, entendido aqui como colonialidade. Essa herança moderna impôs um modelo civilizatório fundado na separação entre ser humano e natureza, que, na percepção de Krenak (2019), sustenta o projeto civilizatório o qual transforma rios, florestas e montanhas em

recursos e mercadorias, pois, segundo ele, “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (Krenak, 2019, p. 49). Tudo isso legitimando práticas de devastação ambiental, exploração capitalista sem controle, instaurando o domínio da razão eurocentrica sobre o corpo, a cultura e a terra e do ser humano sobre os outros seres. É preciso apreender que os seres humanos são parte integrante da natureza, e não seus proprietários.

Essa cisão, ao mesmo tempo simbólica e material, provocou a destruição de modos de vida, saberes e cosmologias que sustentavam uma relação de equilíbrio e de interdependência entre a terra e os povos que a habitavam. Pessoas comprometidas com a preservação dos ensinamentos ancestrais de seus avós se viram diante de estrangeiros que chegavam de terras distantes, portando uma visão de mundo distinta, uma perspectiva que desrespeitava e profanava o caráter sagrado da Mãe Terra (Munduruku, 2019). Essa ruptura imposta pelo projeto colonial destruiu formas de existência baseadas no cuidado e na reciprocidade com o território, substituindo-as por uma lógica de exploração e dominação. Retirados de seus lares, muitos indígenas foram submetidos à violência e à escravização e até mesmo foram leiloados, transformados em mercadoria dentro da engrenagem econômica que sustentava a colonização.

Relembrar essa crueldade é fundamental para evitar a romantização de um processo que foi, em sua essência, violento, expropriatório e desumanizador. Por muito tempo, a narrativa dita oficial construiu uma versão atenuada da colonização, enfatizando encontros culturais e supostos avanços civilizatórios, enquanto silenciava massacres, expulsões territoriais, escravizações e epistemicídios impostos aos povos indígenas e afrodescendentes. Recuperar essa dimensão histórica não significa permanecer preso ao passado, mas reconhecer as bases estruturais das desigualdades que ainda persistem. Somente ao enfrentar criticamente essa memória é possível desconstruir versões distorcidas que legitimam privilégios herdados do colonialismo e avançar em processos efetivos de decolonização do saber, da política e das relações sociais.

A exploração ambiental, a escravização de povos e o apagamento epistêmico, longe de serem consequências acidentais do colonialismo, constituíram os pilares sobre os quais se ergueu o projeto moderno de dominação e as novas

formas de exploração. Como observa Mignolo (2017), essa lógica consolidou uma estrutura de poder global que atua nas dimensões do poder, do ser e do saber, reproduzindo hierarquias coloniais e epistemológicas que continuam a moldar o mundo contemporâneo.

Diante desse cenário, surgem movimentos de enfrentamento e de reconstrução. Intelectuais latino-americanos, inseridos em diferentes contextos acadêmicos e sociais, articularam-se para propor uma virada epistemológica comprometida com o reconhecimento e a valorização de formas de conhecimento não subordinadas ao paradigma eurocêntrico. Trata-se de um esforço coletivo de repensar o mundo a partir de outras bases, resgatando saberes, cosmologias e modos plurais de cultura e de vida que foram marginalizados pelo projeto moderno-colonial (Ballestrin, 2013).

O Grupo Modernidade/Colonialidade foi sendo paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Ainda no ano de 1998, um importante encontro apoiado pela CLACSO e realizado na Universidad Central de Venezuela, reuniu pela primeira vez Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. A partir deste, foi lançada em 2000 uma das publicações coletivas mais importantes do M/C: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. No mesmo ano de 1998, Ramon Grosfoguel e Agustín Lao-Montes reuniram em Binghamton, para um congresso internacional, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein. Nesse congresso foi discutida pelos quatro autores a herança colonial na América Latina, a partir da análise do sistema-mundo de Wallerstein (Ballestrin, 2013, p. 97).

O Grupo Modernidade/Colonialidade representou um marco decisivo no campo das ciências sociais e humanas ao propor uma leitura crítica das bases históricas e epistêmicas que sustentam a dominação colonial, mesmo após seu término formal. Esse coletivo de pensadores latino-americanos formulou um projeto teórico e político que expõe como a modernidade, longe de ser um símbolo de progresso e racionalidade, está intrinsecamente ligada à violência, à exclusão e à subordinação de outros modos de existir e de conhecer. Ao desconstruir a narrativa eurocêntrica que associa modernidade à emancipação, o grupo revela as contradições desse discurso e propõe a urgência de epistemologias plurais, capazes de legitimar a potência dos saberes produzidos fora do eixo hegemônico eurocêntrico.

O Giro Decolonial, surgido a partir desse projeto, e inaugurado por Luciana Ballestrin (2013) foi fundamental pois rompeu com a dependência teórica das epistemologias europeias e abriu espaço para o reconhecimento e a valorização de outros saberes plurais, até então subalternizados, especialmente os dos povos indígenas, africanos e afrodescendentes. Ao propor o “desengate epistêmico” o grupo defendeu a necessidade de pensar a partir de suas experiências históricas e cosmológicas. Esse projeto constitui uma base ética, política e epistêmica permitindo repensar o mundo a partir das margens, desafiando as desigualdades e as hierarquias impostas pelo pensamento moderno.

Para Maldonado-Torres (2008), a principal contribuição dessa perspectiva reside em demonstrar que a colonialidade não se encerrou com o fim formal do colonialismo, ao contrário, ela se reconfigura e permanece operando de maneira sofisticada, muitas vezes mascarada por discursos de progresso, de desenvolvimento ou de modernização, que continuam a submeter e explorar povos historicamente massacrados em diferentes âmbitos da sociedade. Nesse sentido, iniciativas como o Giro decolonial assumem papel fundamental ao deslocar o eixo epistemológico tradicionalmente centrado na Europa, questionando sua pretensa universalidade e abrindo espaço para a emergência de outras racionalidades, contribuindo para a reconstrução de horizontes teóricos mais plurais e críticos.

As raízes que compõem a colonialidade podem ser compreendidas como a herança estrutural do colonialismo. Enquanto esse último se refere a um período histórico marcado pela expansão marítima europeia, invasão território, dominação política direta e escravização física e cultural de indígenas e de africanos, a colonialidade ultrapassa esses limites, pois permanece de forma velada na contemporaneidade. Comumente apresentada como padrão de poder, de saber e de ser, ela se mantém fortemente atuante mesmo após às independências formais dos países colonizados.

[...] a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, pois, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo (Maldonado-Torres, 2008, p. 131).

Nesse processo, consolidaram-se práticas extremamente violentas como a tentativa do apagamento de culturas e a diáspora forçada. Tanto os indígenas quanto os africanos, embora em níveis diferentes, foram retirados de maneira brutal de seus territórios e postos como mercadoria humana, com a finalidade de manter e de alimentar a lógica de exploração servil, introduzida pelas atrocidades dos europeus. Ainda nessa perspectiva, Mignolo (2017) sublinha que a dimensão mais perversa da modernidade é justamente a colonialidade. Isso porque o discurso moderno, amparado na ideia de progresso, de desenvolvimento e de universalidade, oculta e legitima muito bem as hierarquias raciais, epistemológicas e culturais construídas durante a colonização. Vale lembrar também o sociólogo de Guiné-Bissau, Miguel de Barros (2025), e sua defesa do conceito de transformação em contraponto a noção de desenvolvimento propagada por uma parcela significativa da intelectualidade ocidental. Pode-se identificar essas formas normalizadas e legitimadas da colonialidade moderna em diferentes esferas. No campo econômico, por exemplo, grandes projetos de “desenvolvimento”, como hidrelétricas, mineração em territórios indígenas ou expansão do agronegócio, são frequentemente apresentados como indispensáveis ao crescimento nacional, embora impliquem expulsão de comunidades, destruição ambiental e aprofundamento das desigualdades. A lógica desenvolvimentista transforma territórios em “recursos” e populações tradicionais em obstáculos ao crescimento, reiterando hierarquias herdadas do período colonial.

Em outras palavras, essa modernidade não pode ser pensada sem o seu lado cruel e opressor, pois dilacera vidas, silencia saberes e naturaliza violentas desigualdades globais.

O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera (Mignolo, 2017, p. 40).

O semiólogo argentino e professor de Literatura, Walter Mignolo, apresenta como as populações escravizadas foram forçadas a viver uma dimensão de duplicidades. De um lado, eram submetidas a consciência imposta pelo olhar do colonizador, que as colocavam em categorias de subordinação e invisibilizadas, do outro lado, aqueles que resistiram preservavam a consciência de suas próprias

heranças, que persistiam apesar das tentativas de apagamento. Com efeito, a colonialidade, infiltra-se em todas as camadas da vida, seja ela material, simbólica, social e estrutural, operando como um sistema que normaliza formas abusivas e impõe um modelo único de humanidade baseado em valores de produtividade e de lucro. Nessa perspectiva,

[...] la colonialidade es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal (Quijano, 2014, p. 2).⁸

Diante das observações do autor, percebe-se que os padrões de opressão no século XXI são persistentes e se atualizam por meio da lógica capitalista global, que concentra riquezas, amplia desigualdades e impõe restrições estruturais às populações historicamente marginalizadas, ao mesmo tempo em que beneficia os grandes grupos econômicos. A colonialidade, portanto, não é um vestígio do passado, mas um elemento constitutivo das dinâmicas contemporâneas de poder. Ela se encontra entranhada nas estruturas políticas, econômicas e culturais, naturalizada no cotidiano e frequentemente invisibilizada por discursos técnicos e aparentemente neutros. Um exemplo contemporâneo dessa prática pode ser observado na exploração de territórios indígenas para a extração de minérios estratégicos, como lítio e nióbio, sob a justificativa da transição energética e do desenvolvimento sustentável. Embora apresentados como iniciativas voltadas ao “desenvolvimento do país” e ao “bem comum”, esses projetos, muitas vezes, desconsideram a autonomia dos povos originários, fragilizam seus modos de vida e reforçam a lógica de que determinados territórios e populações podem ser sacrificados em nome de interesses econômicos globais⁹.

De fato, a colonialidade capitalista moderna assume múltiplas formas e se expressa por meio de padrões estruturais de poder, de ser e de saber, como

⁸ [...] a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular desse padrão e opera em cada um dos planos, áreas e dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana e em escala societal (Quijano, 2014, p.18, tradução minha).

⁹ O repentino interesse do governo federal brasileiro, gestão do ex-presidente Bolsonaro, nas terras raras da região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, na gananciosa corrida para a exploração e extração do lítio. Nesse exato momento, há uma teia complexa de disputas em cena, dentre as quais, a peleja das comunidades locais em defesa da causa ambiental.

mencionado por Quijano (2014) e Mignolo (2017). A colonialidade do poder, por exemplo, refere-se às formas de dominação que permeiam a economia, a autoridade política, a gestão da natureza e dos recursos, o controle dos corpos e das subjetividades, bem como a regulamentação das relações de gênero e de sexualidade. Trata-se de uma persistência das estruturas de poder coloniais, que continuam a operar o domínio da produção, mesmo após o período histórico formal (Quijano, 2014).

La colonialidad del poder condiciona la entera existencia social de las gentes de todo el mundo, ya que la racialización delimita de modo decisivo la ubicación de cada persona y cada pueblo en las relaciones de poder globales. Pero es en América, en América Latina sobre todo, que su cristalización se hace más evidente y traumática, puesto que aquí la diferenciación racial entre “indios”, “negros”, “blancos”, y “mestizos” ocurre al interior de cada país. Encarnamos la paradoja de ser Estados-nación modernos e independientes y, al mismo tiempo, sociedades coloniales, en dónde toda reivindicación de democratización ha sido violentamente resistida por las élites “blancas” (Quijano, 2014, p. 18).¹⁰

Com base na argumentação do autor, observa-se que essa colonialidade ultrapassa fronteiras geográficas e históricas, configurando-se como uma lógica global que organiza a vida social com base na racialização. Tudo isso vem como uma herança do colonialismo ainda ativo, que determina o lugar que os indivíduos e os povos ocupam nas hierarquias de poder contemporâneas. Quijano (2014) destaca que essa estrutura global é particularmente visível e violenta na América Latina, onde as distinções raciais entre indígenas, afrodescendentes e brancos se reproduzem dentro dos próprios Estados-nação, revelando a contradição entre a independência política e a persistência de práticas coloniais nas relações sociais e institucionais contemporâneas. Essa leitura crítica aponta que, apesar de essa parte do continente americano se declarar livre e soberana, ainda carrega essas estruturas que moldam suas economias, suas políticas e suas identidades. Em outras palavras, o autor enfatiza que a modernidade latino-americana está marcada por uma dupla condição, a saber, a de sociedades formalmente independentes, mas

¹⁰ A colonialidade do poder condiciona toda a existência social das pessoas em todo o mundo, uma vez que a racialização delimita decisivamente a localização de cada pessoa e de cada povo nas relações de poder globais. Mas é na América, sobretudo na América Latina, que a sua cristalização se torna mais evidente e traumática, pois aqui ocorre a diferenciação racial entre “índios”, “negros”, “brancos” e “mestiços” dentro de cada país. Incorporamos o paradoxo de sermos Estados-nação modernos e independentes e, ao mesmo tempo, sociedades coloniais, onde todas as exigências de democratização foram violentamente resistidas pelas elites “brancas” (Quijano, 2014, p. 18, tradução nossa).

internamente colonizadas, onde o racismo estrutural e a desigualdade persistem como fundamentos do poder.

A colonialidade do ser, ainda conforme Quijano (2014), expressa-se na imposição de identidades e de modos de existência construídos historicamente, envolvendo categorias raciais, culturais e sociais que modelam a percepção de indivíduos e de coletivos. Esses padrões frequentemente marginalizam aqueles que não se enquadram nas normas estabelecidas, reforçando exclusões no contexto do capitalismo contemporâneo. Por meio dessa perspectiva de violência, os povos originários e africanos tiveram a dominação de seus corpos classificados como inferiores, o que constituiu um dos alicerces centrais para a consolidação do capitalismo eurocêntrico. O corpo racializado do indígena e do africano passou a ser território de exploração e de controle, transformando-se em mão de obra, objeto de evangelização ou de civilização. Tal enquadramento os subordinou materialmente, assim como também produziu uma violência ontológica, negando-lhes o direito de existir segundo suas próprias cosmologias, suas formas de ser e seus modos de viver.

No tocante à colonialidade do saber, Quijano (2014) destaca a hegemonia de epistemologias eurocêntricas que desvalorizam ou invisibilizam saberes locais e tradicionais. Essa lógica impõe um critério de legitimidade centrado no conhecimento eurocêntrico, desconsiderando as produções de conhecimento da América Latina, da África e da Ásia, como se fossem menos relevantes ou irrelevantes. “En todas las sociedades donde la colonización implicó la destrucción de la estructura social, la población colonizada fue despojada de sus saberes intelectuales y de sus medios de expresión exteriorizantes o objetivantes” (Quijano, 2014, p. 322)¹¹. O saber colonizado se mantém como referência universal, enquanto epistemologias subalternas continuam a lutar por reconhecimento e valorização. O eurocentrismo, enquanto matriz de pensamento e de organização do mundo, sustenta esse poder ao naturalizar essas formas de exploração cultural, intelectual, social e política. Inicialmente da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos da América (EUA).

¹¹ Em todas as sociedades onde a colonização envolveu a destruição da estrutura social, a população colonizada foi despojada do seu conhecimento intelectual e dos seus meios de expressão externalizantes ou objectivadores (Quijano, 2014, p. 322, tradução nossa).

Essa dominação opera pela negação dos modos de saber, de ser e viver dos povos e países colonizados, principalmente os da América Latina. Esse capitalismo contemporâneo se apresenta como pós-industrial e tecnológico, dependendo cada vez mais de formas “arcaicas” de exploração, revelando uma contradição, mostrando que, em pleno século XXI, essas práticas de violência econômica, social e territorial ainda são naturalizadas por grupos que concentram poder e definem as regras do sistema.

Nesse cenário, a relação entre o epistemicídio dos povos indígenas e a colonialidade do saber revela-se direta, estrutural e contínua. O epistemicídio não pode ser compreendido como um efeito secundário ou acidental da colonização, pois constituiu um de seus principais dispositivos de funcionamento. Essa violência manifesta-se de forma explícita na contemporaneidade, especialmente nas políticas educacionais e nos currículos escolares e universitários que, mesmo após avanços legais, ainda priorizam majoritariamente referenciais eurocêntricos apresentadas como universais. Ao relegar os saberes indígenas a conteúdos periféricos, folclorizados ou restritos a datas comemorativas, essas práticas reproduzem e atualizam um epistemicídio contemporâneo, mantendo a hierarquização dos conhecimentos e a deslegitimação de outras matrizes epistêmicas. Desqualificar o conhecimento do outro constitui, portanto, uma estratégia de poder, pois impediu que esses povos fossem reconhecidos como sujeitos epistêmicos e produtores de sentidos sobre o mundo, durante muito tempo.

Essa dinâmica confirma a análise de Mignolo (2017), segundo a qual a incorporação do “outro” no interior da modernidade ocorre de maneira controlada, desde que esse outro seja traduzido, domesticado e não ameace as estruturas de poder e os interesses econômicos dominantes, que se dedicam a exploração e ao favorecimento próprio. Assim, o epistemicídio persiste não só pela negação explícita dos saberes indígenas ou afrodescendentes, mas também por sua inclusão condicionada, que esvazia seu potencial crítico, político e contracolonial.

A tensão constante resultante de todos esses processos produziu identidades fraturadas, mas, ao mesmo tempo, alimentou processos de lutas, de reinterpretação cultural e de produção de saberes capazes de combater toda essa hegemonia eurocêntrica. A noção de fragmentação e descentramento identitário também é problematizada por Stuart Hall (2006), na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, ao evidenciar que, na contemporaneidade, as identidades deixam de

ser fixas e unificadas, passando a constituir-se como múltiplas e continuamente (re)construídas em meio a processos históricos, culturais e discursivos. Os povos submetidos à dominação colonial não permaneceram passivos. Pelo contrário, desenvolveram estratégias de apropriação e de resiliência, aprendendo a transitar nesse espaço de duplicidade.

É nesse contexto que a noção de duplicidade, tal como formulada por Anzaldúa (2016) e também presente em Mignolo (2017), adquire centralidade analítica nesse campo temático. Ambos compreendem a duplicidade como uma condição histórica, existencial e epistemológica própria dos sujeitos situados nos espaços de fronteira da modernidade/colonialidade. Importa destacar que tais espaços não se restringem a limites físicos ou geográficos definidos pelos Estados-nação, mas configuram uma condição estrutural que atravessa múltiplas dimensões da vida social.

A fronteira, nessa perspectiva, é simultaneamente social, ao organizar relações de inclusão e exclusão. Ela também pode ser política, ao definir quem pode falar, decidir e ser reconhecido. Assim como econômica, ao hierarquizar formas de trabalho, exploração e acesso a recursos. Cultural, ao produzir processos de interculturalidade profundamente assimétricos e, epistêmica, ao estabelecer quais conhecimentos são legitimados e quais são sistematicamente silenciados, na medida em que “Las fronteras están diseñadas para definir los lugares que son seguros y los que no lo son, para distinguir el *us* (nosotros) del *them* (ellos)” (Anzaldúa, 2016, p. 42)¹². Essa fronteira é também um espaço de disputa, ao mesmo tempo em que pode ser ressignificada como ponte, ela permanece como uma ferida colonial, conforme formula Mignolo (2017), inspirado no trabalho de Anzaldúa. Trata-se de uma condição marcada pela tensão permanente, que não somente organiza relações sociais e epistemológicas, mas também incide diretamente sobre os corpos, produzindo marcas materiais e simbólicas forjadas no interior dessa ferida colonial.

Nessa chave analítica, a duplicidade não se apresenta como uma escolha voluntária nem como uma convivência harmoniosa entre culturas distintas. Ao contrário, ela expressa o resultado de um processo violento de imposição colonial que obriga os sujeitos subalternizados a habitar, de forma desigual, mundos

¹² As fronteiras são projetadas para definir os lugares que são seguros e os que não são, para distinguir o *us* (nós) do *them* (eles)” (Anzaldúa, 2016, p. 42).

simultâneos e hierarquizados, negociando continuamente sua existência entre a imposição do saber hegemônico e a persistência de outras racionalidades e modos de vida.

A recusa ou o silenciamento da própria ancestralidade africana ou indígena constituiu, em muitos contextos, uma estratégia de sobrevivência diante de estruturas raciais que transformavam determinados corpos em alvos preferenciais de violência. Ao negar traços identitários, buscava-se reduzir a exposição à discriminação, à exploração e à brutalidade sistemática que historicamente recaíram sobre populações negras e indígenas. Essa lógica reflete, mais uma vez, a condição fronteiriça de Anzaldúa (2016), em que é preciso viver entre mundos, negociar identidades e, muitas vezes, fragmentar-se para sobreviver. A experiência de ocultar ou tensionar a própria identidade revela essa existência atravessada por fronteiras simbólicas e raciais, nas quais o sujeito precisa constantemente ajustar-se às expectativas de um sistema que o inferioriza. Assim, ao adentrar-se no século XXI, percebe-se que práticas e mentalidades herdadas do século XX, e, em última instância, da colonialidade, continuam operando, exigindo dos corpos racializados estratégias de adaptação e de resistência em meio à permanência estrutural da violência.

2.1 Movimentos contra-hegemônicos e contextos de emergência da decolonialidade

A decolonialidade é um movimento que ocorreu a partir de grupos Latino-Americanos de estudos, já mencionados no decorrer desta seção. Esses grupos eram formados por iniciativas, com o objetivo de uma nova roupagem, de valorização e de compreensão da sociedade com relação à produção de conhecimento, que, até então, eram desvalorizados, explorados, oprimidos e silenciados pelos seus colonizadores. Essa corrente teórica propõe uma inflexão profunda nas formas de apreensão do conhecimento e de suas hierarquias, deslocando o foco da simples inserção dos saberes marginalizados dentro do paradigma dominante para o reconhecimento da legitimidade de outras matrizes epistemológicas. É um projeto que busca tanto a assimilação, quanto a afirmação de modos próprios de pensar e de existir, construídos a partir de experiências históricas, cosmologias e territorialidades específicas (Quijano, 2014).

Nesse mesmo horizonte, Mignolo (2017) salienta que a decolonialidade é compreendida como um movimento de libertação epistêmica que busca romper com a dependência intelectual e cultural imposta pela modernidade eurocentrada. Ao abordar o movimento da libertação, torna-se fundamental recorrer à perspectiva de Dussel (1997) quanto à sua teoria da libertação, a qual problematiza a centralidade eurocêntrica no pensamento filosófico e propõe uma “filosofia desde o Sul” que questiona o modelo epistemológico dominante da modernidade. Para ele, a Filosofia da Libertação surge justamente como uma resposta crítica à hegemonia epistemológica europeia, enfatizando a necessidade de incluir a voz dos excluídos e dos marginalizados na construção do saber filosófico e ético. O autor também rejeita a universalidade eurocêntrica e defende uma “transmodernidade”. Não se trata de ignorar o legado da modernidade, suas descobertas e seus conhecimentos, mas de deslocá-la para uma matriz que valorize as epistemes marginalizadas e que coloque em diálogo saberes pluralizados, rompendo com a premissa de superioridade europeia. É importante compreender que o outro concretamente situado, isto é, os povos subalternizados, indígenas, afrodescendentes, etc., são detentores de suas próprias epistemes, são sujeitos éticos e que desafiam a filosofia tradicional.

Em diálogo com essa perspectiva, é possível retomar o pensamento de Mignolo (2017) que alerta para um processo de “desobediência epistêmica”, no qual o pensamento se desvincula das estruturas da matriz colonial e abre espaço para a emergência de outras formas de saber e de viver, enraizadas em experiências históricas diversas. Dessa forma, os conhecimentos indígenas, afrocentrados e quilombolas assumem papel central como expressões de racionalidades plurais, que articulam dimensões espirituais, éticas e comunitárias do saber. Tais epistemes, historicamente desqualificadas pelas instituições eurocêntricas de ciência e de educação sob rótulos de “místicas” ou “não científicas”, mostram outras maneiras de inteligibilidade do mundo, baseadas na reciprocidade, na oralidade e na relação indissociável entre vida e natureza.

Ao se associar à discussão sobre os conhecimentos subalternizados, observa-se que a decolonialidade desloca o eixo de conhecimento, propondo a inclusão desses saberes no sistema dominante, bem como, o reconhecimento de sua autonomia e, por conseguinte, de sua legitimidade. Na modernidade capitalista informacional, por exemplo, esse movimento teórico e político busca dismantelar as estruturas de poder e de conhecimento impostas e marcadas pelo colonialismo.

Essa proposta se volta à recuperação e à valorização de epistemologias, de memórias e de histórias que foram marginalizadas, rotuladas como inferiores, primitivas ou supersticiosas (Maldonado-Torres, 2008; Oliveira; Gomes, 2022).

Segundo Antônio Bispo dos Santos (2023), a decolonialidade deve ser compreendida não somente como uma mudança conceitual ou acadêmica, mas como uma transformação das formas de existir e de se relacionar com o mundo. Sua crítica propõe a retirada do foco eurocentrado, que ainda sustenta a ideia de modernidade como horizonte único de desenvolvimento, convocando à recusa do modelo civilizatório europeu como parâmetro universal. Para o autor, romper com essa prática significa rejeitar a dependência das estruturas coloniais e afirmar modos autônomos de viver, de produzir e de conviver com a natureza. Nesse sentido, Santos (2023, p. 39) ressalta que “decolonizar é criar o que nos serve, o que nos nutre, o que nos permite viver bem sem precisar da permissão do mundo branco”.

Em que pese a sua terminologia, nesta pesquisa, utiliza-se o termo decolonialidade, mesmo diante das diversas possibilidades de abordagens acerca dos termos decolonialidade e descolonialidade, tidos como sinônimos por muitos autores. É importante esclarecer, contudo que, enquanto a descolonização¹³ refere-se ao processo histórico e político de encerramento do colonialismo formal, caracterizado pela independência de territórios anteriormente controlados por potências coloniais, a decolonialidade é um termo mais amplo e crítico que vai além da independência política, englobando a desconstrução das estruturas de poder, das epistemologias, dos valores e das narrativas coloniais que ainda moldam as sociedades contemporâneas (Danner *et al.*, 2020).

Assim, a decolonização objetiva tanto a libertação dos territórios colonizados, quanto o rompimento dos regimes de poder, de saber e de ser que perpetuam desigualdades, opressões, marginalizações e silenciamentos, entre outras formas de exclusões históricas. Essa ruptura é uma tentativa de estabelecer novas formas de existência que valorizem os saberes locais e ancestrais, excluindo as fronteiras e valorizando as diversas identidades culturais, em oposição às imposições eurocêntricas (Quijano, 2014; Mignolo, 2017). No Quadro 1, apresenta-se um

¹³ Um dos mais influentes teóricos da descolonização é Frantz Fanon, cuja reflexão se torna incontornável, sobretudo no que diz respeito ao processo de descolonização das mentes. Em sua obra *Os condenados da terra* (1961), o autor evidencia que a descolonização ultrapassa a dimensão política e territorial, configurando-se como um processo profundo de ruptura com as estruturas coloniais que atravessam o ser, o pensar e o existir dos sujeitos colonizados.

conjunto de elementos, a partir de diferentes aspectos, que permitem a melhor compreensão dos conceitos e das abordagens acerca da descolonialidade e da decolonialidade.

Quadro 1 – Aspectos da descolonização e da decolonização

Aspecto	Descolonização	Decolonização
Enfoque	Processo político e histórico	Processo crítico e epistemológico
Objetivo	Independência política e territorial	Desconstrução de estruturas coloniais
Escopo	Restrito às relações coloniais diretas	Abrange a cultura, o saber, o poder, o ser e as subjetividades
Temporalidade	Geralmente ocorreram no século XX	Processo contínuo e inacabado

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O movimento de decolonização, como observado acima, funciona como uma alternativa crítica contínua para questionar regimes de opressão e de dominação ainda presentes na atualidade e propositória de perspectivas de autonomia e de igualdade para as populações historicamente marginalizadas. A esse respeito, Danner *et al.* (2020) enfatizam que o movimento decolonizador por excelência é e se define por esse caminho e por essa postura das minorias que rompem com o silenciamento, a invisibilização e o privatismo, aos quais foram empurradas ao longo da colonização, e assumem uma atitude pública, política e cultural de militância, de ativismo e de engajamento em torno da sua condição e da sua causa como minoritarizadas.

Em relação aos povos indígenas em particular, a decolonialidade busca promover a justiça social e a justiça epistêmica, fomentando a inclusão e o respeito às suas formas de organização e a proteção de seus espaços territoriais e de seus recursos naturais. Isso implica em reconhecer suas contribuições para a humanidade, valorizando seus conhecimentos originários sobre a natureza, a medicina, a ecologia e outros campos do conhecimento. O fato é que, durante os séculos:

Os povos indígenas aprenderam a dominar as ferramentas do “branco” para poder nela expressar suas reivindicações, alteridade, identidade, estéticas, epistemologias e saberes específicos inerentes a eles. Com a escrita e, cada vez mais, a utilização de mídias, lideranças e intelectuais indígenas falam, escrevem e se manifestam em favor da defesa dos variados povos existentes no Brasil. A literatura tornou-se, desse modo, uma voz-práxis para que suas

vozes sejam escutadas, para que de alguma forma eles possam ter acesso aos direitos que lhe foram tirados (Dorríco, 2017, p. 66).

Esse trecho da Trudruá Dorríco reflete como os povos indígenas no Brasil têm se apropriado de ferramentas culturais ao longo de séculos, tradicionalmente associadas às sociedades não indígenas, para fortalecer suas vozes e reivindicar direitos. Essa adaptação não representa uma assimilação passiva, mas uma estratégia ativa para reafirmar suas identidades, expressar suas cosmologias e questionar os diversos abusos e formas de violência. É por meio dessas ferramentas que as lideranças e intelectuais indígenas conseguem criar pontes entre suas tradições e os sistemas de comunicação contemporâneos, por exemplo, transformando a escrita e as mídias em espaços de reivindicação de direitos, preservação cultural e visibilidade das demandas dos diversos povos originários no Brasil.

Através desse movimento decolonizador, os pensadores, tais como Maldonado-Torres (2008), Ballestrin (2013), Quijano (2014), Mignolo (2017) dentre outros passaram a observar e criticar as formas de consumismo desenfreado e de valorização centrada somente na Europa. Conforme Bragato (2014), é preciso ir contra as ideias hegemônicas da modernidade, se inserindo nos movimentos sociais de resistência de forma crítica e reflexiva. Com efeito, no campo das comunidades indígenas, esse movimento representa superação e resistência. Na prática, ele propõe a valorização ativa de saberes, de práticas culturais, de espiritualidade, de formas de organização social e de modos de vida próprios, entre outras. Em última análise, trata-se de atuar na revalorização das cosmovisões e na defesa dos territórios e dos recursos naturais como forma de direito social.

2.2 Movimentos de rupturas contracoloniais e caminhos para autodeterminação

Os pensamentos contracoloniais surgem, por meio de vozes de autorias indígenas e afrodescendentes, como uma crítica radical à colonialidade. São estudos que vão além da proposta de superar o colonialismo histórico e suas consequências estruturais, articulando práticas e saberes que resistem ativamente à imposição da modernidade capitalista. Esses estudos subvertem a rotina da dominação eurocêntrica, reivindicando a centralidade das epistemologias indígenas,

afrodescendentes e outras formas de conhecimento múltiplos que foram marginalizadas pelo projeto colonial.

Quadro 2 - Perspectivas que subvertem a rotina da dominação eurocêntrica no domínio da contracolonialidade

Conceito	Estratégias de subversão eurocentrismo	Contribuição às epistemologias contracoloniais indígenas
Reexistência territorial	Inverte lógica colonial	Centraliza cosmologias afro-indígenas
Cosmopolítica / espiritualidade	Critica separação natureza-cultura	Propõe ontologias relacionais
Metodologias indígenas	Quebra e desafia a metodologias eurocêntricas	Pesquisa como prática comunitária
Educação escolar indígena	Questiona o modelo imposto de educação que foge do originário	Propõe métodos próprios de institucionalização da educação originária
Escrita como resistência	Desloca a mulher indígena do lugar de invisibilidade	Produz epistemologia literária e combativa, que reúne uma forma específica de produzir e validar conhecimento
Movimento indígena	Memória ancestral e educação intercultural	Reivindica narrativa histórica dos povos originários
Representação crítica	Literatura indígena	Afirma a produção indígena como campo epistêmico consagrado

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Quadro 2 apresenta um recorte de alguns protagonistas que fortalecem a corrente teórica contracolonial. Essa perspectiva é fundamental porque não só amplia o repertório de conhecimentos disponíveis, mas também questiona os próprios critérios que, historicamente, definiram o que é considerado conhecimento válido. Ao tensionar tais critérios, esses autores deslocam o centro da racionalidade moderna eurocêntrica, evidenciando que aquilo que foi universalizado como ciência ou filosofia corresponde, na verdade, a uma experiência histórica situada e construída em contextos específicos de poder e dominação. De fato, ao firmar outras formas de saber, enraizadas na ancestralidade, na territorialidade e na diversidade do conhecimento coletivo, propõe a reconfiguração das bases que sustentam esse campo epistêmico, desestabilizando estruturas excludentes e abrindo espaço para a pluralidade ontológica e epistemológica (Santos, 2023). Trata-se, portanto, de um movimento contínuo de questionamento e de transformação, que visa romper com a repetição das hierarquias coloniais e instaurar novas formas de produzir, legitimar e compartilhar o conhecimento.

Dentro desse contexto, sobressaem ações de resistência e resiliência como, por exemplo, a autodeterminação dos povos originários. No Brasil essa temática

constitui um dos eixos centrais do pensamento contracolonial, uma vez que expressa o direito coletivo de definir os próprios modos de vida, as formas de organização social, os sistemas próprios de conhecimento e os projetos de futuro, a partir de referências históricas, culturais e territoriais ancestrais. Com base nessa perspectiva, a autodeterminação não se reduz a um princípio jurídico nem a uma concessão estatal, ela se configura como mais uma prática política de enfrentamento à colonialidade, ao romper com a lógica tutelar e integracionista e afirmar os povos indígenas como sujeitos históricos e epistêmicos plenos (Cimi, 2024).

Essa ação de resistência encontra ressonância também no pensamento de Dussel (1997) especialmente em sua formulação da ética da libertação e do princípio material da vida. Para ele a libertação não é um evento abstrato ou exclusivamente teórico, mas um processo histórico concreto que advém das lutas dos sujeitos oprimidos na defesa de sua própria existência. A ação política legítima nasce da afirmação da vida das vítimas do sistema moderno/colonial, o que implica reconhecer sua capacidade de organização, decisão e produção de sentido a partir de seus próprios contextos.

A autodeterminação exercida nos territórios, nas formas comunitárias de governança e nas práticas próprias de transmissão do conhecimento pode ser compreendida como expressão da exterioridade que resiste à totalidade opressora, por exemplo. Ainda de acordo com Dussel (1997), a totalidade, que é representada pelo Estado moderno e pela lógica do capital, tende a absorver e a subordinar as diferenças. A resistência das comunidades originárias, ao reivindicar autonomia sobre seus corpos, suas terras e seus saberes, constitui um ato ético e político de negação dessa totalização. Então, sob essa perspectiva, a luta contracolonial está intrinsecamente ligada ao enfrentamento do epistemicídio. Ao afirmar o direito de produzir, validar e transmitir conhecimentos a partir de suas próprias cosmologias e racionalidades. A contracolonialidade, portanto, não reivindica inclusão subordinada nos regimes hegemônicos de saber, mas sustenta a existência de epistemologias outras, capazes de tensionar, desestabilizar e reconfigurar os fundamentos do mundo moderno-colonial.

Enquanto nos estudos decoloniais a colonialidade corresponde ao conceito que revela como as formas de abuso e de dominação persistem ainda nos dias correntes, influenciando as esferas do saber, do ser e do poder (Quijano, 2014), o

pensamento contracolonial, por outro lado, denuncia essa continuidade, propondo uma resistência ativa e crítica à colonialidade (Santos, 2023). É uma corrente teórica que valida as epistemologias dos povos colonizados ao distanciar o critério de legitimidade do conhecimento e de saberes, em vez de buscar reconhecimento nos parâmetros da ciência eurocêntrica. Essa teoria afirma que os saberes indígenas, afrodescendentes e tradicionais possuem coerência interna, fundamento ontológico e eficácia prática próprios. Isso significa reconhecer que tais epistemologias não são formas “alternativas” ou “complementares” de conhecimento, são sistemas completos, articulados a cosmologias, éticas e modos de vida específicos. No caso dos povos originários do Brasil, por exemplo, essa validação ocorre quando suas formas de transmissão de saber, por meio da oralidade, dos rituais, das práticas agrícolas, dentre outras, são reconhecidas como modos legítimos de produção e circulação de conhecimento. Antônio Risério já enfatizava essa questão desde a década de 1990, posicionando-se de forma crítica e, por isso, tornando-se alvo de intensos debates e contestações no campo intelectual.

Sob essa perspectiva, Antônio Bispo dos Santos apresenta uma marcante contribuição. Em suas obras, ele constrói reflexão teórica própria, baseada em uma perspectiva contracolonial que procura quebrar os padrões eurocêtricos e busca fortalecer os saberes ancestrais como formas de resistência e de emancipação.

Podemos falar do modo de vida indígena, do modo de vida quilombola, do modo de vida banto, do modo de vida iorubá. Seria simples dizer assim. Mas se dissermos assim, não enfraqueceremos o colonialismo. Trouxemos a palavra contracolonialismo para enfraquecer o colonialismo. Já que o referencial de um extremo é o outro, tomamos o próprio colonialismo. Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio (Santos, 2023, p. 59).

Santos (2023), como pensador quilombola, traz uma abordagem profundamente ligada à experiência e aos saberes tradicionais, quilombolas e indígenas. O autor defende que, ao invés de adotar uma postura de resistência, a qual estaria em parte condicionada pelas imposições coloniais, é necessário construir alternativas que se fundamentam nos modos de ser e de viver que sempre existiram à margem. Além disso, ele trabalha com a decolonização de sistemas de poder e de conhecimento, propondo uma revalorização de práticas próprias como formas de existência que nunca se alinharam com o colonialismo, o que ele denomina de contracolonialidade.

Nesse domínio, essa corrente teórica, surge como uma resposta ativa e insurgente contra as práticas e as epistemologias coloniais, especialmente a partir da perspectiva de pensadores indígenas, afrodescendentes e quilombolas. Além de contestar tais estruturas, propõe também uma atuação concreta que busca a transformação da realidade por meio da ressignificação e do fortalecimento de saberes ancestrais e dos modos de vida alternativos.

Dentro dessa lógica própria de resistência, Krenak (2022) apresenta uma perspectiva contracolonial que enfatiza a reconexão com os saberes ancestrais indígenas e a harmonia com a natureza como pilares fundamentais para reimaginar o futuro. A filosofia desse autor, em sua teorização contracolonial, está voltada para o reconhecimento dos saberes sagrados ancestrais e da harmonia com a natureza, compreendendo que isso não significa um retorno nostálgico ao passado, mas a afirmação de uma outra matriz civilizatória. Para Krenak (2022), a modernidade produziu um abismo profundo entre a humanidade e a Terra, transformando o planeta em recurso capitalista visando ao lucro, o que mostra a necessidade de uma mudança estrutural urgente no modo como se entende a existência. Reimaginar o futuro, portanto, exige romper com essa ideia e recuperar modos de existência baseados na interdependência entre seres humanos, rios, florestas e territórios, reconhecendo que os saberes ancestrais aparecem como fundamentos primeiros de uma ética da vida, na qual o conhecimento não é instrumento de dominação ou de lucro, mas prática de cuidado, reciprocidade, preservação e pertencimento.

A poética na escrita de Krenak é, ao mesmo tempo, sensível e profundamente questionadora. Para muitos, pode parecer somente uma linguagem bonita ou mais uma narrativa indígena entre tantas outras, contudo, seu alcance prático é muito mais profundo, pois não se limita ao plano discursivo ou acadêmico. Ele afirma que "os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui" (Krenak, 2022, p. 11). A reflexão ganha densidade concreta quando se observa o que ocorre com os rios na região Amazônica no Brasil, diante da expansão mineradora. A atividade de garimpo, especialmente o ilegal, tem provocado assoreamento, contaminação por mercúrio e destruição de ecossistemas fluviais que sustentam comunidades indígenas e ribeirinhas. O autor mostra ainda a necessidade de uma quebra do progresso capitalista, marcada pela exploração e

propondo em seu lugar um retorno às práticas e aos valores ancestrais, pautadas na preservação da natureza.

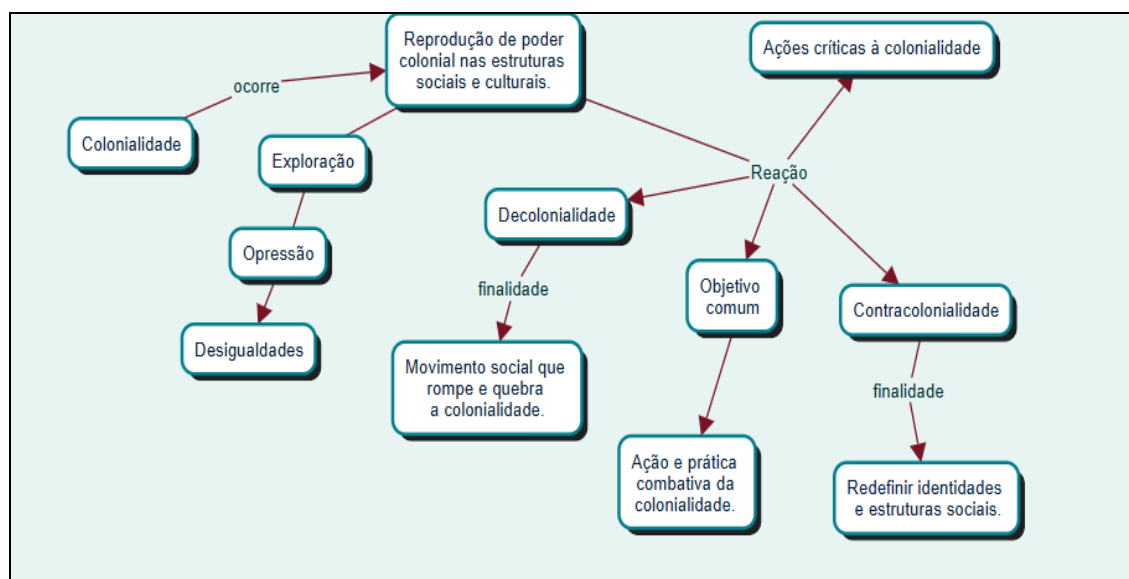
Com efeito, Krenak (2022) argumenta que o futuro não deve ser visto como uma ruptura ou uma linha de avanço em direção a modelos progressistas, mas como uma continuidade com as sabedorias indígenas que sempre coexistiram em relação íntima com o mundo natural. Não se trata de uma retomada no sentido de recuperar algo perdido ao longo da história, de forma estática, mas de reafirmar conhecimentos que nunca deixaram de existir, apesar das tentativas de apagamento. As epistemologias indígenas são dinâmicas e se atualizam constantemente. Quando intelectuais indígenas evocam a ancestralidade, ativam uma memória que orienta o presente e projeta o futuro, evidenciando que a sobrevivência dos rios, das florestas e das comunidades depende da permanência dessas cosmologias. Além disso, esses intelectuais e ativistas não produzem conhecimento de forma isolada, eles estabelecem diálogos críticos com outras formas de saber, incluindo a filosofia, a ciência e os movimentos sociais contemporâneos. Dessa forma, essa corrente teórica contracolonial se alinha a uma visão de sustentabilidade e respeito, rejeitando o paradigma de dominação da natureza imposto pelo colonialismo. A proposta de Krenak (2022), não é somente ecológica, mas também filosófica e espiritual, convidando à valorização de práticas que priorizam o equilíbrio e o respeito a natureza.

Observa-se que, nesse discurso, a contracolonialidade rebate as premissas centrais do capitalismo e do colonialismo ao apontar que o progresso verdadeiro está ligado à reconexão com o que já existia antes da ruptura do consumismo. Trabalhos de superação e de representatividade, como os de Kambeba (2021), por meio de sua produção poética e de seu engajamento social, apresenta a invisibilidade e a marginalização histórica das mulheres indígenas nas esferas política, cultural e social. Sua escrita poética literária localiza a voz, as experiências e saberes femininos indígenas, como mecanismos de resistência e de denúncia contra as estruturas de opressão que silenciaram essas mulheres ao longo do tempo. Ao mesmo passo, sua atuação política e comunitária busca assegurar a valorização do protagonismo dessas mulheres, promovendo reconhecimento de seus direitos, fortalecendo sua presença em espaços de decisão e reafirmando a importância de suas contribuições para a preservação da cultura, da memória e dos modos de vida das comunidades indígenas, de que a escrita, inclusive, se origina.

O peso da contracolonialidade, no trabalho de Kambeba (2021), se mostra de fundamental importância e reside, principalmente, na habilidade de articular diferentes dimensões da resistência, entre as quais a simbólica, a epistemológica e a política, de maneira integrada e significativa. Essa articulação se expressa tanto na valorização e na reafirmação dos saberes e das práticas culturais de mulheres indígenas, descrita através da literatura, quanto na mobilização social voltada à conquista de direitos e de reconhecimentos, com destaque para essas mulheres, historicamente marginalizadas e privadas de voz e de representatividade. Ocorre que, dos estudos contracoloniais, surgem conceitos e trabalhos diversos que se colocam em oposição ao eurocêntrico, atuando como um mecanismo de resistência capaz de romper com a lógica colonial dominante, promovendo visibilidade, valorização e inclusão das perspectivas subalternizadas na dinâmica social e política contemporânea, contribuindo para a construção de espaços mais justos, plurais e equitativos.

A Figura 1 apresenta um esquema explicativo sobre a atuação dos movimentos decolonial e contracolonial, procurando demonstrar como essas abordagens combatem as diversas formas de colonialidade ainda presentes na sociedade contemporânea.

Figura 1 – Ações decoloniais e contracoloniais em combate à colonialidade



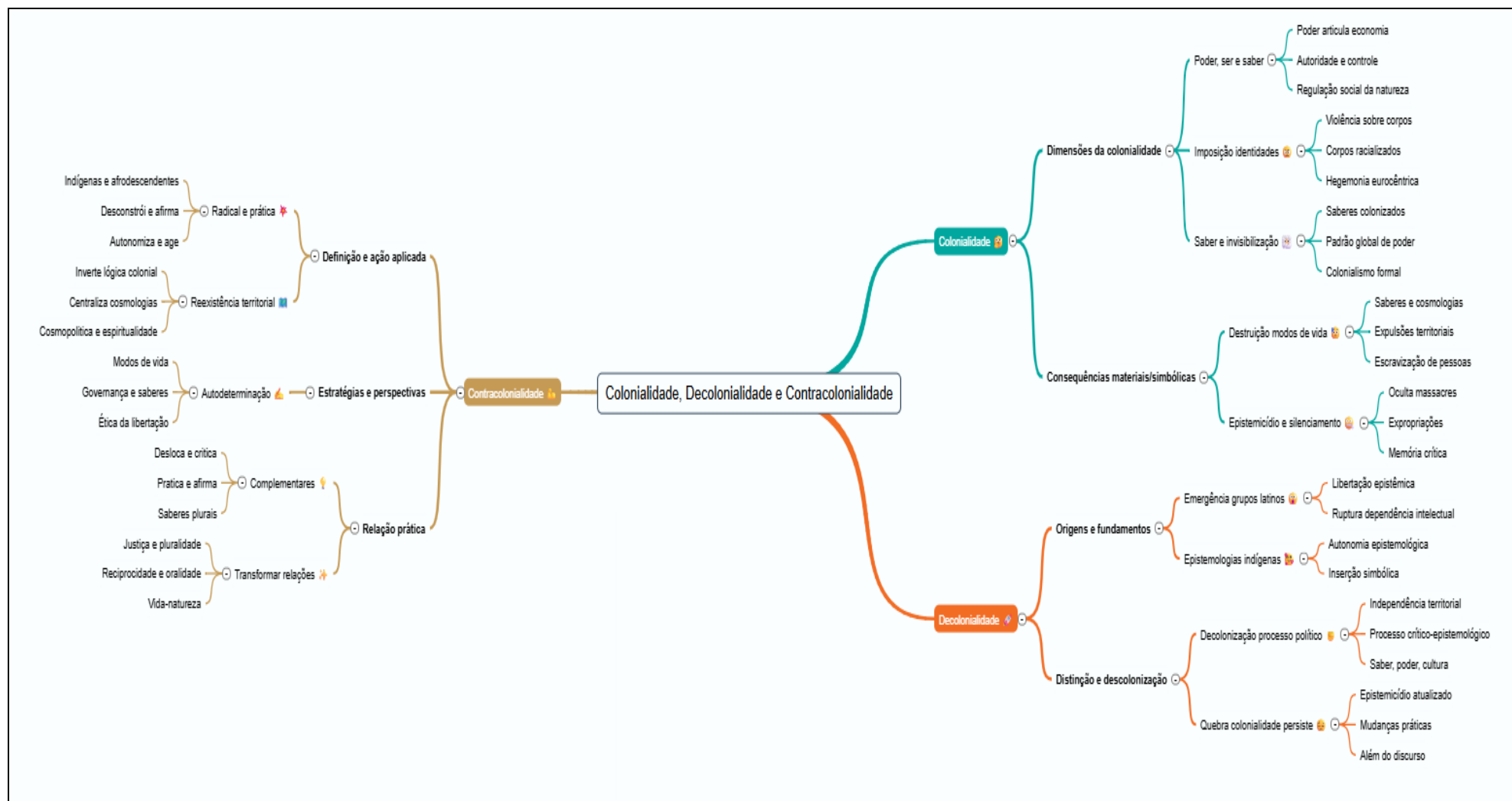
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Observa-se, pois, que a decolonialidade e a contracolonialidade atuam como abordagens complementares na resistência à colonialidade, cada uma incidindo em

dimensões específicas para desconstruir as estruturas de dominação herdadas do colonialismo histórico. Agora, a contracolonialidade, em particular, adota uma postura mais incisiva ao problematizar os efeitos persistentes do colonialismo, questionando relações de poder que continuam a reproduzir desigualdades históricas. Dessa forma, essas abordagens criam condições para que sujeitos historicamente marginalizados assumam protagonismo na produção de conhecimento e participem ativamente da transformação social, política e cultural, promovendo a superação de padrões de opressão ainda enraizados. O esquema permite visualizar de forma integrada como essas correntes de combate à colonialidade se articulam para transformar as relações sociais, políticas e culturais em direção à justiça, pluralidade e emancipação.

A Figura 2 apresenta o mapa conceitual do capítulo, sintetizando as principais categorias analíticas, seus desdobramentos teóricos e as relações estabelecidas entre os eixos de discussão que estruturam a argumentação desenvolvida.

Figura 2 – Mapa teórico-conceitual da colonialidade, decolonialidade e contracolonialidade



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

3 RAIZES DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: UM OLHAR ORIENTADO ÀS PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E CONTRACOLONIAIS

[...] enquanto ia escrevendo este texto que agora leio, processo que envolvia uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele (Freire, 1982, p. 5).

Esta seção inicia-se com um excerto da obra *A importância do ato de ler*, de Paulo Freire (1982). A partir de uma leitura interpretativa, compreende-se que o autor propõe que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra, deslocando o entendimento do âmbito técnico para uma dimensão existencial, histórica e cultural. Essa perspectiva dialoga diretamente com os fundamentos da CCI, uma vez que esta se orienta por meio de conhecer às realidades sociais, políticas e culturais antes de qualquer abordagem instrumental ou tecnicista da informação, presentes na competência da informação, em sentido amplo. A CCI pode assumir um caráter de resistência e de transformação, ao promover a leitura crítica das estruturas que mantêm a opressão e ao confrontar os regimes de poder, de ser e de saber que caracterizam a modernidade capitalista.

Essa competência diferencia-se da competência em informação, tanto por sua origem quanto por seus fundamentos epistemológicos. Com efeito, esta surgiu nos EUA, entre as décadas de 1970 e 1980, em um contexto marcado pela Guerra Fria e pelo fortalecimento da indústria da informação. O termo *information literacy* foi introduzido em 1974 por Paul Zurkowski, advogado e representante do setor industrial, que defendia a necessidade de formar trabalhadores competentes, capazes de utilizar a informação de modo produtivo e estratégico para um melhor desempenho e produtividade das empresas. Nessa fase inicial, a competência em informação foi concebida como um conjunto de habilidades técnicas voltadas à busca, à seleção e ao uso eficiente da informação, em consonância com as exigências de produtividade e competitividade impostas pelo modelo econômico capitalista e pela racionalidade tecnológica dominantes (Oliveira; Souza, 2020). Essa concepção, de base funcionalista e eurocêntrica, valorizava a eficiência e o domínio de ferramentas informacionais, mas negligenciava os aspectos da colonialidade

presentes nas formas políticas, culturais e sociais que condicionam a produção e a circulação da informação, até os dias correntes.

A competência em informação começou a ser reinterpretada, especialmente a partir das iniciativas da *American Library Association (ALA)* e do *Framework for Information Literacy for Higher Education (ACRL, 2016)*, que reconheceram a importância do acesso à informação para o fortalecimento da democracia e para a formação de cidadãos informados e participativos (De Lucca; Neubert, 2022). Ainda assim, essa reformulação permaneceu limitada, pois manteve o foco no desenvolvimento de competências operacionais, sem aprofundar as discussões sobre poder, ideologia ou a desigualdade informacional. A “neutralidade” que marcou o desenvolvimento dessa abordagem, ao pretender tratar a informação como algo objetivo e universal, acabou por ocultar as disputas e os interesses que permeiam o campo informacional.

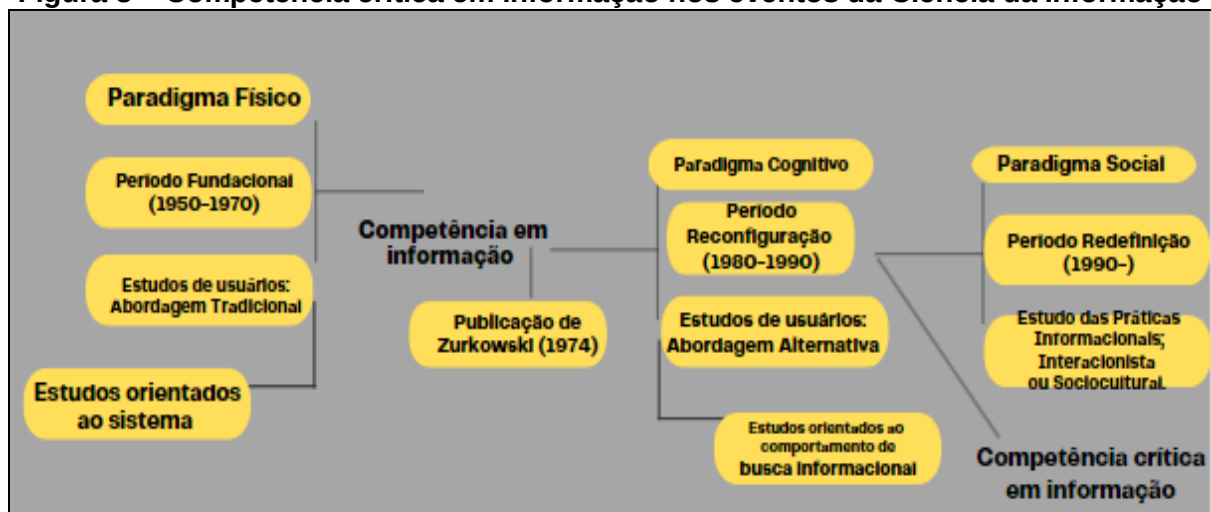
[...] dá a entender que os seres estão num mesmo patamar social e político e basta dar o acesso à informação para que esses sujeitos se tornem capacitados e livres para escolherem aquilo que desejam, a partir de razoáveis esforços no uso das informações e das tecnologias de informação. Ao não levarem em conta as contradições inerentes às sociedades capitalistas (ou fundamental, teoricamente, a crítica que poderia [re]produzir uma postura crítica), reproduz-se os mesmos modelos políticos saturados do capitalismo (Gomes; Tanus, 2024, p. 7).

É justamente nesse ponto que a CCI ou *Critical Information Literacy*, como é designada em língua inglesa, se distancia dessa tradição, ao propor uma abordagem crítica e contextualizada, capaz de problematizar os mecanismos de dominação e de exclusão que moldam o acesso à informação e o seu respectivo uso. Não se pode perder de vista que, especialmente em sociedades marcadas pela colonialidade e pela desigualdade de saberes, em que muitos desses sujeitos são subalternizados e silenciados ao longo dos tempos, essa competência considera tanto as habilidades do uso das tecnologias, assim como habilidades e competências, quanto a capacidade de questionar os fundamentos de produção dessas mesmas ferramentas tecnológicas como, por exemplo, problematizando as formas de acesso à informação, seu fluxo excessivo e as estruturas de poder presentes nela. Com efeito, conforme Bezerra *et al.* (2016), o capitalismo informacional cria regimes de informação que privilegiam certos formatos, suportes e vozes, excluindo e silenciando outros. Nesse quadro, a CCI pode assumir o papel de estratégia

emancipatória, ajudando o sujeito a questionar não somente as fontes de informação, assim como o próprio regime que define o que é informação válida, quem pode produzir, quem pode acessar e sob quais condições, ou seja, ela tem uma finalidade muito além da proposta tecnicista, fazendo o sujeito perceber e questionar as armadilhas presentes nesse campo técnico.

No domínio epistemológico da Ciência da Informação, a CCI começou a ganhar destaque a partir dos anos 2000, consolidando-se como uma vertente alternativa à competência em informação. Aquele movimento surge em resposta às limitações da abordagem tecnicista e instrumental, propondo uma perspectiva orientada pela crítica social e pela emancipação dos sujeitos frente aos sistemas de poder informacional. A CCI, nesse sentido, pode ser concebida como um campo que articula reflexão, ação e transformação, aproximando-se das pedagogias críticas e das epistemologias decoloniais e contracoloniais. Na Figura 3, ilustra-se esse processo de consolidação e de expansão da CCI, evidenciando sua inserção gradual em eventos acadêmicos e debates científicos que discutem a informação como prática social e política voltada à autonomia e à libertação.

Figura 3 – Competência crítica em informação nos eventos da Ciência da Informação



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No âmbito dos estudos teóricos e empíricos, observa-se, conforme a Figura 3, que o percurso da competência em informação acompanha as transformações paradigmáticas da Ciência da Informação, iniciando-se no paradigma físico, centrado no sistema e na organização técnica dos fluxos informacionais, passando pelo paradigma cognitivo, que desloca o foco para o comportamento de busca e

para os processos mentais do sujeito, até alcançar o paradigma social, no qual a informação passa a ser compreendida em seus contextos culturais, históricos e interacionais. Nesse itinerário, a competência em informação, em suas formulações iniciais, esteve fortemente vinculada a uma abordagem funcional e instrumental, preocupada com habilidades de localizar, avaliar e usar informações de modo eficiente. Ainda que tenha representado avanço em relação à visão puramente sistêmica, essa perspectiva tradicional manteve, em grande medida, uma concepção neutra da informação, pouco atenta às assimetrias estruturais que moldam sua produção, circulação e legitimação.

É nesse contexto de ampliação paradigmática que surge a CCI como reação às limitações da abordagem tradicional. Essa abordagem propõe deslocar o foco das habilidades técnicas para uma leitura problematizadora das relações de poder, de ser e de saber. Ao incorporar elementos do paradigma social e dialogar com perspectivas críticas, essa competência passa a interrogar quem produz a informação, quais epistemologias são legitimadas, quais vozes são silenciadas e como contextos socioculturais estruturam desigualdades informacionais. Desde então, o campo vem se ampliando e se consolidando, sobretudo na última década, como apontam De Lucca e Neubert (2022), ao indicarem que a popularização das pesquisas sobre essa competência ocorreu de forma mais expressiva entre 2010 e 2020, período em que o debate sobre justiça social, decolonialidade e emancipação ganhou maior centralidade nas discussões informacionais.

[...] evidenciado na década de 2010, pode-se apontar a popularização do movimento de *Critical Information Literacy* [...], anunciando abordagens vinculadas ao pensamento crítico e ao protagonismo do sujeito na criação de seus próprios processos informacionais [...] de maneira aplicada em públicos diversos, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade (De Lucca; Neubert, 2022, p. 24).

Fica claro que os estudos desse campo ainda são relativamente recentes e fundamentam-se na visão e na conscientização crítica do sujeito. Essa competência tem mais a ver com a tomada de consciência e a postura ativa na dinâmica dos processos informacionais, considerando suas condições materiais mais amplas, quais sejam sociais, políticas, econômicas, ideológicas e culturais. De fato, em que pesem as diferentes periodizações possíveis sobre a CCI, começaram a ganhar destaque na virada dos anos 2000, com contribuições de autores como Luke e

Kapitzke (1999), Kapitzke (2003), Pawley (2003), Swanson (2004), Doherty (2005, 2007), Simmons (2005), Anderson (2006), Elmborg (2006), Whitworth (2006) e Jacobs (2008). Esses pesquisadores trouxeram uma abordagem crítica que compreende a informação como prática social e política, defendendo a construção coletiva e ética do conhecimento e a emancipação dos sujeitos diante das estruturas de poder que permeiam o campo informacional, como também discutem Gregory e Higgins (2017).

Então, num esforço de conceituação do termo, Jenkins (2006) apresenta uma compreensão introdutória importante sobre a CCI, ao descrevê-la como um campo voltado à análise e à avaliação das informações, com o propósito de promover um entendimento mais amplo e consciente das fontes, dos contextos e dos conteúdos. Essa perspectiva apresenta três fatores centrais que ajudam a delinear o caráter formativo e transformador dessa competência. A primeira observação refere-se à análise e à avaliação, que se configuram como eixos fundamentais. A CCI ultrapassa a mera obtenção ou organização de dados, exigindo do sujeito uma postura reflexiva e questionadora diante das situações informacionais que vivencia. Essa atitude implica interpretar, relacionar e julgar criticamente os discursos e as práticas e ações de informação que circulam em diferentes meios. Já a segunda, diz respeito à capacidade de compreender as fontes, os conteúdos e os contextos de produção da informação, de modo a identificar a intencionalidade, as omissões e as distorções. Por fim, a terceira observação envolve o reconhecimento dos contextos de produção e circulação da informação. Entender uma informação requer considerar tanto os critérios técnicos de verificação, quanto as condições socioculturais e históricas que a constituem (Jenkins, 2006). Essa perspectiva confere à CCI um potencial de análise decolonial e contracolonial, permitindo questionar as hierarquias informacionais de poder que definem quais conhecimentos são legitimados e quais permanecem marginalizados.

Posteriormente, os estudos de Elmborg (2012) e Tewell (2015) contribuíram de forma significativa para a consolidação teórica da CCI no campo da Ciência da Informação. Elmborg (2012) examinou os sentidos e as implicações dos termos *critical*, *information* e *literacy*, oferecendo bases conceituais e epistemológicas que ajudaram a estruturar o campo. Ao interrogar o significado de ser “crítico”, o autor defende que a criticidade não se reduz à avaliação da qualidade das fontes, mas implica questionar as estruturas que definem o que conta como informação legítima.

Da mesma forma, ao analisar o termo “literacy”, o autor aproxima-se da tradição da pedagogia crítica, sugerindo que a formação informacional deve estar vinculada à consciência histórica e à transformação social. Sua contribuição, portanto, consiste em romper com a neutralidade implícita nas formulações tradicionais da competência em informação, introduzindo uma dimensão emancipatória e reflexiva.

Tewell (2015), por sua vez, aprofunda essa inflexão ao reconstruir historicamente o desenvolvimento da *critical information literacy* e demonstrar que ela surge como resposta às limitações do modelo instrumental dominante. Ao mapear suas raízes na teoria crítica, na pedagogia freireana e nos estudos culturais, o autor demonstra que a CCI não é somente uma evolução técnica do conceito anterior. Essa competência é uma mudança paradigmática que reposiciona a informação no campo das disputas sociais e políticas. A análise do autor demonstra que a consolidação dessa competência ocorre à medida que bibliotecários e pesquisadores passam a reconhecer que ensinar a buscar e avaliar informações é insuficiente se não forem problematizar as relações de poder que estruturam os sistemas de informação e de conhecimento.

Para melhor sistematizar a compreensão das distinções entre a competência em informação e a CCI, apresenta-se no Quadro 3 uma síntese comparativa dos principais aspectos conceituais e finalidades de cada abordagem, conforme discutido por diferentes autores.

Quadro 3 – Conceitos, finalidades e diferenças entre abordagens sobre competências

Competência em Informação	Competência Crítica em Informação
Conjunto de habilidades requeridas para o reconhecimento das necessidades de informação e de práticas para saber localizar, avaliar e usar de forma eficiente informações necessárias (ALA, 2000).	Capacidade dos indivíduos de analisar, avaliar e utilizar informações de maneira reflexiva e crítica. Envolve uma postura questionadora e um pensamento reflexivo em relação à informação, permitindo aos indivíduos entender, analisar e avaliar criticamente as fontes (Elmborg, 2006).
Conforme a evolução do conceito, foi apresentada novas concepções e significados voltados ao aprendizado ao longo da vida, podendo ser definida como o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessária à compreensão e interação permanente com o universo informacional (Dudziak, 2003).	Consiste em um redimensionamento de conceitos estáveis sobre a <i>information literacy</i> , fazendo emergir uma visão menos operacionalizadora, mais aberta e flexível (Elmborg, 2012).
Conjunto das competências profissionais, organizacionais e competências-chave que possam estar ligadas ao perfil de um profissional da informação ou de uma atividade baseada intensivamente em informação (Miranda, 2004).	Tem a finalidade de encorajar o sujeito a agir sobre as estruturas de poder subjacentes à produção e à disseminação de informação. Parte de uma proposta que busca estimular as pessoas a empoderar-se por meio da

	informação para, então, serem capazes de identificar e agir sobre as estruturas opressivas e reduzir a situação de vulnerabilidade (Tewell, 2015).
Alfabetização informacional é um processo pelo qual se adquirem habilidades de reconhecer a necessidade de informação, ser capaz de identificar a fonte adequada, buscar, avaliar e usar a informação de maneira eficiente e eficaz (Possobon <i>et al.</i> , 2005).	É um movimento que engloba a construção social e as dimensões políticas da informação, além de problematizar o desenvolvimento, o uso e os objetivos da informação, com a intenção de levar os sujeitos a pensar criticamente sobre tais forças e agir com base no conhecimento (Tewell, 2018).
Capacitação no uso das ferramentas de recuperação da informação e o entendimento dos recursos e das fontes, explorando os conceitos fundamentais e as habilidades ligadas à tecnologia da informação (Varela, 2006).	Capacitação do sujeito para desenvolver um olhar crítico em relação à informação permitindo-o distinguir o que é relevante e/ou irrelevante, buscar fontes confiáveis de informação, acessá-las, interpretá-las, produzir novos conhecimentos e desenvolver a criatividade (Brisola; Romeiro, 2018).
Letramento informacional, habilidade informacional, competência em informação, literacia informacional, alfabetização informacional e competência informacional são alguns dos termos utilizados para representar <i>information literacy</i> no Brasil (Gasque, 2010).	Conjunto de competências adquiridas ao longo da vida, em constante aprendizagem, contempladas, por um lado, pela competência em informação, mas também destacando a importância dos contributos críticos provenientes da Teoria Crítica (Escola de Frankfurt) e da Pedagogia Crítica (Paulo Freire), entre outras (Brisola; Doyle, 2019).
Conjunto de competências e habilidades que uma pessoa necessita incorporar para lidar com os diversos recursos informacionais existentes (jornais, revistas, livros, dicionários, enciclopédias, Internet, etc.) (Beluzzo; Santos; Almeida Júnior, 2014).	Tem a intenção que os aprendizes estejam em uma posição proativa, conectados com o contexto sociopolítico e que haja um movimento de oposição à adjetivação do termo “competência” como sinônimo de aptidão sob uma lógica produtiva, ou seja, que seja compreendida para além da criação de trabalhadores eficientes (Oliveira, 2020).
Conjunto de habilidades integradas que abrangem a descoberta reflexiva da informação, a compreensão que esta é produzida e valorizada e o uso dela na criação de novos conhecimentos e participação ética nas comunidades de aprendizagem (ALA, 2016).	Conjunto de habilidades construídas ao longo da vida, em aprendizado constante, mas que sublinha e afirma a importância do aporte crítico advindo da Teoria Crítica, conforme a formulação de Horkheimer e da Pedagogia Crítica desenvolvida por Paulo Freire (Brisola, 2021).
Visão contemporânea transformadora do sujeito em autônomo e protagonista de seu processo de aprendizagem (o aprender a aprender) associada a outros fundamentos como aprendizado ao longo da vida; aprendizado independente; aprendizado ativo; investigação; pensamento crítico; pensamento reflexivo (Vitorino; Piantola, 2019).	Diante do complexo ecossistema informacional, tem por objetivo ampliar as possibilidades de análise e de discussão sobre a desordem da informação (Oliveira; Souza, 2022).
Habilidades que não se restringem ao espaço da biblioteca, mas relacionadas também à proficiência investigativa que envolve o reconhecimento de necessidades de informação, saber utilizá-la para a tomada de decisões conscientes e saber, ainda, lidar com grandes volumes informacionais (Farias <i>et al.</i> , 2020).	Corrente de estudos que se fundamenta nos princípios teóricos críticos e possui um caráter multifacetado que contribui para a construção de um referencial teórico sólido sobre esta temática na área da CI (Manhique; Casarin; Ançanello, 2023).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Com relação às questões conceituais apresentadas no Quadro 2, observa-se que a competência crítica em informação se orienta para uma compreensão aprofundada da natureza da informação e do contexto de produção, de circulação e de uso. Essa perspectiva propõe um exercício constante de questionamento das fontes, dos discursos e das relações de poder que atravessam o campo informacional, priorizando a avaliação ética, política e social das mensagens. Em contraste, a competência em informação concentra-se no desenvolvimento de habilidades práticas voltadas ao acesso, à busca e ao uso eficiente da informação, com ênfase em procedimentos técnicos e operacionais, em que pesem os apontamentos de perspectivas relativamente críticas em algumas construções conceituais, tais como os presentes em Beluzzo, Santos, e Almeida Júnior (2014) e Vitorino e Piantola, (2019). Então, aquela enfatiza a necessidade de pensar de forma crítica ao convocar o sujeito a refletir criticamente sobre tais processos, incorporando dimensões históricas, culturais, contextuais e ideológicas que moldam o modo como a informação é produzida, apropriada e disseminada.

Posto isso, é importante entender as relações entre a competência em informação e a CCI, pois implica reconhecer tanto os pontos de convergência, como a preocupação com a formação informacional dos sujeitos, quanto as divergências epistemológicas que as diferenciam. Enquanto a aquela se ancora em uma tradição mais pragmática e instrumental, esta se insere em um horizonte crítico e emancipatório, comprometido com a transformação social e a autonomia intelectual (Rezende; Paiva; Souza, 2024). Nessa perspectiva, no Quadro 4, sintetizam-se essas aproximações e distinções, com base em autores representativos de ambas as vertentes, tais como, Dudziak (2003), Belluzzo *et al.* (2004), Santos e Almeida Júnior (2014), Vitorino e Piantola (2019), Farias *et al.* (2020) e De Lucca e Neubert (2022). Também foram considerados estudos específicos sobre a CCI, desenvolvidos por Elmborg (2012), Tewell (2015), Doyle (2018), Schneider (2019, 2022), Martínez-Ávila e Mello (2021), Brisola (2021), Oliveira e Souza (2022).

Pode-se dizer, conforme apresentado no Quadro 4, que existem convergências e divergências que caracterizam e particularizam as duas abordagens. Nesse conjunto, as competências são convergentes em vários aspectos, sobretudo, naqueles referentes à preocupação com os usuários da informação, com as questões éticas da informação e, mais recentemente, com a luta contra a desinformação, as *fake News*, e o fenômeno da pós-verdade. Preocupam-

se também com o grande fluxo de informação, com as forças externas que manipulam e aprisionam o sujeito. Ambas são convergentes ainda, no que concerne ao fato de o sujeito ser capacitado para saber usar as ferramentas tecnológicas e informacionais. Pode-se considerar, em maior ou menor medida, que esses aspectos convergentes são mais recentes e estão relacionados ao aprofundamento das pesquisas e dos estudos, sobretudo, com o intuito de lidar com problemas complexos emergentes no ambiente digital.

Quadro 4 – Aspectos convergentes e divergentes de abordagens sobre competências

Convergências Competência em Informação e CCI	Competência em Informação	Divergências Competência Crítica em Informação
Reconhecem a importância do acesso, do uso e da compreensão da informação.	Enfatiza o desenvolvimento de habilidades técnicas e cognitivas para localizar, avaliar e utilizar informações de forma eficiente.	Propõe uma leitura crítica e reflexiva sobre os processos de busca, de avaliação e de uso da informação, considerando seus contextos sociais, culturais e políticos, para a mudança social e o pensamento crítico.
Reconhecem o papel das tecnologias da informação e comunicação e o desafio da desinformação.	Foca na resolução de problemas e no atendimento a necessidades informacionais específicas, priorizando a eficiência e a produtividade.	Incentiva a problematização crítica da informação e da realidade, estimulando o pensamento autônomo e a transformação social.
Preocupam-se com o impacto social e ético do uso da informação.	A ética é tratada sob um viés técnico e normativo, voltado ao respeito a direitos autorais e às boas práticas profissionais.	A ética é compreendida de modo filosófico e político, como compromisso com a justiça social e com a valorização de saberes marginalizados.
Promovem o desenvolvimento da consciência informacional dos sujeitos.	Valoriza a formação voltada aos ambientes acadêmico e organizacional, com ênfase em competências profissionais.	Direciona-se à formação cidadã e emancipatória, estimulando a participação crítica e transformadora dos sujeitos em sociedade.
Reconhecem a influência das condições históricas, sociais e econômicas sobre o acesso à informação.	Mantém foco funcional e individualizado, centrado na relação do usuário com os sistemas e as fontes de informação.	Enfatiza as relações de poder, de desigualdade e de exclusão informacional, compreendendo a informação como prática social e política.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Com relação às divergências, destaca-se que a competência em informação surge em meio a uma necessidade de usuários em saber desenvolver atividades voltadas a suprir a demanda mercadológica e industrial daquela ocasião, como já mencionada no decorrer desta seção. É tida também como um processo de

constante de interação e assimilação de conceitos, princípios, atitudes e habilidades, referentes ao saber buscar, localizar e usar a informação e a preocupação em torno das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade no cotidiano dos sujeitos e dos grupos sociais em que vivem (Belluzzo *et al.*, 2004). Essa competência, em que pesem algumas diferenças entre estudos, tende a tratar a informação como algo relativamente neutro, focando nas habilidades técnicas de acesso e de uso, visando à capacidade do sujeito em saber utilizar sistemas e redes informacionais e a resolver problemas práticos, como a realização de pesquisas acadêmicas e/ou a solução de desafios no ambiente de trabalho.

Então, essa concepção é fortemente ancorada em perspectivas instrumentais e funcionalistas, que tendem a tratar a informação como um recurso neutro e universal, desconsiderando os contextos socioculturais e políticos nos quais os sujeitos produzem e compartilham saberes. Ao privilegiar o desenvolvimento de competências técnicas voltadas ao uso de sistemas, de redes e de ferramentas tecnológicas e informacionais, essa abordagem acaba por reproduzir uma lógica excludente, centrada em sujeitos inseridos nos circuitos formais de produção e de circulação da informação, como os ambientes acadêmicos, empresariais e digitais (Oliveira; Souza, 2022). Dessa forma, ela marginaliza outras formas de saber e de lidar com a informação, invisibilizando comunidades que constroem e transmitem conhecimento a partir de práticas próprias, como os povos originários, os quilombolas, os ribeirinhos e os camponeses, cujos modos de existência e epistemologias não se enquadram nas racionalidades informacionais hegemônicas.

A CCI, por sua vez, compartilha essa base técnica de forma diferente, pois a expande para a incluir em uma perspectiva mais crítico-reflexiva sobre as relações de poder que permeiam a produção e a disseminação do conhecimento. Com efeito, ela considera de forma mais enfática os contextos políticos, sociais e culturais, focando na prática, assim como no envolvimento que a comunidade possui, por exemplo, em relação às questões sociais e culturais, mais amplas e complexas. De fato, as lentes dessa abordagem voltam-se para o comprometimento do sujeito com questões relacionadas à equidade e à justiça social (Downey, 2016) e isso o leva a questionar e a agir, para desconstruir e desnaturalizar determinadas estruturas e visões de mundo tidas como “normais”. Com efeito, essa abordagem torna-se, especialmente, relevante em estudos orientados por horizontes decoloniais e contracoloniais (Rezende; Souza, 2025), pois se alinha à necessidade de descentrar

epistemologias eurocêntricas e de reconhecer os modos próprios de produção e transmissão do conhecimento de povos e comunidades historicamente marginalizados. Ao fazê-lo, a CCI não somente pode promover uma leitura mais complexa e situada dos fenômenos informacionais, bem como, pode afirmar-se como um caminho ético e político para a emancipação e a autonomia informacional dos sujeitos e das coletividades. De fato,

[...] a CCI aborda a informação não somente como um processo de necessidade, uso e busca da informação, mas sob uma perspectiva de induzir o indivíduo para um aprendizado contínuo associado a uma reflexão crítica e ética sobre as informações. Essas reflexões demonstram que o desenvolvimento da autonomia no sujeito informacional fortalece o seu papel de cidadão e consequentemente interfere nas mudanças sociais, assim como na elaboração de estratégias de como lidar com os recursos tecnológicos (Furtado *et al.*, 2021, p. 839).

Não se pode perder de vista que esse fortalecimento do olhar crítico muda a forma como os sujeitos percebem o mundo e as relações de forças externas que incidem sobre suas ações e omissões, diante de grandes desafios informacionais presentes na sociedade contemporânea. Para os povos originários, esse cenário se torna ainda mais complexo, pois envolve disputas pela preservação de suas línguas, de suas narrativas e de seus modos próprios de comunicar e de registrar o mundo. O enfrentamento dessas assimetrias exige uma postura crítica capaz de questionar as estruturas que hierarquizam os saberes e de valorizar os processos informacionais que emergem das práticas coletivas, do diálogo intergeracional e da relação com a terra e o território.

Nesse sentido, essa competência busca entender de forma ampla as múltiplas relações que os sujeitos estabelecem com os elementos que moldam sua existência, a cultura, a sociedade, a história, a economia, a política. Como argumentado por Tewell (2025), essa competência é uma teoria e uma prática que considera as dimensões sociopolíticas da informação e da produção de conhecimento, e que questiona as formas como os sistemas de poder moldam a criação, a distribuição e a recepção da informação. Essa definição reforça que ela vai além da simples competência técnica no uso da informação, pois busca capacitar sujeitos a intervir nesses sistemas e não somente navegar por eles.

Essa perspectiva, quando articulada às abordagens decoloniais e contra-coloniais, propõe a descentralização das epistemologias eurocêntricas e a

valorização de formas plurais de conhecimento. A CCI, nesse horizonte, torna-se não somente uma prática de análise crítica, como um mecanismo político de resistência, podendo ser instrumento de combate a abusos e opressões advindas da colonialidade e presentes na atual sociedade capitalista. Ela reconhece ainda o conjunto de epistemologias múltiplas e as diversas formas de conhecimento presentes nas comunidades tradicionais, por exemplo, ajudando a fortalecer processos de reconstrução do saber a partir das cosmologias, das territorialidades e dos modos próprios de existência desses povos.

3.1 Elementos críticos orientados à emancipação social: a forte aderência à perspectiva intereuropeia

A palavra crítica é caracterizada etimologicamente, segundo Abbagnano (2007), como oriunda do grego *kritikos* (κριτικός), que corresponde à capacidade intelectual de julgamento e de discernimento. O termo designa o processo através do qual a razão empreende o conhecimento de si; o tribunal que garanta a razão em suas pretensões legítimas, mas condene as que não têm fundamento. Refere-se ainda, no entendimento de Marteleto (2019), à capacidade intelectual de julgamento e de discernimento entre o que é certo e o que é errado.

No domínio específico da CCI, os aspectos críticos se dão por meio de raízes teóricas e epistemológicas, que, em grande medida, fundamentam o pensamento crítico filosófico e sociológico, direcionado à informação, tomando como referências gerais a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e a Pedagogia Crítica de Paulo Freire.

O surgimento da Teoria Crítica se dá como uma forma de ruptura aos estudos referentes ao materialismo histórico, que era uma corrente que pesquisava a relação histórica das forças produtivas e a acumulação de bens por meio dessas forças. A criação dessa teoria apresentou, no entanto, formas diferentes de pensamento, possibilitando a união da ciência social e da teoria marxista, dando início a uma nova corrente teórica de estudos, composta por estudiosos da Escola de Frankfurt (Honneth, 1999).

Epistemologicamente, o pensamento crítico presente no materialismo dialético de Karl Marx, conceito elaborado com base na Filosofia e na Sociologia e que viabiliza os estudos referentes às relações entre grupos de indivíduos e de suas interligações com os processos de transformação social, é o berço da teoria crítica.

Essa corrente teórica possui uma estrutura intelectual que continua a influenciar o pensamento social contemporâneo, atravessando diferentes épocas e campos científicos. Esse pensamento crítico presente na escola de Escola de Frankfurt, de acordo com Freitag, (1986), se aplica como vigilante em relação às tendências da sociedade da informação, particularmente, no que diz respeito ao avanço da ideologia do capitalismo, que se estabelece como um centro de discussão e de reflexão, servindo como um espaço no qual se reconhece a interconexão entre conhecimento e os interesses, entre técnica e a ideologia, e entre a razão e a dominação na sociedade da informação. Essas reflexões tratadas pela Teoria Crítica defendem, na concepção de Fleck (2017), não somente os múltiplos aspectos sociais, bem como a forma que o conteúdo é apreendido pela sociedade. Essa teoria também critica o positivismo, corrente filosófica que busca aplicar os métodos das ciências naturais aos estudos da sociedade, por Fleck (2017) possuir uma incapacidade de compreender as complexidades dos objetos pesquisados, tratando a relação do sujeito e do objeto de maneira diferente.

Dentre a constituição da Teoria Crítica, pode-se mencionar também a obra de Kant, intitulada *Crítica da Razão Pura*, publicada em 1781, e que foi de suma importância para a compreensão e a construção da crítica como sendo uma teoria do conhecimento, personificada como uma espécie de juiz que arbitra sobre as potencialidades e as limitações da capacidade humana de conhecimento (Schneider, 2019). Mais tarde, no curso dos estudos sobre esse campo, apresenta-se no artigo “Teoria tradicional e teoria crítica”, escrito por Horkheimer em 1937, a expressão teoria crítica, sendo esse trabalho considerado um dos marcos precursores dessa teoria. Ela teve ainda sua formulação no seio da Escola de Frankfurt, como já mencionada, sendo denominada por Habermas como uma consciência que o sujeito desenvolve de si mesmo e da modernidade, mediante a irreversibilidade dos processos sociais, políticos e econômicos.

Ainda no contexto da sociedade contemporânea, essa teoria se revela como um horizonte teórico genuinamente inovador, caracterizado pela criticidade, de vigor autoral e de análises profundas sobre a realidade social. Nesse âmbito, surge como uma fundação essencial à elaboração de teorias críticas destinadas a examinar e a refletir sobre o ser humano e a sociedade diante do avanço do capitalismo (Freitag, 1986). Isso apresenta seu *status* como um projeto teórico promissor, uma plataforma intelectual válida para a análise e a problematização dos acontecimentos e as

transformações nesses tempos considerados pela humanidade como contemporâneos.

Outra raiz epistemológica constituinte da crítica é a pedagogia crítica, inspirada na perspectiva freiriana, pautada como um método teórico e prático essencial para a formação de sujeitos conscientes e politicamente engajados em suas realidades. Ao promover a problematização das relações econômicas, políticas e informacionais, essa abordagem quebra com a lógica da passividade e do conformismo, estimulando o pensamento autônomo e o exercício constante do questionamento. Nesse sentido, a pedagogia crítica, ao compreender a educação como uma prática libertadora, pode capacitar o sujeito a ler o mundo antes de apenas ler a palavra, como propõe Paulo Freire (1982). Essa leitura crítica do mundo pode proporcionar que os indivíduos se posicionem ativamente frente à colonialidade moderna, assim como aos avanços tecnológicos e ao intenso fluxo informacional da contemporaneidade, desenvolvendo autonomia e responsabilidade social.

Com relação as influências da pedagogia crítica de Paulo Freire, destaca-se que esta forneceu e fornece um amplo diagnóstico das contradições presentes na educação tanto no passado quanto no presente. Tais questões são diagnosticadas por intermédio das inúmeras obras de referência deixadas por ele.

A pedagogia crítica ajuda o sujeito a se manter questionador dessa realidade, problematizando as relações econômicas e políticas a sua volta, na busca por uma consciência crítica. A consciência crítica, por sua vez, pressupõe uma prática, uma ação de contrariedade àquilo que o sujeito deduz, mesmo equivocadamente, (portanto, prática sempre a partir do questionamento), na construção de uma ética antessala da justiça social (Gomes; Tanus, 2024, p. 8).

Mais do que um método educativo, a pedagogia crítica é um projeto político de emancipação, que reconhece o saber como ato de resistência e a educação como caminho para a construção de uma justiça cognitiva e social. É um projeto que vai contra aquela educação associada à dominação, tida como educação bancária, do século passado, a qual resultava na negação do sujeito, isolando-o, desconectando-o do mundo e o alienando. É preciso compreender que a educação opressora nega a realidade e distorce pensamentos. O isolamento favorece a abordagem educacional bancária em detrimento da autonomia. O termo 'educação bancária', cunhado por Paulo Freire, na visão de Brisola (2021), descreve um

modelo educacional que ainda persiste em ser aplicado em alguma parte do país, no qual o professor e o aluno são separados por uma hierarquia distante, onde o primeiro detém o conhecimento e o transmite ao aluno como mero recipiente vazio.

A concepção dessa educação bancária, criticada por Paulo Freire (1987), e enfatizada por Brisola (2021), estabelece uma relação direta com as limitações observadas na competência em informação. Pois, nos dois casos, predomina uma lógica instrucionista e tecnicista, voltada à reprodução de procedimentos e ao acúmulo de conteúdo, em detrimento da reflexão crítica e da compreensão dos contextos socioculturais e políticos em que o conhecimento é produzido. Assim como na educação bancária o educando é tratado como um receptor passivo de saberes, na competência em informação o sujeito tende a ser reduzido a um executor de técnicas de busca, de acesso e de uso da informação, sem que se promova o questionamento sobre as estruturas de poder e seus contextos sociais.

Ainda conforme Brisola (2021), na pedagogia crítica, a reflexão proposta é autêntica, centrando-se nos seres humanos e em suas interações com o mundo e com outros seres, e não em um ser humano abstrato ou em um mundo independente dos humanos. Ela focaliza as relações em que há uma simultaneidade entre ser e agir no mundo, nas *práxis*. Esta abordagem reconhece que a consciência e o mundo estão interligados e em constantes processos de criação, de recriação e de co-criação. Não há consciência sem mundo, nem percepção do mundo sem consciência, e tampouco um mundo moldado pelo humano sem a presença humana.

Então, ao buscar a concepção de Paulo Freire (1987), percebe-se que a educação e o pensamento crítico são motores da transformação e da libertação da opressão. É a emancipação do indivíduo, de seu pensar, que o desacorrenta e, conseqüentemente, desprende o seu fazer no mundo, uma vez que para o autor esse processo emancipatório passa pela educação, que ajuda o sujeito a se reconhecer e se compreender no mundo, transformando-se de objeto em sujeito e emancipando-se diante da realidade opressora moderna.

Chama-se a atenção, nesse ponto, para um aspecto central da corrente freireana que ancora o surgimento dessa raiz crítica da CCI. Embora Paulo Freire não utilizasse explicitamente o termo decolonialidade, consolidado como campo teórico décadas depois, seu pensamento apresenta traços nitidamente decoloniais, compreensíveis tanto a partir de seus fundamentos ético-políticos quanto de suas implicações epistemológicas e pedagógicas, sobretudo, quando analisados a partir

da experiência histórica dos países colonizados. Como apresentado por Brisola (2021), essa pedagogia nasce fora do eixo euro-norte-americano, enraizada nas condições concretas da América Latina, marcadas pela colonização, pela desigualdade estrutural e pela negação sistemática da voz dos colonizados. Diferentemente das pedagogias críticas europeias, que surgiram da crise interna da modernidade industrial, Freire parte da experiência da opressão colonial e pós-colonial, deslocando o lugar de enunciação e colocando no centro do processo educativo sujeitos que ao longo da história foram subalternizados, um movimento fundamental para o pensamento decolonial e contracolonial.

Esse posicionamento se expressa, de modo contundente, na crítica freireana aquilo que hoje se reconhece como colonialidade do saber. Sua rejeição à educação bancária pode ser interpretada como uma denúncia antecipada do epistemicídio, na medida em que essa forma de educação impõe saberes externos, universalizados e hierarquizados, silenciando os conhecimentos produzidos pelos próprios sujeitos em seus contextos históricos e culturais. Ao defender o diálogo, a problematização e a valorização da experiência vivida, Freire (1987) afirma que os oprimidos são produtores legítimos de conhecimento, rompendo com as imposições da colonialidade que os reduziu à condição de objetos do saber.

Outro traço decolonial relevante do pensamento freireano reside na centralidade da consciência histórica e política. A noção de conscientização não se limita ao desenvolvimento de uma consciência crítica abstrata, mas implica o reconhecimento das estruturas históricas de dominação que produzem e reproduzem a opressão. Freire (1967; 1979) compreende que a dominação não se dá somente no plano econômico ou cultural, mas também no plano epistêmico, sustentada por narrativas manipuladoras e aproveitadoras, discursos e sistemas de conhecimento que naturalizam a desigualdade.

Contudo, é igualmente necessário reconhecer os limites decoloniais e contracoloniais de sua pedagogia, considerando também a época de seus estudos e de suas vivências. Freire dialoga intensamente com categorias modernas e humanistas, como sujeito, emancipação e universalidade ética. Autores decoloniais, como Dussel (1993), Quijano (2014) e Mignolo (2017), avançam ao radicalizar essa crítica, demonstrando que a própria noção de universal pode operar como mecanismo de dominação colonial. Assim, Freire pode ser compreendido menos como um pensador plenamente decolonial e mais como um precursor ou aliado

estratégico do pensamento decolonial, que trouxe a CCI essa herança crítica e que sua base teórica foi importante para problematizar as relações de poder, a ideologia, a dominação simbólica e a racionalidade instrumental no campo da informação. Ao mesmo tempo, evidencia-se que, quando ancorada exclusivamente nesse referencial, a crítica tende a assumir um caráter predominantemente intraeuropeu, voltado às contradições internas da modernidade eurocentrada, sem enfrentar de modo suficiente os efeitos estruturais da colonialidade vivenciada pelos países colonizados, especialmente no que se refere à produção, à circulação e à legitimação do conhecimento (Dussel, 1993).

Com efeito, essas bases críticas da CCI tem a finalidade de superar perspectivas tradicionais que direcionam o aprendizado, na medida em que:

[...] representa uma linha conceitual que reflete sobre as competências em informação para além das vias formais de ensino, visto que tenciona o papel do sujeito informacional sob uma perspectiva menos prescritiva de sua atuação perante os problemas informacionais, considerando, em primeira instância, as relações díspares dos sujeitos em seus contextos sociais, o que impede a formação de um perfil que tende à uniformização de um possível “sujeito competente em informação” (Oliveira; Souza, 2022, p. 78).

Observa-se que essa competência propõe um afastamento importante em relação às concepções tradicionais centradas em habilidades técnicas e operacionais, como já vem sendo trabalhado nesta seção. Nessa perspectiva, o foco dos estudos nesse campo teórico passa a ser a formação integral do sujeito informacional, considerando suas dimensões política, social e cultural. Essa abordagem reconhece que a informação está imersa em contextos de poder e, portanto, não pode ser tratada de forma neutra, objetiva, universal e, por conseguinte, descontextualizada. Pelo contrário, ao valorizar a diversidade de saberes e de experiências, essa CCI questiona a imposição de modelos universais de competência, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades estruturais que afetam o acesso, a legitimidade e a valorização dos diferentes modos de conhecer e de produzir conhecimento.

Seguindo essa linha de pensamento Elmborg (2006, p. 196), salienta que a CCI também “[...] involves the ability to critically evaluate the system itself”¹⁴. Esse posicionamento implica identificar que as estruturas que produzem e disseminam

¹⁴ “[...] envolve a capacidade de avaliar criticamente o próprio sistema. ” (Elmborg, 2006, p. 196, tradução nossa).

informações não são imparciais. Elas podem refletir interesses econômicos, políticos e ideológicos que moldam a forma como o conhecimento é acessado, validado e utilizado.

Um exemplo prático pode ser observado nas iniciativas de comunidades indígenas que passam a questionar os modos como seus conhecimentos são registrados, classificados e disponibilizados em bases de dados institucionais, museus ou acervos digitais, entre outros. Um caso concreto é o projeto Mukurtu CMS, desenvolvido em parceria com comunidades indígenas, que permite o controle comunitário sobre o acesso, a circulação e a interpretação de conteúdos culturais. Nessa plataforma, os próprios povos definem quem pode ver, usar ou compartilhar determinadas informações, respeitando protocolos culturais específicos e evitando a exposição indevida de saberes sensíveis, o que evidencia uma prática alinhada à autonomia informacional e à perspectiva contracolonial. Para essas comunidades, exercer a CCI significa tanto ter acesso aos documentos sobre sua própria história, quanto problematizar quem produziu esses registros, sob quais categorias foram organizados e quais interpretações foram privilegiadas e de que forma essas informações foram contadas. Desenvolver uma consciência crítica e reflexiva significa, portanto, tentar romper com a passividade diante das fontes de informação coloniais e adotar uma postura investigativa e ética frente aos fluxos informacionais que influenciam a vida social e individual.

Não se trata de negar a importância das raízes críticas que sustentam a CCI, até porque elas foram e são fundamentais para a construção do próprio posicionamento crítico que hoje se reivindica. Trata-se, antes, de reconhecer os limites desse referencial quando a CCI é aplicada a contextos historicamente marcados pela colonização, como ocorre, por exemplo, com os povos originários e afro-diaspórico. Nesse cenário, não é suficiente questionar somente o uso da informação ou os mecanismos de dominação ideológica. Torna-se imprescindível problematizar o próprio regime de verdade que define o que é reconhecido como informação, conhecimento e racionalidade legítima (Oliveira; Gomes, 2021). Caso permaneça ancorada em categorias universais e eurocentradas, corre o risco de reproduzir aquilo que pretende combater, ao invisibilizar epistemologias outras e reforçar a hierarquização dos saberes plurais.

Pensar em uma CCI ancorada em uma corrente teórica decolonial e contracolonial, que não reproduza nem a matriz europeia nem a norte-americana,

exige um entendimento da importância de suas raízes consecutivas, mas compreendendo que há uma produção intelectual robusta oriunda de países e povos que vivenciaram a experiência colonial e que elaboraram críticas próprias às formas hegemônicas de conhecimento. Nesse constructo, ressalta-se que não é somente se adaptar ou aplicar teorias críticas já consagradas aos chamados contextos periféricos, mas reconhecer que os países historicamente colonizados produziram, e continuam produzindo, referenciais teóricos próprios, constituídos a partir de suas experiências concretas de colonização, expropriação territorial, violência epistêmica, racismo estrutural e epistemicídio. Conforme destacam Oliveira e Gomes (2021), essas elaborações teóricas surgem de condições históricas marcadas pela subalternização, mas também pela resistência, configurando modos de pensar que desafiam a universalidade abstrata do conhecimento moderno e afirmam outras racionalidades, enraizadas em territórios, memórias e lutas coletivas.

Nessa perspectiva, chama-se a atenção para uma CCI de base decolonial e contracolonial, a qual se constitui a partir do diálogo crítico entre diferentes correntes teóricas, tanto aquelas já consagradas, que inauguraram os primeiros gestos de problematização das relações de poder e da dominação, quanto aquelas que expressam um rompimento mais profundo e radical, produzidas a partir das experiências históricas dos países colonizados. A relevância desse movimento para a CCI reside justamente no deslocamento da crítica do interior da modernidade para suas margens históricas, mostrando que a modernidade não pode ser compreendida de forma dissociada da colonialidade que a sustenta. Ao explicitar os mecanismos pelos quais a colonialidade do poder, do saber e do ser organiza hierarquias epistêmicas e produz silenciamentos sistemáticos, o pensamento decolonial oferece bases teóricas fundamentais para questionar os regimes de produção, circulação e legitimação da informação, rompendo com a pretensa neutralidade e universalidade do conhecimento (Ballestrin, 2013).

Esse horizonte crítico é aprofundado pela filosofia da libertação, cuja contribuição é decisiva para uma CCI comprometida com os sujeitos historicamente negados pela modernidade eurocentrada. Ao demonstrar que a modernidade se funda na negação radical da alteridade, Dussel (1993) apresenta como o “outro”, sendo ele, indígena, negro, colonizado, é convertido em não-sujeito, tendo seus saberes, racionalidades e modos de existência sistematicamente invisibilizados, o

que reforça a necessidade dessa competência orientada pela justiça epistêmica e pela afirmação de epistemologias subalternizadas.

Nesse mesmo movimento, as epistemologias e os pensamentos indígenas e afro-diaspóricos ocupam um lugar central na construção de uma CCI contracolonial. Autores como Daniel Munduruku (1998), Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), Ailton Krenak (2019; 2022), Trudruá Dorrico (2020) e Antônio Bispo dos Santos (2023) entre vários outros dessa corrente, dialogam tanto com o debate decolonial, como advertem, a partir de experiências históricas e territoriais concretas, afirmando modos outros de produzir, transmitir e legitimar o conhecimento. Esses intelectuais enfatizam que a informação não se reduz a registros escritos ou a sistemas formais, na medida em que envolve a oralidade, a memória ancestral, o corpo, o território e a espiritualidade. Ao incorporá-los como referências centrais, essa competência deixa de operar como um modelo crítico abstrato e passa a se constituir como uma competência crítica informacional indígena, comprometida com a ruptura das hierarquias epistêmicas, com a defesa da autonomia informacional e com a afirmação de projetos de vida que resistem à colonialidade em suas múltiplas dimensões. Em síntese, a discussão desenvolvida nesta tese apresenta uma CCI comprometida com realidades marcadas pela colonialidade e exige um reposicionamento epistemológico e político profundo.

3.2 Dimensões da competência crítica em informação orientada à perspectiva extraeuropeia

Assim como a competência em informação, a CCI possui um conjunto de dimensões que servem para estruturar uma abordagem superando a visão limitada, como o domínio de habilidades operacionais. Essas dimensões permitem uma compreensão mais acentuada dos processos informacionais, e um leque de situações e de regimes de informação. Quando articuladas à decolonialidade e à contracolonialidade, essas dimensões passam a funcionar como uma prática para desconstruir a lógica eurocêntrica que domina os sistemas de conhecimento e de informação. Elas também propõem questionar as hierarquias epistêmicas que legitimam determinados modos de saber e marginalizam outros (Mignolo, 2017). Oferecem ações concretas de reconstrução e de afirmação de epistemologias próprias, como fazem os povos indígenas, ao resistirem informacionalmente por

meio de seus sistemas próprios de comunicação, oralidade e transmissão de saberes.

Uma dimensão, na perspectiva de Vitorino e Piantola (2011), representa uma parte constitutiva de um todo, cuja existência depende da articulação com as demais partes. Em outras palavras, cada dimensão caracteriza uma faceta interdependente de um mesmo fenômeno, e sua plena compreensão só é possível quando considerada em conjunto com as outras. Essa inter-relação indica que as dimensões da CCI não funcionam de modo isolado, mas se complementam, formando um sistema dinâmico e integral. Trata-se, portanto, de uma visão sistêmica e dialógica, em que cada dimensão contribui para a construção de um sujeito informacional crítico, autônomo e consciente de seu papel na sociedade

No contexto da CCI, Doyle (2018), ao dialogar com os fundamentos da teoria crítica e da pedagogia crítica em seu trabalho, propõe três dimensões centrais: a crítica, a reflexão e a ação. Essas dimensões apresentam características que ajudam a fortalecer o olhar crítico do sujeito, instigando-o a analisar de forma consciente as estruturas ideológicas que transformam a produção e o uso da informação (crítica), a elaborar interpretações contextualizadas sobre sua realidade social e informacional (reflexão) e, finalmente, a transformar esse entendimento em práticas emancipatórias (ação).

As dimensões de Doyle (2018), conforme Quadro 5, têm suas raízes no campo epistêmico da teoria crítica e encontram sustentação na pedagogia libertadora de Paulo Freire. Essas bases teóricas, como já discutidas, partem da interpretação de que o conhecimento e a informação não são neutros. Conforme a tradição da teoria crítica, representada por autores como Horkheimer (1980), essas três dimensões se articulam de forma indissociável, na medida em que a crítica promove o questionamento das estruturas de dominação e das ideologias que naturalizam desigualdades; a reflexão possibilita a análise consciente das condições históricas e sociais que sustentam essas estruturas; e a ação se apresenta como prática transformadora, orientada para a emancipação e a justiça social do sujeito. Ao incorporar essas dimensões, a CCI transcende a mera aquisição de habilidades e afirma-se como um processo político e ético de resistência e de transformação da realidade informacional e social podendo ser observada em uma diversidade de situação contextuais.

Quadro 5 – Dimensões da CCI

Dimensão	Ações
Crítica	Critica visões, pesquisas ou projetos ideologizantes de competência em informação.
Reflexão	Integra elementos da teoria crítica da sociedade e da pedagogia crítica, de Paulo Freire, em suas reflexões e práticas.
Ação	Se propõe a combater os efeitos nefastos do capital sobre a circulação de informação na sociedade.

Fonte: Doyle (2018, p. 27).

No campo da pedagogia crítica, essas três dimensões ainda representam um papel central na construção de uma postura libertadora. A crítica consiste em analisar de forma profunda as práticas pedagógicas e as estruturas sociais que condicionam o processo educativo, revelando os mecanismos de dominação que perpetuam a exclusão e a alienação. A reflexão, por sua vez, permite ao sujeito compreender as dinâmicas de poder presentes no contexto social, reconhecendo como essas relações moldam a produção do conhecimento e influenciam a formação da consciência. E a ação emerge como o desdobramento necessário desse processo, orientando-se para a transformação das realidades opressoras e a construção de práticas comprometidas com a equidade, a justiça social e o empoderamento dos sujeitos (Freire, 1989). Essa raiz epistemológica freiriana não se limita à transmissão de conteúdo, pois ela propõe uma *práxis* emancipatória, em que educar e libertar tornam-se processos inseparáveis do mesmo ato político e formativo.

Com efeito, essas três dimensões orientam o sujeito a desenvolver uma postura consciente, analítica e transformadora diante dos fluxos informacionais que o cercam. Ao as articular, o indivíduo passa a exercer maior discernimento na avaliação de fontes e de contextos, tornando-se capaz de identificar ambientes informacionais confiáveis e de analisar as relações de poder que permeiam a produção, a circulação e o controle da informação. Esse movimento possibilita romper com mecanismos de silenciamento e de exclusão, promovendo uma atuação mais participativa e ética no espaço social e informacional. No contexto das comunidades indígenas, essas dimensões adquirem um significado ainda mais profundo, pois fortalecem processos de autonomia e de defesa das epistemologias desses povos. A crítica permite reconhecer e enfrentar as estruturas coloniais que desvalorizam seus modos de saber; a reflexão contribui para a preservação e valorização das práticas culturais e informacionais enraizadas na ancestralidade; e a

ação possibilita transformar o conhecimento em instrumento de resistência e reafirmação identitária (Rezende; Souza, 2025). Essa compreensão requer fundamentos, estratégias e posturas epistemológicas que considerem as particularidades de que se revestem as práticas dessas comunidades.

Para melhor entendimento e aplicação dessas dimensões, pode-se pensar na seguinte situação hipotética: uma comunidade originária, ao analisar uma reportagem sobre um evento tido como cultural em sua cidade, identifica uma linguagem estereotipada ou reducionista nas falas dos entrevistados. Nesse caso, a dimensão crítica manifesta-se na identificação das estruturas ideológicas que enquadram os povos indígenas como objetos folclóricos, destacando como a produção e a circulação da informação reforçam narrativas coloniais. A etapa reflexiva ocorre quando a comunidade relaciona essas representações à sua realidade social, compreendendo os impactos dessas narrativas na autoestima coletiva, na formulação de políticas públicas e nas disputas por direitos. Por fim, a ação concretiza-se na emancipação, na organização de coletivos de comunicação indígena e na elaboração de conteúdos fundamentados em suas cosmologias, bem como em campanhas digitais que reconfiguram publicamente sua imagem e sua voz, transformando o entendimento crítico da informação em prática política autônoma e em enfrentamento direto dessas falas problemáticas. Nessa perspectiva, aquela competência não se restringe à análise teórica, mas se manifesta como um processo político e formativo, que busca a autonomia e o engajamento do sujeito na construção de uma sociedade equitativa em termos informacionais.

Este trabalho, portanto, reconhece a importância das raízes constitutivas do domínio teórico da CCI e de suas dimensões fundamentais, mas avança ao incorporar elementos que extrapolam esse horizonte analítico, ancorando-se em uma crítica extraeuropeia situada na experiência histórica latino-americana e nas correntes decoloniais e contracoloniais. Embora a crítica frankfurtiana contribua para desvelar a racionalidade instrumental, a dominação ideológica e as assimetrias de poder nos processos informacionais, ela se mostra limitada para apreender as dinâmicas de opressão produzidas pela colonialidade, por exemplo. Ao articular essas bases com a Teoria da Decolonialidade e da Contracolonialidade (Quijano, 2014; Mignolo, 2017; Krenak, 2019; Santos, 2023), o trabalho transfere o eixo da crítica do interior da modernidade para suas margens históricas, permitindo

compreender a CCI tanto como uma crítica aos sistemas informacionais hegemônicos, quanto como uma prática situada de resistência epistemológica, centrada nos saberes, nas experiências e nas estratégias de luta dos povos indígenas em favor da autonomia, da justiça epistêmica e da emancipação informacional.

Além das dimensões propostas por Doyle (2018), outros autores, como Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017), Schneider (2019) e Brisola (2021), ampliam e introduzem outros níveis ou dimensões da CCI, que aprofundam o olhar sobre o uso ético, consciente e transformador, assim como os regimes e as forças capitalistas da informação. Esses níveis também dialogam sobre a visão tecnicista e operacional, para incorporar elementos de criticidade, autocrítica e intencionalidade. Dessa forma, os níveis ou as dimensões apresentadas por Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017), Schneider (2019) e Brisola (2021), conforme organizados no Quadro 6, representam uma proposta de amadurecimento teórico e prático da CCI. Eles indicam que o desenvolvimento dessa competência não se restringe à aquisição de conhecimentos técnicos, já que envolve a construção de uma consciência informacional voltada à transformação social, que identifica e se posiciona diante de situações opressivas, dominantes e preconceituosas dentre outras. Essa perspectiva valoriza o processo de aprendizagem contínuo, em que o sujeito não somente é consumidor da informação, mas questionador de suas origens, reconhecendo suas implicações políticas e culturais, e atuando de modo engajado na reconstrução de realidades.

Quadro 6 – Ampliação de níveis ou dimensões da CCI

Dimensão	Conceito
Concentração/Suspensão da cotidianidade	Observa como os usuários se concentram e avaliam criticamente a informação durante a seleção e o uso. (Schneider, 2019).
Competência instrumental	Refere-se ao domínio técnico e teórico dos dispositivos informacionais, tempo de acesso e uso efetivo dessas ferramentas (Brisola, Schneider, Silva, 2017; Schneider, 2019).
Reflexão sobre as necessidades/Gostos informacionais	Analisa como os usuários percebem e buscam atender suas necessidades informacionais (Schneider, 2019).
Atitude questionadora diante da informação em si / Relevância	Avalia a capacidade de questionar a relevância da informação e os critérios sociotécnicos que a definem (Schneider, 2019).
Atitude questionadora diante das fontes de informação / Credibilidade	Verifica se os usuários questionam a credibilidade das fontes e dos produtores de dados, considerando critérios sociotécnicos (Schneider, 2019).
Estudo da ética em informação	Examina a percepção sobre os impactos éticos do uso da informação, considerando mentira, opressão e sofrimento em perspectiva intercultural (Schneider, 2019).

Conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação	Avalia a compreensão crítica sobre informação a partir de teorias sociais e da teoria crítica da informação (Schneider, 2019).
Política e de engajamento	Considera a consciência do sujeito sobre si mesmo, seu papel na comunidade e seu engajamento político, incluindo luta contra hegemonias adversárias (Bastos, 2020; Brisola, 2021).
Gênero, Feminismos e Sexualidade	Observa a percepção sobre gênero e sexualidade e a relação com práticas feministas e educação para a CCI, visando desafiar hegemonias patriarcais (Brisola, 2021).
Dimensão da CCI em Relações Étnico-Raciais	Analisa a relação com saberes indígenas e negros, racismo, violência e desigualdades no acesso à educação e saúde, e formas de enfrentamento (Brisola, 2021).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em contextos decoloniais e contracoloniais, como nas comunidades indígenas, tais dimensões podem funcionar como elementos de fortalecimento da autonomia informacional, reafirmando o olhar crítico e identificador de situações estereotipadas, por exemplo, quebrando e superando esses tipos de abusos. As dimensões, apresentadas no Quadro 6, constituem um desmembramento necessário para compreender a ênfase crítica presente na CCI. Apresentam também caminhos teóricos e práticos que ajudam na didática de uso e orientam para a instrução, promovendo a conscientização do sujeito sobre sua própria capacidade de desenvolver autonomia informacional. Ao mesmo tempo, fornecem subsídios aos profissionais da informação, incentivando práticas responsáveis e reflexivas que favoreçam a construção da CCI, contribuindo para a libertação da alienação e a emancipação dos indivíduos (Brisola, 2021).

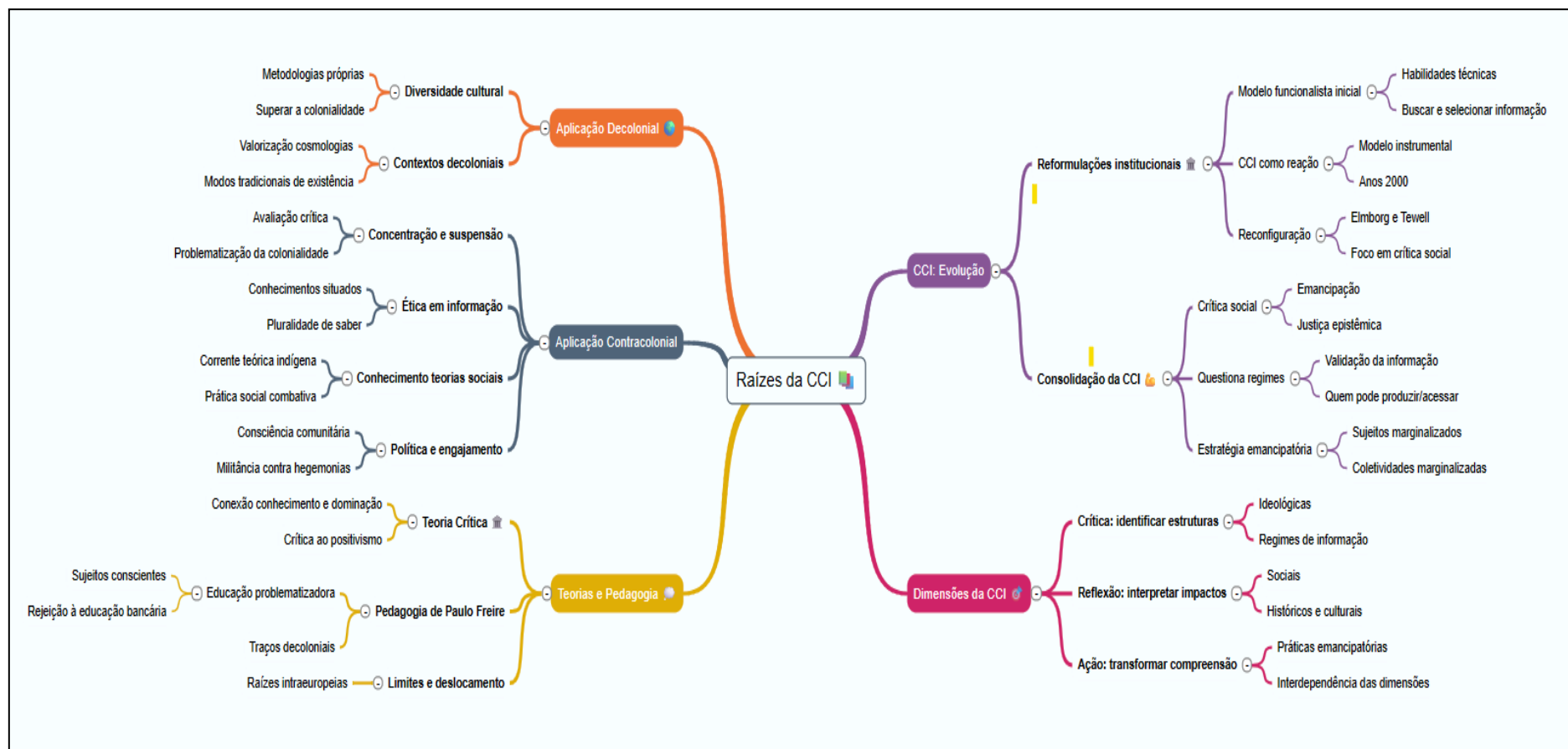
Essas dimensões, de modo geral, funcionam como categorias analíticas, que permitem examinar o acesso, o uso e a disseminação da informação a partir de uma perspectiva crítica, sempre considerando as relações de colonialidade e os contextos sociais e culturais que moldam esses processos na contemporaneidade. Sujeitos capazes de desenvolver a CCI adquirem ferramentas para a resistência política e social, fundamentada na leitura crítica da informação e na compreensão das desigualdades socioeconômicas, educacionais e culturais. Essa consciência crítica transforma a atuação individual e coletiva, possibilitando intervenções que promovam mudanças sociais, ampliem a participação democrática e fortaleçam grupos historicamente marginalizados.

Ainda que haja uma ampliação dessas dimensões da CCI, não se pode perder de vista que as suas formulações, isto é, suas raízes constitutivas, em grande medida, têm como base uma crítica de perspectiva intraeuropeia, desenvolvida a

partir das contradições internas da própria modernidade. Embora essas abordagens tenham sido fundamentais para a consolidação do campo e para o desvelamento de mecanismos de dominação informacional, ideológica e simbólica, elas revelam limites significativos quando transpostas para realidades historicamente atravessadas pela colonialidade. Nessas condições, torna-se insuficiente analisar somente os efeitos da racionalidade instrumental ou das assimetrias de poder modernas, sem enfrentar os processos estruturais da colonialidade que moldaram a produção, a circulação e a legitimação do conhecimento nos países colonizados. Reafirma-se, assim, a necessidade de um deslocamento epistemológico que permita pensar também as dimensões da CCI a partir de teorias decoloniais e contracoloniais, surgidas nas experiências históricas de povos que vivenciaram as atrocidades da colonização, do racismo estrutural, da expropriação territorial e do epistemicídio. Nessa perspectiva, essa abordagem passa a se constituir como um projeto político-epistêmico situado, comprometido com a justiça epistêmica, com o reconhecimento da pluralidade de saberes existentes e com a construção de processos de autonomia e emancipação informacional em contextos não europeus.

A Figura 4 apresenta o mapa conceitual do capítulo, sintetizando as principais categorias analíticas, seus desdobramentos teóricos e as relações estabelecidas entre os eixos de discussão que estruturam a argumentação desenvolvida.

Figura 4 – Mapa teórico-conceitual da CCI



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

4 INFORMAÇÃO INDÍGENA NA CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO: FONTES E PRODUTOS DE SABERES ANCESTRAIS

Desde muito tempo, a minha comunhão com tudo o que chamam de natureza é uma experiência que não vejo ser valorizada por muita gente que vive na cidade. Já vi pessoas ridicularizando: "ele conversa com árvore, abraça árvore, conversa com o rio, contempla a montanha", como se isso fosse uma espécie de alienação. Essa é a minha experiência de vida. Se é alienação, sou alienado (Krenak, 2022).

Em que pese a conceituação da informação indígena, não se trata somente de identificar o conteúdo ou o fluxo de informação, mas também de entender os sentidos que a informação assume nos modos de vida dos povos originários, assim como em suas relações comunitárias e nas formas próprias de produzir seus conhecimentos e dar legitimidade de saberes. Nessa perspectiva, a CCI pode assumir um papel central e estratégico, uma vez que, nesse campo, não pode ser reduzida a um conjunto de habilidades técnicas voltadas à busca, à avaliação e/ou ao uso instrumental da informação. Conforme argumenta Elmborg (2006), trata-se de uma prática social ampla, aplicável a diferentes contextos, orientada à formação de sujeitos capazes de se posicionar criticamente e de interpretar as múltiplas formas de informação a partir de seus contextos históricos, culturais e ideológicos. Ela se apresenta como um processo reflexivo, profundamente ancorado em práticas sociais concretas e cotidianas, e não como uma competência abstrata ou descontextualizada.

Um exemplo elucidativo, no contexto dos povos originários, além do excerto que abre esta seção e descreve a relação de Krenak (2022) com as árvores da floresta, pode ser constatado nas práticas medicinais tradicionais desenvolvidas nessas comunidades, especialmente nos rituais voltados ao fortalecimento do corpo e do espírito. O uso do kapum, ou kambô, substância extraída do sapo-macaco e aplicada há séculos por diversos povos da Amazônia (Isa, 2008) constitui, por exemplo, uma prática coletiva de cuidado, de limpeza espiritual e de fortalecimento físico, inserida em um sistema próprio de saúde fundamentado em conhecimentos ancestrais. Essas práticas produzem, organizam e transmitem informação a partir de lógicas comunitárias, cosmológicas e territoriais, gerando sentidos que não se subordinam aos regimes biomédicos hegemônicos. Nesse campo, a CCI diferencia-se por sua finalidade, pois não se limita somente ao uso técnico da informação, em

ambientes formais ou digitais. Essa competência se dedica a reconhecer a existência de conhecimentos múltiplos, em que se preocupa não apenas em promover acesso eficiente, mas a fortalecer a autonomia informacional da comunidade, proteger saberes tradicionais, questionar narrativas externas que possam ameaçar o território ou a cultura e articular estratégias de resistência.

Aqui resta claro que, enquanto a competência em informação, em sua formulação mais clássica, tende a enfatizar a eficácia no uso de fontes e de sistemas informacionais, a CCI incorpora uma dimensão ética, decolonial, contracolonial e coletiva, comprometida com a defesa da vida, da memória e da autodeterminação das comunidades originárias. A esse respeito, Tewell (2015) destaca que esta competência implica também em questionar estruturas de poder, autoridade e legitimidade do conhecimento, ampliando o foco da análise para além da eficiência técnica na busca e no uso da informação. Esse entendimento alarga o alcance dessa abordagem crítica ao mostrar como a informação está imersa em relações históricas, políticas e ideológicas, sendo, portanto, atravessada por disputas de poder, estereótipos do ser e silenciamento de saberes múltiplos.

Essa perspectiva torna-se particularmente relevante quando situada no contexto da informação indígena. Ao analisar a história da colonização no Brasil, desde os primórdios da invasão europeia, percebe-se que os povos indígenas foram sistematicamente representados a partir de olhares externos, marcados por estereótipos, silenciamentos e distorções que atenderam aos interesses do projeto colonial, tidos como “estranhos”, “primitivos” ou “sem civilização” dentro de seus próprios territórios, a partir de uma epistemologia eurocentrada que deslegitimou seus saberes, suas memórias e suas formas de organização social. Tudo isso produziu um rastro de violência que remonta à chegada de Cristóvão Colombo e à imposição de sua escrita como instrumento de registro de dominação, por pensar que “os povos indígenas que aqui habitavam eram completamente desprovidos de qualquer traço cultural que os transformassem em seres humanos, existindo uma necessidade premente de catequizá-los” (Mello, 2019, p. 30). Reforçando essa reflexão, Risério (2023) discute como a formação cultural brasileira foi marcada por leituras eurocêntricas que inferiorizaram povos indígenas e africanos, muitas vezes tratando-os como carentes de “civilização”. Ele evidencia que essa visão não descrevia uma realidade, mas sim operava como justificativa ideológica para a colonização, a catequese e a dominação cultural.

Toda essa violência física e os processos de exclusão que também se manifestavam nas primeiras narrativas que descreviam esses povos podem ser percebidos nos documentos informacionais inaugurais da história colonial, conforme aponta Todorov (1993, p. 34), ao analisar os registros produzidos pelos cronistas e administradores europeus.

Fisicamente nus, os índios também são, na opinião de Colombo, desprovidos de qualquer propriedade cultural: caracterizam-se, de certo modo, pela ausência de costumes, ritos e religião (o que tem uma certa lógica, já que, para um homem como Colombo, os seres humanos passam a vestir-se após a expulsão do paraíso, e esta situa-se na origem de sua identidade cultural). Além disso, Colombo tem, como vimos, o hábito de ver as coisas segundo sua conveniência, mas é significativo que ele seja assim levado à imagem da nudez espiritual.

A forma contundente como a narrativa colonial, inaugurada por Colombo, foi sustentada pela negação da humanidade e da cultura dos povos originários se perpetuou durante séculos. Ao descrevê-los como “fisicamente nus” e “espiritualmente desprovidos”, o colonizador constrói uma imagem simbólica de inferioridade que justifica a dominação e o processo de colonização. A nudez, nesse contexto, não é somente uma situação física, mas um dispositivo discursivo usado para legitimar a imposição de valores, de crenças e de costumes europeus sob a falsa ideia de civilizar o “outro”. Essa percepção eurocêntrica reduz o indígena a um ser “sem cultura”, “sem religião” e “sem história”, apagando deliberadamente suas formas de existência e de conhecimento.

Esse mesmo processo pode ser observado no *Diretório dos Índios*¹⁵, instituído em 1757 no contexto das reformas pombalinas, que reflete de maneira clara o discurso colonial e eurocêntrico predominante na época. Tal discurso foi utilizado para legitimar práticas de dominação e políticas de assimilação cultural e religiosa impostas aos povos originários no Brasil do século XVIII. Sob essa perspectiva, os indígenas eram rotulados como “bárbaros” e “pagãos”, sendo vistos como distantes da ideia de “civilidade” e dos valores cristãos europeus. Essa visão servia como base ideológica para ações coloniais violentas, que incluíam a imposição de uma

¹⁵ O *Diretório dos Índios* foi um instrumento jurídico-administrativo instituído em 1757, no contexto das reformas pombalinas, com a finalidade de assimilar forçadamente os povos indígenas à sociedade colonial portuguesa. Regulamentava o trabalho, a língua, a educação e a organização social indígena, proibindo o uso das línguas nativas e impondo o português, além de submeter as comunidades ao controle de diretores nomeados pelo Estado. Fonte: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Lei_de_liberdade_dos_indios_de_1570.pdf. Acesso em: 22 dez. 2025.

nova língua, a negação de crenças e de saberes e a tentativa de moldar os corpos e as mentes desses povos, segundo padrões ocidentais. Trata-se, portanto, de um projeto sistemático de apagamento cultural e epistêmico, sustentado pela crença na superioridade de determinado país colonizador europeu, que visava controlar e reconfigurar os modos de existir e de conhecer dos povos indígenas.

Não se podendo negar, que os índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertões, em que nasceram, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa Sagrada Religião [...] (Almeida, 1997, p. 174).

É possível afirmar, criticamente, que essas fontes representam a imposição de um regime de informação colonial, baseado na produção e na disseminação de discursos que naturalizam a desigualdade, a exclusão e a violência epistêmica. Esse regime, como lembra Bezerra (2024), ao tratar de um “novo regime de informação”, continua operando na contemporaneidade ao hierarquizar saberes e deslegitimar epistemologias não eurocentradas. A partir de leituras decolonial e contracolonial, torna-se essencial dismantelar essas narrativas para revalorizar as cosmologias indígenas.

Assim, o entendimento de informação indígena se revela, então, como um campo político e epistemológico que questiona tais hierarquias do saber e propõe outras maneiras de compreender o mundo. Essa informação rompe com a visão colonial que separa natureza e cultura, corpo e espírito, sujeito e comunidade, e reafirma os saberes como parte do tecido da vida, da memória e da coletividade. A contar pela própria conceitualização do termo “povos indígenas”, evidencia-se uma complexidade que ultrapassa definições simplistas ou reducionistas, como apresentadas em critérios geográficos ou estatísticos. O que está em jogo não é somente a localização territorial, nem os percentuais estatísticos, mas a afirmação de modos de existir, de conhecer e de se relacionar com o mundo. O conceito expressa uma condição política e epistemológica construída na luta por reconhecimento e autonomia, o que exige abordagens analíticas capazes de apreender essa densidade sem esvaziá-la de seus sentidos mais profundos.

Esse conceito, como salienta Krenak (2019), está profundamente ligado à identidade cultural, à espiritualidade, à cosmovisão e à relação com a terra e a natureza, e, por extensão, à própria informação. No domínio cultural desses povos,

não se pode considerar a informação como sendo um recurso externo, formal ou neutro, pois ela se encontra de forma ampla como parte constitutiva do existir, sendo inseparável das experiências coletivas, da memória ancestral e da vida no território. A terra, por exemplo, é tida tanto como um suporte físico ou um espaço de ocupação, quanto como uma instância sagrada e epistemológica que ensina, que alimenta, assim como orienta e regula os modos de conhecer, transmitindo saberes por meio da relação contínua entre humanos, natureza e espiritualidade.

Essa compreensão, segundo a qual, para os povos originários, a terra assume sentidos que extrapolam sua função econômica ou produtiva, desloca radicalmente a lógica informacional dominante, fundada na exploração capitalista dos recursos e na destruição da floresta em função dessa ganância herdada da colonização. A reflexão proposta por Krenak (2019) amplia esse entendimento sobre informação e conhecimento em contextos de comunidades originárias, ao oferecer uma crítica estrutural aos fundamentos da colonialidade do saber, especialmente ao questionar a separação moderna entre natureza e cultura. Ao recolocar a identidade e a relação com a terra no centro do processo de conhecer, essa abordagem convoca os elementos decoloniais e contracoloniais enraizados na CCI e tensiona seus pressupostos teóricos e políticos, ao expressar que não há neutralidade informacional possível quando o que está em jogo é a própria sustentação da vida e dos modos plurais de conhecimento.

Deroche (2005) destaca que a expressão “povos indígenas”, amplamente aceita na atualidade, designa uma enorme diversidade de agrupamentos humanos diversificados espalhados em várias regiões do planeta, cada um com formas, línguas, cosmovisões e modos de vida particulares. Trata-se, portanto, de um conceito que, apesar de sua aparente generalidade, possui um significado político e histórico profundo. Ainda que o termo possa parecer insuficiente para abarcar toda a pluralidade e a complexidade desses povos, ele serve como um elo de identidade e de resistência coletiva. O que une esses diferentes grupos é um passado comum marcado pela colonização, pela violência simbólica e física, pela perda de territórios e pela tentativa constante de silenciamento de suas vozes e saberes.

Dentro dessa conceituação da informação indígena, é recorrente também nos trabalhos de autorias originárias, o termo consciência identitária e autoidentificação indígena. A esse respeito, esses termos podem ser compreendidos como processos políticos, históricos e espirituais de retomada da própria narrativa e de afirmação do

pertencimento coletivo (Munduruku, 2018; Krenak, 2019). Para Munduruku (2018), a autoidentificação indígena é um ato político de autoria e de reposicionamento narrativo, ao escrever para públicos indígenas e não indígenas. Ele também afirma que se assumir indígena significa recuperar a palavra que foi negada e reconstruir a autoestima coletiva, historicamente afetada por estereótipos e políticas de integração forçada. De modo semelhante, Krenak (2019) defende que a identidade indígena não é uma categoria folclórica ou estática, como tentam fantasiar, por exemplo, mas uma forma de estar no mundo vinculada ao território, à ancestralidade e à memória. Nesse sentido, a autoidentificação não se limita ao reconhecimento jurídico ou censitário, mas envolve um processo de consciência histórica e cultural, no qual o sujeito compreende suas raízes, reafirma sua ancestralidade e reivindica o direito de definir a si mesmo.

Para fins de clareza conceitual, adota-se neste trabalho uma distinção entre as categorias “povos indígenas” e “povos originários”, compreendidas a partir de critérios analíticos distintos, ainda que complementares. Vale ressaltar que nesta pesquisa se utiliza das duas terminologias. A noção de “povos indígenas” está associada, sobretudo, a um critério espacial e político-territorial, referindo-se a coletividades que mantêm vínculos históricos, culturais e materiais com territórios específicos, diferenciando-se das sociedades envolventes e afirmando direitos coletivos no interior dos estados nacionais (*Glossário de termos indígenas*, 2023). Essa categoria é amplamente utilizada em documentos jurídicos e normativos, operando como uma chave de reconhecimento legal e de reivindicação de direitos territoriais, culturais e políticos.

Já a expressão “povos originários” mobiliza um critério temporal e histórico, remetendo à anterioridade desses povos em relação ao processo colonial e à formação dos estados modernos (*Glossário de termos indígenas*, 2023). Trata-se de uma categoria político-epistêmica que enfatiza o fato de esses povos existirem antes da colonização e de continuarem existindo apesar dela, desviando o debate do reconhecimento estatal para a afirmação de outras temporalidades, cosmologias e formas de habitar o mundo. Autores indígenas como Krenak (2019) e Santos (2023) têm utilizado essa noção para evidenciar que não se trata somente de povos “indígenas” situados em territórios delimitados, mas de sujeitos históricos cuja existência antecede e questiona a própria ideia de modernidade. Assim, a noção de povos originários reforça uma leitura contracolonial, ao sublinhar a continuidade

histórica, a reexistência e a legitimidade de modos de vida que não se submetem à linearidade temporal imposta pelo projeto colonial.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, do inglês United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (UNDRIP, 2008)¹⁶, reconhece os povos indígenas como grupos que possuem identidades próprias e distintas, fundamentadas em suas histórias, culturas, sistemas sociais e formas de organização econômica singulares, isto é, os “Indigenous peoples have the right to the full enjoyment, as a collective or as individuals, of all human rights and fundamental freedoms as recognized in the Charter of the United Nations, the Universal Declaration of Human Rights and international human rights law” (UNDRIP, 2008, p. 7)¹⁷. Nesse sentido, diferenciam-se das estruturas hegemônicas dos estados onde se inserem, reafirmando sua legitimidade como sujeitos coletivos de direitos. Mais do que uma definição conceitual, a UNDRIP representa um marco jurídico e ético ao estabelecer princípios que asseguram a autodeterminação, o direito sobre seus territórios e recursos naturais, e a preservação de suas línguas, tradições e modos de vida. Ao garantir também a participação efetiva desses povos nas decisões que impactam suas existências, o documento propõe uma ruptura com a lógica colonial, que historicamente desconstruiu o seu protagonismo político e cultural, colocando-se em posição de escuta e reconhecendo o protagonismo e participação direta na construção formal de documentos e leis para, e sobre eles.

No campo da Ciência da Informação, o conceito de informação indígena ainda se apresenta de forma incipiente e pouco explorado, revelando uma lacuna teórica significativa diante da complexidade e da riqueza dos saberes desses povos. Paiva (2013) propõe uma concepção ampla e plural de informação indígena. Para a autora essa categoria abrange todo o conjunto de textos, de registros e de documentos que expressam ou refletem o conhecimento produzido pelos povos indígenas ou sobre eles, independentemente do suporte utilizado. Trata-se de uma noção que transita

¹⁶ A UNDRIP é um instrumento internacional adotado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 2007, que estabelece padrões mínimos para a garantia dos direitos individuais e coletivos dos povos indígenas. Sua finalidade é assegurar o reconhecimento da autodeterminação, dos direitos territoriais, culturais, linguísticos, políticos e do controle sobre seus conhecimentos e modos de vida. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2018/11/UNDRIP_E_web.pdf. Acesso em: 22 dez. 2025.

¹⁷ Os povos indígenas têm o direito ao pleno gozo, tanto coletiva quanto individualmente, de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais, conforme reconhecidos na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no direito internacional dos direitos humanos.

entre diferentes campos do saber, como a Antropologia, a Linguística, a Saúde, a Educação, a Arte e o Direito, reconhecendo que a informação indígena não se limita a formatos escritos ou científicos, mas também se manifesta em narrativas orais, expressões artísticas, práticas rituais e modos de viver. Tal noção aplica-se as assertivas de Risério (1993), sobre as textualidades ameríndias.

Resende (2014) amplia a compreensão do termo, ao caracterizá-lo como uma categoria essencialmente política, que ultrapassa a dimensão identitária e assume um papel estratégico na luta por reconhecimento, igualdade de direitos e autodeterminação. Essa concepção coloca esses povos como interlocutores legítimos de suas produções perante o estado e a comunidade internacional, reposicionando-os como protagonistas na defesa de seus territórios, saberes e modos de vida. Ao compreender “povos indígenas” sob essa ótica, reconhece-se que o termo não se restringe a uma classificação étnica, mas traduz um ato de resistência política e epistêmica diante de séculos de dominação e silenciamento.

Nessa mesma direção, Kopenawa e Albert (2015) enfatizam que a identidade indígena e sua cosmovisão representa uma forma de resistência ao modelo civilizatório eurocentrado, pautado no lucro e na exploração desmedida dos recursos naturais. Os autores argumentam que, enquanto o capitalismo moderno associa desenvolvimento ao acúmulo material e à degradação ambiental, os povos originários compreendem o desenvolvimento como um processo que envolve equilíbrio, reciprocidade e respeito à terra e aos espíritos que habitam a floresta. Esse posicionamento revela uma crítica à lógica capitalista e propõe uma alternativa baseada na sustentabilidade e na interdependência entre seres humanos e natureza. Na visão dos autores,

Se os brancos pudessem, como nós, escutar outras palavras que não as palavras que os grandes homens desses forasteiros despacharam seus genros e filhos para a nossa floresta, para pegar balata, peles de onça e ouro. Nós somos diferentes. Nós nunca pensamos em mandar os nossos para a terra dos brancos sem dizer nada, só para tirar dela tudo o que tem! (Kopenawa; Albert, 2015, p. 413).

É certo que o modelo de desenvolvimento pautado unicamente na lógica do lucro ignora os impactos sociais e ambientais de suas práticas, resultando em um processo contínuo de devastação dos ecossistemas e de ameaça aos modos de vida dessas comunidades. O consumismo, centrado na exploração desenfreada dos

recursos naturais, desconsidera o caráter relacional e espiritual que os povos originários estabelecem com a terra. Para as cosmologias indígenas, o ambiente não é um objeto de posse ou um recurso econômico, mas um ser vivo, dotado de agência¹⁸ e de dignidade, com o qual os humanos mantêm relações de cuidado e de reciprocidade. Essa visão se contrapõe radicalmente ao paradigma capitalista moderno de progresso, que transforma a natureza em mercadoria e normaliza a destruição em nome do crescimento econômico. Retomando o pensamento de Kopenawa e Albert (2015), é possível afirmar que o capitalismo, ao romper os vínculos de interdependência entre os seres e a terra, torna-se autodestrutivo, colocando em risco a biodiversidade e a própria continuidade da vida humana no planeta.

É nessa perspectiva que a denominação “indígena”, nos entendimentos de Luciano Baniwa (2016), deve ser afirmada e valorizada como um elemento de união e de fortalecimento político, cultural e espiritual entre os diversos povos originários do Brasil. Essa identidade compartilhada atua como uma estratégia de resistência frente à colonização histórica e epistemológica, demarcando fronteiras étnicas e identitárias que reafirmam o pertencimento desses povos às suas terras e histórias. Mais que isso, Krenak (2019) aprofunda esse argumento ao sustentar que ser indígena é, em si, um ato de resistência e de preservação da vida, pois implica defender valores éticos e espirituais que se opõem à lógica predatória do capitalismo. A existência indígena, para este, é uma forma de insurgência contra o modelo eurocentrado e estadunidense de exploração e de destruição, reafirmando o princípio de que o equilíbrio entre os seres e a natureza é condição essencial para a continuidade da vida e para a construção de um futuro sustentável e plural.

Ao se posicionar nesse domínio, a perspectiva de Dorrico (2020) apresenta uma ruptura necessária com a visão colonial, que historicamente enquadrou essas comunidades como passivas, vítimas de uma tragédia civilizatória ou de uma

¹⁸ No âmbito dos povos indígenas, a noção de serem dotados de agência, conforme discutido no dossiê sobre a América Portuguesa entre os séculos XVI e XIX, refere-se ao reconhecimento de que esses povos não atuaram como sujeitos passivos diante da colonização, mas como agentes históricos capazes de interpretar contextos, tomar decisões e intervir ativamente diante desses processos. Estar dotado de agência significa ainda possuir capacidade de ação estratégica, isto é, negociar alianças, resistir, adaptar-se, deslocar-se territorialmente, reorganizar formas de vida e produzir respostas políticas, culturais e territoriais às dinâmicas coloniais. Essa perspectiva rompe com leituras tradicionais que reduzem os indígenas à condição de vítimas silenciosas e evidencia que suas escolhas e iniciativas foram centrais na conformação das territorializações, dos conflitos e das formas de convivência e enfrentamento que marcaram a história colonial, como analisam Apolinário e Amorim (2020).

suposta inevitável extinção cultural. A autora defende que os povos indígenas devem ser reconhecidos como protagonistas de suas próprias narrativas, capazes de produzir, de reinterpretar e de ressignificar seus conhecimentos de modo autônomo. Ao retomarem suas histórias sob suas próprias vozes, constroem identidades dinâmicas e memórias coletivas que não se apoiam na dor da conquista, mas na força da resistência e na continuidade de suas existências.

Rezende *et al.* (2024) ampliam essa compreensão ao destacar o papel das fontes de informação especializadas na consolidação da informação indígena como campo de saber e como prática emancipatória. Essas fontes, que incluem tanto meios tradicionais, como bibliotecas, arquivos, museus e publicações, quanto plataformas digitais, bases de dados, mídias sociais e repositórios, são espaços de circulação e de legitimação do conhecimento produzido pelos próprios indígenas ou sobre eles. Nesse sentido, a informação indígena, a um só tempo, preserva saberes ancestrais e também reflete um processo ativo de reconstrução de identidades.

A informação indígena também representa uma força transformadora na desconstrução de estereótipos coloniais e epistemológicos que historicamente marginalizaram esses povos e que ainda persistem, muitas vezes de maneira sutil, nas práticas sociais e culturais contemporâneas. Esses estereótipos, forjados desde a colonização, reduziram as identidades indígenas a caricaturas e a imagens romantizadas ou exóticas, desconsiderando a complexidade, a diversidade e a vitalidade de suas formas de existir, de pensar e de produzir conhecimento. Esse reconhecimento também contribui para combater práticas discriminatórias e representações depreciativas ainda presentes na sociedade, tais como o uso de fantasias de “índio” em festas populares, que reduzem identidades coletivas a adereços e apagam as lutas e as realidades dos povos originários. A rigor, essas práticas não são meras expressões culturais inofensivas, mas, sobretudo, resquícios de uma visão colonial que transforma a diversidade em espetáculo e o outro em objeto de consumo divertido.

No Quadro 7, apresentam-se aspectos informacionais que confrontam as formas estereotipadas de representação de termos indígenas. Não se pode perder de vista que compreender esses conceitos contribui para a desconstrução de estereótipos e fortalece processos de resistência cultural e de inclusão social. Trata-se, por conseguinte, de promover estratégias, mecanismos e estruturas teórico-conceituais que devem ser, na medida do possível, aplicadas em práticas

informacionais cotidianas comprometidas com a justiça epistêmica e com o respeito às pluralidades culturais.

Quadro 7 - Aspectos informacionais contra formas estereotipadas

Termo	Conceito
Comunidade Tradicional	Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais, sociais, religiosos, ancestrais e econômicos, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Abrange uma diversidade ampla de grupos, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores (Brasil, 2007).
Povo Indígena	Grupo originário que mantém continuidade histórica com populações que habitavam o território antes da colonização; autoidentifica-se como indígena. Possui organização social, costumes, línguas, crenças e tradições próprios (<i>Manual dos Povos Indígenas</i> , 2022; Fiocruz, 2023).
Indígena	Termo “tribo” e “índio” está ligado a concepções colonizadoras e reducionistas. A sugestão é usar “povos indígenas” para destacar a riqueza cultural e a autonomia dessas comunidades (<i>Manual dos Povos Indígenas</i> , 2022; Fiocruz, 2023).
Relação Sagrada com a Natureza	A terra, os rios, as florestas e todos os elementos naturais são vistos como seres vivos com os quais os seres humanos têm uma relação de interdependência e de interligação.
Autodeterminação	Expressa o direito dos povos originários de decidir sobre seus modos de vida, territórios e saberes (<i>Manual dos Povos Indígenas</i> , 2022; Fiocruz, 2023).
Cosmovisão indígena	Conjunto de saberes, práticas, relações com a natureza e existência que cada povo originário possui (<i>Manual dos povos Indígenas</i> , 2022), (Fiocruz, 2023).
Saberes originários	Conhecimentos produzidos pelos povos indígenas, que englobam práticas ecológicas, espirituais, territoriais e relacionais
Autonomia informacional	Conceito que deriva da necessidade de os povos indígenas terem controle sobre seus dados, informação e processos de divulgação e registro (<i>Manual dos Povos Indígenas</i> , 2022; Fiocruz, 2023).
Reconhecimento epistêmico	Reconhecimento dos povos indígenas como produtores de conhecimentos válidos, não apenas objeto de estudo (<i>Manual dos Povos Indígenas</i> , 2022; Fiocruz, 2023).
Protagonismo indígena	Ideia de que os povos originários não são mais apenas vítimas ou sujeitos passivos, mas atores ativos na construção de seu futuro, saberes e informação (<i>Manual dos povos Indígenas</i> , 2022; Fiocruz, 2023).
Autonomia	Capacidade de os povos indígenas decidirem sobre seus territórios, saberes e modos de vida, incluindo a gestão da própria informação (<i>Manual dos Povos Indígenas</i> , 2022; Fiocruz, 2023).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A informação indígena desempenha um papel importante na valorização epistêmica dos povos originários, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e a reeducação de visões estereotipadas. Nesse contexto, essa informação incorpora pilares da CCI, ao permitir a identificação e a compreensão das diferentes formas de violência simbólica, cultural e epistemológica às quais os povos indígenas estão sujeitos. Aqui, resta claro que a finalidade da informação indígena ultrapassa o registro ou a documentação, assumindo um caráter profundamente político, decolonial e contracolonial, que se insere em regime próprio. Com efeito, ela se

manifesta um campo teórico-conceitual de reconhecimento e de revalorização que apresenta, ao longo da história, as formas de violência colonial e a superação desses povos no decorrer dos anos. Mais do que preservar dados ou narrativas, a informação indígena atua como prática viva de resistência, pois reativa memórias coletivas, legitima modos próprios de produzir conhecimento e fortalece a continuidade cultural dos povos originários.

4.1 Regime de informação e de saberes originários

Toda forma social está inserida em um regime de informação, entendido como o conjunto de práticas, de valores e de estruturas que organizam a produção, a circulação e o uso da informação em um determinado contexto (González de Gómez, 2012). Então, assimilar esse regime é fundamental para revelar as forças políticas e econômicas que moldam o acesso e o controle da informação, principalmente entendê-lo em contextos de comunidades originárias. Em sociedades capitalistas, esse regime se orienta por lógicas mercadológicas que transformam a informação em mercadoria, submetendo-a a interesses de consumo, de lucro e de dominação. Nesse cenário, esse regime tanto organiza o conhecimento, quanto atua como instrumento de exclusão, reproduzindo desigualdades sociais e epistemológicas.

No âmbito teórico-conceitual, o regime de informação pode ser entendido como um sistema complexo que organiza e regula as formas de produção, de circulação e de apropriação da informação na sociedade contemporânea. Esse conceito remete à existência de normas, de regras e de estruturas que possibilitam, condicionam e orientam o modo como o conhecimento é construído e distribuído, refletindo as relações de poder que o sustentam. Segundo Abbagnano (2007), a palavra “regime” está ligada às ideias de direção, de condução ou de administração, frequentemente, associada à forma como o Estado e as instituições exercem controle sobre determinados processos. Ao ser transposta para o campo informacional, essa noção revela que os fluxos de informações não são neutros, mas condicionado por políticas, tecnologias e interesses que determinam o que pode ou não ser dito, acessado e legitimado.

Na concepção de Braman (2004, p. 13).

The regime approach to global information policy has utility because it offers a heuristic that helps identify common trends in phenomena and processes scattered across policy arenas historically treated as analytically distinct. It provides a foundation for constructive analysis of new institutions, policy tools, behaviors, and relations as opposed to viewing transformations as merely the deterioration of long-existing systems. It addresses one of the key problems facing information policy-makers - the dispersal of decision-making across numerous venues and players - by envisioning a common universe. It offers a position from which analysts and policy-makers absorbed in the 'new' can return to legacy legal systems to mine what can most usefully be brought for-ward.¹⁹

Esse regime se manifesta em diferentes esferas da sociedade contemporânea, mostrando que a informação atua como elemento estruturante nas dinâmicas de poder e de controle social. Cada regime reflete uma forma específica de organização e de gestão da informação, orientada por valores, normas e interesses que determinam quem a produz, distribui e consome. Essa multiplicidade de regimes revela que o conceito não se limita a um único campo de atuação, podendo ser analisado sob diferentes perspectivas, permitindo perceber como a informação é apropriada, regulada e instrumentalizada, em diferentes contextos socioculturais.

Segundo González de Gómez (2012), a noção de regime de informação foi inicialmente formulada por Bernd Frohmann, em 1984, no contexto de uma crítica às abordagens tradicionais de política da informação. Segundo as observações da autora, Frohmann (1984) propôs o conceito como uma genealogia das políticas informacionais, buscando superar o reducionismo que limitava essas discussões às esferas burocráticas e governamentais. A proposta desse autor ampliou o entendimento da informação, reconhecendo-a como parte de um campo dinâmico de poder, onde se entrelaçam dimensões políticas, sociais, culturais e tecnológicas. A partir daí, na literatura, o conceito de regime de informação assume diferentes níveis de abstração, variando de interpretações teóricas amplas a aplicações mais concretas. Assim, ao introduzir esse termo, ele não fica limitado a uma descrição funcional ou estrutural das redes e sistemas informacionais. Sua proposta é analítica

¹⁹ [...] regime pode ser definido como um quadro normativo e regulatório internacional que é menos rígido e menos formal que o sistema jurídico, mas que serve para ligar todas as partes envolvidas em determinada matéria de interesse. Ele oferece definições operacionais, estabelece uma hierarquia de valores e define regras de negociação e procedimentos. Um regime inclui normas éticas e comportamentos, práticas culturais, hábitos, estruturas de conhecimento, formas organizacionais, processos decisórios individuais e do setor privado, as tecnologias, as leis formais e as regulamentações de governos oficialmente reconhecidos. (Braman, 2004, p. 13, tradução nossa).

e crítica, voltada à compreensão dos embates que atravessam esses regimes. O autor busca representar os processos conflituosos por meio dos quais diferentes grupos sociais disputam legitimidade e poder.

O regime de informação passa a ser entendido como um campo agonístico, o que significa reconhecer que ele não é neutro nem meramente técnico, mas atravessado por disputas, interesses e relações de poder. Ao qualificá-lo de tal modo, afirma-se que esse regime é um espaço de conflito permanente, no qual diferentes grupos disputam a autoridade para definir o que conta como verdade, conhecimento legítimo ou memória oficial. Um exemplo prático disso pode ser observado na controvérsia em torno da demarcação de terras indígenas. Enquanto órgãos estatais, pesquisadores e os próprios povos originários produzem estudos antropológicos e históricos para comprovar seus direitos à ocupação tradicional, setores econômicos interessados na exploração do território mobilizam outras narrativas, relatórios e discursos midiáticos para deslegitimar essas reivindicações. Nesse embate, o regime de informação opera como arena de disputa, revelando seu caráter político e não neutro, correspondendo a conjunto de normas, instituições, práticas, tecnologias e atores que definem quais informações são produzidas, validadas, organizadas, circuladas e preservadas em uma sociedade.

Nessa linha, Braman (2004) amplia o debate ao relacionar os regimes de informação à globalização e às estruturas normativas que orientam o fluxo global de dados, leis e tecnologias. Essa perspectiva mostra que esse regime não se restringe à administração de documentos ou políticas formais, mas envolve um sistema de controle simbólico e material, no qual se definem quem tem o poder de produzir, acessar e legitimar o conhecimento. Essa abordagem crítica contribui para revelar como a informação opera como instrumento de governança e, ao mesmo tempo, como potencial campo de resistência e de reconfiguração social. Nessa perspectiva, um exemplo pode ser observado na governança de dados territoriais e ambientais na Amazônia. Sistemas como o Cadastro Ambiental Rural, bancos de dados geoespaciais e plataformas internacionais de monitoramento ambiental definem quem pode produzir, acessar e validar informações sobre o território. Quando terras indígenas são mapeadas por órgãos estatais ou empresas privadas sem a participação efetiva das comunidades, o regime de informação opera como instrumento de governança e controle. Por outro lado, iniciativas como o uso de Sistemas de Posicionamento Global, do inglês Global Positioning System (GPS) e

drones por povos indígenas, para monitorar invasões e registrar crimes ambientais, revelam como esse mesmo regime pode ser apropriado como estratégia de resistência e afirmação da autonomia informacional.

González de Gómez e Chicanel (2008) acrescentam que o regime de informação pode ser utilizado como ferramenta analítica para compreender de que maneira as práticas e os modos de produção informacional se constituem em meio a redes sociais, culturais e econômicas densas, atravessadas por relações assimétricas de poder. Esse enfoque permite observar o regime como um sistema técnico, contendo um campo político e epistemológico, no qual se negociam sentidos, legitimidades e valores informacionais.

Complementarmente, Ekbia (2009) considera que o regime de informação não está restrito à dimensão institucional, pois se manifesta nas práticas cotidianas e nas experiências informacionais dos sujeitos. Para o autor, esse regime compartilha semelhanças com o conceito foucaultiano de “regimes de verdade”, uma vez que ambos tratam da relação entre poder e conhecimento. Aqui pode ser exemplificado nas práticas cotidianas de circulação de informação dentro e fora das comunidades indígenas. A forma como jovens indígenas utilizam redes sociais para denunciar violências, reafirmar identidades e divulgar saberes tradicionais demonstra que o regime de informação não está restrito às instituições formais. Ele também se manifesta nas experiências informacionais dos sujeitos, definindo quais discursos são considerados verdadeiros ou legítimos nesses espaços. Quando saberes tradicionais são desqualificados como “crença” frente ao discurso científico dominante, evidencia-se a operação de um regime de verdade que hierarquiza conhecimentos. Ao mesmo tempo, a apropriação estratégica das mídias digitais revela fissuras nesse regime, abrindo possibilidades de reconfiguração simbólica e política.

Em que pesem essas ampliações teórico-conceituais e metodológicas, entre outras, cabe destacar uma configuração conceitual recente apresentada por Bezerra (2024), por ele chamada de “novo regime de informação”, uma vez que está voltada ao entendimento das dinâmicas do capitalismo digital. Nessa configuração, a informação é transformada em mercadoria, e os fluxos informacionais são direcionados para atender aos interesses do mercado e das plataformas digitais. Essa ampliação desse novo regime é sustentada pela exploração de dados, pela

vigilância e pela manipulação algorítmica, que, entre outras implicações, reforçam desigualdades e limitam o potencial emancipatório da informação.

Além dos aspectos teórico-conceituais, contemplando as finalidades, cabe esclarecer que um regime de informação é formado por diferentes partes que se referem aos componentes que estruturam a forma como a informação é produzida, distribuída, acessada e utilizada em determinado contexto socioeconômico, cultural e político. De acordo com González de Gómez (1999; 2002; 2003) essas formas operam articulando aspectos técnicos, como infraestruturas, tecnologias e dispositivos de mediação, com mecanismos simbólicos e ideológicas, como os valores, os discursos e os interesses que orientam o uso e o controle da informação. No Quadro 8, sistematizam-se esses elementos constitutivos, evidenciando suas interconexões e implicações sociais.

Quadro 8 – Componentes analíticos do modelo sintético do regime de informação

Categorias	Descrição
Atores sociais	São aqueles que podem ser reconhecidos por suas formas de vidas e que constroem, dentro ou fora do regime de informação, suas identidades através de ações formativas, quando da existência de graus de institucionalização e estruturação das ações sociais que agenciam.
Ação de informação	É aquela realizada por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas e interacionais, movidas por diferentes demandas ou preocupações.
Dispositivos de informação	É tido como matéria informada, mediação maquínica ou como passado instituído do mundo social, condiciona uma ação de informação, e pode atuar como variável causal na ocasião pontual de sua intervenção.
Artefatos de informação	É composto por modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de informação.

Fonte: Elaborado com base em González de Gómez (1999; 2002; 2003).

A partir das contribuições de González de Gómez (1999; 2002; 2003) apresentadas no Quadro 8, percebe-se que o regime apresenta uma estrutura que se manifesta em diferentes contextos sociais, desde instituições públicas e privadas até espaços de socialização como escolas e famílias, revelando como as relações informacionais são moldadas pelas interações entre atores sociais, dispositivos tecnológicos e práticas culturais e como a informação se torna arena de poder e também de resistência.

Nesse sentido, um regime de informação é composto por atores sociais, ações de informação, dispositivos de informação e artefatos de informação,

elementos que, articulados, estruturam a produção, circulação e legitimação do conhecimento. No campo dos povos originários, esses elementos podem ser observados na organização de uma assembleia comunitária para decidir sobre a entrada de uma empresa interessada em explorar recursos naturais no território indígena. Nesse caso, as lideranças e os membros da comunidade são os atores sociais. A discussão coletiva, a consulta aos anciãos e a deliberação conjunta configuram a ação de informação. O espaço da assembleia, os documentos apresentados pela empresa e até o uso de celular para consultar legislações funcionam como dispositivos de informação. E a ata da reunião, os registros em áudio ou vídeo e o documento final com a decisão da comunidade constituem os artefatos de informação. Esse exemplo evidencia, de forma concreta, como o regime de informação organiza a produção, a circulação e a validação do conhecimento em um contexto indígena, articulando tradição, política e tecnologia em uma mesma dinâmica.

Bezerra (2023), amplia esse entendimento de “novo regime de informação”, ao relacionar os componentes estruturais do regime às dinâmicas do capitalismo digital moderno. Isso ocorrer porque segundo o autor,

Todas essas contradições estão relacionadas a um fato histórico determinante: o advento de um novo regime de informação no século XXI, no qual formas inovadoras de produção, circulação e consumo de informação se encontram dialeticamente submetidas às velhas relações sociais do modo de produção capitalista, hoje metamorfoseado em sua versão digital (Bezerra, 2023, p. 2).

A motivação dessa atualização reside na constatação de que os modelos anteriores de regime de informação, apesar de valiosos para iluminar aspectos discursivos e tecnológicos da informação, não capturam adequadamente as contradições estruturais da atual era informacional. Ao reinterpretar o regime de informação por meio das lutas de classes, Bezerra (2023) busca revelar como as práticas e ações de informação contemporâneas estão imbricadas nas relações econômicas e políticas que sustentam o capitalismo, tornando evidente que o regime informacional vigente demonstra e reproduz desigualdades sociais e assimetrias de poder. A informação incorpora outras características e passa a ser tratada como um ativo econômico, produzido e controlado por grandes corporações tecnológicas. Assim, as formas de produção, de distribuição, de acesso e de uso da informação tornam-se profundamente condicionadas pelas lógicas do mercado, reforçando

desigualdades e subordinando os sujeitos a interesses econômicos e políticos de grandes corporações. No Quadro 9, apresentam-se as categorias analíticas que compõem esse novo regime de informação.

Quadro 9 – Componentes analíticos do modelo ampliado do regime de informação

Categorias	Descrição
Produção de informação	Envolve a criação, captura e documentação de dados, conhecimento e conteúdo informacional, mediado por tecnologias digitais, em que empresas, governos e indivíduos produzem uma quantidade massiva de informações.
Distribuição e circulação	É a forma como a informação é disponibilizada e circula por meio de diferentes canais. É caracterizada por uma distribuição desigual, onde o acesso à tecnologia e infraestrutura digital limita a distribuição em certas regiões ou comunidades, como os povos indígenas, perpetuando a exclusão digital desses.
Acesso à informação	Refere-se à capacidade dos sujeitos ou grupos acessarem a informação de maneira equitativa. Grupos vulneráveis, muitas vezes encontram barreiras ao acesso, seja por falta de infraestrutura, alfabetização digital ou políticas de restrição de acesso a certos tipos de conhecimento.
Uso da informação	Está relacionado às habilidades e capacidades necessárias para interpretar, processar e aplicar a informação de forma crítica e eficaz. Isso inclui a competência crítica em informação, que é necessária para avaliar a credibilidade das fontes, identificar informações enganosas ou manipuladas, e usar a informação para tomar decisões que favoreçam o bem-estar individual e coletivo.
Controle e poder sobre a Informação	Envolve as entidades que detêm poder sobre o que é produzido, acessado e usado. Esse poder está frequentemente nas mãos de corporações tecnológicas, que controlam as plataformas de redes sociais, os motores de busca e os meios de produção e distribuição de conteúdo.
Preservação e memória	É essencial para garantir que esses dados estejam disponíveis para futuras gerações. A digitalização e o armazenamento em repositórios digitais são processos fundamentais, mas também apresentam desafios.
Legislação e Políticas de Informação	É moldado por legislações e políticas públicas que regulam a produção, distribuição, acesso e uso da informação.
Ideologia e narrativa	É permeado por uma ideologia que favorece determinados modos de ver o mundo, reforçando narrativas hegemônicas. No contexto da decolonização, é importante questionar essas narrativas e promover uma diversidade informacional que inclua perspectivas marginalizadas, como as dos povos indígenas, que muitas vezes são silenciados ou distorcidos no sistema informacional dominante.

Fonte: Elaborado com base em González de Gómes (2012), Freire (2021) e Bezerra (2023).

As acepções apresentadas no Quadro 9, ao sintetizarem as definições, finalidades e componentes desse novo regime, expressam a necessidade de uma postura crítica diante das formas de dominação e de colonialidade que estruturam o sistema informacional contemporâneo. Ao aproximar essas bases analíticas dos aportes críticos decoloniais e contracoloniais, aqui contemplando, sobretudo a CCI, observa-se que essa assume papel fundamental, ao condicionar o sujeito para

reconhecer e questionar esses mecanismos que operam nesse regime, estimulando sua autonomia e sua capacidade de agir de forma consciente. No caso das comunidades historicamente vulnerabilizadas, essa competência torna-se ainda mais necessária, pois pode oferecer instrumentos para interpretar e intervir junto as formas abusivas disfarçadas de oportunidade impostas pelo capitalismo digital.

4.2 Atores indígenas: de vulneráveis a agentes de seus próprios saberes

Os povos originários assim como os afrodescendentes, os quilombolas e os ribeirinhos, entre tantos outros, no Brasil, foram historicamente expostos a múltiplas formas de vulnerabilidade, que se perpetuam até os dias atuais. Krenak (2019) aponta que essa fragilidade estrutural não é acidente ou consequência única de “atraso”, mas é inerente ao processo colonial que visou, desde a invasão da América, a “despeSSoar” a terra, a natureza e os modos indígenas de existência.

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade (Krenak, 2019, p. 14).

Tal vulnerabilidade social pode ser compreendida como uma condição resultante de processos históricos e estruturais que produzem exclusão e desigualdade em múltiplas dimensões da vida social. É uma fragilidade que trata de um fenômeno coletivo e relacional, que se manifesta quando grupos ou comunidades são sistematicamente privados de recursos, de direitos e de reconhecimento. Embora Cunha e Garrafa (2016) associem o termo à origem latina *vulnus*, que significa ferida e à exposição a riscos e a danos, é necessário dialogar que tais feridas são, em grande medida, socialmente produzidas. A vulnerabilidade, portanto, está imbricada na lógica de poder capitalista que estrutura as relações sociais, econômicas e informacionais, e não pode ser dissociada das dinâmicas coloniais que moldaram as hierarquias entre saberes e modos de existência.

No contexto dessas comunidades, essa vulnerabilidade assume contornos ainda mais complexos e profundos, pois decorre tanto de privações materiais, como também da negação epistêmica e cultural. A colonialidade produziu processos contínuos de desumanização, de apagamento e de silenciamento das vozes

indígenas, reforçando a exclusão por meio de políticas que desconsideram suas formas de ser, contudo, essa vulnerabilidade não se limita a uma condição de passividade. Como destacado pela Unesco (2009), ela é também resultado de interações dinâmicas entre pessoas e ambiente, podendo ser reinterpretada sendo um espaço de resistência e de reconstrução.

Sob essa ótica, a vulnerabilidade pode ser entendida como uma categoria que reflete as condições que expõem indivíduos e comunidades a riscos e a exclusões de ordem social, cultural e econômica. A Federação Internacional de Associações Bibliotecárias e Instituições, do inglês International Federation of Libraries Associations and Institutions (IFLA, 2016) amplia esse entendimento ao expor que ela também é informacional, apresentando-se por meio de diversas barreiras como a exclusão digital, o analfabetismo informacional, os preconceitos culturais e as desigualdades de acesso à informação. Tais limitações restringem o exercício pleno da cidadania e reforça mecanismos de dominação e de invisibilização desses grupos.

No caso dos povos originários brasileiros, a vulnerabilidade decorre de séculos de colonização, de desterritorialização e de silenciamento, processos que ainda se refletem cotidianamente. Entretanto, reduzir a experiência indígena a uma condição de vulnerabilidade e de coitadismo seria negar a capacidade de resistência e de agenciamento dessas populações. Ocorre que as comunidades têm demonstrado que, mesmo diante das adversidades e das terríveis violências impostas pela colonialidade, constroem caminhos de enfrentamento por meio da valorização de seus saberes e lutas.

Diante desse debate sobre os povos originários e a coexistência entre condições estruturais de vulnerabilidade e de práticas históricas e contemporâneas de resistência, apresentam-se exemplos concretos que permitem compreender melhor essa capacidade de enfrentamento. Um primeiro aspecto pode ser observado na luta pela apropriação de sua escrita própria que no Brasil ganha visibilidade de forma mais consistente a partir da década de 1990, com a publicação de obras autorais escritas por intelectuais indígenas. Esse movimento não surge por acaso ou de maneira isolada. Ele está diretamente relacionado às transformações políticas, jurídicas e sociais desencadeadas no final do século XX. Em particular, a promulgação da *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988 (CRFB/88) representou um marco decisivo ao reconhecer os povos originários como sujeitos de

direitos, assegurando-lhes garantias relacionadas à educação, à saúde, ao território e à identidade cultural. Esse novo marco jurídico, como salienta Dorrico (2020), rompeu com a concepção dos indígenas como uma categoria transitória, destinada à assimilação e à dissolução na sociedade nacional.

Antes da *Carta Magna* de 1988, os povos originários eram caracterizados por uma lógica tutelar e evolucionista, que os definia como grupos em “processo de integração” e os colocava em uma posição de suposta inferioridade civilizatória. Predominava a ideia de que, sob a tutela do Estado, esses povos abandonariam gradativamente seus modos de vida, considerados primitivos, para alcançar o modelo de cidadania imposto pela sociedade dominante. Instituições como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967, e o *Estatuto do Índio*, de 1973, operavam dentro dessa racionalidade integracionista, condicionando o reconhecimento pleno da capacidade civil indígena à adequação a padrões externos de trabalho, comportamento e organização social (Acervo Isa, 2024). Vale ressaltar que embora tais órgãos tenham desempenhado, e ainda desempenhem, funções importantes na mediação entre o Estado e os povos originários, sua atuação historicamente esteve marcada por uma lógica tutelar. Essa perspectiva, ao tratar os povos indígenas como relativamente incapazes ou em processo de “integração”, reforçou assimetrias de poder e limitou a plena autonomia política e jurídica dessas populações. Mesmo com todos esses avanços, o desafio contemporâneo consiste em superar definitivamente a herança tutelar e consolidar um modelo pautado no reconhecimento da autonomia, do protagonismo e da capacidade plena dos povos indígenas de decidir sobre seus próprios destinos.

A superação desse paradigma jurídico e político abriu espaço para que os próprios indígenas passassem a narrar suas histórias, experiências e visões de mundo, contribuindo de forma decisiva para a consolidação da literatura indígena como campo autoral, político e epistemológico no Brasil. Assim,

A literatura indígena vem romper com essa tradição imagética do espelho do branco. E desde então, aprendemos algumas lições com as obras dos autores indígenas. Se a literatura brasileira escamoteia a presença indígena, a diversidade de autores que emergem no território nacional tensiona esse apagamento, e assim os leitores não indígenas vão aprendendo que o “Brasil todo é terra indígena”. Essa frase quer chamar a atenção para o fato de que os povos indígenas foram os primeiros a pisar, a habitar, a cultivar essa terra que se conhece como Brasil. Já estávamos aqui antes da invasão colonial e a constituição do Estado-nação tal qual o conhecemos hoje.

Sobrevivendo processos de genocídio e escravidão, continuamos aqui (Dorrico, 2020, p. 3).

A vulnerabilidade indígena, portanto, não constitui uma condição natural ou intrínseca, mas o resultado de um processo histórico contínuo de colonialidade, sustentado por políticas estatais, interesses econômicos e regimes informacionais excludentes. Reduzir esses povos à imagem do “coitadinho” reproduz uma violência simbólica e reforça a lógica tutelar que nega sua autonomia e sua agência política. Reconhecê-los como sujeitos históricos, epistêmicos e informacionais implica admitir que suas estratégias de resistência são respostas pontuais à opressão, da mesma forma que um projeto de continuidade da vida que articula território, memória, saber e ação coletiva. Dessa maneira,

[...] a preocupação de não se construir mais uma imagem genérica do indígena no pós contato, ou apenas como vítima, mostrando-os enquanto “dizimados” e “assimilados”, ou seja, como se estivessem em contínuo processo de desaparecimento. Assim como na historiografia de outros países, no Brasil passamos a insistir na necessidade de considerar a “agency”, isto é, a capacidade de “ação consciente” dos povos indígenas. Resultam daí trabalhos que obedecem a orientação de considerar e valorizar as atuações dos povos originários nos processos históricos nos quais eles se inserem (Apolinário; Amorim, 2021, p. 5).

A vulnerabilidade, nesse contexto, transforma-se em espaço de luta e de reconstrução, no qual o ser indígena afirma-se como sujeito de conhecimento e agente político capaz de reconfigurar os sentidos de resistência e de autonomia. Esse movimento é muito importante na historiografia sobre esses povos no Brasil, na medida em que implica reconhecer que as experiências históricas, políticas e culturais são diversas e não podem ser generalizadas a partir de uma única região ou narrativa dominante. Ao valorizar fontes documentais de diferentes acervos, tanto nacionais quanto internacionais, as pesquisas recentes ampliam o repertório metodológico e epistemológico da história, permitindo que novas vozes, temas e problemáticas venham à tona (Apolinário; Amorim, 2021).

Essa transformação na forma de entendimento sobre esses povos representa uma quebra significativa com a lógica colonial que, por séculos, os reduziu à condição de objetos de exploração, mão-de-obra escravizada ou figuras sem voz na construção da história. A crítica a essa visão eurocêntrica elucida que esses povos nunca foram meros receptores da dominação, mas agentes de resistência. O fato de hoje haver uma presença expressiva de intelectuais, de artistas e de lideranças indígenas reconhecidos dentro e fora do país é resultado direto de uma longa

trajetória de luta, de persistência e de reivindicação por autonomia e reconhecimento.

No campo científico, artístico e político, intelectuais, artistas e lideranças indígenas vêm ocupando, de forma cada vez mais consistente, espaços estratégicos de produção simbólica, epistemológica e de disputa pública, rompendo com narrativas hegemônicas e quebrando regimes de conhecimento historicamente marcados por silenciamentos. Nas artes plásticas, por exemplo, destaca-se a trajetória de trabalho de um dos primeiros artistas indígenas da Amazônia, conhecido como Jaider Esbell do povo Macuxi (*in memoriam*), cuja obra ressignifica mitos originários e cosmologias indígenas como forma de enfrentamento ao apagamento colonial e de afirmação da arte indígena como pensamento crítico, destaques de resistência e representatividade. Nesse mesmo horizonte, artistas como Denilson Baniwa se destacam com sua produção visual, ativismo e intervenção política, utilizando a arte como dispositivo de denúncia, reexistência e afirmação de outros modos de ver, narrar e interpretar o mundo (Portal da Câmara dos Deputados, 2022).

Na política institucional, a presença indígena também se consolida como estratégia de enfrentamento e de transformação das estruturas estatais, historicamente marcadas por práticas tutelares. A atuação de lideranças como Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita Deputada Federal e atual Presidente da FUNAI, simboliza a inserção dos povos originários em arenas decisórias que, por muito tempo, falaram sobre eles sem sua participação direta. Esse movimento se amplia com trajetórias como as de Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, cujas atuações expressam um deslocamento significativo das formas tradicionais de representação política, se colocando em posição de escuta e representando o feminismo de mulheres indígenas. Sônia Guajajara articula formação acadêmica, militância e liderança indígena, destacando-se nacional e internacionalmente como uma das principais vozes na defesa dos direitos dos povos originários, especialmente por meio de sua atuação na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). De modo convergente, Célia Xakriabá, professora e ativista formada na primeira turma de Educação Indígena da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), integra a luta política à defesa dos territórios, da justiça climática e da educação, conjugando saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais e tensionando a colonialidade das instituições (Portal da Câmara dos

Deputados, 2022). Nesse aspecto, é válido mencionar a criação, por ato do Presidente Lula, da primeira Universidade Federal Indígena, a UNIND, em novembro de 2025.

No campo literário, tem-se um vasto e crescente leque de escritores indígenas com projeção internacional, como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara e Ailton Krenak, entre outros, que têm ampliado a circulação das epistemologias indígenas para além dos espaços acadêmicos, correlacionando e articulando memória, oralidade e crítica política em obras traduzidas e lidas em diferentes países. Essas produções não somente conferem visibilidade a experiências e saberes historicamente marginalizados, mas também operam como práticas intelectuais e informacionais que confrontam a colonialidade do saber, afirmando a legitimidade de outros modos de narrar, conhecer e existir. Conjuntamente, esses exemplos ilustram o protagonismo indígena na conjuntura brasileira contemporânea e evidenciam a potência política, cultural e epistemológica de suas produções e atuações.

É claro que durante esses anos nós deixamos de ser colônia para constituir o Estado brasileiro e entramos no século XXI, quando a maior parte das previsões apostava que as populações indígenas não sobreviveriam à ocupação do território, pelo menos não mantendo formas próprias de organização, capazes de gerir suas vidas (Krenak, 2019, p. 39).

Reconhecer essa resistência não significa apagar o sofrimento e o genocídio a que foram submetidos ao longo dos séculos, mas entender que a sobrevivência desses povos é, em si, uma forma de enfrentamento e de reconstrução identitária. A permanência e o fortalecimento dessas culturas demonstram que a resistência é também um ato de criação e de resiliência, ou seja, uma forma de afirmar a vida diante das estruturas de apagamento e de sofrimento impostas pelo colonialismo. Ainda há muito a ser feito em termos de políticas públicas, reparação histórica e compromisso governamental, mas é inegável que os povos indígenas têm assumido protagonismo crescente na defesa de seus direitos e na produção de saberes próprios.

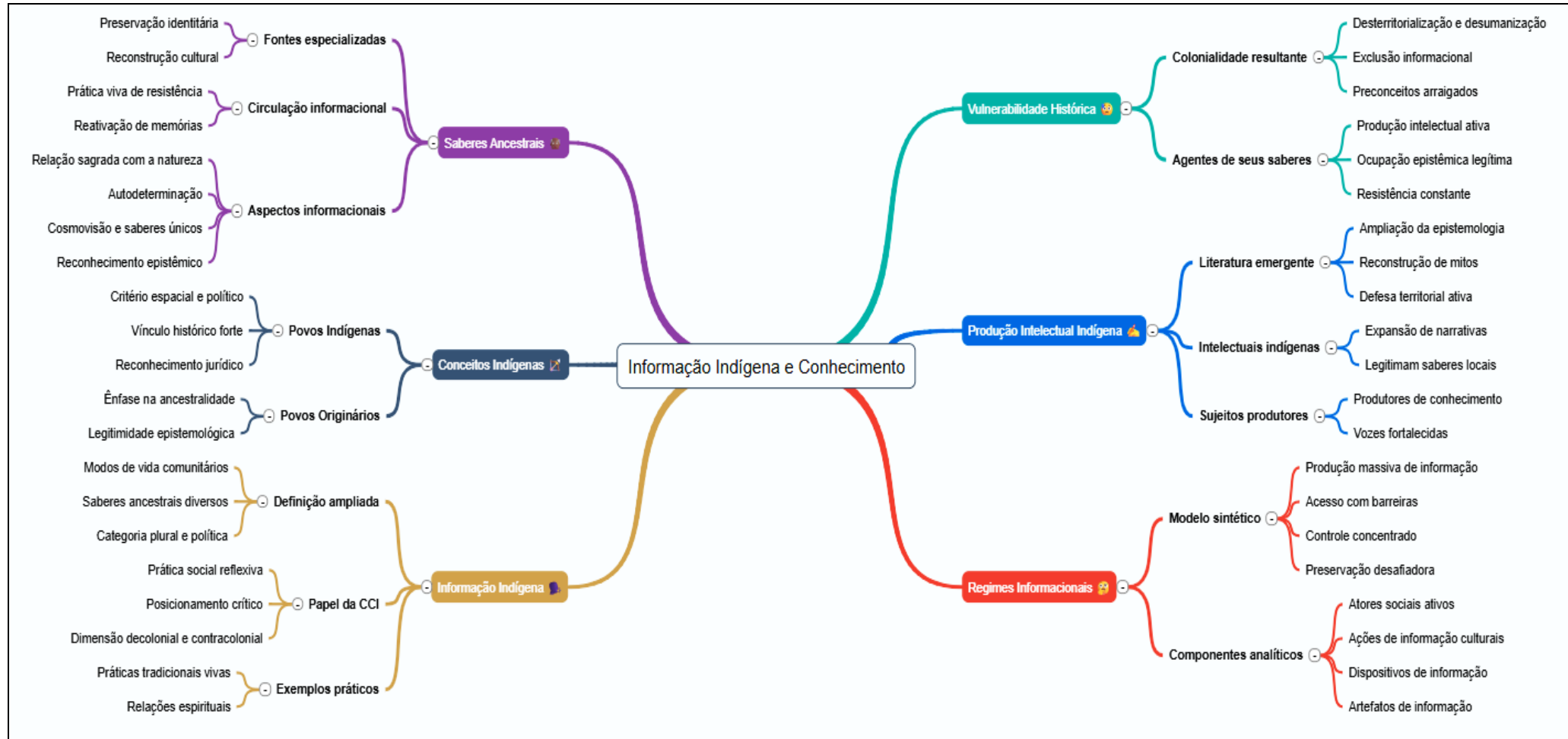
Esse protagonismo manifesta-se, de modo cada vez mais evidente, também no campo da pesquisa acadêmica. Embora, como observa Baniwa (2023, p. 54), “Two decades have passed since indigenous peoples began to have access to higher education in Brazil, and about fifteen years since the first indigenous

anthropologists graduated”, evidenciando a demora histórica no acesso às universidades, é fundamental reconhecer que a presença indígena nesses espaços configura um movimento consistente de ocupação epistêmica e política. Para o autor, o ingresso de estudantes e pesquisadores originários no ensino superior não se restringe a uma política de inclusão social, mas representa uma transformação qualitativa no campo acadêmico, ao deslocar os povos indígenas da posição tradicional de objetos de investigação para a condição de sujeitos produtores de conhecimento.

A ocupação indígena na universidade constitui uma estratégia de reconfiguração epistemológica, capaz de tensionar paradigmas consolidados e afirmar a legitimidade de saberes territorializados, cosmológicos e comunitários no debate acadêmico nacional. Trata-se de um processo que amplia a diversidade de conhecimentos e pesquisas relacionadas ao campo de pesquisadores originários. Ao introduzir perspectivas enraizadas no território, na ancestralidade e na coletividade, por exemplo, esses pesquisadores questionam a centralidade de matrizes epistemológicas hegemônicas eurocentradas e apresenta a existência de múltiplos modos de desenvolver pesquisas no âmbito da ciência.

A Figura 5 apresenta o mapa conceitual do capítulo, sintetizando as principais categorias analíticas, seus desdobramentos teóricos e as relações estabelecidas entre os eixos de discussão que estruturam a argumentação desenvolvida.

Figura 5 – Mapa teorico-conceitual sobre a informação indígena



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

5 DESENHO DA PESQUISA: DO LEVANTAMENTO DE FONTES INDÍGENAS À COMPREENSÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO INDÍGENA

Suas palavras, vindas das árvores de cantos dos confins da terra, nunca têm fim. Porém, para que o jovem xamã possa obter tão belos cantos é preciso, como eu disse, que os xapiri substituam aos poucos sua garganta pela deles. [...] tudo isso é tão difícil quanto aprender a desenhar palavras em peles de papel. A mão fica dura no começo, o traço muito torto. É mesmo medonho! Por isso, é preciso afinar a língua para os cantos dos espíritos tanto quanto é preciso amolecer a mão para desenhar letras (Kopenawa; Albert, 2015, p. 172).

Inicia-se esta seção com o fragmento de Kopenawa e Albert (2015), cuja força poética e epistêmica permite refletir sobre o papel dos procedimentos metodológicos sob uma perspectiva decolonial e contracolonial. A partir desse olhar, entende-se que o caminho metodológico não é somente um conjunto de técnicas e etapas operacionais, mas constitui um território político, ético e epistemológico. Desenvolver uma postura investigativa de base decolonial e contracolonial é assumir uma prática de escuta, tradução e diálogo intercultural, reconhecendo e compreendendo que o saber é múltiplo, relacional e situado.

Esse posicionamento requer também o exercício da CCI, a qual pode orientar de forma crítica e reflexiva o sujeito, para problematizar os diversos regimes informacionais e epistemológicos que sustentam a colonialidade na modernidade. Trata-se de um movimento de desvelamento das formas sutis de poder que se manifestam na produção, organização, circulação e validação do saber. Essa competência não busca negar a existência de outros conhecimentos, pelo contrário, ela busca ampliar e reconhecer saberes múltiplos e diversos. Como adverte Krenak (2022), rejeitar os saberes outros seria repetir os mesmos vícios da colonialidade, que impõe uma visão única do mundo e silencia as cosmologias e a diversidade cultural existente no país.

Em uma pesquisa, a metodologia pode ser compreendida também como o ponto de partida que orienta o percurso do pensamento investigativo, direcionando os esforços para a produção de novos conhecimentos situados em determinados contextos sociais e históricos. Nesse processo, os métodos utilizados, bem como as técnicas de coleta e análise da informação, assumem um papel operacional, pois definem os caminhos práticos da investigação. Entretanto, essas escolhas metodológicas não são neutras, uma vez que estão fundamentadas em perspectivas

epistemológicas e também em posicionamentos políticos que influenciam a forma como o objeto de estudo é construído e legitimado (González de Gómez, 2000). Assim, uma das funções centrais da metodologia consiste em refletir criticamente sobre as condições que possibilitam a constituição do objeto de conhecimento, evidenciando os contextos, pressupostos teóricos e relações de poder que atravessam sua produção.

Nesse sentido, o aprendizado é um processo árduo e contínuo, que exige entrega, paciência e transformação. Dessa maneira, o percurso metodológico tem como finalidade explicitar, de forma organizada e coerente, o caminho percorrido pelo pesquisador na construção da investigação de sua pesquisa. É uma etapa que busca apresentar como os objetivos do estudo foram alcançados, descrevendo de forma minuciosa as táticas, os métodos e as técnicas que foram adotadas em cada fase da investigação, de forma ética e respeitosa, considerando a diversidade de conhecimento existente (Minayo, 2010).

O método, ainda conforme Minayo (2010) constitui um percurso planejado e intencionalmente trilhado pelo pesquisador para conduzir uma investigação científica e, dessa forma, produzir conhecimento pautado na veracidade e na confiabilidade. Assim, esta pesquisa se ancora em uma perspectiva que compreende a informação como prática social e emancipatória, capaz de desvelar as relações coloniais e promover o fortalecimento dos sujeitos e de suas epistemologias próprias.

5.1 Delimitação do domínio e caracterização da pesquisa

A definição do tipo de pesquisa constitui uma etapa sensível no desenvolvimento de uma investigação científica, pois, em muitos casos, os limites que distinguem um método de outro não são rígidos e podem se apresentar de forma bastante sutil. Nesse sentido, considerando os objetivos propostos, o presente estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa de natureza descritiva, uma vez que busca examinar, identificar e compreender determinados fenômenos, evidenciando suas características, relações e manifestações no contexto investigado. Conforme Collis e Hussey (2005), esse tipo de pesquisa busca identificar, analisar e interpretar características e comportamentos de determinados fenômenos sociais, permitindo compreender suas dinâmicas, relações e implicações no contexto em que ocorrem.

No presente estudo, essa abordagem é mobilizada para descrever elementos presentes na literatura indígena que evidenciam a constituição de estratégias vinculadas ao macroprocesso da competência crítica em informação entre os povos originários brasileiros, considerando o horizonte teórico da contracolonialidade. A partir da análise de obras literárias e de documentos produzidos por esses povos, busca-se compreender como tais produções funcionam como estratégia de resistência. Nesse contexto, a CCI é compreendida para além de um conjunto de habilidades técnicas, sendo entendida como uma prática política e epistemológica que contribui para a resistência aos processos de dominação, para a defesa de direitos coletivos e para o fortalecimento e a valorização dos saberes e modos de existência dos povos originários.

Quanto à abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que busca entender a realidade social em sua complexidade, considerando dimensões simbólicas, culturais e informacionais que não podem ser expressas por meio de dados quantificáveis.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2010, p. 21).

Além disso, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, que permitem fundamentar teoricamente o objeto investigado e estabelecer um diálogo crítico com diferentes perspectivas teóricas. Conforme explica Minayo (2010), a pesquisa bibliográfica consiste no estudo sistemático de produções já elaboradas sobre determinado tema, possibilitando ao pesquisador conhecer e analisar criticamente o conhecimento acumulado na literatura. No âmbito deste estudo, esse procedimento foi fundamental para identificar, na produção científica, discussões relacionadas à CCI, às perspectivas literárias dos povos indígenas e às correntes decoloniais e contracoloniais, permitindo identificar conceitos, caracterizar os elementos da CCI e conhecer as estratégias de resistência presentes nesses debates.

O presente estudo também recorre ao método de pesquisa documental, empregado para identificar atores informacionais indígenas e analisar produções literárias consideradas relevantes para compreender as práticas e as ações de informação e as estratégias de resistência mobilizadas pelos povos originários. De acordo com Minayo (2010), a pesquisa documental consiste na análise sistemática de documentos produzidos em diferentes contextos sociais e institucionais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado ou que podem ser reinterpretados à luz de novos problemas de investigação. Sua finalidade é possibilitar ao pesquisador acessar registros históricos, narrativas, textos e evidências que contribuam para a compreensão de determinados fenômenos sociais, permitindo reconstruir processos, identificar atores e analisar discursos e práticas presentes em diferentes contextos. Nesse sentido, a pesquisa documental torna-se particularmente pertinente para este estudo, pois permite examinar obras literárias e documentos produzidos por sujeitos e organizações, compreendendo-os como registros informacionais que expressam perspectivas próprias, modos de produção de conhecimento e estratégias de afirmação epistemológica diante das estruturas históricas de colonialidade.

5.2 Levantamentos e análises de fontes indígenas

Os procedimentos de coleta de dados foram orientados pela pesquisa documental. Nesse processo, foram analisadas 22 obras, incluindo produções literárias de autoria indígena e literatura científica, parte das quais também subsidiou a construção do referencial teórico da tese e o fortalecimento dos argumentos desenvolvidos ao longo da discussão. O acesso a esse material ocorreu predominantemente por meio digital, em formato PDF. A identificação das obras deu-se, em grande medida, a partir de indicações presentes nas próprias leituras realizadas; por exemplo, ao analisar *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), de Ailton Krenak, foi possível mapear referências a outros autores indígenas, contribuindo para a composição do quadro de autorias apresentado nos resultados.

A escolha considerou o alcance das fontes, entendido como a capacidade de determinada obra circular, influenciar debates e produzir repercussões em diferentes espaços sociais, acadêmicos e políticos, especialmente no que se refere à afirmação das epistemologias indígenas (Carvalho; Rezende; Gomes, 2021).

Também foram adotados critérios relacionados à presença de elementos temáticos recorrentes nos livros e artigos, tais como: a compreensão da informação como prática territorial e ancestral; a valorização da oralidade e da memória como formas legítimas de produção de conhecimento; a relação e cosmologias do indígena com a natureza; a crítica à suposta neutralidade e universalidade do saber; o enfrentamento da colonialidade do saber, do ser e poder; o uso de estratégias narrativas de resistência; a defesa da emancipação social e da autonomia epistêmica, bem como, processos de reexistência e fortalecimento identitário. Além disso, foram consideradas perspectivas decoloniais e contracoloniais expressas nas ações, discursos e narrativas desses autores. A análise também incluiu documentos históricos disponíveis em acervos institucionais da FUNAI, do CIMI, da APIB, que permitiram ampliar a compreensão histórica das mobilizações políticas e informacionais dos povos originários.

Além disso, para a interpretação e análise das obras e dos documentos selecionados, recorreu-se à análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Esse procedimento metodológico possibilita examinar de forma sistemática e organizada os conteúdos presentes nos materiais analisados, permitindo identificar categorias, temas recorrentes, sentidos e padrões discursivos que emergem das narrativas. Conforme Bardin (2016), a finalidade da análise de conteúdo é produzir inferências interpretativas a partir dos dados, buscando compreender significados explícitos e implícitos presentes nos textos, bem como, revelar estruturas de sentido que contribuem para a interpretação crítica do fenômeno investigado. Nesse estudo, tal abordagem permitiu identificar, nas obras e documentos analisados, elementos relacionados às práticas e às ações de informação indígena, às estratégias de resistência e às perspectivas decoloniais e contracoloniais que atravessam as narrativas produzidas pelos povos originários.

O processo analítico foi estruturado em etapas que envolveram a identificação de atores informacionais indígenas, a análise de artefatos e dispositivos de informação, bem como das ações informacionais desenvolvidas por esses sujeitos, à luz das contribuições de González de Gómez (2012) e Freire (2021). Em seguida, procedeu-se à exploração do material por meio da codificação e da identificação de núcleos de sentido relacionados à CCI e às estratégias de resistência. Por fim, realizou-se o tratamento e a interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

CCI, da decolonialidade e da contracolonialidade, culminando na sistematização de um modelo teórico-metodológico.

Na primeira etapa, foi realizado levantamento bibliográfico para identificar as práticas e ações de informação que mobilizam a CCI e que tensionam epistemologias hegemônicas a partir de perspectivas críticas decoloniais e contracoloniais. Na segunda etapa, buscou-se caracterizar os elementos que conformam essa competência, considerando a atuação de atores informacionais indígenas, seus artefatos de informação, seus dispositivos e suas ações informacionais no contexto originário, compreendidos como práticas que sustentam processos de resistência, emancipação e reafirmação de epistemologias próprias. Por fim, na terceira etapa, esses achados foram sistematizados na proposição de um modelo teórico-metodológico voltado à compreensão da CCI em contextos indígenas.

Quadro 10 – Procedimentos metodológicos alinhados aos objetivos

Etapas da pesquisa	Procedimentos	Descrição
Primeira etapa – levantamento bibliográfico e fundamentação teórica	Natureza e abordagem; Procedimentos técnicos	Pesquisa descritiva - Buscou-se descrever, analisar e interpretar elementos da CCI presentes na obra literatura indígena que evidenciam estratégias contracoloniais de resistência. Abordagem qualitativa - Procedimentos técnico - pesquisa bibliográfica e documental – voltada à compreensão aprofundada de significados, discursos, práticas e ações de informação e dimensões simbólicas presentes nas obras e documentos analisados.
Segunda etapa – delimitação do corpus e análise dos dados	Corpus da pesquisa; Técnica de análise	O corpus da pesquisa foi composto por textos literários de autores indígenas brasileiros e por documentos históricos que dialogam com as discussões sobre CCI, decolonialidade e contracolonialidade. No total foram analisadas 22 obras. A seleção do <i>corpus</i> considerou a relevância temática das obras e a recorrência de elementos analíticos relacionados à resistência epistêmica e informacional. A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin, estruturada na identificação e interpretação de elementos no contexto originário.
Terceira etapa – sistematização e proposição teórico-metodológica	Produto final esperado; Contribuição científica	Nesta etapa, os achados analíticos foram sistematizados na proposição de um modelo teórico-metodológico voltado à compreensão dos elementos da CCI em contextos indígenas. O estudo busca contribuir para a ampliação do debate sobre CCI para além de sua dimensão técnico-instrumental, inserindo-a em um horizonte crítico, decolonial e contracolonial, com implicações para pesquisas sobre justiça cognitiva, grupos sociais minoritizados, processos de vulnerabilização e para o desenvolvimento de uma CCI aplicada aos contextos indígenas.

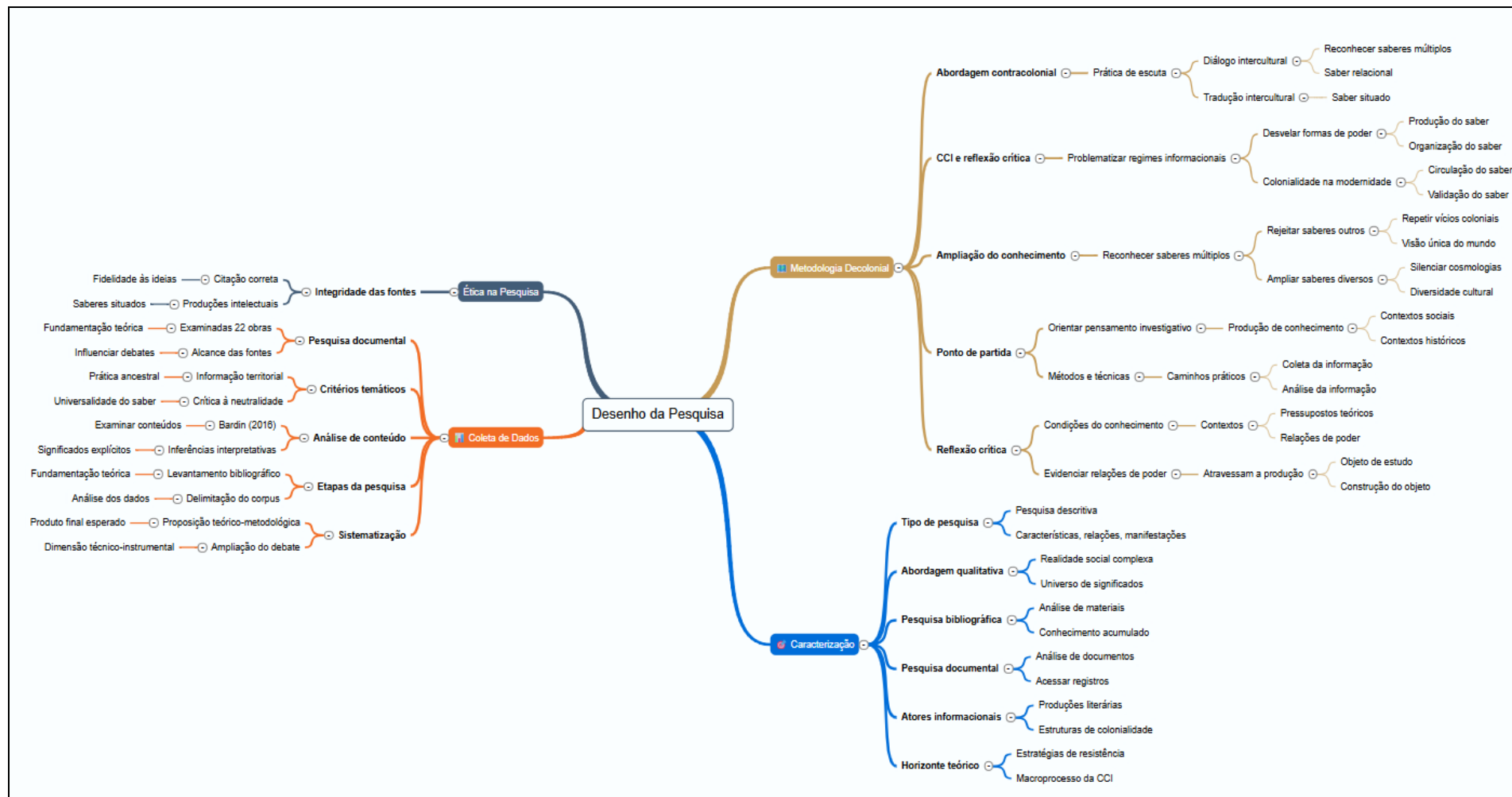
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Vale ressaltar que, mesmo sendo uma pesquisa de natureza teórica, foram considerados os cuidados éticos necessários à condução deste estudo científico. Nesse sentido, buscou-se respeitar a integridade das fontes utilizadas, garantindo a correta citação dos autores e documentos analisados, bem como a fidelidade às ideias originalmente apresentadas nas obras consultadas. Além disso, a pesquisa adotou uma postura ética no tratamento das produções intelectuais indígenas, reconhecendo-as como expressões legítimas de saberes situados, evitando interpretações que possam descontextualizar ou reduzir a complexidade das epistemologias desses povos.

Adicionalmente, para auxiliar na correção gramatical do texto e na elaboração de representações visuais, como mapas conceituais, recorreu-se ao uso de ferramentas de Inteligência Artificial, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialmente a Resolução nº 57/2025. O uso dessas ferramentas foi restrito ao apoio técnico na organização e apresentação das informações, não substituindo o processo analítico, interpretativo e crítico desenvolvido pela pesquisadora ao longo da investigação.

A Figura 6 apresenta o mapa conceitual do capítulo, sintetizando as principais categorias analíticas, seus desdobramentos teóricos e as relações estabelecidas entre os eixos de discussão que estruturam a argumentação desenvolvida.

Figura 6 – Mapa teórico-conceitual do desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

6 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO DE POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS: DOS FUNDAMENTOS DECOLONIAIS ÀS ESTRATÉGIAS CONTRACOLONIAIS

Nem todo conhecimento dá conta de ser guardado em um livro. Se encontra no território e no epistemológico nativo. Produzindo seus conceitos, inspirado no corpo da vivência, tecendo nossas narrativas por meio da experiência (Xakriabá, 2018, p. 96).

O fragmento de Xakriabá (2018) expressa, preliminarmente, uma crítica profunda ao paradigma moderno de produção e de legitimação do conhecimento, baseado na centralidade da escrita, da institucionalização acadêmica e da materialização do saber em suportes formais. A afirmação aponta ainda para a existência de outras formas de produção, de transmissão e de validação do conhecimento que escapam às estruturas tradicionais da ciência herdada da colonização, salientando que o conhecimento indígena se constitui a partir de uma relação indissociável entre território, corpo, memória e experiência coletiva. Esse posicionamento da autora tensiona também a ideia moderna de conhecimento como algo abstrato, universal e desvinculado da vida concreta. Ao defender que o conhecimento se encontra no território e no “epistemológico nativo”, a autora sugere que o saber, no contexto das comunidades originárias, emerge não somente de fontes formais, mas das relações vividas com o mundo, bem como, das práticas cotidianas, da ancestralidade, das cosmologias e das interações com a natureza. Trata-se de uma epistemologia encarnada, que está no cerne da alma, em que o corpo e a experiência são fontes legítimas de conhecimento.

Essa perspectiva dialoga diretamente com as análises e discussão desenvolvidas nesta tese, que buscaram considerar os elementos da CCI quando articulados às perspectivas decoloniais e às estratégias contracoloniais protagonizadas pelos povos originários do Brasil. Ao reconhecer que nem todo conhecimento se encontra nos suportes tradicionais da informação, a reflexão de Xakriabá (2018) amplia o próprio entendimento do que pode ser considerado como informação e de quais práticas e ações de informação devem ser reconhecidas como legítimas, nesses espaços. Nesse sentido, a articulação entre a reflexão de Xakriabá (2018) e os fundamentos da CCI, até aqui desenvolvidos, permite entender que essas práticas e ações indígenas operam como estratégias contracoloniais de resistência e de afirmação epistêmica. Ao mobilizar suas narrativas, cosmologias e

experiências territoriais, esses povos preservam seus saberes e produzem formas de informação que contestam os regimes de verdade impostos pela colonialidade.

É importante registrar que os quadros, as análises e as discussões apresentados nesta seção não surgiram de forma isolada ou circunstancial, ao contrário, resultam de um processo de articulação teórica e analítica que se constrói no entrecruzamento de diferentes matrizes de pensamento crítico e reflexivo. Esse entrelaçamento revela que a compreensão das práticas e ações de informação em contextos indígenas exige um deslocamento epistemológico capaz de superar os limites das abordagens tradicionais centradas em paradigmas eurocêntricos de produção e de validação do conhecimento. Nesse sentido, os exercícios analíticos e discursivos partem de um esforço reflexivo que buscam integrar aportes filosóficos e epistemológicos, articulando três correntes teóricas fundamentais, a saber, a teoria decolonial, as epistemologias indígenas e a CCI aplicada aos contextos dos povos originários (Dussel, 1993; Elmborg, 2012; Tewell, 2015; Quijano, 2014; Mignolo, 2017; Krenak, 2019; Santos, 2023).

Torna-se importante reafirmar que a primeira dessas correntes se ancora na teoria decolonial, especialmente nas contribuições de pensadores cujas reflexões oferecem um arcabouço conceitual robusto para compreender a persistência das estruturas de dominação que se consolidaram a partir da modernidade colonial. Ao problematizar a colonialidade do poder, do ser e do saber, esses autores evidenciam que o colonialismo não se restringe a um evento histórico superado. Esse terrível processo constitui uma lógica estrutural que continua organizando hierarquias raciais, epistemológicas e políticas no mundo contemporâneo (Mignolo, 2017). Sob essa perspectiva, a produção do conhecimento científico moderno esteve profundamente vinculada à marginalização e ao silenciamento de outras formas de saber, consideradas inferiores ou não legítimas pelos critérios da racionalidade eurocêntrica, como foi discutido no decorrer deste trabalho. Assim, a teoria decolonial funciona para mostrar caminhos e denunciar tais abusos, abrindo espaço para a construção de horizontes epistemológicos plurais, nos quais conhecimentos dos povos originários, historicamente subalternizados, possam ser reconhecidos e valorizados.

A segunda corrente que sustenta essa reflexão encontra-se nas epistemologias contracoloniais indígenas, entendidas aqui como os sistemas de conhecimento plurais e como formas complexas de pensamento e de relação com o

mundo, que se estruturam a partir da interdependência entre território, comunidade, ancestralidade e natureza. Diferentemente das epistemologias modernas, marcadas por uma lógica de separação entre sujeito e objeto, natureza e cultura, conhecimento e experiência, os sistemas de conhecimento indígenas se organizam a partir de relações de reciprocidade e interconexão (Krenak, 2019). Nesse sentido, os pensadores indígenas concretizam cada vez mais a produção de conhecimento nesses contextos. Toda essa produção de conhecimento diversificada, não está limitada à racionalidade abstrata, pois ela pertence às práticas cotidianas. Essas epistemologias operam, portanto, como práticas contracoloniais, na medida em que desafiam a pretensão universalista da modernidade eurocêntrica e afirmam a existência de múltiplas formas legítimas de conhecer e interpretar a realidade.

A terceira corrente teórica que fundamenta este estudo relaciona-se à CCI aplicada aos contextos indígenas. Tradicionalmente associada ao desenvolvimento de habilidades educacionais formais, nesses contextos ela assume uma dimensão ampliada, articulando-se com perspectivas críticas que compreendem a informação como entidade e processo que materializa campos de disputas simbólicas, políticas e epistemológicas. Nesse sentido, ela envolve a capacidade de interpretar criticamente os regimes de informação, identificar assimetrias na produção e circulação do conhecimento e mobilizar a informação como instrumento de transformação social (Oliveira; Souza, 2021). Quando situada no contexto dos povos originários, essa competência pode adquirir contornos ainda mais complexos, pois se entrelaça com práticas e ações de informação ancestrais, com processos de resistência política e com estratégias de afirmação epistêmica.

A articulação dessas três correntes teóricas em torno dos elementos do regime de informação indígena, a saber, atores, dispositivos, artefatos e ações, permite compreender que as fundamentações, os achados científicos, as análises e as discussões nesta investigação, não são somente categorias analíticas abstratas, mas um conjunto complexo e dinâmico que permite caracterizar e compreender o macroprocesso da CCI que representa expressões dos povos originários, usadas de formas decoloniais e que resultam em estratégias contracoloniais de resistência.

6.1 Atores de informação indígena

Os atores de informação, de modo geral, correspondem aos sujeitos sociais que dão forma e sentido a um regime de informação, uma vez que participam ativamente da constituição e da transformação das instituições que os sustentam. São esses sujeitos que impulsionam, interpretam e são afetados pelas ações de informação, ao mesmo tempo em que contribuem para a criação, a manutenção e a reconfiguração dos dispositivos de informação (González de Gómez, 2003). Nesse processo, os fluxos informacionais não existem de maneira autônoma, mas se realizam por meio desses atores e em função deles, sendo atravessados por experiências, trajetórias históricas e contextos socioculturais específicos. Dessa maneira, o valor atribuído à informação não é dado previamente, mas construído socialmente a partir das vivências e das posições ocupadas pelos sujeitos no interior do regime de informação.

No contexto dos povos indígenas do Brasil, a colonialidade negou historicamente a condição de serem atores informacionais legítimos (Quijano, 2014). Esses povos tiveram seus saberes subordinados, suas narrativas e suas formas próprias de produzir e de transmitir conhecimento também foram massacradas através de regimes informacionais eurocentrados, instituídos por aparatos estatais, científicos e acadêmicos que falaram sobre eles sem reconhecê-los como sujeitos que produzem conhecimento e que enunciam seus próprios saberes. Tal negação operou tanto pela exclusão quanto pela apropriação colonial da informação indígena, esvaziando seus sentidos originários e desconsiderando as experiências históricas e territoriais que lhes conferem significado.

Em uma perspectiva ampliada, González de Gómez (2003) salienta que os atores de informação correspondem aos sujeitos sociais que constituem e transformam os regimes de informação, na medida em que participam ativamente da configuração das instituições, das ações e dos dispositivos que organizam a produção, a mediação e a circulação da informação. Os fluxos de informação realizam-se, portanto, por meio desses atores e em função deles. No contexto originário, essa compreensão permite reconhecer, por exemplo, as lideranças responsáveis pela comunicação fora e dentro da comunidade, os anciãos dotados de conhecimentos ancestrais, os professores indígenas, os intelectuais como protagonistas na construção de regimes informacionais próprios, ancorados na

oralidade, na memória ancestral, na territorialidade e nas cosmologias específicas de cada povo.

Nesse mesmo horizonte, Freire (2021, p. 179) salienta que os “atores sociais são responsáveis pela geração e recepção de informações no regime de informação”. Esses atores informacionais se subdividem em duas categorias, os atores humanos e os atores não humanos. Os atores humanos são sujeitos sociais dotados de intencionalidade, consciência crítica e capacidade de intervenção transformadora na realidade, sendo responsáveis por produzir, mediar, interpretar e ressignificar a informação. Já os atores não humanos correspondem aos sistemas e às infraestruturas que também participam ativamente dos fluxos informacionais, condicionando possibilidades de acesso, de circulação e de uso da informação.

É preciso destacar que, apesar das condições impostas por uma herança colonial profundamente marcada pela colonialidade do poder, do saber e do ser, os atores informacionais originários não se restringiram à posição de submissão historicamente atribuída a eles. Ao contrário, muitos protagonizaram processos de resistência, articulação política e insurgência epistêmica, afirmando suas próprias formas de produzir, organizar e compartilhar conhecimentos. Esses movimentos possibilitam o fortalecimento da CCI nesses grupos, entendida como prática coletiva orientada à autonomia, à consciência histórica e à transformação social.

O avanço da colonização não se fez, porém, sem conflitos e resistência por parte dos indígenas. A primeira mobilização ocorreu em 1554, e durou quase dois anos. Foi vencida por uma expedição punitiva, composta por 70 homens e seis cavaleiros, comandados pelo filho do governador. Encontraram no caminho algumas armadilhas, mas nenhuma resistência ativa, capturaram o morubixaba, e incendiaram duas aldeias vizinhas, que lhe teriam dado apoio. Pouco tempo depois, surgiram notícias de que seis aldeias Tupinambás teriam se reunido e feito um cerco a um engenho de um dos mais destacados colonos (Oliveira, 2016, p. 58).

O episódio descrito, marcado pela mobilização, luta dos povos originários, repressão punitiva, captura de lideranças e incêndio de comunidade, pode ser interpretado também, à luz da crítica formulada por Dussel (1993), com relação, por exemplo, à colonização da América. O autor enfatiza que tal evento não deve ser compreendido como simples processo de expansão territorial ou encontro entre culturas. Na realidade, essa invasão pode ser considerada como um ato inaugural da modernidade, estruturada pela negação ontológica do outro. O tal

“descobrimento” foi, na verdade, um encobrimento, o qual os indígenas foram invisibilizados, desqualificados e reduzidos à condição de objetos de dominação.

Ainda sob essa perspectiva de Dussel (1993), a resistência indígena adquire outro estatuto histórico. Frisa-se que ela não é uma rebelião isolada contra a ordem, mas uma afirmação da exterioridade negada. Nesse sentido, esses povos afirmam-se como atores informacionais e protagonistas ao produzir, organizar e acionar a informação segundo suas cosmologias, suas territorialidades e seus projetos políticos próprios. Tais eventos reconfiguram a forma de produção vigente e transforma a informação em instrumento de resistência, reexistência e autodeterminação. O protagonismo desses atores originários não está limitado à inserção nos sistemas informacionais existentes, no entanto, se expressa na construção de modos outros de informar. Esses modos se ancoram na coletividade e nos costumes, enraizados na ancestralidade que gera a defesa da vida, consolidando práticas contracoloniais de autonomia informacional.

No Brasil, esses atores informacionais indígenas têm origem nas próprias estruturas socioculturais dos povos originários, nas quais o conhecimento sempre esteve articulado a múltiplos saberes compartilhados entre diferentes comunidades e gerações. Muito antes da institucionalização de arquivos, bibliotecas ou sistemas formais de informação, já existiam sujeitos responsáveis pela produção, guarda e transmissão desses saberes. Um exemplo prático disso pode ser observado na atuação dos xamãs em diversas comunidades indígenas. Conforme destacam Kopenawa e Albert (2015, p. 209), “o xamã saberá trazer de volta a fertilidade da floresta para junto dos seus. Sem ninguém saber, ele fará crescer todas as plantas e curará sua esterilidade”. Esses atores informais, ainda de acordo com Kopenawa e Albert (2015), exercem o papel tradicional de guardiões e de transmissores de saberes ancestrais. Pode-se, contudo, questionar se esses conhecimentos são registrados em papel; na maioria das vezes, não. Os saberes confiados a essas lideranças preservam-se na memória coletiva e são transmitidos por meio da oralidade, dos rituais e da vivência comunitária. O xamã não é somente uma liderança espiritual, mas um ator-agente central na produção, na interpretação e na circulação de informação e de conhecimento cosmológicos, ambientais e medicinais de seu povo. Ele domina narrativas míticas, compreende os ciclos da floresta, orienta práticas de cura e assegura a continuidade dos ensinamentos às novas gerações por meio da oralidade ritual e da experiência coletiva.

Nesse cenário, a colonialidade do poder, do saber e do ser instaurou um processo sistemático de corrosão e deslegitimação da atuação desses atores frente às informações e aos conhecimentos, negando sua existência, inferiorizando suas epistemes e impondo valores e costumes externos. Como afirma Oliveira (2016, p. 7), “em geral, as ações indígenas no passado, e também no presente, são explicadas a partir de representações distorcidas e estigmatizantes, que impossibilitam a compreensão dos objetivos e significados”, o que contribuiu para a produção de profundas violências simbólicas, físicas e psicológicas ao longo dos séculos. Nesse sentido, a urgência contemporânea dos atores informacionais indígenas não configura um surgimento tardio, mas uma reconfiguração política e epistêmica de papéis historicamente existentes, agora afirmados com força e centralidade na disputa e transformação dos regimes de informação.

Em perspectiva crítica, é preciso reconhecer que esses atores não se constituem somente conforme foram, de maneira recorrente, representados pela visão do colonizador, como meros participantes do sistema informacional dominante, mas como sujeitos que o tensionam, o transformam e reescrevem suas próprias histórias.

A forma de organização social e a cultura atual de cada povo indígena vêm à luz dentro de um outro contexto, surgindo como resposta a seus problemas contemporâneos, implicando em novas tecnologias e saberes, na elaboração de estratégias políticas e identitárias que lhes permitam acessar direitos e garantir o seu bem viver em condições anunciadas pelos seus antepassados e por tradições próprias. Escapando assim à crise do capitalismo e ao mundo em desencanto do homem ocidental (Oliveira, 2020, p. 11).

Ao ocuparem universidades, produzirem pesquisas, organizarem acervos, atuarem em mídias digitais e disputarem a narrativa pública sobre seus territórios, eles destroçam a lógica eurocêntrica que historicamente os posicionou como escravizados e mais tarde como objetos insignificantes de estudo. A participação desses atores não se refere, contudo, somente à sua inserção nesses espaços para cumprir, por exemplo, políticas inclusivas. As vozes indígenas no interior dessas estruturas promovem deslocamentos epistemológicos profundos e radicais, afirmando a legitimidade de racionalidades próprias e instaurando práticas e ações de informação orientadas à autonomia, à resistência e à contracolonialidade. Nesse

sentido, os atores informacionais indígenas configuram-se como protagonistas de uma reestruturação ética e política dos regimes de informação no Brasil.

Para melhorar o entendimento, o Quadro 11 evidencia um conjunto de atores informacionais situados em uma perspectiva indígena, destacando suas produções e atuações mais relevantes no contexto contemporâneo. Esses atores informacionais são compreendidos como intelectuais originários que operam na disputa dos regimes de informação e de produção do conhecimento, assumindo a autoria e as narrativas historicamente controladas por estruturas coloniais eurocentradas. As práticas e as ações de informação, bem como a rede de dispositivos e artefatos em que são ancorados, não se limitam à crítica da colonialidade, mas se configuram como ações afirmativas de decolonialidade e, principalmente, da contracolonialidade, ao reposicionar os povos indígenas como sujeitos epistêmicos e políticos.

Com efeito, a atuação desses intelectuais confronta os fundamentos da modernidade colonial ao questionar a pretensa universalidade do conhecimento eurocentrado e ao evidenciar os vínculos entre saber, poder e dominação. Ao produzir conhecimento a partir de cosmologias, territórios e experiências históricas próprias, esses atores desestabilizam a lógica que subalterniza epistemologias indígenas e denunciam os mecanismos de silenciamento, de apropriação e, em última análise, de epistemicídio. Nesse sentido, suas produções constituem formas de resistência de ser, de poder e de saber que afirmam outras racionalidades e outros modos de compreender o mundo.

Quadro 11 – Produção indígena mais relevante e de maior alcance

Autoria	Comunidade indígena	Obra mais relevante	Traços decoloniais	Traços contracoloniais
Eliane Potiguara - Primeira escritora indígena do Brasil, colaboradora da ONU, na criação da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, ativista pela educação, empreendedora, mãe e avó, a autora levanta lutas seculares e avanços na conquista de direitos pelos povos originários do país.	Potiguara – PB	A terra é a mãe do índio (1990); A cura da terra (2015); Questão indígena brasileira (2024).	Recuperação da oralidade e da memória feminina.	Produz epistemologia literária insurgente.
Kaká Werá Jecupé - Escritor e educador, professor de filosofias e sabedorias ancestrais, vencedor do Prêmio Jabuti 2024.	Tapuia – SP	A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio (2020).	Valorização das cosmologias indígenas.	Formação espiritual como resistência.
Yaguarê Yamã - Escritor e ilustrador, é professor, geógrafo, e palestrante de temáticas indígenas e ambientais, ajudou a criar a Associação do Povo Indígena Maraguá.	Sateré-Mawé – AM	Kurumi Guaré no coração da Amazônia (2007).	Questionamento de estereótipos infantis.	Formação crítica das novas gerações.
Olívio Jekupé - Filósofo e escritor de literatura indígena.	Guarani – PR	Tekoa: conhecendo uma aldeia indígena (2011)	Crítica ao modelo escolar colonial implementado aos povos indígenas.	Educação intercultural como ação política.
Graça Graúna - Professora, pesquisadora, escritora e crítica literária.	Potiguara – RN	Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil (2013).	Crítica literária indígena decolonial.	Inserção ativa da literatura indígena no campo acadêmico.

Davi Kopenawa - Escritor, ator, xamã e importante líder político yanomami.	Yanomami – RR	A queda do céu (2015)	Deslegitima o saber científico colonial sobre a floresta.	Denúncia direta do Estado e do garimpo.
Daniel Munduruku - Escritor, professor, ator, vereador de Lorena, interior de São Paulo e ativista indígena.	Munduruku – PA	Histórias de índio (1996); O Karaíba: uma história do pré-Brasil (2018).	Reescrita da história indígena.	Educação como estratégia de resistência.
Auritha Tabajara - Escritora brasileira, poeta e contadora de histórias, conhecida por ser a primeira cordelista indígena do Brasil.	Tabajara - CE	Coração na aldeia, pés no mundo (2018)	Valorização da oralidade e da experiência feminina indígena.	Literatura como visibilidade política.
Roni Wasiry Guará - Educador e escritor indígena, vencedor do Concurso Tamoios de Textos de Escritores Indígenas.	Maraguá - AM	Olho d'água: o caminho dos sonhos (2012);	Ruptura com o cânone textual eurocentrado.	Arte e literatura como resistência cultural.
Cristino Wapichana - Músico, compositor, cineasta e escritor indígena premiado, vencedor do Prêmio Jabuti 2017.	Wapichana - RR	A boca da noite (2018)	Valorização da oralidade e da memória indígena.	Literatura como reexistência cultural.
Márcia Wayna Kambeba - Poeta, cantora, palestrante e escritora indígena.	Kambeba - AM	Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade (2018)	Espiritualidade como epistemologia.	Poética como reexistência e estratégia de resistência.
Ailton Krenak - Filósofo, ambientalista e ativista brasileiro, primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia	Krenak – MG	Ideias para adiar o fim do mundo (2019); Futuro ancestral (2022); A vida não é útil (2023).	Crítica ao universalismo moderno e à separação humano-natureza.	Atuação política global indígena; denúncia do capitalismo.

Brasileira de Letras (ABL).				
Julie/Trudruá Dorrico – Pesquisadora e Escritora indígena.	Macuxi - RO	Literatura indígena brasileira contemporânea (2021); Eu sou Macuxi (2023).	Ruptura com o cânone literário eurocentrado.	Construção de campo crítico indígena autônomo.
Gersen Baniwa – Filósofo e Escritor	Baniwa - AM	Educação para manejo do mundo: Entre a escola ideal e a escola real no alto rio Negro (2018)	Confronta o modelo assimilacionista de ensino	Institucionaliza epistemologias indígenas na educação formal
Geni Núñez - Psicóloga, escritora, ativista indígena.	Guarani - MS	Descolonizando Afetos: experimentação sobre outras formas de amor (2023).	Crítica às categorias coloniais de subjetividade.	Intervenção política no campo dos afetos.
Célia Xakriabá – Pesquisadora, ativista, atualmente Deputada Federal.	Xakriabá - MG	Terra – Antologia Afro-Indígena (2023).	Crítica à colonialidade do poder e do saber que historicamente inferiorizou epistemologias indígenas.	Enfrentamento ativo às estruturas coloniais ainda operantes. A defesa da demarcação de terras, da consulta prévia e da autonomia educacional.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir da literatura produzida por esses atores informacionais indígenas, a CCI pode ser tida como uma prática política e epistêmica que rompe com a visão instrumental e neutra da informação, sendo também uma característica da luta decolonial e contracolonial. Nessa direção, “está em curso um processo auto formativo de competências em informação, em múltiplos sentidos e com objetivos diversos, não havendo como presumir uma tendência única para as formas de desenvolvimento de competências” (Oliveira; Souza, 2022, p. 78), o que reforça a compreensão de que essa competência se constrói em diferentes contextos históricos e sociais, assumindo sentidos que podem se alinhar a projetos emancipatórios, como os protagonizados por esses autores originários.

Nessas produções, observa-se que a informação não aparece como um recurso técnico a ser dominado, ou somente ser posta em prática quando o sujeito possuir habilidades. Elas se apresentam como um campo combativo da colonialidade do poder, do ser e, principalmente, do saber. Escritoras como Eliane Potiguara, Graça Graúna, Trudruá Dorrico e Geni Núñez evidenciam que narrar a própria história, denunciar violências e afirmar identidades constitui um exercício de leitura crítica do mundo informacional, em que a informação é mobilizada para desnaturalizar silenciamentos históricos e confrontar narrativas hegemônicas que marginalizam os povos indígenas, principalmente as mulheres originárias.

Essas escritoras originárias representam uma força que rompe com múltiplas fronteiras, sejam elas culturais, linguísticas e feministas, ao retratarem, por meio da literatura, as tensões e os atravessamentos que marcam suas experiências históricas e identitárias. Como afirma Anzaldúa (2016), escrever constitui um ato político de ruptura com as narrativas hegemônicas que definem quem pode expressar seus conhecimentos e quais saberes são legitimados. Ao sustentar que a escrita é um instrumento de sobrevivência, a autora compreende a produção narrativa como prática de resistência e de reconfiguração, sobretudo, para essas mulheres que sofreram atrocidades e foram caladas durante séculos. Nessa mesma direção, as escritoras indígenas, ao narrar a própria história, denunciam várias formas de violências sofridas, afirmando suas identidades, e suas forças e quebrando os silenciamentos impostos, criando novos lugares de enunciação, configurando, seus projetos territoriais como espaço de enfrentamento das epistemologias dominantes e formas de empoderamento feminino.

Nesse sentido, a CCI manifesta-se também na produção consciente de contranarrativas e reforça as epistemologias indígenas como forma de conhecimento e de saber plural. Com efeito, autores como Daniel Munduruku, Yaguarê Yamã, Olívio Jekupé, Roni Wasiry Guará, Cristino Wapichana, e Kaká Werá Jecupé utilizam tanto a arte literária, bem como a oralidade, a educação e a arte como estratégias de disputas simbólicas, informacionais e culturais, tensionando o regime colonial que hierarquiza saberes e define quem pode falar e/ou quem pode decidir. Nesse vasto campo literário, as palavras são mobilizadas como evidência e afirmação do pensamento originário, dirigindo-se ao grande público para romper leituras estereotipadas e desnaturalizar a ideia de inferioridade intelectual indígena.

A esse respeito, Kopenawa e Albert (2015, p. 75), afirmam que “os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 75), reafirmando a legitimidade e a profundidade dessas epistemologias. Ao produzir informação a partir do território, espaços ricos em tradição e costumes vivos, da ancestralidade e da memória coletiva, esses atores/autores originários materializam a autodeterminação e a autonomia informacional e demonstram que os elementos desse tipo de competência podem ser observados na capacidade de análise crítica quanto à criação de sentidos próprios.

Quando os autores como Potiguara, Yamã, Jekupé e Tabajara observam em suas obras que, para o desenvolvimento de um artesanato, por exemplo, o fazer não se reduz à técnica manual, mas envolve critérios de seleção de materiais, leitura do território, conhecimento do tempo certo, respeito aos ciclos da natureza e normas coletivas de transmissão do saber, estão mostrando que existe uma pluralidade de conhecimentos, que vai além do desenvolvimento de habilidades ou técnica para executar a tarefa. São apresentados, nesse processo, elementos centrais da CCI, como o conhecimento ancestral, a avaliação crítica da informação - o que pode ser coletado, quando e por quem -, a reflexão ética sobre o uso dos recursos e a ação consciente voltada à continuidade cultural da comunidade. Esse entendimento dialoga com a perspectiva de Oliveira e Souza (2021), ao compreender essa competência como uma prática situada, ética e socialmente comprometida, que se constrói nas experiências coletivas e nas relações entre sujeitos, saberes e

territórios, indo além do domínio técnico da informação e afirmando seu potencial emancipatório e transformador.

Outro exemplo que se pode mencionar é o canto tradicional como expressão dos atores originários, que também opera como parte de regime informacional, pois preserva a memória histórica que orienta comportamentos sociais, transmite cosmologias e regula as relações com o mundo espiritual e natural. Vale retomar o pensamento de Mignolo (2017) acerca da ideia de que a colonialidade do saber instituiu uma hierarquia epistêmica que privilegia o conhecimento escrito, científico e eurocentrado como único modelo legítimo de verdade, renegando outras formas de produção de conhecimento à marginalidade. O autor ainda argumenta que para decolonizar o conhecimento é preciso reconhecer e legitimar epistemologias outras, produzidas a partir de diferentes matrizes culturais e cosmológicas. Dessa forma, ao reconhecer o canto como uma forma legítima de informação, rompe-se com a colonialidade que restringe o conhecimento ao registro escrito e aos suportes formais (Mignolo, 2017). Nessa perspectiva, compreender o canto tradicional como elemento que materializa regime informacional indígena, praticado por esses atores informacionais, implica deslocar o centro de validação do saber e afirmar que memória, oralidade e espiritualidade também constituem formas legítimas de conhecimento. Novamente, Risério (2023) é enfático e disruptivo nessa linha argumentativa.

Nessa dimensão, a CCI dos atores originários também pode se manifestar como leitura crítica do mundo e como consciência do poder da informação na construção de identidades, de pertencimentos e de resistências coletivas. Essa abordagem dialoga com a perspectiva de Tewell (2018), ao compreender que essa competência pode se apresentar como uma prática que ultrapassa a análise e a crítica discursiva, envolvendo necessariamente a ação informada e situada. Como afirma o autor, “*critical information literacy is concerned with how people use information to understand their social conditions and, importantly, how they act upon that understanding*”²⁰ (Tewell, 2018, p.10), reforçando que o conhecimento só se completa quando mobilizado para orientar práticas, escolhas e formas de resistência no mundo social.

²⁰ “a competência crítica em informação preocupa-se com a forma como as pessoas usam a informação para compreender suas condições sociais e, mais importante, como agem de acordo com essa compreensão” (Tewell, 2018, p. 10, tradução nossa).

Por fim, em autores como Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Auritha Tabajara, Márcia Wayna Kambéba e Gersem Baniwa, a CCI assume um caráter explicitamente contracolonial, articulando crítica, reflexão e ação coletiva. Suas obras evidenciam que dominar discursos externos, como os da ciência, do direito e da política, não implica subordinação, mas pode servir à defesa da vida, do território e de outros modos de existência. De fato, nessa perspectiva crítica, a competência não busca inclusão no sistema colonial de informações, de conhecimento, de saberes e de culturas, mas afirma a continuidade de mundos outros, nos quais a circulação desses constructos sociais está vinculada ao cuidado, à resistência e à reexistência dos povos indígenas.

Esse entendimento encontra forte ressonância no pensamento de Dussel (1997), especialmente em sua filosofia da libertação, ao defender que a crítica deve partir da exterioridade dos sujeitos historicamente oprimidos e não do centro hegemônico do sistema moderno-colonial. A *práxis* emancipatória se apresenta quando os saberes e as experiências dos sujeitos negados pelo sistema tornam-se fundamentos ético e político da ação transformadora. Ao dialogar com essa perspectiva, a CCI contracolonial, tal como expressa nas obras desses autores indígenas, configura-se como uma prática de libertação informacional, na medida em que desloca o *locus* de enunciação, confronta a colonialidade do saber e orienta o uso da informação para a construção de projetos de vida que não se subordinam à lógica da modernidade eurocentrada.

O Quadro 12 apresenta as três dimensões propostas por Doyle (2018), sob um viés pautado nas características e nas formas de representação evidenciadas na decolonialidade e na contracolonialidade desses atores informacionais originários. Com efeito, esses elementos se materializam nas obras indígenas e evidenciam efeitos produzidos diante da modernidade contemporânea.

Na dimensão crítica, observa-se, por meio das expressões recorrentes nas obras, a manifestação do questionamento ao saber único e universal, bem como a denúncia do epistemicídio e a leitura histórica que compreende a existência colonial como uma estrutura persistente. Nessa perspectiva, Santos (2023) argumenta que o colonialismo não deve ser entendido somente como um evento histórico circunscrito no passado, mas como um projeto contínuo de desqualificação dos saberes não europeus, operado por instituições presentes no cotidiano. É um processo que atua de forma rotineira, muitas vezes imperceptível, naturalizado nas práticas sociais,

educacionais, midiáticas e acadêmicas, o que contribui para a manutenção de hierarquias epistêmicas e para a normalização do silenciamento²¹.

Quadro 12 - Elementos da CCI recorrentes nas obras de autores indígenas

Dimensão	Elementos decoloniais e contracoloniais materializados nas obras	Expressões recorrentes nas obras indígenas	Efeito
Crítica	Questionamento do saber único e universal	Crítica à ciência eurocentrada; denúncia do epistemicídio	Desnaturalização dos regimes hegemônicos de informação eurocentrados.
Crítica	Leitura crítica da história, compreensão da existência colonial	Reescrita da história a partir da memória indígena	Consciência histórica e informacional; resistência.
Crítica	Identificação de dispositivos coloniais de poder, de ser e de saber	Escola, Estado, mídia e academia como produtores de silenciamento	Capacidade de análise das estruturas informacionais; entendimento da informação como elemento de colonização e de descolonização.
Crítica	Denúncia de apagamentos e de estereótipos	Racismo simbólico e informacional	Fortalecimento do sujeito crítico indígena; protagonismo e destaque.
Reflexão	Valorização da oralidade como fonte de informação	Narrativas orais, mitos, cantos, memórias, costumes e tradição	Reconhecimento da pluralidade epistêmica.
Reflexão	Afirmação da ancestralidade e do território	Território como arquivo vivo de saberes	Autonomia na validação dos conhecimentos.
Reflexão	Construção da consciência identitária	Autoidentificação e autorrepresentação indígena; escrita para indígenas e não indígenas	Ressignificação do ser indígena.
Ação	Produção autônoma de narrativas diversas	Autoria indígena e curadoria própria	Soberania e autonomia informacional na produção de conhecimento.
Ação	Produção de conhecimento como instrumento político	Denúncia, mobilização e convocação para a luta por direitos	Informação como prática de resistência.
Ação	Formação crítica de leitores e circulação contra-hegemônica da informação	Literatura infantil e educacional indígena; livros, arte, performances e redes	Educação informacional emancipatória; ampliação das vozes indígenas; respeito as cosmovisões.
Ação	Articulação entre saber e luta social	Literatura vinculada a movimentos sociais	Transformação social informada.
Ação	Contracolonialidade explícita	Formulação conceitual e	Enfrentamento direto dos

²¹ Em discussão sobre a persistência do colonialismo no presente, destaca-se a contribuição de Inocência Mata, professora de Literatura e referência nos estudos pós-coloniais, cuja produção teórica evidencia a continuidade das múltiplas formas de violência colonial na contemporaneidade, mesmo em contextos formalmente pós-coloniais.

		prática	regimes coloniais.
--	--	---------	--------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esses atores informacionais indígenas, ao identificar esses mecanismos como produtores de invisibilização e de subalternização, sustentam uma crítica contracolonial presente nas suas obras mostrando que a informação não é neutra, mas atravessada por relações de poder. Com efeito, ao mesmo tempo em que essa informação pode funcionar como instrumento de dominação, ela também se constitui como ato de representatividade e como voz ativa na luta pelo desmantelamento dessas estruturas. Nesse sentido, a produção de narrativa indígena transforma a informação em espaço de denúncia, reexistência e reposicionamento epistemológico, contribuindo para o protagonismo e para a afirmação de outros modos de conhecer e existir.

Na dimensão da reflexão, as expressões ocorridas nas obras articulam-se à valorização da oralidade, da ancestralidade e do território como fontes legítimas de informação e de conhecimento. Para Krenak (2019), a modernidade promoveu uma cisão entre humanidade e natureza, desconsiderando cosmologias que compreendem o território como organismo vivo e como arquivo de saberes. Com base nessa percepção, ao reconhecer narrativas orais, mitos, cantos e memórias como formas válidas de produção e transmissão informacional, quebra-se com a hierarquização epistêmica que privilegia exclusivamente o registro escrito e, principalmente, as formas de saberes herdadas dos colonizadores. Essa dimensão reflexiva valoriza ainda a construção da consciência identitária e a autoidentificação indígena, promovendo autonomia na validação dos conhecimentos e a ressignificação do ser indígena a partir de suas próprias matrizes culturais.

A dimensão da ação, por sua vez, apresenta a produção autônoma de narrativas, a articulação entre saber e luta social e a formulação explícita da contracolonialidade como prática política. Kopenawa e Albert (2015) afirmam que tornar públicas as palavras de seu povo é um gesto de enfrentamento e de conquistas por meio de lutas, pois transforma o conhecimento em instrumento de denúncia e mobilização. Como registram,

De minha parte, me esforcei por restituir a sensibilidade poética e a densidade conceitual de suas palavras, numa tradução tão próxima quanto possível, mas evidentemente usando uma forma de escrita e

de composição capaz de torná-las mais facilmente acessíveis a um público de não especialistas (Kopenawa; Albert, 2015, p. 51).

Nessa dimensão, a informação é apreendida e converte-se em prática de resistência e transformação social informada. Caracteriza também um enfrentamento direto aos regimes coloniais que historicamente definiram quem tem direito a voz e quais saberes podem decidir os rumos da sociedade. Percebe-se um cuidado no excerto apresentado, revelando um compromisso com o conhecimento e a preservação da voz originária na tradução dos saberes e, ao mesmo tempo, a preocupação em possibilitar a circulação desse conhecimento em outros espaços culturais e intelectuais.

Assim, essas três dimensões da CCI, no âmbito das ocorrências das produções originárias, representam um movimento articulado de reinterpretação e de transformação dos regimes informacionais desses atores. A dimensão crítica, por exemplo, foca na tomada de consciência acerca das estruturas que hierarquizam saberes e produzem epistemicídios. Esse movimento gera um posicionamento indígena de protagonismo na produção de seus próprios saberes e conhecimentos, recusando as imposições da colonialidade do saber que sustenta a modernidade. Nessa perspectiva, como argumenta Quijano (2014), a colonialidade do poder instituiu um padrão duradouro de dominação que organiza hierarquias raciais e epistêmicas, naturalizando a superioridade do conhecimento eurocentrado. Ao tomar consciência dessas estruturas, esses atores informacionais assumem um posicionamento enraizado na decolonialidade, que, conforme discute Ballestrin (2013), implica reconhecer a colonialidade como face constitutiva da modernidade. Tal postura desestabiliza o encobrimento do outro denunciado por Dussel (1993), ao recolocar os povos originários como sujeitos históricos e epistêmicos.

Na dimensão reflexiva, observa-se que esses atores informacionais reafirmam epistemologias originárias, territorialidades e ancestralidades como matrizes legítimas de conhecimento. Com base na consciência adquirida na dimensão crítica, esses atores informacionais entendem que suas formas de saber possuem densidade, coerência e força política, sendo capazes de confrontar a lógica universalizante da modernidade. Nesse sentido, Mignolo (2017) argumenta que enfrentar a colonialidade do saber exige quebrar tais esferas de enunciação e legitimar epistemologias outras, produzidas a partir de diferentes matrizes culturais e cosmológicas. Logo, a memória, a oralidade, a espiritualidade e o território deixam

de ser vistos como expressões periféricas e passam a ser reconhecidos como fundamentos de sistemas próprios de produção e validação do conhecimento, fortalecendo a autonomia epistêmica indígena.

A dimensão da ação materializa essas compreensões em práticas autônomas e aplicadas. Essa ação se concretiza nas lutas em defesa de direitos, na mobilização política, na produção literária, artística e acadêmica, bem como na incidência direta sobre decisões estatais. Um exemplo recente foi a mobilização que resultou na revogação do Decreto nº 12.600 de 28 de agosto de 2025, norma do Governo Federal que incluía empreendimentos públicos do setor hidroviário no Programa Nacional de Desestatização, como as hidrovias dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós, favorecendo estudos e potenciais concessões à iniciativa privada desses trechos estratégicos de navegação no país. Em outras palavras, a intenção desse Decreto era a exploração e a destruição desses rios e de seus arredores compostos pela floresta, o que levou a forte contestação por parte de movimentos indígenas por avançar em áreas de grande relevância territorial, ambiental e cultural sem a realização efetiva da consulta prévia, livre e informada como prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

Assim, as ações e as manifestações desses movimentos dos povos indígenas demonstram que a articulação informacional e política pode produzir efeitos concretos no campo jurídico e institucional. Nessa dimensão, a informação é mobilizada estrategicamente como instrumento de denúncia, de negociação e de transformação social. Juntas, as três dimensões configuram não só um conjunto de habilidades, mas uma postura ético-política frente aos sistemas que regulam quem pode falar, quais saberes são reconhecidos e quais narrativas são legitimadas, constituindo-se como uma rede dinâmica de enfrentamento à colonialidade/modernidade e como afirmação de soberania epistêmica e política.

Torna-se igualmente pertinente apresentar, ainda, a noção de atores informacionais não humanos, que podem ser compreendidos com base em Freire (2021). Para o autor, tais atores não apresentam neutralidade e estruturam fluxos informacionais, definem regimes de visibilidade e invisibilidade e influenciam disputas simbólicas e materiais no interior da sociedade. No contexto indígena, esses atores assumem papel central na configuração de um regime de informação que tanto pode reproduzir a colonialidade do saber, ao reforçar classificações

hierarquizantes, enquadramentos estatísticos e mediações tutelares (Quijano, 2014; Krenak, 2022), quanto produzir práticas de resistência e reexistência, quando apropriados criticamente pelos próprios povos originários. O Quadro 13 apresenta os atores informacionais não humanos que possuem força política, simbólica e estratégica nas práticas e ações de informação relativas aos povos originários no Brasil.

Quadro 13 – Atores informacionais não humanos

Atores não humanos	Categoria	Descrição e Finalidade	Finalidade para os povos indígenas	Participação indígena
Instituto Socioambiental (ISA)	Institucional	Plataforma híbrida de produção, sistematização e difusão de informações socioambientais e indígenas. Organiza dados territoriais, jurídicos, ambientais e cultural.	Subsidiar a defesa territorial, a incidência política e a visibilidade dos povos indígenas.	Alta – atuação conjunta com lideranças e organizações indígenas. Orientação decolonial e contracolonial.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Institucional/ Governamental	Produção de dados demográficos e territoriais. Classifica, quantifica e representa população indígena no Brasil.	Reconhecimento estatístico e visibilidade institucional, ainda que tensionada.	Crescente , mas historicamente limitada e marcada por vieses coloniais.
Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)	Governamental	Responsável pela formulação e execução da política indigenista do estado brasileiro.	Pode servir à defesa de direitos, mas também ao controle estatal.	Baixa a média , com predomínio da mediação estatal.
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Conselho	Informação, denúncia e memória. Produção de relatórios, registros de violência e comunicação política.	Visibilizar violações de direitos e fortalecer lutas indígenas.	Alta , em articulação direta com comunidades. Orientação decolonial.
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	Organizacional	Artefato político-comunicacional indígena. Organização, produção e circulação de informação estratégica.	Fortalecer a autodeterminação, a incidência política e a ação coletiva.	Plena – protagonismo indígena direto. Orientação contracolonial.
Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)	Governamental	Sistema institucional de informação em	Acesso à saúde diferenciada, ainda sob lógica estatal.	Limitada , com avanços recentes em

		saúde indígena.		participação social.
--	--	-----------------	--	----------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

No âmbito dos regimes de informação, a participação dos atores informacionais não humanos pode ser compreendida em diferentes níveis de intensidade. Em contextos indígenas, essa análise também exige um deslocamento teórico, pois a relação entre humanos e não humanos não se reduz a uma função instrumental, mas se sustenta em vínculos cosmológicos, territoriais e éticos que estruturam a própria produção do conhecimento. Assim, ao examinar esses atores, não se pode ignorar a historicidade marcada pela colonialidade, tampouco descrevê-los como simples extensões ou reproduções das práticas coloniais, como, por exemplo, as de tutoria. As dinâmicas informacionais indígenas resultam de processos de reelaboração crítica, nas quais tecnologias, artefatos e dispositivos são apropriados de maneira situada e estratégica.

Nessa direção, analisando a finalidade desses atores não humanos e a participação de indígenas de forma ativa e direta, pode variar entre níveis baixos, médios, crescentes ou plenos. O ISA, por exemplo, atua como plataforma híbrida de sistematização e de difusão da comunicação socioambiental e territorial. Ao organizar essas informações transforma-se em ator informacional estratégico na defesa dos territórios indígenas. Nessa perspectiva, aproxima-se de uma prática decolonial, posta por Quijano (2014), pois se impõe diante de comportamentos opressores e abusivos de forma contracolonial, na medida em que a participação indígena ocorre de maneira conjunta com lideranças e organizações.

No tocante, o IBGE, enquanto ator governamental de produção estatística, classifica, quantifica e representa os povos indígenas no âmbito do Estado. Sua função institucional garante reconhecimento demográfico e visibilidade formal, contudo, historicamente, a categorização estatística esteve atravessada por vieses coloniais, como adverte Quijano (2014) ao tratar da colonialidade do poder e da classificação racial como instrumento de dominação. A participação dos povos originários vem crescendo e se ampliando, em domínios diversos, então, é necessária a participação ativa e direta dos povos originários nos processos censitários e nas discussões metodológicas, como forma de contribuir para o aprimoramento das estatísticas e para uma representação mais condizente com a diversidade indígena no país.

No caso da FUNAI e da SESAI, constata-se que esses atores informacionais operam arquivos, cadastros e sistemas de informação voltados aos povos indígenas. Seus acervos documentais e sistemas de registro podem subsidiar a defesa de direitos territoriais e o acesso à saúde diferenciada, entretanto, mesmo com todo o debate que ocorre na atual conjuntura, ainda funcionam como instrumentos de controle e de tutela, ecoando a racionalidade integracionista que marcou a política indigenista brasileira no século XX. À luz de Dussel (1997), pode-se afirmar que tais estruturas carregam as marcas do encobrimento dos povos originários, quando não reconhecem plenamente sua autonomia epistêmica e política, ou quando impõem barreiras ao acesso e à gestão da informação. Nesse sentido, a ampliação e o fortalecimento da participação social indígena na governança desses sistemas tornam-se fundamentais para a superação de práticas tuteladoras e para a construção de regimes informacionais mais democráticos e plurais.

O CIMI, por sua vez, atua como produtor de informação-denúncia, elaborando relatórios sobre violências e conflitos territoriais. Ao registrar sistematicamente violações de direitos, constitui memória política e contrapõe narrativas oficiais, funcionando como ator informacional de resistência. Sua atuação se aproxima de uma ética contracolonial ao evidenciar as continuidades da colonialidade no presente e ao fortalecer a visibilidade pública das lutas indígenas. Já a APIB representa um ator informacional de protagonismo indígena direto. Aqui, a participação indígena é plena e a informação não é mediada por instâncias externas, mas produzida a partir das próprias territorialidades e cosmologias indígenas. Essa configuração expressa também uma orientação contracolonial, pois não apenas contesta o regime de informação hegemônico, mas afirma outro modo de organizar, legitimar e mobilizar saberes.

Em conjunto, esses atores não humanos revelam que a informação se situa num campo de disputa estruturado por relações de poder, inclusive com a presença do Estado. Conforme Freire (2021), eles integram redes sociotécnicas que moldam práticas sociais e políticas. À luz das teorias decoloniais e contracoloniais, pode-se afirmar que tanto reproduzem quanto tensionam a colonialidade do saber. Quando apropriados criticamente pelos povos indígenas, transformam-se em instrumentos de soberania informacional. É nesse ponto que se pode estabelecer uma relação direta com a CCI, pois ela direciona os povos originários para questionar e problematizar tais enquadramentos, compreender seus fundamentos

epistemológicos e disputar seus sentidos. Desse modo, passam de tutelados a protagonistas, exercendo defesa territorial e reivindicação de direitos. A CCI, nesse contexto, fortalece a capacidade de interpretar, reconfigurar e produzir informações a partir de epistemologias próprias, convertendo dispositivos historicamente coloniais em instrumentos de soberania informacional e de autodeterminação política. Um exemplo concreto da participação indígena de forma crítica se deu no Censo Demográfico de 2022, pois houve maior envolvimento nos processos de coleta e de acompanhamento metodológico (IBGE, 2022), o que permitiu tensionar categorias classificatórias, denunciar subnotificações e reivindicar formas mais adequadas de representação da diversidade indígena existente no Brasil.

6.2 Dispositivos de informação indígena

Os dispositivos de informação, na concepção de González de Gómez (2003), correspondem aos arranjos institucionais, normativos, tecnológicos e discursivos que organizam e regulam os fluxos informacionais. Esses dispositivos operam como tecnologias de poder, definindo critérios de visibilidade, de legitimidade e de acesso à informação. Na concepção de Freire (2021, p. 182), os “dispositivos de informação são os elementos responsáveis pelas normas e regras que regem um regime de informação”.

No caso dos povos indígenas, esses dispositivos de informação historicamente funcionaram como dispositivos coloniais. Surgem com o propósito de organizar e normalizar a vida na comunidade e a gestão social e ambiental. Conforme a abordagem de González de Gómez (2003), os dispositivos de informação também surgem a partir da necessidade de viabilizar determinadas ações sociais, funcionando como suportes que organizam, orientam e regulam a forma como essas ações se concretizam. É uma forma também de expressar a decolonialidade e apresentar estratégias contracolônias combativas da colonialidade quando essas normas são desenvolvidas através da comunidade, evidenciando a participação direta desses povos (Mignolo, 2017; Santos, 2023). Por isso, a criação de dispositivos informacionais próprios constitui uma estratégia de autonomia informacional.

Para melhor compreensão, o Quadro 14 apresenta um recorte de documentos recuperados em acervos indígenas e arquivos históricos que abrangem o período de

meados do século XVI até 2025, evidenciando continuidades e rupturas nos regimes de produção documental sobre os povos originários. A documentação inicial remonta ao período colonial, marcado pela escravização indígena e pela promulgação das primeiras leis elaboradas pelos colonizadores com vistas à proteção de seus próprios interesses econômicos e territoriais, sem qualquer participação indígena nos processos decisórios. Na sequência, destacam-se documentos como o *Diretório dos Índios*, que instituiu um conjunto de requisitos profundamente violentos e assimilacionistas, submetendo esses povos à tutela de diretores nomeados pelo colonizador e restringindo suas formas próprias de organização social, linguística e política.

Quadro 14 – Dispositivos de informação indígena

Ano	Dispositivo	Descrição	Efeito	
			Colonizador/Estado	Indígena
1570	Primeira lei contra o cativo indígena - Lei sobre a liberdade dos gentios, Évora, 20.03.1570	Regulava a escravização sob a lógica da “guerra justa”, legitimando a escravização como exceção legal.	O efeito foi garantir mão-de-obra e controle territorial aos colonizadores.	Não há participação indígena. Permaneceram como objeto da norma, sem reconhecimento como sujeito de direitos.
1609	Lei que reafirmou a liberdade dos indígenas no Brasil	Busca assegurar liberdade indígena ameaçada pelos colonos; contexto colonial.	Funcionou mais como instrumento simbólico de contenção de conflitos entre colonos do que como garantia efetiva de liberdade. Favoreceu a ordem colonial.	Ausência de protagonismo indígena; liberdade formal sem eficácia material.
1686	Decretação do Regimento das Missões	Regulamentava trabalho missionário e mão-de-obra indígena no Maranhão e Grão-Pará.	Organizou o controle missionário sobre corpos, trabalho e informação indígena. Favoreceu a catequização, e a ocupação territorial colonial.	Nenhuma participação indígena; saberes e modos de vida subordinados à lógica cristã-europeia.
1755	Aprovado o Diretório (Diretório dos Índios)	Visava a integração dos indígenas à vida colonial; proibiu (formalmente) a escravidão.	Apesar de abolir formalmente a escravidão, promoveu a assimilação forçada, proibiu línguas indígenas e impôs padrões coloniais de vida.	Participação inexistente; integração significava apagamento cultural.
1758	Fim da escravidão indígena	Extensão do Diretório para toda a América Portuguesa; secularizou aldeamentos e aboliu escravidão	Reorganizou o controle colonial sem romper com a exploração. A liberdade serviu mais à reorganização econômica do que à autonomia indígena.	Sem participação indígena; mudança jurídica sem transformação do regime colonial.

		formal.		
1798	Abolido o Diretório	Reorganização colonial do controle sobre indígenas; princípios integracionistas persistiram.	Reconfigurou o controle estatal mantendo princípios integracionistas e tutelares.	Nenhuma inflexão favorável aos povos indígenas.
1845	Regulamento das Missões	Renovou objetivos do Diretório com foco na assimilação dos povos indígenas.	Reforçou políticas assimilacionistas no Império, alinhadas à expansão territorial e à homogeneização nacional.	Indígenas seguem como alvo da política, não como formuladores.
1910	Criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).	Organismo do Estado republicano para “proteção” e tutela dos indígenas.	Institucionalizou a tutela estatal sob discurso de proteção, facilitando a expansão econômica e territorial do Estado nacional.	Participação indígena indireta e subordinada; proteção sem autonomia.
1952	Rondon cria o projeto do Parque Nacional do Xingu.	Área de proteção territorial e étnica, marco de políticas de proteção de povos indígenas.	Marco ambíguo: protege territórios, mas sob lógica estatal e indigenista externa. Ainda favorece a imagem civilizatória do Estado.	Início de escuta e articulação com lideranças indígenas, ainda que limitada; primeiros efeitos territoriais positivos.
1967	Criação da FUNAI	Fundação Nacional do Índio substituiu o SPI como órgão indigenista oficial brasileiro.	Mantém estrutura tutelar, agora sob regime autoritário. Favorece projetos desenvolvimentistas.	Participação indígena frágil e controlada.
1973	Estatuto do Índio – Lei nº 6.001/1973	Lei que regula relações entre Estado e povos indígenas, com perspectiva integracionista.	Consolida a tutela jurídica e a ideia de integração progressiva à sociedade nacional.	Direitos condicionados; indígenas não são reconhecidos como plenamente autônomos.
1988	Constituição Federal (CF/88)	Reconhece direitos específicos dos povos indígenas: organização social, costumes, línguas e direitos originários sobre terras tradicionalmente ocupadas (Art. 231 e 232).	Rompe parcialmente com o paradigma assimilacionista. O Estado passa a reconhecer direitos originários.	Marco decisivo de participação indígena direta na Constituinte. Os efeitos passam a favorecer os povos indígenas em termos jurídicos e territoriais.
1989	Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Convenção sobre povos indígenas e tribais na legislação internacional do trabalho; estabelece direitos territoriais e culturais.	Introduz limites ao poder estatal, reconhecendo consulta e participação.	Fortalece o protagonismo indígena como sujeito coletivo de direitos.
2007	Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Declaração internacional que reconhece direitos à autodeterminação, cultura, terra, participação e	Pressiona os Estados a rever políticas coloniais internas.	Consolida direitos à autodeterminação, consulta prévia e controle territorial, fortalecendo lutas indígenas.

		consulta prévia.		
2008	Lei nº 11.645/2008 amplia a Lei nº 10.639/2003	Torna obrigatória, em todo o currículo da educação básica, a inclusão da história e cultura dos povos indígenas, além da afro-brasileira.	Tensionar o currículo escolar eurocêntrico, promovendo o reconhecimento da diversidade étnico-cultural que constitui o Brasil.	Representa um avanço significativo, pois contribui para a valorização de seus saberes, memórias, línguas e cosmologias.
2016	Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (OEA)	Instrumento de direitos humanos sobre povos indígenas nas Américas, adotado pela Organização dos Estados Americanos.	Reforça compromissos regionais de direitos humanos.	Amplia instrumentos de reivindicação indígena em âmbito internacional.
2023	Lei nº 14.701/2023	Regulamenta aspectos da Constituição sobre terras indígenas (marco temporal); foco de controvérsias políticas e judiciais.	Retomada de lógica colonial e restritiva; favorece interesses econômicos e fundiários.	Forte reação e mobilização indígena; efeitos negativos aos direitos territoriais.
2025	Decisões e atos executivos sobre homologações de Terras Indígenas	Decretos presidenciais homologam territórios indígenas (Decretos nº 12.720–12.723).	Reafirma parcialmente direitos constitucionais frente a pressões políticas.	Resulta de pressão, articulação e protagonismo indígena direto, com efeitos territoriais concretos.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Algo a ser observado também ao longo desses séculos, é que os povos originários figuraram nesses documentos predominantemente como objetos de regulação pertencentes aos portugueses, e não como sujeitos de direito. Como observa Quijano (2014), o colonizador europeu consolidou-se articulando a ideia de modernidade a uma suposta missão civilizatória benevolente, posicionando-se como ápice do desenvolvimento humano e como principal referência de racionalidade, progresso e moralidade. Nesse processo, estruturou-se uma concepção hierárquica de humanidade, segundo a qual a população mundial passou a ser classificada entre inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos, categorias que atribuíam sistematicamente aos europeus os predicados positivos e relegavam os demais povos à condição de atraso ou de incompletude.

Y que en esa calidad Europa y los europeos eran el momento y el nivel más avanzados en el camino lineal, unidireccional y continuo de la especie. Se consolidó así, junto con esa idea, otro de los núcleos

principales de la colonialidad/modernidad eurocéntrica: una concepción de humanidad según la cual la población del mundo se diferenciava en inferiores y superiores, irracionales y racionales, primitivos y civilizados, tradicionales y modernos (Quijano, 2014, p. 346)²².

Essa lógica classificatória não operou somente no plano simbólico, mas sustentou práticas concretas de dominação. As culturas plurais foram desqualificadas, sistemas de conhecimento foram silenciados, povos foram escravizados, submetidos à catequese forçada e a processos violentos. A imposição do cristianismo, por exemplo, foi frequentemente acompanhada de coerção e punição, integrado a esse projeto de homogeneização cultural. A colonialidade, no entanto, organizou o mundo em hierarquias raciais e epistemológicas, legitimou a violência como instrumento de “civilização”, produzindo desigualdades cujos efeitos estruturais persistem até a contemporaneidade.

Somente com a promulgação da CRFB/88 é que se reconhece formalmente sua organização social, costumes, línguas, crenças e direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas, assegurando-lhes participação jurídica e política no ordenamento estatal. Até então, suas formas de atuação deram-se sobretudo por meio de resistências múltiplas, que levaram a confrontos armados, fugas, alianças estratégicas, rearticulações territoriais e mobilizações políticas, enfrentando a lógica colonial e impedindo sua completa aniquilação. A permanência histórica desses povos, apesar das violências sistemáticas impostas pelo projeto colonial português e posteriormente pelo Estado nacional, mostra uma força e resistência de enfrentamento desses sistemas.

A documentação apresentada revela, de forma bastante nítida, que durante a maior parte da história jurídica e administrativa colonial e nacional, os povos originários não tiveram voz escutada e considerada, sendo sistematicamente constituídos como objeto da norma, e não como sujeitos políticos, jurídicos e epistêmicos. Do século XVI até boa parte do século XX, as leis “sobre” indígenas foram formuladas sem a participação ativa de indígenas, operando dentro de uma racionalidade colonial que combinava tutela, assimilação e controle territorial. Como argumenta Quijano (2014), trata-se de uma expressão direta da colonialidade do

²² E que nessa qualidade a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançado no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie. Assim, a par dessa ideia, consolidou-se outro dos principais núcleos da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população mundial se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivas e civilizadas, tradicionais e modernas (Quijano, 2014, p. 346, tradução nossa).

poder, na qual certos grupos são definidos como incapazes de autogoverno e, portanto, representados e dominados por outros.

Nos marcos legais coloniais, como a Lei de 1570, o *Regimento das Missões* de 1686 e o *Diretório dos Índios* 1755, o indígena aparece apenas como corpo a ser administrado ou ainda um objeto a ser usado para servir, por meio de sua força de trabalho ou alma a ser catequizada. Mesmo quando a legislação afirma a “liberdade indígena”, ela o faz de maneira abstrata e instrumental, como demonstram as leis de 1609 e 1758. Isso pode ser visto no recorte da Figura 7, que compõe parte das determinações do *Diretório dos Índios* de 1755.

Figura 7 – Extrato do ato 1 do *Diretório do Índio* 1755

1 Sendo Sua Majestade servido pelo Alvará com força de Lei de 7 de Junho de 1755, abolir a administração Temporal, que os Regulares exercitavam nos Índios das Aldeias deste Estado; mandando-as governar pelos seus respectivos Principais, como estes pela lastimosa rusticidade, e ignorância, com que até agora foram educados, não tenham a necessária aptidão, que se requer para o Governo, sem que haja quem os possa dirigir, propondo-lhes não só os meios da civilidade, mas da conveniência, e persuadindo-lhes os próprios ditames da racionalidade, de que viviam privados, para que o referido Alvará tenha a sua devida execução, e se verifiquem as Reais, e piíssimas intenções do dito Senhor, haverá em cada uma das sobreditas Povoações, em quanto os Índios não tiverem capacidade para se governarem, um Diretor, que nomeará o Governador, e Capitão General do Estado, o qual deve ser dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua, e de todos os mais requisitos necessários para poder dirigir com acerto os referidos Índios debaixo das ordens, e determinações seguintes, que inviolavelmente se observarão enquanto Sua Majestade o houver assim por bem, e não mandar o contrário.

Fonte: Acervo do CIMI (2025).

Na Figura 7, observa-se um discurso que opera na construção da inferiorização indígena e na legitimação da tutela colonial, como sendo algo normal. O documento, além de regulamentar a administração das aldeias, produz ainda uma narrativa que apresenta esses povos originários como incapazes de tomar decisões próprias, justificando a intervenção dos portugueses sob a retórica de estarem fazendo um bem comum por meio da civilização e da racionalidade. Para melhor entendimento, ao se extrair alguns termos desse recorte, como “rusticidade”, “ignorância” e “não tenham a necessária aptidão”, percebe-se um campo semântico estruturado pela desqualificação moral e intelectual. Essas expressões representam uma forma estratégia que constrói o indígena como sujeito deficitário, necessitado de direção externa (Krenak, 2019). Ao mesmo tempo, quando se observa os termos: “meios da civilidade”, “ditames da racionalidade” e a referência a governadores “dotados de bons costumes”, são ditos como adjetivos benevolentes, passando uma

ideia de que não existe dominação, mas uma ação pedagógica voltada para a civilização e melhorias comportamentais dessas comunidades.

Outro ponto que se deve observar é que a tutela não aparece nesse dispositivo como imposição violenta. Eles, os colonizadores, passam a ideia de uma medida necessária para conduzir os indígenas ao padrão considerado legítimo pela ordem colonial. A bondade e a empatia do colonizador português eram apresentadas com frequência como virtudes de moralidade e exemplo. Isso também é revelado na institucionalização de uma hierarquia racial e epistêmica forçada, na qual o poder de governar é retirado das lideranças indígenas e transferido a diretores nomeados pelo colonizador (Krenak, 2019; Santos, 2023). Esse recorte do dispositivo, portanto, representa uma organização colonial, bem como produz um regime de verdade que visa naturalizar a superioridade europeia e a subalternização indígena. Em termos mais amplos, a análise evidencia que o *Diretório* funciona como forma de inovação de direito, articulando saber e poder na constituição da colonialidade, que aprimora a linguagem convertendo a classificação moral em estrutura institucional (Ballestrin, 2013).

Cunha (1987) observa que esses dispositivos não tinham como finalidade garantir autonomia indígena, mas organizar conflitos internos do sistema colonial, preservando a exploração sob novas formas. A ausência de participação indígena não é uma falha ocasional, mas um princípio estruturante do regime colonial, que ditava, explorava e matava. Nos períodos imperial e republicano, essa lógica se atualiza, mas não se rompe. O *Regulamento das Missões* (1845), o SPI (1910) e, posteriormente, a FUNAI (1967), mantêm a figura do indígena como tutelado, incapaz de falar por si. Oliveira (2016) apresenta que o indigenismo estatal brasileiro foi construído a partir de uma mediação assimétrica, na qual o Estado se arroga o papel de intérprete legítimo dos interesses indígenas. Mesmo os dispositivos políticos aparentemente protetivos, operam sob uma lógica em que a escuta indígena foi limitada e condicionada.

Isso pode ser encontrado no Estatuto do Índio, no artigo 9º, mas os princípios já existiam na FUNAI, pois desde sua criação já nascia com a responsabilidade outorgada pelo Estado de tutor dos indígenas, como podemos ver no artigo 1º da Lei que a promulga, inciso: V - promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional. Em outras palavras, o sujeito indígena não podia ocupar o posto ou exercer a função de escritor, pois estava condenado ao compulsório abandono

da sua identidade indígena. Os artigos 9º, 10º e 11º do Estatuto do Índio explicitam que por ordem jurídica, o indígena, assistido pela FUNAI, obviamente, para ser considerado integrado deveria fazer uma petição ao Juiz, que deliberaria sobre sua condição de integrado. Ao completar a burocracia, ele ganharia a cidadania brasileira, o RG, CPF, e todos os direitos e deveres cidadãos, mas já não teria direito à identidade indígena no âmbito legal (Dorrico, 2020, p. 2).

Para Dorrico (2020), a produção de discursos sobre os povos indígenas, seja na política, na educação ou na literatura, historicamente os posicionou como objetos de tutela, estudo ou proteção, e não como sujeitos plenos de enunciação. Essa dinâmica reforça a ideia de que a voz indígena é condicionada por filtros externos, isto é, só se torna legítima quando traduzida ou autorizada por instâncias estatais, acadêmicas ou religiosas.

No mesmo domínio analítico, outro exemplo pode ser observado na Figura 8, que explicita a denúncia da seletividade penal e da naturalização histórica das violências cometidas contra os povos indígenas, ao mesmo tempo em que evidencia a criminalização imediata de suas reações e formas de resistência.

Figura 8 – Recorte do *Boletim do CIMI* em 1976



Fonte: Acervo FUNAI (2025).

Na Figura destacam-se expressões como “índio ter título de eleitor?”, “branco invadir terra de índio... não ser crime?”, “mas isto ser ‘processo histórico?’”, “aí ser crime!!!”. Essas formulações constroem, por exemplo, um campo semântico baseado na ironia e na denúncia da desigualdade jurídica. A repetição da estrutura interrogativa revela a crítica à naturalização das violências coloniais, praticadas sobre o outro que está a margem (Dessel, 1997). Já as unidades visuais, como o homem branco representado com cartola e postura confiante, o indígena em posição corporal de vulnerabilidade e, posteriormente, a figura do policial e da prisão,

reforçam simbolicamente a hierarquia de poder, isto é, a colonialidade do poder que exerce a coerção sobre o outro (Quijano, 2014).

Essa observação mais detalhada permite identificar ao menos três núcleos centrais. O primeiro é a naturalização da violência histórica, apresentado na enumeração de práticas como invasão de terras, destruição de cemitérios, exploração econômica e assassinatos, todas tratadas como parte de um “processo histórico”, isto é, esvaziadas de responsabilização moral e jurídica. O segundo núcleo é a assimetria na aplicação do dispositivo legal, na medida em que os atos violentos são praticados por colonizadores, são relativizados, enquanto a reação indígena é imediatamente classificada como crime. O terceiro núcleo é a crítica à exclusão política, expressa na pergunta sobre o “título de eleitor”, que aponta para a histórica negação da cidadania plena aos povos originários.

Nessa Figura 8, ainda é possível observar a denúncia de um regime jurídico e político estruturado pela colonialidade, no qual o dispositivo legal não opera de maneira universal, mas seletiva (Mignolo, 2017). A ironia central reside na inversão da lógica jurídica, isto é, naquilo que foi sistematicamente praticado contra os indígenas, invasão, violência, expropriação, não é reconhecido como crime, sendo diluído sob o rótulo de “história”; entretanto, qualquer ação de autodefesa indígena é prontamente enquadrada como transgressão penal. A prisão representada no último quadro simboliza o aparato estatal que historicamente atua mais como dispositivo de contenção indígena do que como mecanismo de proteção de seus direitos.

Diante de tanta agressão, questiona-se, de forma recorrente, se os povos originários teriam sido historicamente sujeitos passivos, permanentemente submissos à dominação colonial. Tal interpretação, contudo, sustenta-se mais como um efeito dessas narrativas coloniais do que como uma leitura fiel da história. Para Oliveira (2016), essa leitura não corresponde a uma descrição objetiva da história, mas constitui um efeito de narrativas estatais e coloniais que produziram o indígena como figura residual, incapaz. Os povos indígenas jamais foram totalmente dominados ou silenciados. Desde os primeiros contatos com os colonizadores, desenvolveram múltiplas estratégias de resistência, ainda que enfrentando profundas assimetrias de poder, ausência de armas de fogo e regimes sistemáticos de escravização, de violência e de expropriação territorial.

Essas resistências assumiram formas diversas, que vão desde confrontos diretos até estratégias de fuga, reorganização territorial, preservação cultural e

articulação coletiva. A constituição de aldeamentos autônomos, comunidades indígenas rearticuladas e alianças com outros grupos subalternizados, como os quilombos, por exemplo, evidencia que, mesmo quando lhes era negada a condição de sujeitos de direito, os povos indígenas mantiveram práticas de organização social, transmissão de saberes e defesa de suas existências (Oliveira, 2016). Ainda que a colonialidade tenha operado para negar-lhes a voz, o conhecimento e a própria humanidade, essas populações continuaram produzindo sentidos, memórias e formas próprias de ler o mundo e de nele intervir. Nesse contexto, pode-se afirmar que as práticas informacionais indígenas sempre extrapolaram os limites impostos pela colonialidade. A CCI, por sua vez, compreendida aqui em uma chave ampliada e situada, manifestou-se historicamente na capacidade desses povos de interpretar a realidade colonial, articular estratégias de sobrevivência e reivindicar direitos, mesmo quando tais reivindicações não encontravam reconhecimento institucional.

As informações contidas na Figura 8, no entanto, funcionam como dispositivo crítico que tensiona o discurso oficial da neutralidade jurídica, pois, ao articular humor e denúncia, evidencia como as estruturas de poder definem o que é considerado crime e quem pode ser reconhecido como sujeito de direitos, expondo a seletividade histórica da aplicação da lei. Nesse domínio, a CCI pode possibilitar também uma leitura que ultrapassa a dimensão ilustrativa da figura, permitindo contextualizar sua produção, identificar os enquadramentos ideológicos que ela questiona e compreender os interesses que atravessam os discursos jurídicos e estatais, transformando a informação em instrumento de análise e de conscientização.

No mesmo percurso analítico, pode ser observado na Figura 9, produzida no contexto da luta pela demarcação das terras indígenas na Amazônia (1979) e vinculada ao CIMI Regional Norte I, a denúncia da violência fundiária e a antecipação da morte indígena como consequência direta da não demarcação territorial. As expressões como “Em Tapauá começaram a demarcar nossas terras!!”, “O índio preserva o que é de todos”, “Defenda o índio!”, “1979: Ano da Luta pela Demarcação das Terras Indígenas na Amazônia”, constroem um campo semântico de denúncia e mobilização política. Ainda podem ser observadas cruzeiras fincadas no solo com nomes de povos indígenas, valas abertas, símbolo recorrente do poder econômico e político herdado da colonialidade, e uma família indígena que caminha diante da cova. A presença das cruzeiras antecipa simbolicamente a morte, indicando

que a “demarcação” mencionada não é a garantia de direitos, mas a marcação de sepulturas.

Figura 9 – Recorte do panfleto da *Regional Norte 1*, em 25 de abril de 1979



Fonte: Acervo da FUNAI (2025).

Nesse dispositivo crítico é possível categorizar três núcleos centrais. O primeiro é a denúncia da violência estrutural contra os povos indígenas, representada pelas covas e cruzes, que remetem ao genocídio físico e cultural. O segundo é a crítica à apropriação indevida do território por agentes externos, simbolizados pelo homem de cartola, cuja postura sugere domínio e ironia diante da tragédia. O terceiro núcleo é a afirmação do papel do indígena como guardião do bem comum, expresso na frase “O índio preserva o que é de todos”, que desloca a

narrativa colonial que associa o indígena ao atraso e o reinscreve como sujeito ecológico e político (Krenak, 2019; Santos, 2023). Em termos mais amplos, esse dispositivo informacional opera como instrumento de mobilização e contra-narrativa. Ao convocar o leitor com o imperativo “Defenda o índio!”, desloca-o da posição de espectador para a de sujeito político. Diferentemente do discurso colonial que tutela, aqui o indígena é apresentado como agente de preservação coletiva, enquanto o poder econômico surge como ameaça. É evidente uma exposição histórica específica, mas constrói uma memória política da luta territorial, articulando imagem e texto como forma de resistência discursiva frente à violência estrutural e à colonialidade persistente no regime de gestão das terras indígenas, por exemplo.

É apenas a partir das décadas de 1970 e 1980, que se observa uma inflexão histórica mais visível no espaço público nacional, marcada pela emergência do movimento indígena organizado, pela circulação de lideranças indígenas em arenas políticas, acadêmicas e jurídicas, e pelo questionamento explícito do regime tutelar imposto pelo Estado brasileiro. Esse processo culmina na CRFB/88, que representa o primeiro grande dispositivo jurídico em que os povos indígenas falam por si, em nome próprio, participando ativamente da Assembleia Constituinte. Conforme enfatiza Krenak (2019), a CRFB/88 não configura uma concessão benevolente do Estado, mas o resultado direto de lutas, de presenças e de enfrentamento de atores indígenas no interior das estruturas institucionais do país, consolidando uma virada no reconhecimento de seus direitos, de suas identidades e de seus conhecimentos.

A partir desse momento, instrumentos internacionais como a Convenção 169 da OIT, de 27 de julho de 1989, e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas reforçam juridicamente aquilo que já vinha sendo construído politicamente: o reconhecimento do indígena como sujeito coletivo de direitos, com direito à consulta, à autodeterminação e ao controle de seus territórios. Para Spivak (1988), esse é um ponto fundamental. O subalterno passa a falar quando as estruturas que o silenciam são tensionadas, ainda que nunca completamente superadas. O ponto central é que a possibilidade de fala não depende somente do ato de enunciar, mas das condições históricas, epistêmicas e institucionais de escuta. Quando Spivak (1988) afirma que o subalterno “passa a falar” quando as estruturas de silenciamento são tensionadas, ela está apontando para um processo conflitivo, incompleto e sempre atravessado por mediações coloniais.

Autores contemporâneos, como Santos (2023), aprofundam essa análise ao afirmar que a conquista da fala não se limita ao campo jurídico, mas envolve uma disputa epistêmica e ontológica. Ocorre que o colonialismo sempre falou sobre os povos indígenas. A contracolonialidade, por seu turno, começa quando eles falam a partir de si, de seus territórios, de suas cosmologias e de seus modos próprios de produzir conhecimentos e deles se apropriarem e fazerem uso. Nesse sentido, a reação indígena à Lei nº 14.701, 20 de outubro de 2023, que regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas, e a pressão que resulta nas homologações de terras em 2025 mostram que a voz indígena, hoje, existe e produz efeitos concretos, ainda que enfrente permanentes tentativas de silenciamento e regressão colonial. Para reforçar esse entendimento, observa-se o que dispõe o artigo 231 da CRFB/88 sobre esses povos.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Regulamento. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco (Brasil, 1988, p. 133).

Esse artigo da Carta Magna representa uma inflexão significativa no regime jurídico e simbólico que historicamente posicionava esses povos como objetos de tutela. O enunciado indica um deslocamento discursivo importante, pois o Estado não "concede" direitos, mas reconhece direitos originários, isto é, anteriores à

própria formação do Estado-nacional. Essa escolha lexical rompe com a tradição assimilacionista e integracionista do indigenismo estatal, ao admitir a preexistência da organização social, dos costumes, das línguas, crenças e tradições indígenas. No plano discursivo, há a construção do indígena como sujeito coletivo de direitos, dotado de historicidade e de legitimidade próprias, o que redefine sua posição no campo jurídico-político.

Por outro lado, a mesma estrutura textual revela tensões internas. Ao mesmo tempo em que reconhece direitos originários, o artigo constitucional atribui à União a competência exclusiva para demarcar, proteger e regulamentar, mantendo o Estado ainda como instância central de mediação e controle. As informações, contidas nas entrelinhas desse dispositivo, representam simultaneamente um marco de ruptura com a lógica tutelar anterior e a permanência de uma estrutura de poder em que o Estado continua a ocupar o lugar de gestor final do território e dos recursos, evidenciando as disputas e ambivalências que atravessam o campo dos direitos indígenas no Brasil contemporâneo.

Dentre os instrumentos utilizados, para ter acesso a esses documentos, destacam-se os diferentes dispositivos que se distribuem em níveis distintos de participação indígena no regime de informação, partindo da ideia de que tais instrumentos expressam diferentes configurações de poder, mediação e protagonismo indígena na produção e circulação da informação.

Além desses, há dispositivos informacionais indígenas que funcionam como um sistema normativo próprio, estruturador da vida comunitária, configurando um regime informacional autônomo, distinto do modelo estatal e científico hegemônico. Podem servir de eixo constituinte à organização sociopolítica, por exemplo, envolvendo normas para a realização das assembleias, os casamentos e os controles de entrada de não indígenas dentro da comunidade. Esses dispositivos regulam pertencimento, autoridade e legitimidade interna, estruturando quem pode participar dos processos deliberativos e em que condições. A informação, nesse contexto, não circula de maneira aberta e irrestrita, mas segundo critérios coletivamente definidos, que protegem a coesão social e a autodeterminação. Para melhor entendimento, a Figura 10 representa um exemplo das possibilidades de normas existentes que ajudam na organização e orientam as lideranças dentro e fora da comunidade.

Figura 10 – Esquema de dispositivos de informação indígena



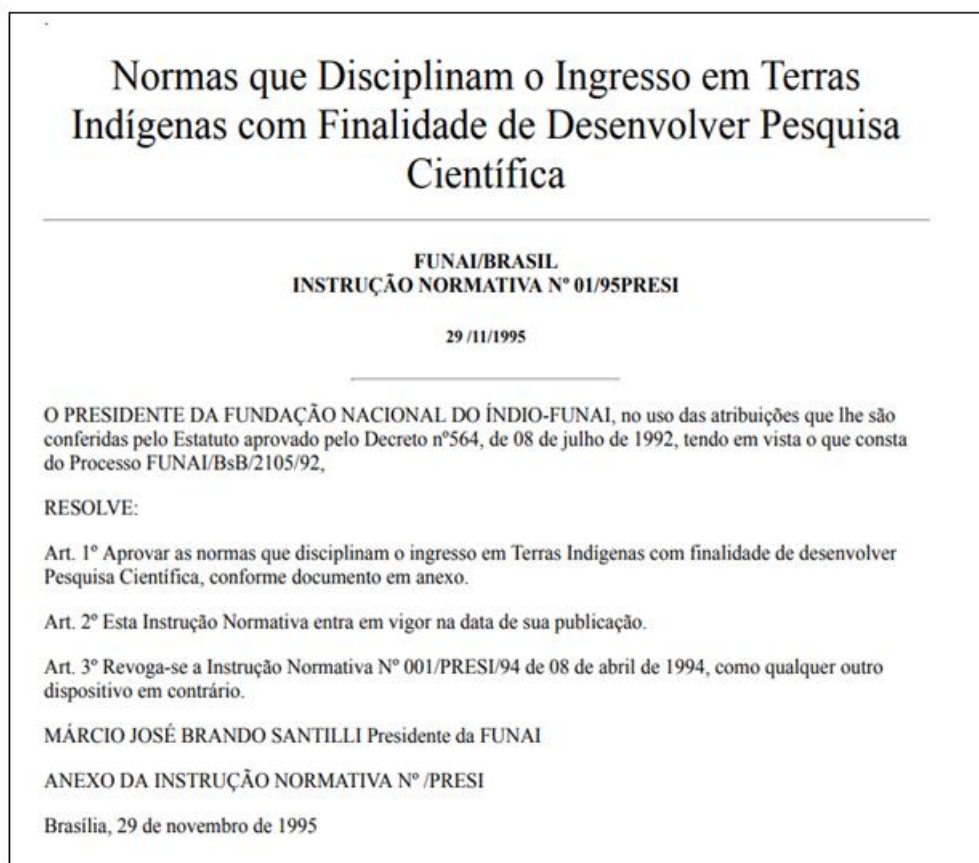
Fonte: Elaborada pela autora com base em Freire (2021).

A Figura 10 representa um conjunto de normas, assim como uma rede integrada de dispositivos que articula território, parentesco, educação, política e conhecimento. O conteúdo evidencia também a existência de um regime de informação indígena no qual a autoridade sobre o saber é coletiva, a normatividade pode ser oral e ritual, e a informação está vinculada à continuidade da vida comunitária (Baniwa, 2016; Krenak, 2019). Esses dispositivos expressam, portanto, uma prática contracolonial, pois deslocam o monopólio estatal e científico da produção de verdade e reafirmam a autodeterminação como princípio estruturante.

Apresentando um exemplo de normativa que disciplina o ingresso em terras indígenas, representado na Figura 11, é possível identificar, na prática, a relevância dos dispositivos informacionais que regulam o acesso ao território e ao conhecimento, evidenciando como esses mecanismos estruturam fluxos de informação, autoridade e decisão. O documento explicita sua fundamentação jurídica e formaliza, por meio de ato administrativo, os procedimentos que regulamentam a presença de pesquisadores nesses territórios. Enquanto dispositivo normativo, organiza os fluxos de acesso ao território e ao conhecimento indígena, operando como mecanismo de controle institucional sobre a pesquisa científica. Ao

mesmo tempo em que busca proteger as comunidades de ingressos indiscriminados, o documento reafirma a mediação estatal como instância autorizadora, revelando a lógica tutelar que historicamente marcou a política indigenista brasileira (Oliveira, 2020).

Figura 11 – Dispositivo de entrada em terra indígena



Fonte: Acervo da FUNAI (2025).

Esse dispositivo informacional estatal organiza, controla e condiciona a circulação do conhecimento em territórios indígenas e, por conseguinte, trata-se de um mecanismo regulatório que estrutura fluxo de informação entre pesquisadores, Estado e comunidades indígenas, operando simultaneamente como proteção e como mediação tutelar. O trecho retirado de parte da norma ainda diz o seguinte:

Art. 4º Todo e qualquer pesquisador nacional ou estrangeiro que pretenda ingressar em terras indígenas, para desenvolver projeto de pesquisa científica, deverá encaminhar sua solicitação à Presidência da FUNAI, e no caso de requerimento coletivo, deverá ser subscrito por um dos membros do grupo, como seu responsável. Art. 5º O pesquisador ou pesquisadores deverão anexar ao pedido do que trata o Art. 1º a seguinte documentação: I. Carta de apresentação da

Instituição a que o pesquisador está vinculado e no caso de estudantes de graduação e pós-graduação, carta de apresentação do orientador responsável; II. Projeto de pesquisa, em português, detalhando a(s) terra(s) indígena(s) na(s) qual(is) pretende ingressar e cronograma; III. curriculum vitae do(s) pesquisador(es) redigido em português; IV. cópia autenticada da Carteira de Identidade ou Passaporte, quando se tratar de nacionalidade estrangeira; V. atestado individual de vacina contra moléstia endêmica na área; VI. atestado médico de não portador de moléstia contagiosa; VII. quando se tratar de pesquisador(es) de nacionalidade estrangeira, exigir-se-á para a efetivação de seu ingresso na terra indígena a obtenção de seu respectivo visto temporário, como prevê o artigo 22, do decreto nº 86.715 de 10 de dezembro de 1981, além do cumprimento do disposto no decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990. Art. 6º O Pesquisador deverá encaminhar diretamente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, o Projeto de Pesquisa e curriculum vitae. Art. 7º A solicitação do ingresso em terra indígena por parte de pesquisadores nacionais ou estrangeiros será objeto de análise pela Coordenadoria Geral de Estudos e Pesquisas - CGEP, uma vez instruído o processo com o parecer favorável do CNPq quanto ao mérito da pesquisa proposta e após ouvidas as lideranças indígenas. Parágrafo Único - A consulta às lideranças indígenas será realizada pela FUNAI, com a presença e participação do pesquisador, podendo este em caso de resposta positiva permanecer na terra indígena com autorização provisória até a emissão de uma definitiva. Art. 8º No caso de negativa das lideranças indígenas quanto ao pleito do ingresso ou quaisquer outros entraves levantados no decorrer da análise do processo ou em qualquer outra etapa de desenvolvimento da pesquisa, a CGEP encaminhará a questão ao Conselho Indigenista através da Presidência do Órgão. Art. 9º Quando se tratar de pesquisa em espaço territorial de ocupação tradicional de índios isolados, o pedido será ainda, objeto de exame e parecer prévio específico por parte do departamento de Índios Isolados - DII/FUNAI. Art. 10º A presidência da FUNAI poderá suspender a qualquer tempo, as autorizações concedidas de acordo com as presentes normas desde que: I. seja solicitada a sua interrupção por parte da comunidade indígena em questão; II. a pesquisa em desenvolvimento venha a gerar conflitos dentro da terra indígena; III. a ocorrência de situações epidêmicas agudas ou conflitos graves envolvendo índios e não-índios. Parágrafo Único - Fica automaticamente prorrogada a autorização pelo prazo que a terra indígena objeto do Projeto estiver interditada, pelos motivos apontados no Art. 10, inciso III (FUNAI, 1995).

Assim, ainda que exista uma mediação e tutela por parte do Estado, esse dispositivo, de acordo com a FUNAI (2015), estabelece salvaguardas importantes para a segurança física, sanitária, territorial e cultural das comunidades. Ao exigir autorização prévia, análise institucional, documentação formal e consulta às lideranças, ele busca evitar invasões, biopirataria, exploração indevida de conhecimentos originários e riscos epidemiológicos, especialmente em contextos de povos isolados ou de recente contato. Para os povos indígenas, o dispositivo

assegura o direito de serem ouvidos, de negar a entrada e de solicitar a suspensão da pesquisa caso surjam conflitos ou impactos negativos. Para o pesquisador, por sua vez, o procedimento garante respaldo legal, previsibilidade institucional e reconhecimento formal da pesquisa, reduzindo riscos jurídicos e assegurando que sua presença no território esteja devidamente autorizada.

Por outro lado, não se pode negar que a aplicação prática desse dispositivo enfrenta dificuldades recorrentes, especialmente no que se refere à morosidade dos trâmites administrativos. A exigência de parecer de diferentes instâncias, como a análise de mérito científico e a mediação burocrática da consulta, pode gerar atrasos significativos na liberação das autorizações. Problemas estruturais da própria FUNAI, como insuficiência de pessoal, sobrecarga processual e limitações orçamentárias, também impactam os prazos. Além disso, a necessidade de compatibilizar o tempo institucional do Estado com o tempo próprio das comunidades pode ampliar a duração do processo. Assim, embora esse dispositivo funcione como instrumento de proteção e de regulação, sua operacionalização revela desafios administrativos e tensões entre controle estatal, autonomia indígena e dinâmica da pesquisa científica.

A esse respeito, Xakriabá (2023) sustenta que o território indígena não é somente espaço físico, mas corpo-território, lugar de memória, de espiritualidade e de produção de conhecimento. Nesse sentido, qualquer pesquisa que incida sobre terras indígenas precisa reconhecer que não se trata de um “campo” disponível à ciência, mas de um espaço de vida que exige respeito aos protocolos comunitários. Ela critica a lógica segundo a qual o Estado se coloca como mediador exclusivo do acesso, defendendo que a consulta e a decisão devem partir prioritariamente das próprias comunidades, no exercício de suas competências, e não apenas de trâmites administrativos.

Ao mesmo tempo, Xakriabá (2023) denuncia que a morosidade e a precarização institucional dos órgãos indigenistas revelam uma contradição estrutural. O Estado regula, mas nem sempre garante condições adequadas de proteção e efetividade dos direitos. Para ela, a questão parte de acelerar processos, bem como, reconfigurar a lógica da pesquisa, deslocando-a de uma prática extrativista para uma relação ética, colaborativa e territorializada. Em sua perspectiva, a autonomia indígena deve significar poder deliberativo real sobre o que

pode ser pesquisado, como e por quem, superando a centralidade burocrática e afirmando a soberania epistêmica dos povos originários.

Assim, CCI surge no momento em que se tornam visíveis a identificação das burocracias, das limitações e das lacunas presentes nesses dispositivos, evidenciando a necessidade de aprimoramentos que garantam maior efetividade à autonomia indígena. A partir do olhar indígena da Xakriabá (2023), por exemplo, constrói-se uma perspectiva crítica e propositiva sobre esses dispositivos, compreendendo que eles revelam uma tensão permanente entre tutela estatal e autodeterminação. Embora a norma reconheça a importância de ouvir as lideranças e admita a possibilidade de negativa por parte da comunidade, ela não transfere integralmente às coletividades indígenas o controle sobre os fluxos informacionais e decisórios, mantendo a mediação institucional como instância central de autoridade.

Essa observação, contudo, só se torna possível, em grande medida, por meio de um olhar crítico sustentado pela consciência e pela reflexão desenvolvidas no âmbito da CCI indígena. É a partir dessa competência que se identifica que a burocracia não é neutra, mas constitui uma estrutura de poder que organiza quem decide, quem autoriza e quem legitima o conhecimento (Oliveira; Souza, 2021). A CCI permite perceber que, ainda que o dispositivo aparente garantir proteção e participação, ele também mantém hierarquias epistêmicas e administrativas que limitam a plena soberania informacional indígena. Desse modo, essa competência crítica não apenas instrumentaliza a leitura das normativas, mas possibilita desvelar suas implicações políticas, promovendo uma postura analítica capaz de tensionar, reinterpretar e propor transformações nos dispositivos que regulam a produção e a circulação do saber em territórios indígenas.

6.3 Artefatos de informação indígena

Os artefatos de informação referem-se aos suportes materiais ou simbólicos nos quais a informação é registrada, transmitida e preservada. Eles podem ser documentos, livros, registros audiovisuais, arquivos, bases de dados, bibliotecas, acervos, mas também narrativas orais, grafismos, cantos, rituais e objetos culturais. González de Gómez (1999) amplia o entendimento de artefato ao reconhecê-lo como parte de uma ecologia informacional, na qual materialidade, linguagem e contexto social são indissociáveis.

Para os povos indígenas, os artefatos informacionais extrapolam os registros escritos. A oralidade, o corpo, o território, os grafismos e os rituais são artefatos vivos de informação. Esses artefatos de informação indígena, portanto, são todas as materialidades, institucionais, comunitárias, tecnológicas ou tradicionais, que viabilizam a produção, a circulação, a proteção da informação desses povos, articulando memória, território, identidade e ação política. Como salienta Freire (2021, p. 180) “os artefatos de informação são responsáveis pelos espaços em que as informações estão inseridas, organizadas e disponibilizadas”. Dessa forma, quando apropriados ou criados pelos próprios povos indígenas, esses artefatos deixam de operar como instrumentos coloniais e passam a integrar práticas contracoloniais de autonomia informacional.

Observa-se, com base no Quadro 15, diversas finalidades desses artefatos no contexto dos povos originários. Eles podem funcionar como instrumentos de controle e gestão estatal, mecanismo de preservação e de mediação externa e aparato de autoria e soberania informacional indígena. O Acervo da FUNAI, por exemplo, pode ser classificado como arquivo institucional, revelando também uma participação indígena baixa a média, com predominância da mediação estatal. Embora possa subsidiar a defesa de direitos territoriais e administrativos, sua lógica estrutural ainda está vinculada à gestão e ao controle exercidos pelo Estado. Já a Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, enquanto repositório histórico e etnográfico, apresenta baixa participação indígena direta, operando sob curadoria majoritariamente externa, contudo, carrega potencial de reapropriação crítica, na medida em que pode ser utilizada para reconstrução de memórias e fortalecimento identitário. Essa apropriação informacional, por parte dos povos originários, pode ajudar a desenvolver estratégias contracoloniais diante de situação de opressão colonial (Brisola, 2021).

Quadro 15 – Artefatos de informação indígena

Artefatos	Categoria	Descrição e Finalidade	Finalidade para os povos indígenas	Participação indígena
Acervo da FUNAI	Acervo	Arquivo institucional de documentos administrativos, etnográficos e territoriais dos povos indígenas. Registro e controle	Pode servir à defesa de direitos, mas também ao controle estatal	Baixa a média , com predomínio da mediação estatal

		de informações		
Biblioteca Digital Curt Nimuendajú	Biblioteca	Repositório digital de documentos históricos e etnográficos	Fonte de memória e pesquisa, mas com mediação externa	Baixa , embora com potencial de reapropriação crítica
Aya Biblioteca	Biblioteca	Biblioteca digital indígena e decolonial	Fortalecer epistemologias indígenas e acesso ao conhecimento	Alta , com orientação decolonial e indígena
Rádio Yandê	Rádio	Mídia digital indígena. Comunicação, produção cultural e circulação de narrativas próprias	Afirmação identitária, contranarrativa e mobilização política	Plena – criada e gerida por indígenas. Orientação contracolonial

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em contraste, a Aya Biblioteca configura um artefato de alta participação indígena, orientado por uma perspectiva decolonial para o desenvolvimento de estratégias contracoloniais de resistência, cujo objetivo é fortalecer epistemologias próprias e ampliar o acesso ao conhecimento a partir de referenciais indígenas. Por fim, a Rádio Yandê representa o nível mais elevado de protagonismo, pois apresenta a participação plena, por ser criada e gerida por indígenas, funcionando como espaço de contranarrativa, mobilização política e afirmação identitária.

Observa-se que esses artefatos expressam diferentes graus de colonialidade ou de tensionamento dessa lógica. Enquanto os dois primeiros operam em estruturas ainda atravessadas por mediações externas e assimetrias históricas, os dois últimos configuram movimentos de reconfiguração do regime de informação, nos quais os povos indígenas assumem a centralidade da produção, da organização e da difusão de seus saberes. Assim, o quadro revela uma gradação que vai da tutela informacional à soberania comunicacional, evidenciando que a participação indígena é elemento decisivo para transformar instrumentos de registro e de memória em instrumentos de autonomia epistêmica e política.

6.4 Ações de informação indígena

As ações de informação dizem respeito às práticas concretas por meio das quais a informação é produzida, mediada, apropriada e utilizada socialmente. Para González de Gómez (2003), essas ações são sempre intencionais e atravessadas por projetos de poder. Assim, toda ação informacional pode tanto reproduzir quanto

tensionar o regime informacional vigente. Essas dinâmicas, conforme Freire (2021), englobam iniciativas, práticas e fluxos responsáveis por viabilizar a circulação da informação entre diferentes contextos, de maneira organizada e socialmente orientada. Tal circulação não acontece de forma aleatória, pois ela é conduzida pelos atores informacionais, que se valem de artefatos específicos e operam sob a orientação de dispositivos institucionais.

Nessa perspectiva, a informação é tida como um fenômeno estruturado em distintos níveis analíticos: um primeiro nível relacionado às ações narrativas e às práticas sociais de produção de sentido; um segundo nível vinculado às infraestruturas informacionais, materializadas nos objetos e nos suportes de informação; e um terceiro nível correspondente à metainformação, de caráter regulatório, institucionalmente definida. A articulação entre esses níveis dá origem a diferentes modalidades de ação informacional, dentre as quais se destacam as ações de mediação, as ações formativas e as ações relacionais (González de Gómez. 2003).

No contexto indígena, as ações de informação assumem um caráter político, na medida em que articulam práticas narrativas, infraestruturas informacionais e dimensões relacionais orientadas à defesa da vida, do território e da memória coletiva. Com efeito, as mobilizações e os protestos em defesa de direitos, a produção de vídeos que denunciam invasões territoriais, o registro e a transmissão da memória ancestral, o ensino das línguas originárias no espaço escolar, a circulação de conteúdos em redes sociais e a transmissão de saberes por meio do artesanato configuram ações informacionais que integram diferentes camadas da informação, conforme proposto por González de Gómez (2003). Essas práticas promovem a circulação de informações, assim como produzem sentidos, fortalecem identidades coletivas e reorganizam os fluxos informacionais a partir de lógicas próprias. Nesse sentido, tais ações constituem práticas de contracolonialidade informacional, uma vez que esses povos evocam à resistência à colonialidade, e afirmam modos outros de informar, de comunicar e de existir, ancorados na territorialidade, na ancestralidade e na autonomia informacional dos povos indígenas.

Na Figura 12, apresenta-se de forma sintética uma linha do tempo com alguns marcos históricos e eventos que foram significativos para o protagonismo dos povos originários, e que evidenciam ações de informação indígenas no Brasil. Esses

acontecimentos permitem compreender como determinados elementos da CCI, que foram sendo mobilizados ao longo do tempo, se manifestaram de forma concreta por meio de práticas de denúncia, de articulação política, de produção de narrativas próprias e de defesa de direitos.

Figura 12 – Ações de informação indígena no Brasil

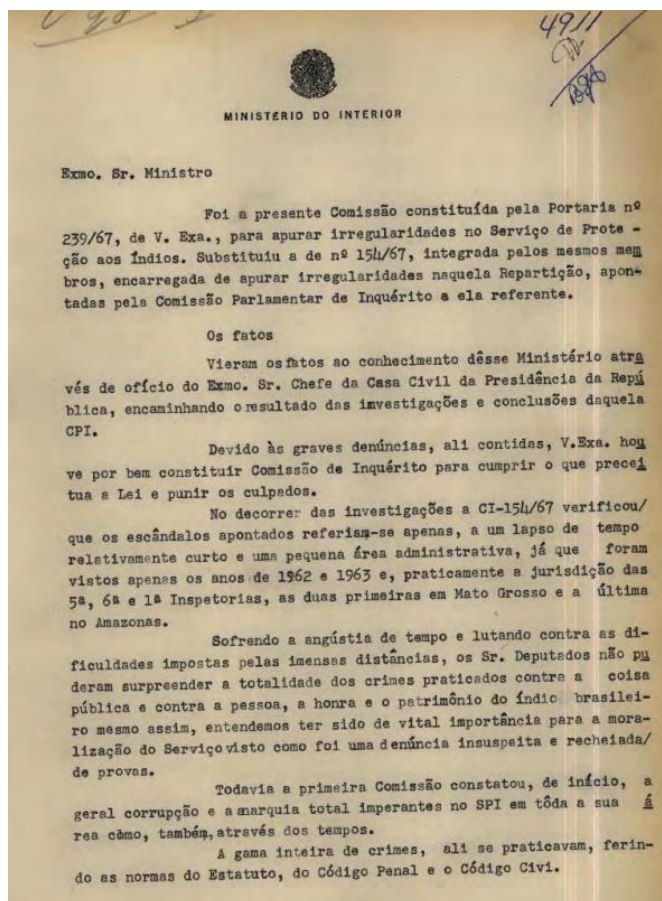


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nessa linha do tempo, observa-se a presença de denúncias materializadas por meio dessas ações de informação protagonizadas pelos povos indígenas. Entre as décadas de 1960 e 1970, por exemplo, as denúncias contra o genocídio ganharam visibilidade a partir da publicação do *Relatório Figueiredo*, em 1967. Esse documento (Figura 13), também classificado com dispositivo, pode ser considerado uma das primeiras grandes ações informacionais de denúncia acerca da violência colonial praticada pelo Estado brasileiro contra esses povos. A divulgação desse documento rompeu com a invisibilidade histórica das violências cometidas pelo órgão responsável por sua proteção, revelando episódios de massacres, torturas e expropriações territoriais. A circulação dessas denúncias inaugura uma dimensão contracolonial, na medida em que transforma registros de violência em instrumentos de mobilização política, denúncia pública e construção de memória histórica,

fortalecendo processos de resistência e reafirmação da existência e dos direitos dos povos originários (Krenak, 2019, 2022).

Figura 13 – Trecho do Relatório Figueiredo



Fonte: Acervo do Ministério Público Federal (2025).

O *Relatório Figueiredo*, produzido pelo Ministério do Interior, registra as investigações conduzidas por uma comissão instituída para apurar irregularidades no SPI. O documento apresenta, de forma explícita, o reconhecimento institucional das graves denúncias relacionadas a práticas de violência, corrupção administrativa e violações sistemáticas de direitos cometidas contra os povos indígenas em diferentes regiões do país, especialmente entre os anos de 1962 e 1965. Ao relatar a existência de crimes contra a pessoa, a honra e o patrimônio indígena, o relatório revela a dimensão estrutural dessas violências, indicando que tais práticas de violência eram recorrentes e faziam parte de um padrão naturalizado dentro do próprio órgão estatal responsável pela proteção dessas populações.

Sob uma perspectiva decolonial, esse registro documental pode ser compreendido como um dispositivo informacional que torna visível a colonialidade através dos abusos de violência, pois mostra vários casos e a permanência de estruturas de dominação e desumanização que marcaram historicamente as relações entre o Estado brasileiro e os povos originários (Quijano, 2014). Ao mesmo tempo, a preservação e a circulação desse documento configuram uma ação informacional de caráter contracolonial, pois contribuem para a construção de memória histórica, para a denúncia das violências coloniais e para o fortalecimento das lutas indígenas por reconhecimento, justiça e reparação, uma vez que, segundo Baniwa (2025), a representação desses eventos busca demonstrar que tais ações não estão limitadas a episódios isolados, mas constituem processos contínuos de mobilização informacional que atravessam diferentes contextos históricos.

Essa realidade nos impõe a necessidade de continuarmos avançando nas conquistas de espaços, mas, mais do que isso, na necessidade de reafirmação permanente da nossa disposição e determinação para continuar a luta na defesa dos nossos direitos, principalmente, a luta pelo direito ao território, como espaço e condição de existência e de vida (Baniwa, 2025, p. 6).

Além disso, outra ação de grande força política e representatividade foi a realização da Primeira Assembleia Nacional de Lideranças Indígenas, ocorrida em 1974. Esse encontro reuniu lideranças de diferentes povos com o objetivo de discutir estratégias de defesa territorial e denunciar as políticas assimilacionistas promovidas pelo Estado brasileiro. Ao congregar diferentes comunidades e possibilitar a construção de discursos coletivos de resistência, a assembleia constituiu um espaço significativo de articulação política e de produção de um regime informacional indígena fundamentado na oralidade, na troca de experiências e na circulação de saberes entre os povos. Conforme destacam Kopenawa e Albert (2010), os encontros entre diferentes comunidades indígenas são fundamentais para fortalecer alianças, compartilhar conhecimentos e ampliar a compreensão coletiva sobre as ameaças que incidem em direção à floresta e aos modos de vida tradicionais. Nesse sentido, a assembleia como uma ação de informação denuncia as estruturas coloniais presentes nas políticas estatais e favorece também a emergência de práticas contracoloniais de organização coletiva.

A Figura 14 representa outra ação de informação fundamental para as conquistas de direitos e para o fortalecimento das lutas dos povos originários no

Brasil, que foi a participação indígena no processo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987–1988.

Figura 14 – Participação indígena na Assembleia Constituinte de 1988



Fonte: Acervo FUNAI (2025).

A participação desses povos no processo da Assembleia Nacional Constituinte, de 1987-1988, levou a outro momento histórico de protagonismo político e de intensa mobilização informacional. Esse evento movimentou diversas comunidades em todo o país. As lideranças de diferentes povos deslocaram-se para Brasília com o objetivo de reivindicar o reconhecimento de seus direitos territoriais, culturais e políticos. Como resultado dessa mobilização, foi incluído o artigo 231 na CRFB/88, principal dispositivo de organização do Estado Brasileiro, já discutido anteriormente neste trabalho. Todo esse percurso fortalece os costumes, as línguas, as crenças e os direitos. Além disso, pode ser compreendido como uma ação informacional de caráter decolonial, na medida em que contribui para romper com séculos de invisibilização jurídica e política dessas populações. Ao mesmo tempo, também assume uma dimensão contracolonial, pois, é fruto da mobilização coletiva dos próprios povos indígenas, que passaram a ocupar espaços institucionais para reivindicar seus direitos e afirmar suas epistemologias. Para Baniwa (2006), a participação indígena na Constituinte representou um momento de afirmação política e epistêmica, no qual esses povos passaram a reivindicar o direito de existir, assim como o direito de decidir sobre seus próprios modos de vida e sobre os destinos de seus territórios.

A presença indígena na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ampliou outro marco fundamental, pois deu visibilidade internacional das lutas indígenas pela defesa da terra e da natureza. Durante o evento, as lideranças indígenas denunciaram os impactos ambientais do modelo de desenvolvimento moderno e apresentaram cosmologias que concebem a natureza como um sistema vivo e interdependente (APIB, 2024). Essa intervenção pode ser compreendida como uma prática decolonial, pois questiona a visão antropocêntrica e utilitarista da modernidade eurocêntrica e, ao mesmo tempo, trata-se de uma prática contracolonial, pois afirma outras ontologias e formas de relação com o território, como apresentado por Krenak (2022), que os povos indígenas sempre compreenderam a terra como um organismo vivo, e a crise ambiental contemporânea é resultado direto da ruptura dessa relação.

O Acampamento Terra Livre tornou-se a maior mobilização política indígena do Brasil (APIB, 2024). Realizado anualmente em Brasília, o evento reúne lideranças de centenas de povos para discutir políticas públicas e denunciar violações de direitos. Ao ocupar o espaço da capital federal, eles transformam o território político do Estado em um espaço de disputa discursiva e informacional, que, para Guajajara (2024), é um espaço de construção coletiva de estratégias de resistência e afirmação de direitos. Nesse sentido, o evento funciona como uma ação informacional de mobilização política e de produção de narrativas contra-hegemônicas. Essa mobilização pode ser interpretada como uma prática contracolonial, pois constitui um espaço autônomo de articulação política indígena que desafia as estruturas coloniais de poder.

As mobilizações nacionais contra a tese do Marco Temporal são bem recentes e representam também uma das maiores articulações políticas indígenas das últimas décadas. Presenciou-se várias manifestações, através de mídias sociais, o que levou milhares de indígenas até Brasília para acompanhar o julgamento desse processo, promovendo manifestações e campanhas informacionais em vários meios de comunicação (APIB, 2025). Pensadores indígenas como Krenak (2019) e Guajajara (2024) têm destacado que a luta contra o marco temporal não é apenas jurídica, mas civilizatória, pois envolve a defesa de modos de vida e das cosmologias que desafiam o modelo moderno-colonial de desenvolvimento.

Além dessas ações de informação, é possível perceber, por meio dos atores de informação indígena, dos dispositivos e dos artefados, o reflexo e a aplicabilidade

prática dessas ações de informação. Isso se manifesta através dos eventos e das mobilizações coletivas, como os protestos, os atos em defesa de direitos, as assembleias dentro e fora das comunidades, as práticas de ativismo e de militância que também se estendem às redes sociais, às rádios comunitárias e os diferentes meios de comunicação produzidos ou apropriados pelos próprios povos indígenas.

Quadro 16 – Ações de informação indígena

Ação de informação Indígena	Elementos da CCI	Força Contracolonial no Contexto Indígena
Protestos e atos públicos em defesa de direitos indígenas	Produção e circulação estratégica de informações; denúncia pública; leitura crítica das estruturas de poder; mobilização de narrativas históricas e territoriais	Confronto direto às políticas coloniais do Estado; visibilização das violências históricas; afirmação do direito ao território e à autodeterminação
Assembleias indígenas dentro e fora das comunidades	Mediação coletiva da informação; construção de consensos; compartilhamento de experiências e saberes entre diferentes povos	Fortalecimento de formas próprias de organização política e governança comunitária que desafiam a lógica estatal e colonial
Ativismo e militância indígena em diferentes espaços sociais	Análise crítica de discursos e políticas públicas; uso estratégico da informação para mobilização social	Ampliação da presença indígena no debate público; afirmação de protagonismo político e epistêmico
Uso de redes sociais por comunicadores indígenas	Apropriação crítica de tecnologias informacionais; produção autônoma de narrativas; combate à desinformação sobre esses povos	Reconfiguração do regime informacional dominante; ampliação da visibilidade das pautas indígenas em escala nacional e global
Rádios comunitárias e meios de comunicação indígenas	Valorização da oralidade como fonte informacional; mediação cultural da informação; circulação comunitária de saberes	Fortalecimento das línguas, memórias e cosmologias indígenas; resistência às formas hegemônicas de comunicação
Articulação política por organizações indígenas	Produção e gestão coletiva de informações; articulação em rede entre diferentes povos	Consolidação de movimentos indígenas autônomos e fortalecimento das estratégias coletivas de enfrentamento à colonialidade

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Essas ações de informação também se concretizam em iniciativas organizadas e institucionalizadas, como a atuação da APIB e o CIMI, por exemplo, que promovem a articulação política entre diferentes povos e territórios, além de fomentar redes de comunicadores indígenas. Por meio dessas iniciativas, a informação passa a ser produzida, mediada e difundida pelos próprios sujeitos, e suas ações fortalecem os processos de autonomia informacional, visibilidade política

e mobilização social em defesa de seus direitos. O Quadro 16 apresenta o efeito dos eventos enquanto ação de informação indígena e seu desdobramento.

Esses achados científicos evidenciam que ações de informação protagonizadas pelos povos indígenas constituem a produção de narrativas próprias, materializando-se como instrumentos fundamentais de resistência e de afirmação epistêmica. Essas práticas ultrapassam a dimensão meramente comunicativa da informação, pois se integram como estratégias de denúncia, de mobilização e de fortalecimento identitário, uma vez que a luta desses povos está profundamente vinculada à circulação de narrativas próprias, à valorização da memória coletiva e à defesa do território como condição de existência. Nesse sentido, a informação torna-se um campo de disputa, no qual os povos indígenas produzem discursos que confrontam as representações coloniais historicamente impostas e constroem outras formas de compreender o mundo.

Sob uma perspectiva crítica, esse movimento pode ser interpretado com base na percepção de Dussel (1993), especialmente a partir da ideia de que o “outro” colonizado, historicamente negado pela racionalidade moderna, passa a afirmar sua própria voz e sua própria existência. Quando essas comunidades produzem e mobilizam informação para denunciar injustiças, reivindicar direitos e fortalecer suas cosmologias, deixam de ocupar o lugar de objeto da narrativa colonial e assumem a condição de sujeitos históricos de sua própria trajetória. Esse processo representa uma ruptura com as amarras da colonialidade, pois transforma práticas e ações de informação em instrumentos de emancipação política e epistêmica. As conquistas alcançadas por meio dessas ações, como o reconhecimento de direitos constitucionais, a ampliação da visibilidade das pautas indígenas e o fortalecimento das organizações próprias, demonstram que a informação pode atuar como uma força contracolonial, capaz de sustentar processos de libertação e de construção de futuros em que os povos originários afirmem plenamente seus modos de existir, de conhecer e de governar seus territórios.

6.5 Modelo de estudos orientados à competência crítica em informação indígena

Em que pese a adoção dos referenciais adotados nas análises e discussão até aqui empreendidas, o modelo teórico-metodológico aqui proposto, pautado na

identificação de elementos do macroprocesso da CCI em contextos indígenas, não se caracteriza como uma simples justaposição àqueles referenciais teóricos. Trata-se, antes, de uma articulação crítica que reconhece a informação indígena como um fenômeno complexo, constituído por múltiplas dimensões e práticas que ultrapassam os enquadramentos epistemológicos herdados da colonização. Nesse horizonte, a informação originária configura-se como um campo composto por diversas camadas de sentido, podendo ser compreendida como uma prática social situada, profundamente vinculada às relações entre território, memória, ancestralidade e experiência coletiva.

Sob essa perspectiva, ressalta-se, com base nas análises realizadas, que os elementos do regime de informação identificados e, especificamente, as práticas e ações de informação indígena, são de extrema importância e representam o crescente protagonismo do povo originário que quebra à condição de objetos de estudo ou de sujeitos tutelados por sistemas estatais e epistemológicos dominantes. Parte-se, então, do reconhecimento de que tais práticas constituem expressões de racionalidades próprias, profundamente enraizadas e apresentadas nas obras literárias de autores, intelectuais e ativistas, como formas de tradução e de apresentação de conhecimentos plurais.

Nesse contexto, uma CCI situada em realidades indígenas, ou uma Competência Crítica em Informação Indígena (CCII), exige um deslocamento das matrizes estritamente eurocêntricas que historicamente fundamentaram o campo. Ainda que as formulações iniciais dessa competência tenham se estruturado a partir de tradições teóricas eurocentradas, vale ressaltar que é necessário reconhecer a relevância dessas bases para a consolidação do campo, mas, ao mesmo tempo, é importante ampliar seu horizonte epistemológico e situar em um país que foi colonizado e que sofreu com essa colonização. A proposta aqui desenvolvida busca, portanto, reorientar uma CCI a partir de uma perspectiva situada, ancorada em aportes teóricos decoloniais e contracoloniais.

Faz-se necessário também observar os componentes dos regimes de informação dispostos nessas obras e nos documentos observados. Na perspectiva de González de Gómez (2012), os componentes de um regime de informação servem para compreender como a informação é produzida, organizada, circula e é utilizada dentro de um determinado contexto social. No Quadro 17 apresentam-se os componentes observados por meio das análises, no contexto indígena, bem como

suas funcionalidades. A organização desses elementos permite visualizar como diferentes dimensões se articulam na produção, na circulação e no uso da informação entre os povos indígenas.

Quadro 17 - Componentes de um regime de informação indígena

Componentes	Observação no contexto indígena
Produção de informação	A produção de informação não se limita à geração massiva de dados digitais. Envolve a criação situada de conhecimentos vinculados ao território, à memória e à cosmologia.
Distribuição e circulação	A circulação da informação indígena é transmitida num formato próprio, de acordo com cada comunidade e povo. A circulação dentro da comunidade ocorre por meio da oralidade. Considera-se o uso estratégico de rádios comunitárias, redes sociais, mídias indígenas, buscando visibilidade, denúncia e incidência pública, sem abrir mão do controle comunitário sobre conteúdos sensíveis.
Acesso à informação	O acesso à informação permanece atravessado por barreiras históricas, como distância geográfica, ausência de políticas públicas adequadas, dificuldades linguísticas e exclusão tecnológica. Em resposta, as comunidades desenvolvem formas próprias de conhecimento informacional, baseadas na coletividade e no compartilhamento intergeracional.
Uso da informação	Está diretamente associado à CCI enquanto prática social. A informação é mobilizada para interpretar documentos oficiais, estudos de impacto ambiental, legislações, narrativas midiáticas e discursos institucionais. Esse uso é orientado por finalidades políticas e comunitárias, como a defesa do território, a proteção ambiental.
Controle e poder sobre a informação	Disputa crescente por soberania informacional, expressa na produção de dados próprios, na definição de quem pode acessar determinados conhecimentos e na denúncia do uso indevido de informações e saberes tradicionais.
Preservação e memória	A preservação da informação indígena está ligada à continuidade da vida coletiva e à transmissão dos saberes. A oralidade ainda representa uma das formas de transmissão de saberes e a memória um acervo de práticas e rituais e conhecimentos.
Legislação e políticas de informação	As legislações e as políticas de informação impactam diretamente os povos indígenas, muitas vezes sem considerar suas especificidades culturais e territoriais. Ao mesmo tempo, observa-se uma apropriação crítica desses instrumentos e maior participação ativa desses povos.
Ideologia e narrativa	A produção e a circulação de narrativas próprias, por meio da arte, da literatura, da pesquisa e da comunicação indígena, atuam como práticas contracoloniais que disputam regimes de verdade.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir da produção de conhecimentos próprios e das diversas ações e eventos realizados, tanto dentro quanto fora das comunidades, como já exemplificados no decorrer desta seção, um regime de informação indígena também cumpre a finalidade de projetar e afirmar publicamente as narrativas e as perspectivas dos povos originários. Por meio da produção de conhecimentos em diversos formatos, manifestos, discursos, registros e eventos culturais e políticos, esses povos produzem e difundem interpretações próprias sobre sua história, seus

territórios e seus modos de vida, contestando versões coloniais que por muito tempo falaram por eles ou os representaram de forma distorcida (Oliveira, 2020). Nesse sentido, a produção literária e as práticas e ações de informação associadas a esses eventos funcionam como forte circulação ampliada de saberes e experiências. Com base nisso, observou-se, nesse campo epistemológico dos saberes originários, as condições epistemológicas de ruptura com a colonialidade do saber. Como proposto por Dorrico (2020, p. 1):

A literatura indígena contemporânea é uma produção autoral demarcada pela identidade indígena. Assim, a autoria é contemporânea no que diz respeito à adoção da escrita alfabética, do dispositivo do livro impresso, editorial e mercadológico, pelos sujeitos indígenas que os adotam para se fazer ouvir na sociedade dominante. É, por outro lado, ancestral, pois sempre existiu. Se fazendo presente majoritariamente na oralidade, passada de geração em geração, as narrativas que são usadas como literárias sobreviveram na memória e tradição dos povos indígenas do Brasil.

Trata-se de uma produção autoral marcada pela afirmação da identidade indígena, na qual os povos originários se apropriam de instrumentos diversos para tornar audíveis suas vozes dentro da sociedade dominante. Contudo, embora essa forma de expressão se apresente como contemporânea no que se refere aos seus suportes e meios de circulação, ela é profundamente ancestral em seu conteúdo e em suas formas de pensamento. As narrativas, as cosmologias e as memórias que hoje ganham materialidade nessas obras literárias publicadas já existiam muito antes da escrita, transmitidas pela oralidade, pela memória coletiva e pelas práticas culturais que sustentam a continuidade histórica dos povos indígenas.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que as formas de produção e, principalmente a literatura indígena, não representa o surgimento de um novo sistema de conhecimento. Esse campo permite uma tradução, se utilizando de instrumentos herdados da colonização, como a escrita e a língua portuguesa, para expressar e reconfigurar seus domínios em um espaço diverso de conhecimento. Assim, os componentes desse regime de informação cumprem a função de organizar, sustentar e proteger os modos próprios de produção, de circulação e de preservação do conhecimento nos contextos dos povos originários. Sua finalidade não se limita à gestão ou à transmissão de conteúdos informacionais, mas consiste em garantir a continuidade e reforçar suas formas coletivas. Nesse sentido, ele opera ainda como um sistema sociocultural que articula uma variedade de traços e

costumes, enraizados na ancestralidade, transmitidos entre gerações e mobilizados nas práticas cotidianas e nas lutas políticas contemporâneas. Ao mesmo tempo, esse regime atua como instrumento de resistência frente às estruturas da colonialidade, pois permite que os próprios povos indígenas produzam e controlem suas narrativas.

Outra condição fundamental criada por essa abordagem refere-se ao fortalecimento de processos de continuidade ontológica e cultural, que podem ser compreendidos como formas de enfrentamento à colonialidade do ser. Historicamente, a colonialidade não se limitou à exploração material dos territórios ou à subjugação física dos povos indígenas. Ela também operou na tentativa sistemática de desestruturar identidades (Quijano, 2014). Nesse contexto, quando os povos indígenas se empoderam e assumem o protagonismo na produção e na circulação de seus conhecimentos, narrativas e representações, reconstroem espaços de afirmação de suas identidades e resistem às práticas e ações de informação historicamente marcadas por intenções assimilacionistas e opressivas. Esses componentes de regime de informação indígena, nesse sentido, atuam como um campo estratégico de fortalecimento coletivo, pois possibilita preservar memórias e, por conseguinte, preservar saberes ancestrais. Essas produções indígenas criam condições para a construção de uma prática contracolonial, na qual a informação se torna um campo estratégico de disputa e transformação social.

E, complementarmente, outro ponto a ser observado com base nas análises dos resultados, são as dimensões de informação no contexto originário. De acordo com Brisola (2021), elas se apresentam como um desmembramento analítico que não implica hierarquização ou escalonamento entre elas, mas diferentes ênfases críticas da CCI e, nesse contexto, da CCII. Trata-se de perspectivas que ajudam a compreender como os elementos dessa competência podem se manifestar em múltiplos níveis e contextos, evidenciando caminhos que favorecem o desenvolvimento da consciência crítica e o reconhecimento da própria capacidade de agir. Ao mesmo tempo, essas dimensões chamam a atenção para sua responsabilidade na mediação dos processos considerando as diversas formas de informações existentes. No Quadro 18 apresentam-se as dimensões ampliadas da CCI e derivadas dos achados científicos. Essas dimensões emergem da análise das práticas e ações de informação, das experiências coletivas e das epistemologias dos povos indígenas, evidenciando que a CCI pode assumir configurações específicas

quando observada a partir de realidades socioculturais distintas (Oliveira; Souza, 2021).

Quadro 18 - Dimensões da CCI para contextos indígenas

Dimensão da CCI	Definição Conceitual	Foco Analítico	Indicadores / Elementos Observáveis
Dimensão crítico-estrutural	Capacidade coletiva de leitura crítica das assimetrias do regime de informação e dos mecanismos de colonialidade do poder e do saber.	Desvelamento das estruturas de dominação informacional.	- Questionamento da neutralidade da informação; - Identificação de narrativas coloniais e racistas; - Análise crítica de políticas públicas e dispositivos institucionais; - Reconhecimento de hierarquias epistêmicas.
Dimensão epistêmico-afirmativa	Validação e afirmação de saberes indígenas como epistemologias legítimas, promovendo justiça cognitiva e pluralidade epistemológica.	Reconhecimento da autoridade epistêmica indígena.	- Valorização de cosmologias e oralidades; - Reconhecimento de grafismos, cantos e narrativas como documentos; - Proteção de saberes ancestrais; - Afirmação da autoria indígena na produção do conhecimento.
Dimensão instituidora de governança informacional	Criação de dispositivos normativos comunitários para regular produção, circulação e uso da informação.	Consolidação de soberania informacional.	- Protocolos comunitários de pesquisa e consulta; - Normas sobre compartilhamento de saberes sensíveis; - Assembleias deliberativas; - Sistemas próprios de gestão de dados e memória.
Dimensão prático-emancipatória	Acontece por meio de mobilização estratégica contracolonial através das ações de informação, desenvolvidas e aplicadas pelos povos originários, para defesa territorial, cultural e política, orientada ao protagonismo e emancipação.	Informação como ação política transformadora.	- Protestos; Uso de dados para defesa de territórios; - Produção de mídias e narrativas contra-hegemônicas; - Formação de mediadores culturais locais; - Articulação em redes indígenas; - Combate à desinformação.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A perspectiva de Brisola (2021) dialoga diretamente com a dimensão crítico-estrutural representada no Quadro 18, que compreende a CCI como a capacidade de questionar as estruturas que organizam a produção e a circulação da informação. Nessa perspectiva, identificar narrativas coloniais, problematizar a suposta neutralidade informacional e analisar criticamente políticas públicas e dispositivos institucionais são práticas fundamentais para revelar as assimetrias presentes no cotidiano. Quando essa dimensão é observada em contextos indígenas, ela se manifesta na leitura crítica das diversas camadas da modernidade, isto é, no

questionamento das hierarquias epistêmicas que privilegiam o conhecimento eurocentrado, por exemplo, ou no combate de formas governamentais tutelares.

A dimensão epistêmico-afirmativa aproxima-se das discussões de Doyle (2018), ao reconhecer que a competência em informação envolve também a valorização de múltiplas formas de produção e de validação do conhecimento. Nessa perspectiva, amplia-se a compreensão de que os saberes originários são legítimos, podendo ser levados para diversos espaços. A dimensão instituidora de governança informacional revela outro aspecto fundamental desses elementos da CCI ao enfatizar a criação de dispositivos comunitários que regulam a produção, o acesso e o compartilhamento de informações, além de possibilitar a identificação de práticas tutelares presentes em documentos e órgãos governamentais. Esse reconhecimento permite que esses povos se posicionem criticamente e enfrentem tais práticas, fortalecendo formas coletivas e institucionais próprias de gestão do conhecimento em seus contextos sociais.

A dimensão prático-emancipatória, por sua vez, evidencia a relação entre informação e ação política, aspecto central nas discussões contemporâneas sobre CCI. Conforme indicam Doyle (2018) e Brisola (2021), é nesse ponto que a competência se concretiza, quando os sujeitos utilizam a informação para interpretar a realidade e agir sobre ela de maneira transformadora. No contexto indígena, com base nos elementos identificados nas análises das obras, essa dimensão se manifesta na mobilização de dados para a defesa de seus saberes, na produção de narrativas contra-hegemônicas, no enfrentamento à desinformação, evidenciando a informação como instrumento de resistência e afirmação política.

Essas novas configurações dessas dimensões, pautadas em uma CCII, apresentam um deslocamento conceitual que incorpora as experiências, as epistemologias e as práticas e ações de informação dos povos originários às dimensões já existentes. Ao serem organizadas dessa maneira, tais dimensões reforçam a finalidade dessa competência enquanto instrumento de crítica, de reflexão e de ação contracolonial. Com efeito, a pluralidade epistemológica presente nas perspectivas decoloniais e nas estratégias contr Coloniais observadas nas obras e por meio da identificação dos atores de informação indígena aponta para a necessidade de reconhecer que o conhecimento não se produz a partir de uma única matriz cultural ou racionalidade universal. Ao contrário, parte-se da compreensão de que, no Brasil, existem diferentes povos indígenas que elaboram

formas próprias de interpretar o mundo, organizar a experiência e produzir sentidos sobre a realidade. Nesse horizonte, a perspectiva decolonial reconhece que povos como Munduruku, Tabajara, Krenak, Baniwa, Yanomami, Macuxi, e Guajajara, entre outros, desenvolvem e preservam modos próprios de compreender o mundo, organizar a vida coletiva e produzir saberes transmitidos entre gerações por meio da oralidade, das práticas culturais, dos rituais, das narrativas e da relação com o território. Os ensinamentos relacionados, por exemplo, à pesca em determinada comunidade não são necessariamente os mesmos em outras, pois cada povo constrói seus conhecimentos a partir de suas próprias experiências, cosmologias e relações com a natureza.

No Quadro 19, apresenta-se um conjunto de elementos extraídos dos achados científicos, destacando que os efeitos dos elementos da CCI expressam princípios alinhados à perspectiva decolonial, uma vez que estes podem ser constitutivos desta no contexto de estudos no campo dos povos originários, podendo incidir como estratégias de enfrentamento nos domínios da colonialidade do poder, do ser e do saber. Esses elementos evidenciam possibilidades de tensionamento das estruturas hegemônicas, ao mesmo tempo em que fortalecem práticas e ações de informação orientadas à valorização de epistemologias plurais e à afirmação de modos próprios de produzir, de interpretar e de compartilhar informação e conhecimento.

A decolonialidade do poder, do ser e do saber, refere-se a um esforço crítico de desmantelamento e de quebra das estruturas históricas da colonialidade que continuam a operar e a organizar as relações sociais, políticas e epistêmicas. A atuação no domínio da decolonialidade do poder, nesse sentido, busca revelar e questionar hierarquias da modernidade, denunciando os mecanismos que mantêm privilégios e exclusões (Quijano, 2014). Isso ocorre, por exemplo, quando comunidades analisam criticamente dispositivos oficiais, projetos de exploração territorial ou discursos institucionais que procuram legitimar intervenções em seus territórios. Ao identificar os interesses presentes nessas informações, esses povos originários conseguem denunciar mecanismos de dominação e disputar os sentidos produzidos sobre seus modos de vida e direitos territoriais.

Elementos	Domínio	Efeito
Questionar modos e narrativas dominantes	Decolonialidade do poder	Emancipação crítica do sujeito, na medida em que contribui para que esse saiba identificar narrativas históricas, sociais, culturais e opressoras impostas pelo colonialismo.
Identificar e analisar estruturas de poder	Decolonialidade do poder	Condiciona o sujeito na identificação e nas análises de estruturas de poder e de privilégio vigentes e hegemônicas que sustentam a colonialidade.
Identificar interesses políticos e econômicos na informação	Decolonialidade do poder	A CCI possibilita reconhecer que a informação é atravessada por interesses e disputas, desvelando sua instrumentalização por projetos coloniais, capitalistas e desenvolvimentistas. Esse efeito contribui para a leitura crítica das fontes e para a contestação de discursos aparentemente neutros ou técnicos.
Desconstruir formas de preconceitos e de ideias estereotipadas	Decolonialidade do ser	Desenvolvimento de habilidades críticas do sujeito, que permitem questionar fatos e acontecimentos, tornando-o capaz de identificar e de desconstruir preconceitos e ideias estereotipadas, perpetuados pela colonialidade.
Reafirmar identidades e experiências subalternizadas	Decolonialidade do ser	Ao reconhecer e valorizar narrativas silenciadas, a CCI fortalece processos de autoafirmação identitária e de reconstrução do ser, enfrentando a colonialidade que opera na negação de existências, memórias e modos de vida não hegemônicos.
Reconhecer o conhecimento como diverso e plural	Decolonialidade do saber	Reconhecimento e valorização de diferentes formas de conhecer e de saber, incluindo os saberes tradicionais, contrapondo-se à ideia de conhecimento ocidental exclusivo, eurocentrado, válido ou superior.
Engajar em ações cotidianas transformadoras	Decolonialidade do saber	Motivação em torno de ações transformadoras, incluindo a participação em movimentos sociais, lutas por mudanças políticas e sociais e a busca por justiça, igualdade e equidade social.
Promover engajamento crítico em práticas e ações de informação	Decolonialidade do saber	O engajamento crítico não se limita à reflexão, mas impulsiona ações informadas voltadas à justiça social. A CCI sustenta práticas e ações de informação que questionam critérios hegemônicos de produção do conhecimento e fomentam disputas por reconhecimento epistêmico e político.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A decolonialidade do saber, por outro lado, propõe o reconhecimento da pluralidade epistemológica e a valorização de conhecimentos situados, historicamente silenciados (Quijano, 2014). Os saberes relacionados ao manejo da floresta, aos ciclos da pesca, ao cultivo ou às práticas de cura são transmitidos por meio da oralidade, dos rituais e das práticas coletivas, mostrando que o conhecimento não se restringe a modelos científicos ou exclusivamente herdados da Europa, são exemplos extraídos das obras, seja através da poesia ou da crítica

direta. Constatou-se que as obras literárias indígenas representam forte presença questionadora e crítica, dialogando com vários assuntos presentes na modernidade, como forma de quebra de processos opressivos.

Já a decolonialidade do ser conforme desenvolvida no pensamento decolonial, incide sobre os efeitos ontológicos da colonialidade (Quijano, 2014), isto é, sobre a negação da humanidade plena de sujeitos colonizados; sua superação implica afirmar existências, identidades e modos de vida que foram desqualificados pelo projeto moderno-colonial. Como pontua Santos (2023, p. 3):

Ao transpor os saberes ancestrais de nossas gerações — tradicionalmente ancorados na oralidade — para a escrita, mobilizamos denominações que, no âmbito acadêmico, são frequentemente compreendidas como conceitos. Nesse movimento, mantemos a prática de nomear modos de vida e formas de fala como estratégia de enfrentamento ao colonialismo.

A passagem dos saberes ancestrais da oralidade para a escrita, por exemplo, pode ser compreendida como uma estratégia de enfrentamento à colonialidade do saber. Ao registrar conhecimentos tradicionalmente transmitidos pela oralidade e, ao mesmo tempo, contrariar palavras coloniais por meio da criação ou da ressignificação de denominações, os povos indígenas passam a disputar os sentidos atribuídos ao conhecimento, enfraquecendo categorias impostas pelo pensamento colonial e afirmando modos próprios de compreender e interpretar a realidade.

Quanto à postura contracolonial identificada nos elementos da CCI, observa-se, no Quadro 20, que o foco da crítica desloca para a ação prática e aplicada, afirmativa e insurgente dos sujeitos historicamente colonizados, especialmente, nos contextos latino-americanos. Enquanto a decolonialidade enfatiza o desvelamento das estruturas coloniais, a contracolonialidade, em diálogo com leituras críticas de autores como Mignolo (2017) e com perspectivas afro-indígenas contemporâneas de Santos (2023), afirmam práticas concretas de enfrentamento e de reexistência frente à colonialidade.

Quadro 20 – Elementos da CCI com efeitos contracoloniais

Elementos	Domínio	Efeito
Produzir e circular narrativas próprias	Contracolonialidade do poder	A CCI ultrapassa a crítica e se converte em estratégia de enfrentamento ativo ao poder colonial moderno, possibilitando que povos originários produzam, registrem e disseminem suas próprias narrativas. O efeito é a disputa direta pelos regimes de verdade e pela autoridade informacional.
Produzir alianças informacionais sem	Contracolonialidade do poder	Possibilita o diálogo estratégico com instituições externas, Estado, academia, movimentos sociais,

subordinação epistêmica		sem assimilação ou perda de autonomia. O efeito é a construção de articulações políticas que preservam a centralidade das epistemologias e agendas indígenas.
Exercitar a autodeterminação informacional comunitária	Contracolonialidade do poder	Fortalece processos decisórios coletivos sobre o que comunicar, para quem e em quais condições. A informação deixa de ser instrumento de tutela estatal ou científica e passa a sustentar práticas de autonomia política e organizativa.
Reapropriar dispositivos e tecnologias de informação	Contracolonialidade do poder	O uso crítico de tecnologias informacionais deixa de ser assimilacionista e passa a ser estratégico. A CCI sustenta processos de apropriação política das mídias e dos dispositivos informacionais como ferramentas de luta, denúncia e afirmação territorial e cultural.
Reafirmar a oralidade, a memória e o corpo como dispositivos informacionais	Contracolonialidade do ser	A CCI amplia o conceito de informação ao reconhecer a oralidade, o corpo e a memória como tecnologias legítimas de produção e transmissão de conhecimento. O efeito é a ruptura com a centralidade do registro escrito e a valorização de ontologias informacionais indígenas.
Fortalecer identidades coletivas e cosmológicas	Contracolonialidade do ser	Diferente da desconstrução identitária proposta pela decolonialidade, a contracolonialidade, mediada pela CCI, afirma modos próprios de ser e existir. A informação deixa de ser apenas objeto de análise e se torna elemento constitutivo da reexistência indígena.
Atualizar e transmitir saberes ancestrais	Contracolonialidade do saber	A CCI contribui para a continuidade e atualização dos saberes tradicionais sem submetê-los à validação colonial. O conhecimento é vivido, praticado e transmitido conforme as lógicas comunitárias, reafirmando a autonomia epistêmica.
Proteger conhecimentos sensíveis e saberes coletivos	Contracolonialidade do saber	Opera como mecanismo de governança do conhecimento, definindo limites éticos e políticos para o acesso, registro e circulação da informação. O efeito é a contenção do extrativismo epistemológico e a afirmação do direito indígena ao controle sobre seus próprios saberes.
Articular informação, território e ação política	Contracolonialidade do saber	A informação assume caráter territorial e estratégico. A CCI sustenta ações políticas concretas, como a defesa do território, da memória e da vida, consolidando-se como prática coletiva de resistência e emancipação informacional.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A contracolonialidade do poder expressa-se na construção de formas próprias de organização política, territorial e comunitária que desafiam a autoridade colonial do Estado e do capitalismo. Nos achados científicos, isso se torna evidente ao observar as reações expressas por meio das ações de informação e das narrativas presentes nos livros produzidos pelos intelectuais indígenas. Nessas obras, e também nos recortes documentais, os próprios autores originários assumem o papel de protagonistas na produção e na circulação do conhecimento, narrando suas

histórias, memórias, nas lutas e protestos a favor de seus direitos. Esse protagonismo se manifesta quando os autores registram saberes ancestrais, descrevem práticas culturais, relatam processos de resistência e apresentam interpretações próprias. Como posto por Dorrico (2020) e Santos (2023), foi preciso que esses atores de informação se apropriassem da escrita, para assim traduzirem suas formas de conhecimento. O mesmo ocorre na arte, na música, na saúde e em tantos outros campos de saber que eles estão protagonizando.

Já a contracolonialidade do ser afirma modos de existir que resistem à desumanização colonial, sustentando identidades coletivas, relações com o território e projetos de vida próprios. A contracolonialidade do saber é de extrema força e radicalidade, pois se manifesta na produção, na transmissão e na atualização de conhecimentos ancorados em cosmologias, ancestralidades e experiências coletivas, sem subordinação aos critérios eurocentrados de validação. Isso fica claro, quando se observa Santos (2023, p. 8).

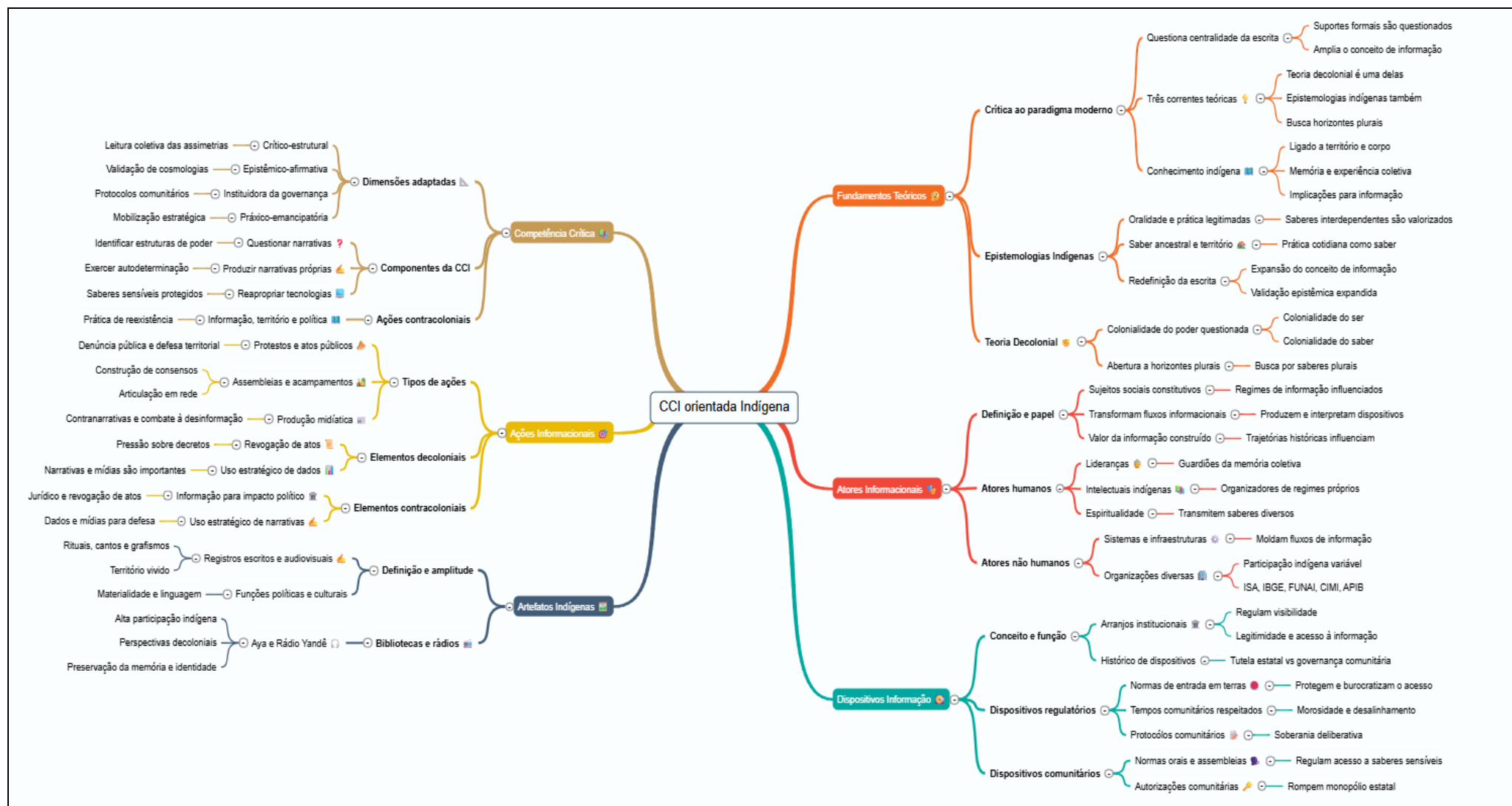
Certa vez, fui questionado por um pesquisador de Cabo Verde: “Como podemos contracolônizar falando a língua do inimigo?”. E respondi: “Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta.

Essa postura se relaciona diretamente com a contracolonialidade do saber, pois a colonialidade historicamente buscou impor modos específicos de existir, pensar e se relacionar com o mundo. A força desse tipo de contracolonialidade diante da modernidade reside na capacidade de questionar os conceitos e as categorias que foram naturalizados pelo pensamento moderno-colonial e que, historicamente, estabeleceram hierarquias entre formas de conhecimento. Ao propor a disputa pelos sentidos das palavras, como no exemplo, é possível enfraquecer as palavras do “inimigo” e potencializar as próprias denominações. Quando se afirma, por exemplo, que o “desenvolvimento desconecta”, rompe-se com a ideia moderna de progresso como algo universal e incontestável, revelando seus impactos na ruptura das relações com o território, com a natureza e com os modos de vida comunitários. Assim, a contracolonialidade do saber ganha força ao desestabilizar os significados impostos pela modernidade e ao afirmar outras formas de interpretar

o mundo, fortalecendo conhecimentos situados e cosmologias que foram historicamente silenciadas.

A Figura 15 apresenta o mapa conceitual do capítulo, sintetizando as principais categorias analíticas, seus desdobramentos teóricos e as relações estabelecidas entre os eixos de discussão que estruturam a argumentação desenvolvida.

Figura 15 – Mapa analítico-discursivo da competência crítica em informação indígena



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo desta tese indicam que a CCI pode apresentar um importante potencial transformador no âmbito das discussões decoloniais e contracoloniais, no contexto dos povos originários. Mais do que um conjunto de habilidades voltadas ao acesso e ao uso da informação, essa competência pode assumir um caráter político e epistemológico, ao contribuir para problematizar estruturas históricas responsáveis por processos de invisibilização, silenciamento e subalternização desses povos. Contudo, esse processo constitui um empreendimento complexo e desafiador, pois, mesmo quando pesquisadores se esforçam para questionar e desconstruir imaginários coloniais, suas formas de pensar e de interpretar o mundo continuam, em grande medida, atravessadas por um amplo conjunto de relações de poder historicamente constituídas pela colonialidade da ciência moderno-eurocêntrica.

Nesse sentido, os elementos que compõem essa competência podem favorecer o questionamento dos modos hegemônicos de produção, de circulação e de legitimação do conhecimento, estimulando reflexões críticas acerca das bases que sustentam determinados discursos frequentemente apresentados como universais ou neutros. Ao promover as análises de componentes indígenas que evidenciam a conformação de elementos no macroprocesso da CCI dos povos originários brasileiros, no horizonte da contracolonialidade, e das condições em que a informação é produzida, compartilhada e difundida, abre-se espaço para reconhecer a pluralidade epistemológica e valorizar memórias, experiências e formas de conhecimento que, ao longo da história, foram sistematicamente marginalizadas pelos regimes dominantes de saber. Nesse movimento, amplia-se a possibilidade de compreender a informação não somente como recurso formal e técnico, mas como dimensão constitutiva das disputas por reconhecimento, autonomia e justiça cognitiva.

A partir dessa perspectiva, práticas e ações de informação orientadas por elementos da CCI podem contribuir para ampliar a participação de povos indígenas, comunidades afrodescendentes e outros grupos socialmente marginalizados e vulneráveis tanto nesses processos de produção e de circulação do conhecimento, quanto em posicionamentos e movimentos que implicam repensar os espaços

educativos, científicos e culturais, de forma a torná-los mais abertos ao diálogo entre diferentes epistemologias.

Ter essa consciência crítica acerca da existência de múltiplos saberes implica reconhecer que o conhecimento emerge de diferentes contextos históricos, culturais e territoriais. Essa percepção possibilita, também, questionar a atuação de órgãos e de instituições que ainda operam sob uma lógica tutelar, muitas vezes, tomando decisões sobre os territórios e os modos de vida dos povos originários, sem garantir sua participação efetiva nos processos deliberativos. Não se trata de negar a importância das pesquisas e dos conhecimentos produzidos sobre esses povos, pois tal postura apenas reproduziria perspectivas eurocentradas que historicamente falaram sobre os indígenas sem dialogar com eles. O que se propõe, ao contrário, é ampliar as possibilidades de construção coletiva e participativa do conhecimento, reconhecendo esses povos como protagonistas na produção, na circulação e na validação de seus próprios saberes, o que pressupõe a dinâmica de diferentes compotências, entre as quais a CCI.

Ao reconhecer essa pluralidade epistemológica, amplia-se também a compreensão sobre as diversas formas de produzir e de transmitir conhecimento, muitas delas herdadas de práticas ancestrais anteriores à própria invasão portuguesa. Costumes seculares relacionados à agricultura, ao respeito aos ciclos naturais das estações, à observação das fases da lua para a aplicação de determinados remédios e à relação cuidadosa com o território são exemplos concretos de sistemas de conhecimento que demonstram a complexidade e a profundidade dos saberes indígenas. Esses conhecimentos revelam que as epistemologias originárias vão muito além dos critérios de legitimidade impostos pela racionalidade colonial, reafirmando modos próprios de compreender o mundo, cuidar da vida e manter o equilíbrio entre sociedade e natureza.

Nesse contexto, o indígena não pode ser compreendido como o “outro da fronteira”, uma figura distante ou exterior à sociedade, como frequentemente foi representado por perspectivas coloniais que o colocam à margem da modernidade. Ao contrário, trata-se de um sujeito histórico e epistemológico que produz saberes, interpreta o mundo e estabelece relações complexas com o território, a natureza e a coletividade. Em muitas cosmologias indígenas, por exemplo, acredita-se na existência do espírito da floresta e na presença de forças vitais que habitam rios, montanhas, árvores e animais, compreendidos como parte de uma rede de

interdependência entre todos os seres. Essa visão revela uma forma distinta de compreender a vida e o conhecimento, na qual a natureza não é reduzida a recurso ou objeto de exploração, mas reconhecida como entidade viva, portadora de sentidos e relações.

Nesse horizonte, os saberes indígenas expressam uma ontologia própria, na qual o cuidado com o território, o respeito aos ciclos naturais e a convivência harmoniosa com os demais seres constituem princípios fundamentais de organização social e de transmissão do conhecimento. Tal perspectiva desafia concepções coloniais que separaram humanidade e natureza, propondo, em vez disso, uma compreensão relacional da existência, na qual a vida humana está profundamente conectada à vida da floresta e aos espíritos que a habitam. Assim, compreender essas condições implica reconhecer que os povos originários não ocupam um lugar periférico no debate sobre conhecimento e sociedade, mas contribuem com visões fundamentais para repensar as relações entre informação, cultura, território e sustentabilidade da vida.

Nesta tese, defende-se que a CCI, compreendida nesse horizonte, pode atuar como uma forma de resistência diante das estruturas que sustentam a colonialidade do poder, do saber e do ser. Ao favorecer processos de análise, de interpretação e de apropriação crítica da informação, ela pode possibilitar que esses povos questionem discursos produzidos sobre suas identidades, seus territórios e seus modos de vida, ao mesmo tempo em que fortalecem processos de afirmação cultural e coletiva. Nessa perspectiva, essa competência ultrapassa uma dimensão meramente técnica e passa a assumir um caráter sociopolítico e epistêmico, contribuindo para o fortalecimento da autonomia informacional, para a valorização de saberes historicamente silenciados pelos regimes hegemônicos de conhecimento e, em última análise, para a autodeterminação dos povos originários.

Na prática, esse movimento envolve não apenas a problematização de estereótipos e de representações simplificadoras construídas ao longo de processos coloniais, mas também o questionamento de outras formas de invisibilização e de subordinação dos povos originários, como o silenciamento de suas vozes nos espaços institucionais, a apropriação indevida de seus conhecimentos tradicionais originários, a deslegitimação de suas epistemologias e a marginalização de suas línguas e práticas culturais nos sistemas formais de produção do conhecimento. Ao enfrentar essas estruturas, abre-se espaço para que os próprios povos produzam,

interpretem e difundam suas narrativas a partir de seus referenciais culturais e cosmológicos. Nesse contexto, tornam-se centrais a valorização da oralidade, das línguas indígenas, das práticas comunitárias e das cosmologias que orientam seus modos de vida e suas formas de relação com o território e com a natureza. Dessa maneira, saberes que, por muito tempo, foram desqualificados, invisibilizados ou considerados marginais, passam a ser reconhecidos como expressões legítimas de conhecimento, fundamentais para a compreensão da diversidade epistemológica e para a construção de perspectivas mais plurais e inclusivas no campo científico e social.

Os resultados aqui apresentados demonstram que os elementos dessa competência, identificados na literatura analisada, operam como estratégias informacionais e instrumentos de emancipação social, na medida em que contribuem para reafirmar memórias coletivas, territorialidades, ancestralidades e cosmologias historicamente silenciadas ou deslegitimadas pelo projeto colonial. Tais elementos evidenciam que a informação, quando apropriada de forma crítica e situada, pode fortalecer processos de resistência, autorrepresentação e continuidade cultural entre esses povos. A análise desenvolvida, aliada à fundamentação teórica e aos achados científicos cuidadosamente examinados, confirma de maneira consistente os três pressupostos inicialmente estabelecidos nesta pesquisa. Os achados evidenciam que esses pressupostos não se configuram como meras formulações retóricas, mas resultam de evidências que apontam para a profunda e persistente influência da interseção entre colonialidade e modernidade na vida dos povos originários no Brasil. E mais que isso, essa relação histórica tem impactado diretamente a forma como seus saberes são produzidos, reconhecidos e circulam nos diferentes regimes de conhecimento, evidenciando a permanência de estruturas de poder que ainda reproduzem desigualdades epistemológicas, políticas e sociais, ao mesmo tempo em que revelam a capacidade desses povos de mobilizar estratégias de resistência e de reafirmação de suas epistemologias próprias.

Assim, identificou-se que os atores informacionais indígenas configuram regimes de informação próprios, atuando ativamente na produção, na mediação, na interpretação e na circulação de fluxos informacionais em seus contextos socioculturais. Esses atores são representados, sobretudo, pelas lideranças indígenas, formadas, muitas vezes, pelos mais velhos das comunidades, reconhecidos como guardiões da memória coletiva e responsáveis pela preservação

e transmissão de saberes ancestrais. Por meio da oralidade, da experiência vivida e da autoridade cultural, esses atores desempenham papel fundamental na organização social e na continuidade das tradições, além de designarem novos representantes e novas lideranças que passam a atuar na interlocução entre as comunidades e os diferentes espaços institucionais e políticos da sociedade envolvente.

Os atores informacionais não humanos, complementarmente, referem-se às estruturas institucionais, sistemas informacionais, infraestruturas organizacionais e arranjos institucionais que produzem, organizam e difundem informações sobre esses povos indígenas, em alguns casos, em diálogo com eles. Nesse contexto, nota-se que a participação indígena nesses espaços ainda se apresenta de maneira variável, podendo ocorrer de forma ativa, colaborativa ou parcialmente ativa, mas ainda marcada, em determinados casos, por resquícios históricos de tutela e de controle sobre esses povos. Entre esses atores institucionais destacam-se órgãos e organizações como a FUNAI, a APIB, o IBGE e o CIMI, entre outros. Essas instituições participam da produção e da circulação de informações que impactam diretamente a visibilidade, a representação e o reconhecimento dos povos originários no cenário político, social e informacional.

No que se refere aos dispositivos de informação indígena, constatou-se que são compostos por normas, protocolos, políticas públicas, arranjos institucionais e mecanismos regulatórios que estruturam e organizam os fluxos informacionais. Esses dispositivos têm a função de legitimar o acesso, regular a circulação e atribuir visibilidade às informações relacionadas aos povos indígenas. Ao mesmo tempo, constituem espaços que armazenam e evidenciam registros históricos importantes, muitos deles revelando episódios de violência, de expropriação territorial e de outras formas de injustiça historicamente sofridas por esses povos. Com efeito, esses registros permitem que as comunidades indígenas fortaleçam processos de posicionamento político, de denúncia e de reivindicação de direitos. Entretanto, é importante reconhecer que muitos desses dispositivos foram historicamente estruturados sob a lógica da colonialidade do poder, reproduzindo perspectivas eurocentradas que influenciaram a forma como o conhecimento sobre os povos indígenas foi produzido, organizado e difundido ao longo dos séculos, permanecendo ainda, em certos casos, de forma silenciosa em algumas estruturas institucionais.

Os artefatos de informação indígena revelam uma significativa participação ativa dos povos originários na produção e na circulação de seus próprios conhecimentos. Esses elementos abrangem diferentes formas de expressão e de materialização da informação, incluindo mídias digitais e iniciativas comunicacionais próprias. Nesse sentido, tais artefatos constituem instrumentos de afirmação cultural, memória coletiva e resistência epistemológica, expressando perspectivas decoloniais e contracoloniais que buscam questionar narrativas hegemônicas e reafirmar as cosmologias e as formas próprias de conhecimento dos povos originários.

As ações de informação indígena manifestam-se de maneira dinâmica e estratégica, configurando práticas contracoloniais que articulam produção, circulação e mobilização da informação em diferentes espaços sociais e políticos. Observou-se que essas ações podem ocorrer de forma aplicada por meio de eventos, assembleias comunitárias, acampamentos, protestos, manifestações públicas, articulações institucionais e processos de incidência política. Além disso, incluem iniciativas de produção de conteúdos informacionais, estratégias de denúncia de violações de direitos, combate à desinformação e fortalecimento das redes de comunicação entre comunidades e organizações indígenas. Com efeito, essas ações evidenciam práticas de reexistência, nas quais a informação é mobilizada como ferramenta de resistência, reivindicação de direitos e fortalecimento da autonomia coletiva.

O conjunto de achados, análises e discussão demonstra que toda essa dinâmica em torno de atores, dispositivos, artefatos e ações de informação dos povos originários se encontra articulada aos elementos da CCI, compreendida nesta pesquisa como um macroprocesso estruturado por diferentes dimensões adaptadas aos contextos indígenas. Essas dimensões evidenciam práticas de posicionamento crítico, mobilização social, questionamento de narrativas dominantes e valorização das cosmologias e epistemologias próprias dos povos originários. A proposta teórico-metodológica que sustenta essa análise fundamenta-se em perspectivas situadas da CCI, no contexto dos povos originários brasileiros, dialogando com abordagens decoloniais e contracoloniais que questionam a centralidade de correntes eurocentradas na produção do conhecimento. Ao incorporar essas perspectivas, amplia-se, em maior ou menor medida, os horizontes interpretativos

sobre os regimes de informação indígenas, reconhecendo a pluralidade de saberes historicamente marginalizados e silenciados.

Essa influência manifesta-se de maneira direta e indireta, atravessando dimensões sociais, culturais e epistemológicas e impactando, ao longo da história, os modos de produção, de circulação e de reconhecimento dos saberes dos povos originários. Nesse cenário, sustenta a tese de que a CCI, quando situada nos contextos indígenas, não deve ser compreendida como uma imposição externa ou como um modelo normativo deslocado de suas realidades, mas como uma estratégia que potencializa processos de conhecer, de agir e de ressignificar valores orientados à contracolonialidade do poder, do saber e do ser. Tal constatação se fundamenta no entedimento que esses povos têm desenvolvido, ao longo do tempo, estratégias contracoloniais de resistência, nas quais a preservação de práticas e ações de informação próprias tornam-se elementos centrais para enfrentar os processos históricos de silenciamento. Compreender essa competência como uma prática situada, plural e sensível às especificidades culturais permite não apenas reconhecer os impactos persistentes da colonialidade, mas também evidenciar a capacidade de resistência, de recriação e de reinvenção epistemológica dos povos originários, abrindo caminhos para a construção de práticas e ações de informação cada vez mais orientadas por princípios éticos, inclusivos e emancipatórios.

A sistematização dos achados da pesquisa, por meio da proposição de um modelo teórico-metodológico voltado aos contextos indígenas, no horizonte da CCII, especificamente, revela ainda como as práticas efetivas de decolonialidade e de contracolonialidade são fundamentais para a resistência e a luta, durante séculos de colonização. Ao adotar referenciais críticos extraeuropeus, este modelo avança nas abordagens e, por conseguinte, transcendem o formalismo, o instrumentalismo e universalismo, assumindo caráter político, ético e epistêmico, profundamente ligado à defesa da vida, à preservação do território, às cosmologias e à relação afetiva e respeitosa com a natureza. Na prática, este modelo pode operar como um macroprocesso formativo capaz de tensionar a colonialidade do poder, do saber e do ser, reafirmando epistemologias próprias, fortalecendo a autorrepresentação, promovendo a autonomia informacional e consolidado autodeterminação dos povos originários. Nesse movimento, a informação torna-se mais dinâmica como instrumento de resistência, de reexistência e de transformação, consolidando

horizontes de contracolonialidade que reivindicam o protagonismo epistemológico dos povos originários.

Assim, quando articulada às perspectivas decoloniais, a CCI se apresenta como um instrumento capaz de promover a construção de sociedades mais plurais, inclusivas e sensíveis às diferenças culturais, epistemológicas e ontológicas. Nessa abordagem, a informação deixa de ser entendida apenas como recurso funcional ou instrumento de gestão e de controle social, passando a assumir papel estratégico na afirmação de identidades, na preservação e na atualização de saberes tradicionais e na promoção da justiça cognitiva. Ao valorizar formas de conhecimento diversas, que incluem oralidade, memória, corpo e práticas comunitárias, podendo tensionar estruturas epistemológicas hegemônicas, fortalecendo processos de autonomia informacional e abrindo espaço para práticas coletivas de resistência.

Já quando articulada à contracolonialidade, essa competência pode transformar o uso das tecnologias de informação em práticas e ações estratégicas de resistência, deixando de ser assimilacionista para se tornar instrumento de luta, de denúncia e de afirmação territorial e cultural. Essa competência amplia o conceito de informação ao reconhecer a oralidade, o corpo e a memória como tecnologias legítimas de produção e de transmissão de saberes, rompendo com a centralidade do registro escrito e valorizando ontologias informacionais indígenas. A contracolonialidade reafirma modos próprios de ser e de existir, transformando a informação em elemento constitutivo da reexistência indígena. Ao sustentar a continuidade e a atualização dos saberes tradicionais sem submetê-los à validação colonial, a CCI pode fortalecer a autonomia epistêmica, operar como mecanismo de governança do conhecimento, definindo limites éticos e políticos para o acesso e a circulação da informação e protegendo contra o extrativismo epistemológico. Nesse sentido, a informação adquire caráter situado e estratégico, orientando ações coletivas que defendem o território, a memória e a vida, consolidando-se como prática de resistência, de emancipação informacional e de afirmação da soberania epistemológica indígena.

Em que pesem a importância e, até mesmo, a densidade dos achados científicos sistematizados para a compreensão da CCI, no contexto dos povos originários brasileiros, é importante destacar alguns desafios e limitações para a realização desta pesquisa, fortemente condicionados e impactados pela escassez significativa de estudos voltados à informação indígena. Esse cenário reflete, em

parte, a histórica invisibilidade e marginalização dos saberes originários nos processos acadêmicos e institucionais de produção e de circulação do conhecimento. Em decorrência disso, trata-se de um campo com potencial de crescimento, que demanda o desenvolvimento de abordagens metodológicas sensíveis às especificidades culturais, epistemológicas e ontológicas dos povos indígenas. Essa lacuna representa tanto uma limitação, pela falta de referenciais teórico-metodológicos consolidados e de dados empíricos amplos, quanto uma oportunidade, qual seja a de contribuir para a expansão do conhecimento neste campo científico, propondo estudos que incorporem perspectivas decoloniais e contracoloniais, fortaleçam práticas de autonomia informacional e reconheçam os saberes indígenas como centrais para a construção de políticas de informação mais inclusivas, éticas e socialmente transformadoras.

Nesse contexto, somando esforços no intuito de minimizar essas lacunas, além dos resultados finais aqui apresentados, os resultados parciais foram divulgados em eventos científicos nacionais e internacionais, a saber, Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), nos anos de 2024 e 2025, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), em 2024, Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação (SITI), em 2024, e no Encuentro de la Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC), em 2025, este último recebendo avaliação altamente positiva, sem necessidade de ajustes por parte dos avaliadores, evidenciando a relevância e a aceitação da temática no meio acadêmico no campo da Ciência da Informação. Além das apresentações e publicações em anais de eventos científicos, foram publicados artigos relacionados em periódicos consolidados da área, ampliando o alcance e a visibilidade da pesquisa. Esse histórico de apresentações e publicações demonstra não apenas a relevância temática, mas também reforça seu potencial de expansão, contribuindo para o fortalecimento de um campo de estudo ainda em crescimento, que dialoga com perspectivas decoloniais, contracoloniais e com a valorização dos saberes indígenas no âmbito da Ciência da Informação.

E, por último, lança-se um olhar prospectivo voltado às pesquisas de pós-doutorado, com vistas à ampliação e ao aprofundamento da Competência Crítica em Informação Indígena (CCII). Esse desdobramento implica o desenvolvimento de um campo metodológico robusto, articulado a fundamentos decoloniais e

contracoloniais, capaz de sustentar práticas e ações de informação situadas, plurais e enraizadas nas experiências dos povos originários do Brasil. O plano de investigação em nível pós-doutoral não se limita à consolidação de um referencial teórico, na medida em que busca também consolidar o modelo teórico-metodológico aqui apresentado com a construção de abordagens e instrumentos metodológicos não-extrativistas, que permitam analisar, interpretar e fomentar práticas de produção, de circulação e de apropriação da informação conforme lógicas próprias das comunidades indígenas. Nesse sentido, a CCII se configura como um espaço de articulação entre epistemologia, ética, política e resistência cultural, abrindo caminhos para pesquisas que reconheçam e valorizem a autonomia epistêmica desses povos, promovendo a reexistência de saberes tradicionais e a afirmação de modos próprios de conhecer, existir e se relacionar com a natureza e o território.

Considera-se que, ao ser articulada às perspectivas contracoloniais, amplia profundamente seu caráter político, ético e epistêmico, funcionando não somente como instrumento de análise, mas como prática de reexistência e de afirmação epistemológica. Essa articulação possibilita que a CCI contribua para transformar a forma como se pensa e se produz informação, deslocando-a de modelos coloniais que fragmentam saberes e concepções de mundo, para práticas que reconhecem a interdependência entre seres humanos e natureza, uma visão que, conforme destacada pelos intelectuais indígenas, convida-nos a perceber que não somos senhores do planeta, mas parte integrante de sua totalidade viva, em continuidade com rios, montanhas, árvores e outros seres que compõem o “corpo vivo da terra”. Dentro desse horizonte, a CCI fomenta debates inovadores no campo da Ciência da Informação e em áreas afins, estimulando pesquisas que visem não só a inclusão de perspectivas indígenas, mas também a construção de saberes científicos e de epistemologias que dialoguem com a experiência, a memória e a cosmologia dos povos originários brasileiros. Ao promover essa interlocução, a competência crítica evidencia seu potencial transformador, articulando a defesa da vida, dos territórios e dos modos de existir indígenas com processos mais amplos de justiça cognitiva, autonomia informacional, resistência contracolonial e autodeterminação dos povos originários.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios**: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora UnB, 1997.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Association of College and Research Libraries (ACRL). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ALA, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 13 nov. 2022.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **A progress report on information literacy**: an update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy final report. Chicago: ALA, 1998.

AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY, n. 46, p. 1-11, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227601881_Information_in_action_A_situation_view. Acesso em: 25 fev. 2023.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**: La nueva mestiza. Trad. de Carmen Valle Simón, Madrid: Capitán Swing, 2016.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; AMORIM, Maria Adelina. Multiplicidades de análises, escritas e aportes teóricos-metodológicos sobre a história indígena no Brasil entre os séculos XVI e XIX. **Revista História**, São Paulo, v. 40, e2021050, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/CNPCRGVtGqYhCwS5mZHFvdJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

AQUINO, Letícia de Souza. **Pesquisas sociolinguísticas entre os Asuriní do Tocantín**: contribuição para o inventário nacional da diversidade linguística (INDL). 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Aaquino-2010/2010_LeticiaSouzaAquino.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

ARAÚJO, Ana Valéria. Direitos indígenas: estado da arte. In: ARAÚJO, Ana Valéria *et al.* **Povos indígenas e a lei dos “brancos”**: o direito à diferença. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 44-83. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=644-vol14povos-indigenas-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 abr. 2023.

ARP, Lori; WOODWARD, Beth; GIBSON, Craig. Information literacy and IT fluency: convergences and divergences. **Reference & User Services Quarterly**, v.46, n.59, p. 23–26, 2007. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eoWI-decDMEJ:journals.ala.org/rusq/article/download/3663/3997&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 22 maio 2024.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. A história e cultura indígena no contexto da Lei 11.645/08: reflexos na educação brasileira. **Revista de Educação do COGEIME**, v. 25, n. 49, p. 11-23, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15599/2358-9299/cogeime.v25n49p11-23>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: MEC; Unesco, 2006.
BANIWA, Gersem Luciano. **Educação para o manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **Matrizes**. v.14, n. 1 jan. - abr. 2020 São Paulo – Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/157540>. Acesso em: 20 set. 2023.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60–77, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BELONI, Aneli. A competência crítica em informação no compartilhamento de dados pessoais em aplicativos de vida saudável. In: BEZERRA, Arthur Coelho;

SCHNEIDER, Marco (Orgs.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e *práxis*. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Garamond, Rio de Janeiro, 2024

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 7-16, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/31114/17408>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BEZERRA, Emy; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivanio Duarte de. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60–86, 2016. DOI: 10.19132/1808-5245222.60-86. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57935>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, v. 19, n. 1, p. 201-230, 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej> Acesso em: 26 dez. 2023.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, Sandra (Org.) **The emergent global information policy regime**. Hampshire, Palgrave, 2004.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. **Manual dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério dos Povos Indígenas, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mpovosindigenas>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Estatuto dos Povos Indígenas**, Proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista de 5 junho de 2009, CNPI 2009. Disponível em: https://www.sinesp.org.br/images/ESTATUTO_DOS_POVOS_IND%C3%8DGENAS_PROPOSTA_CNPI-2009.pdf. Acesso em: 20 nov.2022.

BRISOLA, Anna Cristina. **A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada**: uma construção possível. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/890>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRISOLA, Anna Cristina. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. 2021. 293 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1165/1/BRISOLA_ANNA_TESE_A%20CCI%20como%20Resist%C3%Aancia.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRISOLA, Anna Cristina; DOYLE, Andréa. Critical Information literacy as a path to resist “fake news”: understanding disinformation as the root problem. **Open Information Science**, v. 3, p. 274-286, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338683253_Critical_Information_Literacy_as_a_Path_to_Resist_Fake_News_Understanding_Disinformation_as_the_Root_Problem Acesso em: 10 jan. 2023.

BRISOLA, Anna Cristina; ROMEIRO, Nathália Lima. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 68–87, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 4 nov. 2023.

BRISOLA, Anna Cristina; SCHNEIDER, Marco; SILVA JUNIOR, Jobson F. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: PPGCI/UNESP, 2017.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Por uma educação descolonial e libertadora: manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil**. Brasília: CIMI, 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 10, n. 2, p. 5–19, 1987. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30334>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CUNHA, Thiago; GARRAFA, Volnei. Vulnerability: A Key Principle for Global Bioethics? **Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics**, Cambridge, v. 25, p. 197–208, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/cambridge-quarterly-of-healthcare-ethics/article/abs/vulnerability/EBA6F98309E0E833EACE7E1AD8E6F1E2>. Acesso em: 25 jun. 2024.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária: reflexões desde a literatura indígena brasileira. **ALEA**, Rio de Janeiro, vol. 22/1, p. 59-74, jan-abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/33525> Acesso em: 26 dez. 2023.

DE LUCCA, Djuli Machado; NEUBERT, Patrícia da Silva. Abordagens temáticas da competência em informação: uma análise temporal a partir da produção científica indexada na Web of Science (1974-2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, e-122771, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/122771/86237>. Acesso em: 24 out. 2022.

DE LUCCA, Djuli Machado; REZENDE, Angerlânia; ARAUJO JUNIOR, Edson Modesto; REZENDE, Ana Carolina. O projeto de extensão “Amazon Saviours” enquanto instrumento para o desenvolvimento da competência em informação de povos ribeirinhos do Vale do Rio Guaporé, no sul do estado de Rondônia. *In*: XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. **Anais** [...], Vitória, 2019. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3154>. Acesso em: 15 set. 2023.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEROCHE, Frédéric. La notion de “peuples autochtones”: une synthèse des principaux débats terminologiques. *In*: FRITZ, Jean Claude; DEROCHÉ, Frédéric; FRITZ, Gérard, **La nouvelle question indigène. Peuples autochtones et ordre mondiale**. Paris: L’Harmattan, 2005.

DOHERTY, John. Giving voice to the silenced: an essay in support of information literacy. **Library Philosophy and Practice**, p. 1-8, jun. 2007. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1133&context=libphilprac>. Acesso em: 03 mar. 2022.

DORRICO, Julie. A educação escolar indígena no município de Porto Velho (RO): diagnóstico e proposições. **Professare**, v. 6, n. 2, p. 69–96, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/1212>. Acesso em: 29 set. 2023.

DORRICO, Julie. Alteridade Indígena: Voz-Práxis Via Literatura em A Queda do Céu: Palavras de Um Xamã Yanomami. **Revista Opinião Filosófica**, v. 8, n. 1, p. 59–72, 2017. Disponível em: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/730>. Acesso em: 2 nov. 2024.

DORRICO, Julie. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Leno; CORREIA, Heloisa; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER. **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora, 2020.

DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora, 2020.

DOWNEY, Annie. **Critical information literacy: foundations, inspiration and ideas**. Sacramento, CA: Library Press Juice, 2016.

DOYLE, Andréa. Competência crítica em informação como prática de ensino: panorama de pesquisas a partir de trabalhos presentes na BRAPCI e na BDTD. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 8, n. 3, p. 65-80, set./dez. 2021.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/195524>. Acesso em: 29 nov. 2022.

DOYLE, Andréa. **Competência crítica em informação nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro. Disponível em: http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/960/1/Dissertacao_AndreaDoyle_Capa_Dura.pdf. Acesso em: jun. 2022.

DOYLE, Andréa. Ideologia e Competência Crítica em Informação: um olhar para movimentos de biblioteconomia crítica. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 25-33, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/274#:~:text=Seu%20objetivo%20%C3%A9%20fazer%20uma,acordo%20com%20os%20ideais%20e%20studados>. Acesso em: 30 nov. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. jan/abr. 2003, p. 23-35, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000100003>. Acesso em: 04 nov. 2024.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

EKBIA, Hamid R. Information in action: A situated view. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, v.46, n.1, p.1-11, 2009.

ELMBORG, James. Critical information literacy: definitions and challenges. In: WILKINSON, Carroll Wetzel; BRUCH, Courtney (Orgs.). **Transforming information literacy programs: intersecting frontiers of self, library culture, and campus community**. Chicago, IL: Association of College and Research Libraries, 2012.

ELMBORG, James. Critical information literacy: Implications for instructional practice. **The Journal of Academic Librarianship**, Amsterdam, v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aínda Varela; FREIRE, Isa Maria. Competência em informação para comunidades: empoderamento e protagonismo social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 4-24, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/112234>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FIOCRUZ. **Glossário de termos indígenas**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2023. Disponível em: <https://www.fiocruz.br>. Acesso em: 20 set. 2025.

FLECK, Amaro. Afinal de contas, o que é teoria crítica? **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 24, n. 44, p. 97-127, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/12083>. Acesso em: 19 abr. 2023.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. O regime de informação da comunicação científica: uma abordagem. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 175-

199, 2021. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44751>. Acesso em: 9 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, Bárbara. **A teórica crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actos network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23,1995, Edmonton, Alberta. **Anais [...]** Edmonton, 1995. Disponível em: <https://urless.in/Vwutc> Acesso em: 6 out. 2020.

FUCHS, Christian. Towards a Critical Theory of Information. **TripleC**, n. 7, p. 243-292, 2009. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/267792128_Towards_a_critical_theory_of_information. Acesso em: 30 jan. 2023.

FUNAI. Normas que disciplinam o Ingresso em Terras Indígenas com Finalidade de Desenvolver Pesquisa Científica, 1995.

FURTADO, Renata Lira *et al.* Panorama brasileiro sobre os estudos de competência crítica em informação. **RICI**: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 14, n. 3, p. 824-843, set./dez. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/index>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GASQUE, Kelley Cristine. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39 n. 3, p.83-92, set./dez., 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ci/a/9L8b38v48WBQSQVRX63BMsw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2025.

GOMES, Marcus Victor Siqueira Josué; TANUS, Gabrielle Francinne. Um diálogo entre a competência crítica em informação e as teorias anticoloniais a partir de Dussel, Quijano e Fanon. **Palavra Chave**, v. 14, n. 1, e227, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.24215/18539912e227>. Acesso em: 28 out. 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003. Disponível em:
revista.ibict.br/ciinf/article/view/1020&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 30 set. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v. 1, n. 1, p. 57-93, 1999. Disponível em: <https://miguilim.ibict.br/handle/miguilim/3530> Acesso em: 20 mar. 2023.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Ciência da Informação, v. 31, n. 1, 2002. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 31 ago. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_3c42553162_0000011948.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; CHICANEL, Marize. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180486>. Acesso em: 24 ago. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; RABELLO, Rodrigo. Sujeito, agência e informação: tradição e leituras transversais. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; RABELLO, Rodrigo (Orgs.). **Informação: agentes e intermediação**. Brasília/DF: IBICT, 2017. 397p.; p.43-97. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1068/2/Informacao%20agentes%20e%20intermidacao.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GONZÁLEZ TERUEL, Aurora. **Los estudios de las necesidades y usos de la información**: fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: Trea, 2005. 181 p.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.

GREGORY, Lua; HIGGINS, Shana. Critical Information Literacy in Practice: A Bibliographic Review Essay of Critical Information Literacy, Critical Library Pedagogy Handbook, and Critical Literacy for Information Professionals. **Communications in Information Literacy**, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322325655_Critical_Information_Literacy_in_Practice_A_Bibliographic_Review_Essay_of_Critical_Information_Literacy_Critical_Library_Pedagogy_Handbook_and_Critical_Literacy_for_Information_Professionals. Acesso em: 20 set. 2022.

GUARÁ, Roni Wasiry. **Olho d'água: o caminho dos sonhos**. Ilustrações de Walther Moreira Santos. Belo Horizonte: Autêntica Infantil e Juvenil, 2012.

HONNETH, Axel. Teoria crítica. *In*: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 8 nov. 2025.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301–308, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173>. Acesso em: 23 jun. 2022.

JEKUPÉ, Olívio. **Tekoa**: conhecendo uma aldeia indígena. Ilustrações de Maurício Negro. São Paulo: Global Editora, 2011.

JENKINS, Henry. **Convergence Culture**: Where old and new media collide. New York: New York University Press, 2006.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Ay kakyri tama: eu moro na cidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2018.

KAMBEBA, Márcia. **O lugar do saber ancestral**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**: os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

KAPITZKE, Cushla. Information literacy: a positivist epistemology and a politics of outformation. **Educational Theory**, University of Illinois, 2003, v. 53, n. 1, p. 37-54. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1741-5446.2003.00037.x> Acesso em: 27 out. 2022.

KELLY, Jeff. Paul G. Zurkowski and information literacy: On his trip to the first European Conference on Information Literacy (ECIL). **Journal of Information Literacy**, 2013, v. 7, n. 2, p. 163-167. Disponível em: <https://ojs.lboro.ac.uk/JIL/article/view/CC-V7-I2-2013-2>. Acesso em: 27 out. 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Schwarcz, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LUCIANO-BANIWA, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

LUKE, Allan; KAPITZKE, Cushla. Literacies and libraries - Archives and cybraries. **Pedagogy, Culture and Society**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 467-491, 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14681369900200066>. Acesso em: 30 out. 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula rasa**, Bogotá, Colómbia, n. 9, p. 61-72, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MANHIQUE, Ilídio Lobato Ernesto; CASARIN, Helen de Castro Silva; ANÇANELLO, Juliana Venancio. Cartografia da competência crítica em informação: estudo da literatura indexada nas bases Scopus e WoS. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, e90976, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e90976>. Acesso em: 28 out. 2024.

MARTELETO, Regina Maria. Prefácio. In: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo; SALDANHA, Gustavo (Orgs.) **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Gramond, 2019.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; MELLO, Mariana Rodrigues Gomes. Teoria crítica, pedagogia crítica e competência crítica em informação: aproximações teóricas à ciência da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43693/pdf> Acesso em: 20 abr. 2022.

MCNICOL, Sarah. **Critical literacy for information professionals**. Facet, 2016.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. **O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade**. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1008/1/TESE%20IBICT%20-%20Rodrigo%20Piquet%20Saboia%20de%20Mello%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL%20%2808.04.2019%29.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Os repositórios públicos do Estado brasileiro e a construção da autonomia informacional dos povos indígenas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4067>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MELO, Daniella Alves de. **Práticas informacionais e a construção da competência crítica em informação**: Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18200>. Acesso em: 14 nov. 2022.

Barros, Miguel de. Ancestralidade, reconstrução e democracia. **Revista Periferias**, 2019. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/miguel-de-barros/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVvk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2024.

MIGNOLO, Walter. D. **História locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2010.

MIRANDA, Silvania Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**. Brasília, D.F., v. 33, n. 2, p. 112-122, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/169928>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MOREIRA, Adriano De Lavor. “Ser índio deixou de ser sinônimo de escondido no mato”: uma conversa sobre visibilidade com Ailton Krenak. **Rev. Antropologia**, São Paulo, Online, v. 65 n. 3: USP, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/x4tv5KtrkT6jSGWKnCLQSpB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **Crônicas de São Paulo: um olhar indígena**. São Paulo: Callis, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **Histórias de índio**. Ilustrações de Laurabeatriz. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.

MUNDURUKU, Daniel. **O Karaíba**: uma história do pré-Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós, 2023.

OLIVEIRA, Damião Bezerra; GOMES, Raphael Carmesin. Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia, Uberlândia**, v. 35, n. 74, p. 643–677, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/55175>. Acesso em: 22 maio. 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do brasil e outros ensaios “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Prefácio. *In*: Mattos, Izabel Missagia de. **Histórias indígenas**: memória, interculturalidade e cidadania na América Latina. São Paulo: Humanitas, 2020.

OLIVEIRA, Maria Lívia Pacheco de. **Competência crítica em informação e fake news**: das metodologias de *fact-checking* à auditabilidade do sujeito comum. 2020. f. 194. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18200>. Acesso em: 14 nov. 2022.

OLIVEIRA, Maria Lívia Pacheco de; SOUZA, Edivanio Duarte de. Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao protagonismo social. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco. (Orgs.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 77-86. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1200/1/Bezerra%20%26%20Schneider%20-%20Compet%20%26%20Cr%20%26%20adica%20em%20Informa%20%26%20a7%20%26%20a3o%20%282022%29.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

OWENS, Major Robert. State government and libraries. **Library Journal**, v. 101, n. 1, p. 19-26, jan., 1976.

PAIVA, Eliane Bezerra. **Narrativas indígenas**: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação. 2013.199f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PAWLEY, Andrew. Developments in the study of formulaic language since 1970: A personal view. *In*: **Formulaic Language**, Volume 1: Distribution and historical change. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

PEREIRA, Beneildo Rodrigues Oliveira; SOUZA, Edivanio Duarte de. Patentes e conhecimentos tradicionais: uma breve discussão acerca da apropriação de propriedades coletivas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: PPGCI/UFRS, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxii/enancib/paper/view/1046/768>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PORTO-GONSALVES. Carlos Walter. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. *In*: Edgardo Lander (org). **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

POSSOBON, Kátia *et al.* Alfabetização Informacional: um estudo do nível de competências dos calouros do curso de biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 21, 2005, Curitiba. **Anais[...]**. Porto Alegre: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 2005.

POTIGUARA, Eliane. **A cura da terra**. Ilustrações de Soud. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

POTIGUARA, Eliane. **A questão indígena brasileira: visto da minha própria pele, sem medo**. João Pessoa: Editora de Cultura, 2015.

POTIGUARA, Eliane. **A terra é a mãe do índio**. Rio de Janeiro: Grupo Mulher-Educação Indígena (GRUMIN), 1990.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Buenos Aires: Clacso, 2014.

RESENDE, Ana Carolina Zema de. O debate na organização das nações unidas sobre a noção de “povos indígenas” e o direito à autodeterminação. *In: CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (Org.)*. **Direito internacional e direitos humanos I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. E-Book. p. 156- 184. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=195>. Acesso em: 15 maio. 2023.

REZENDE, Angerlânia; CARVALHO, Wellington Marçal de; FARIAS, Ronnie Anderson Nascimento de; PAIVA, Eliane Bezerra. Povos Originários/Indígenas em foco guia de fontes de informação especializada. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, Jun/Dez 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/59539> Acesso em: 20 jan. 2024.

REZENDE, Angerlânia; PAIVA, Eliane Bezerra; SOUZA, Edivanio Duarte de. Competência crítica em informação dos povos originários: reflexões a partir da teoria da decolonialidade. Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação, **Anais [S. l.]**, v. 6, p. e133, 2024. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/133>. Acesso em: 9 dez. 2025.

REZENDE, Angerlânia; SOUZA, Edivanio Duarte de. Competência crítica em informação como ação decolonizadora: reflexões teórico-conceituais no contexto dos povos originários brasileiros. *In: ENCONTRO EDICIC IBÉRICO*, 11., 2025. **Anais [...]**. Porto: Instituto Politécnico do Porto, 2025. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/edicic/article/view/6653>. Acesso em: 28 fev. 2026.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira; MURIEL-TORRADO, Enrique. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/34735>. Acesso em: 4 jul. 2022.

RISÉRIO, Antônio. Black Out a exclusão do texto africano. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 18, p. 112–121, 1993. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/26004>. Acesso em: 27 dez 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Jandaíra, 2023.

SANTOS, Camila Araújo dos. 20 anos de pesquisa sobre *Information Literacy* no Brasil: análise temática das teses e dissertações do Catálogo da CAPES. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 14, n. 1, p. 289 - 301, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI> Acesso em: 24 fev. 2022.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* (Org.). **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 73-116.

SILVA, Elisângela Martins da. **A temática da competência em informação na literatura publicada em periódicos e eventos científicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Brasil no período 2014-2020**. 2021. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia), Departamento de Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, curso de Biblioteconomia. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223196>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SWANSON, Troy. A radical step: implementing a critical information literacy model. **Libraries and the Academy**, Baltimore, v. 4, n. 2, p. 259–273, 2004.

TABAJARA, Auritha. **Coração na aldeia, pés no mundo**. Xilografias de Regina Drozina. Lorena: UK'A Editorial, 2018.

TAYLOR, Robert. **Valueadded processes in information systems**. Norwood: Ablex, 1986.

TEWELL, Eamom. The Practice and Promise of Critical Information Literacy: Academic Librarians' Involvement in Critical Library Instruction. **College & Research Libraries**, 79, 10-34, 2018.

TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol9/iss1/2/>. Acesso em: jan. 2022.

TEWELL, Eamon. Two decades of critical information literacy: a review and analysis of the literature. **Information Research**, vol. 30 No. CoLIS, 2025. Disponível em: <https://publicera.kb.se/ir/article/view/52267>. Acesso em: 10 dez. 2025.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TREIN, Juliane Marlei; VITORINO, Elizete Vieira. A evolução da temática competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2006 a 2013. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 11, p.190-210, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/416/469>. Acesso em: 19 out.2020.

UNDRIP, Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf Acesso em: 03 ago. 2023.

UNESCO. **Educação e aprendizagem para todos**: olhares dos cinco continentes. Brasília, DF.: UNESCO, 2009. Disponível em: http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIL/confintea/pdf/Preparat268ory_Conferences/Conference_Documents/Latin_America_Caribbean/confintea_violhares_5_continentes.pdf . Acesso em: 20 maio 2022.

VARELA, Aida. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. *In*: MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. (Org.). **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília, DF.: Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006. p.15-32.

VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional do profissional da informação bibliotecário: construção social da realidade. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 12, n. 24, p. 59–71, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p59>. Acesso em: 24 ago. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniele. Dimensões da Competência Informacional. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 1, 2012. DOI: 10.18225/ci.inf.v40i1.1328. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328>. Acesso em: 20 mar. 2023.

WERSIG, Gernot, NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**. v. 9, n. 4, 1975. Disponível em: <http://sigir.org/files/museum/pub13/18.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

WHITWORTH, Andrew. Communicative competence information age: towards a critical theory of information literacy education. **ITALICS e-Journal**, v. 5, n. 1, p. 1-13, jan. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26467434_Communicative_competence_in_the_information_age_Towards_a_critical_theory_of_information_literacy_education. Acesso em: 03 jun. 2022.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Corrêa. **O barro, o jenipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá**: reativação de memória por uma educação territorializada. 2018. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2018.

YAMÃ, Yaguarê. **Kurumi Guaré no coração da Amazônia**. São Paulo: FTD, 2007.

ZEIFERT, Ana Paula Bagetti; AGNOLETTO, Vitória. O pensamento descolonial e a teoria crítica dos direitos humanos: saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas. **Revista Húmus**, v. 9, n. 26, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12077>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ZURKOWSKI, Paul. **The Information Service Environment Relationships and Priorities**: report 5. Washington, D.C., National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.